

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
NÍVEL DOUTORADO**

**FRANCISCO AQUINEI TIMÓTEO QUEIRÓS**

**BRECHAS DA NARRATIVA E PROFUNDEZAS DO COTIDIANO:  
micro-história italiana e jornalismo em *O olho da rua*, de Eliane Brum**

**SÃO LEOPOLDO  
2020**

**FRANCISCO AQUINEI TIMÓTEO QUEIRÓS**

**BRECHAS DA NARRATIVA E PROFUNDEZAS DO COTIDIANO:  
micro-história italiana e jornalismo em *O olho da rua*, de Eliane Brum**

Tese apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Marocco

**SÃO LEOPOLDO  
2020**

- Q3b Queirós, Francisco Aquinei Timóteo.  
Brechas da narrativa e profundezas do cotidiano :  
micro-história italiana e jornalismo em O olho da rua, de  
Eliane Brum / por Francisco Aquinei Timóteo Queirós. –  
2020.  
253 f. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da  
Comunicação, São Leopoldo, RS, 2020.  
“Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Beatriz Marocco”.
1. O olho da rua. 2. Eliane Brum. 3. Cultura  
subalterna. 4. Micro-história. 5. Jornalismo. I. Título.
- CDU: 070.422:930.1

FRANCISCO AQUINEI TIMÓTEO QUEIRÓS

BRECHAS DA NARRATIVA E PROFUNDEZAS DO COTIDIANO: MICRO-HISTÓRIA E  
JORNALISMO EM O OLHO DA RUA, DE ELIANE BRUM

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor, pelo Programa  
de Pós-Graduação em Ciências da  
Comunicação da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos - UNISINOS.

APROVADO EM 17 DE JANEIRO DE 2020.

BANCA EXAMINADORA



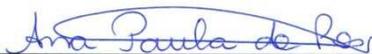
PROF. DR. ERCIO DO CARMO SENA CARDOSO - PUC-MG



PROFA. DRA. ÂNGELA MARIA ZAMIN - UFSM



PROFA. DRA. MAÍRA INÊS VENDRAME - UNISINOS



PROFA. DRA. ANA PAULA DA ROSA - UNISINOS



PROFA. DRA. BEATRIZ ALCARAZ MAROCCO - UNISINOS

**ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO PÚBLICA Nº 02/2020**

Aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, realizou-se no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, a sessão de *Arguição Pública da Tese* “**BRECHAS DA NARRATIVA E PROFUNDEZAS DO COTIDIANO: micro-história e jornalismo em O olho da rua, de Eliane Brum**” apresentada pelo aluno Francisco Aquinei Timóteo Queirós, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, nível Doutorado, à Comissão Examinadora constituída pelos professores doutores Ercio do Carmo Sena Cardoso (PUC-MG), Ângela Maria Zamin (UFSM), Máira Inês Vendrame (UNISINOS), Ana Paula da Rosa (UNISINOS) e *Beatriz Alcaraz Marocco* (Orientador). Desenvolvidos os trabalhos nos termos do Regimento Interno, Capítulo VI e registrados os resultados nas Planilhas de Avaliação, a Comissão atribuiu ao(a) aluno(a), o grau ..... 8.7 ..

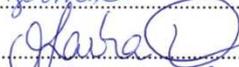
A emissão do Diploma está condicionada a entrega da versão final da Tese.

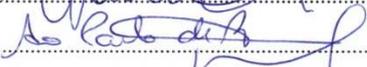
Ocorreu alteração do título? ( ) Não (X) Sim: ausente o palavra  
micro-história o período italiano, no  
título

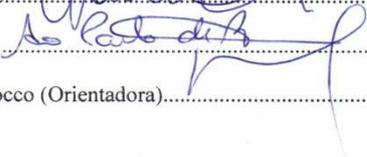
Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Ercio do Carmo Sena Cardoso..... 

Profª. Dra. Ângela Maria Zamin..... 

Profª. Dra. Máira Inês Vendrame..... 

Profª. Dra. Ana Paula da Rosa..... 

Profª. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco (Orientadora)..... 

*À Francielle e Nete, com afeto*

## AGRADECIMENTOS

À professora Beatriz Marocco, pelo café nas tardes frias, pelas discussões no Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo (GPJor) e pelas orientações que terminavam com a pergunta: “Tem certeza disso, Francisco?”. Eu já não tinha certeza de nada, mas sou como o poeta – deveras, sinto.

À minha esposa, Francielle Modesto, pelo apoio, carinho e amor. Nenhum caminho é fácil, mas de mãos dadas é possível enfrentar o mundo.

À minha mãe, Marinete Timóteo, que me ensinou das delicadezas da vida.

Aos amigos que fiz no doutorado: Marco Túlio, Carol Govari, Aldenor Pimentel, Ana Paula, Rosane Martins, Bantu Sayla, Marco Tessarotto e Christian Gonzatti.

Aos professores do PPGCOM Unisinos com os quais tive aulas: Ronaldo Henn, Marcia Veiga, Ana Paula da Rosa, Antonio Fausto Neto, Jairo Ferreira, José Luiz Braga, Fabrício Silveira e Maria Clara Aquino.

Aos amigos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac): Wagner Costa, Giselle Lucena, Aleta Dreves, Juliana Lofego, Tatyana Lima e Fernanda Salvo.

À servidora da Diretoria de Pós-graduação da Ufac, Oziany Lima, pela presteza em todos os momentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de Bolsa Prodoutoral que possibilitou o desenvolvimento desse estudo.

À Universidade Federal do Acre (Ufac) e à Pró-reitoria de Pós-Graduação.

O agradecimento é quase uma escrita por lacunas. Nunca é demais agradecer, mas a memória sempre pega peças. Para os amigos nomeados e não nomeados, deixo meu sincero obrigado.

*No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixando de lado ou simplesmente ignorado.*

*“Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso.*

*Carlo Ginzburg (2006)*

## RESUMO

A corrente investigação pensa os sujeitos subalternos na prosa jornalística de Eliane Brum. Nessa perspectiva, serão analisadas dez reportagens presentes no livro *O olho da rua*. A pesquisa adota como aporte teórico-metodológico a micro-história italiana, tendo os estudos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi como o *leitmotiv* para discutir a presença das pessoas comuns na tessitura da prosa jornalística. Os pesquisadores italianos servem de parâmetro para se analisar os contextos sociais, históricos e, por extensão, jornalísticos a partir do acesso aos estratos da cultura popular, focalizando o ponto de vista das classes subalternas. Desse modo, a micro-história se constitui como uma metodologia importante para o trabalho dos historiadores, especialmente, por ajudar na reconstrução de trajetórias e biografias. Tomando-se a microanálise como caminho epistemológico, nota-se que os acontecimentos e fatos assumem uma dimensão social, em que as narrativas engendram uma gama profusa de sentidos e promovem o aprofundamento dos aspectos históricos – adotando como termo central o indivíduo – em contraposição aos valores arraigados que colocam em primeiro plano a história social dominante. Compreende-se que a prática de Eliane Brum subverte os preceitos do paradigma jornalístico ao apontar para uma nova configuração de regras e postulados – entendida, para os termos do presente estudo, como micro-jornalística. A leitura minuciosa dos trabalhos de Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e dos comentadores permitiu definir quatro categorias de estudo para o *corpus* de *O olho da rua*: 1) redução da escala de observação; 2) descrição etnográfica; 3) paradigma indiciário e 4) narrativa. A proximidade entre os campos do jornalismo e da história é problematizada por meio do diálogo com os estudos de Charron e Bonville (2016), Hall (2003, 2010, 2016), Alsina (2009), Gomis (1991, 2004), Neveu (2006), Traquina (2016) e Tuchman (1983, 2016). A investigação ancora-se também na articulação com os estudos micro-históricos de Carlo Ginzburg (1989, 1991, 2006, 2007, 2014), Jacques Revel (2010, 2015), Carlos Antonio Aguirre Rojas (2012), Giovanni Levi (2003, 2015) e Henrique Espada Lima (2006).

**Palavras-chave:** O olho da rua, Eliane Brum, cultura subalterna, micro-história, jornalismo.

## ABSTRACT

This investigation thinks about the subaltern subjects in the journalistic prose of Eliane Brum. From this perspective, ten reports will be analyzed in the book *O olho da rua*. The research adopts as a theoretical-methodological contribution to Italian micro-history, mainly taking the researches of Carlo Ginzburg as *leitmotiv* to discuss the presence of ordinary people in the context of journalistic prose. The Italian researcher serves as a parameter to analyze the social, historical and journalistic contexts from the access to the popular culture, focusing on the point of view of the subaltern classes. In this way, microhistory has become an important methodology for the work of historians, especially for helping to reconstruct trajectories and biographies. The events and facts admit a social dimension, in which the narratives produce a range of meanings and promote the deepening of historical aspects - adopting the individual as a central term - as opposed to the values that put the dominant social history in the first plan. A detailed reading of the works of Carlo Ginzburg, Giovanni Levi and the commentators allowed us to define four categories of study for the work *O olho da rua*: 1) reduction of the observation scale; 2) ethnographic description; 3) indiciary paradigm; and 4) narrative. The proximity between the fields of journalism and history is problematized through dialogue with the studies of Charron and Bonville (2016), Hall (2016, 2003, 2010), Alsina (2009), Gomis (2004, 1991), Neveu (2006), Traquina (2016) and Tuchman (2016, 1983). The research also focuses on the articulation with the micro-historical studies of Carlo Ginzburg (1989, 1991, 2006, 2007, 2014), Jacques Revel (2010, 2015), Carlos Antonio Aguirre Rojas, Giovanni Levi (2003, 2015) and Henrique Espada Lima (2006).

**Keywords:** O olho da rua, Eliane Brum, subaltern culture, microhistory, journalism.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2. ELIANE BRUM: ESVAZIAMENTO DE SI, ESCUTA E EXERCÍCIO DO OLHAR</b>	19
2.1 “A gente vai despida para o mundo do outro”: 115 dias com Ailce	38
<b>3. JORNALISMO: ASPECTOS CULTURAIS, HISTÓRICOS E TÉCNICOS</b>	51
3.1 Paradigma jornalístico: esquemas de interpretação, valores e postulados	58
3.2 A construção da realidade social: o jornalismo forja o presente	66
3.3 Entre o olhar de cima e o andar de baixo: as fontes hegemônicas no jornalismo	76
<b>4. MICRO-HISTÓRIA ITALIANA: A CONSTITUIÇÃO DOS REFERENCIAIS ESPECÍFICOS</b>	97
4.1 Redução da escala de observação	107
4.2 Descrição etnográfica	119
4.3 Paradigma indiciário	128
4.4 Narrativa	137
<b>5. MICRO-JORNALISMO: VIDAS SUBALTERNAS EM O OLHO DA RUA, DE ELIANE BRUM</b>	142
5.1 Índícios e escuta: <i>A guerra do começo do mundo</i>	160
5.2 Microanálise e relação contextual: <i>Expectativa de vida: vinte anos e Mães vivas de uma geração morta</i>	169
5.3 Exame narrativo e prática heurística: <i>O homem-estatística e Um país chamado Brasilândia</i>	192
5.4 Fios etnográficos: <i>A floresta das parteiras, A casa de velhos, O povo do meio e Coração de ouro</i>	216
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	239
<b>REFERÊNCIAS</b>	243

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca identificar e discutir como os sujeitos subalternos emergem na obra *O olho da rua*, da jornalista Eliane Brum (2008). No estudo são analisadas as reportagens *A floresta das parteiras*, *A guerra do começo do mundo*, *A casa de velhos*, *O homem-estatística*, *O povo do meio*, *Expectativa de vida: vinte anos*, *Coração de ouro*, *Um país chamado Brasilândia*, *A mulher que alimentava* e *Mães vivas de uma geração morta*<sup>1</sup>.

A escolha da obra *O olho da rua* se deve ao fato de a prática jornalística de Eliane Brum ser marcada pelas sutilezas, pelo olhar perscrutador e pelo interesse pelas “histórias pequenas” (BRUM, 2006, p. 187). Os desacontecimentos e as vidas “desimportantes” constituem a base de suas reportagens. Isso implica em um movimento em direção ao outro – abrangendo as subjetividades, os detalhes e a narrativa de histórias a partir das bordas.

O entendimento do sujeito subalterno problematizado na presente investigação segue o percurso delineado por Carlo Ginzburg (2006), em *O queijo e os vermes*. A partir da reconstrução das diversas camadas sociais do mundo do moleiro Domenico Scandella, Ginzburg (2006) constata que a cultura popular não emerge como espaço homogêneo e totalizador; mas, pelo contrário, desliza e resvala – apontando para o que se define como “circularidade cultural”.

O conceito de “circularidade cultural” proposto por Ginzburg está relacionado aos postulados advindos de Mikhail Bakhtin e de seu Círculo. O pressuposto aponta para a possibilidade de se investigar a cultura como algo plural e complexo. Leonardo Santana da Silva (2017) assevera que o termo corrobora para a “presença de uma comunicabilidade que transcorria de maneira dialógica, circular e, por conseguinte, de forma mútua e recíproca (...) entre a cultura das classes subalternas e das dominantes existentes em uma Europa pré-industrial” (SILVA, 2017, p. 73).

Carlo Ginzburg foge da dicotomia “cultura oficial” versus “cultura popular”, optando pela interação e circularidade entre os diferentes campos enunciativos. Sob essa perspectiva, os sujeitos subalternos distanciam-se das bases que os definem em um

---

<sup>1</sup> Para o estudo de *O olho da rua*, o texto *O inimigo sou eu* não foi adotada como matriz analítica. Entende-se que a reportagem discute uma experiência pessoal, vivida pela jornalista durante os dez dias que passou no retiro de meditação Vipassana. A supressão da reportagem é justificada pelo fato de o escopo central da pesquisa está direcionado para a compreensão do silenciamento dos sujeitos subalternos na narrativa jornalística. Em *O inimigo sou eu*, o olhar está voltado exclusivamente para as impressões da repórter Eliane Brum. Não se constituindo, desse modo, como uma categoria relevante para a investigação sobre os sujeitos anônimos e excluídos – cerne do presente estudo.

primeiro momento como imagem passiva da cultura hegemônica ou, noutra medida, como negação absoluta da cultura popular.

Para Rojas (2012), a classe subalterna é “concebida tanto como uma cultura diversa e oposta à cultura oficial, quanto como uma cultura profundamente criativa, inovadora e fluída” (ROJAS, 2012, p. 129). Compreende-se que a cultura das classes subalternas sintetiza aquilo que o pesquisador mexicano enuncia como “*síntese complexa de diversos estratos culturais* que remetem às distintas durações históricas das várias dimensões que se condensam em qualquer manifestação cultural” (ROJAS, 2012, p. 128, grifos do autor).

*O olho da rua* foi inicialmente publicado em 2008 e é resultado de reportagens produzidas por Eliane Brum para a revista *Época*. A obra foi lançada pela editora Globo e é composta por dez textos. Caco Barcellos (2008), escreve no prefácio do livro, que o trabalho da reportagem, “para Eliane, é um ato de entrega, de envolvimento intenso entre quem fala e quem escuta, por meio de uma relação preciosa de confiança mútua entre repórter e personagem” (BARCELLOS, 2008, p. 10).

Eliane Brum trabalhou onze anos como repórter do jornal *Zero Hora*, em Porto Alegre. Foi durante 10 anos repórter especial da *Revista Época*, em São Paulo. Atualmente é colunista do *El País*. Publicou os livros *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (1994); *A vida que ninguém vê* (2006); *A menina quebrada e outras histórias* (2013); *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras* (2014); *O olho da rua* (2008, 2017), *The Collector of Leftover Souls: Dispatches from Brazil* (2019) e *Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro* (2019), além do primeiro romance, *Uma duas* (2011). Codirigiu os documentários *Uma história Severina*, *Laerte-se* e *Gretchen filme estrada*. Eliane Brum ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais.

O interesse em discutir os sujeitos subalternos se coaduna a uma inquietação particular do autor da tese. Por que algumas histórias merecem ser contadas e outras não? Por que alguns bairros são vistos como “territórios selvagens”<sup>2</sup>, como espaços de

---

<sup>2</sup> Os termos “territórios selvagens” (favelas, periferia, por exemplo) e “zonas civilizadas” (condomínios fechados, por exemplo) aludem à ascensão do “fascismo social” apontado por Boaventura de Sousa Santos (2010b). O sociólogo compreende que o fascismo social engendra um regime de relações de poder “extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (SANTOS, 2010b, p. 45). Santos (2010b) delinea três formas de fascismo social, que são: 1) o fascismo do apartheid social, 2) o fascismo contratual e 3) o fascismo territorial. Os sintagmas “territórios selvagens” e “zonas civilizadas” referem-se ao fascismo do apartheid social, isto é, “trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas” (SANTOS, 2010b, p. 45). As zonas selvagens urbanas aludem a uma cartografia hobbesiana de guerra civil. Ao passo que as zonas civilizadas configuram as bases do contrato social e são constantemente assediadas pelas zonas selvagens.

violência e outros são observados como “zonas civilizadas”? Por que não relatar as experiências do porteiro, do gari, das parteiras, da merendeira nas páginas de jornal?

A escrita do presente estudo é atravessada por essas questões e também por aspectos que se referem à vida do doutorando. Criado na periferia, o pesquisador rotineiramente lia nos jornais e assistia na TV que o bairro em que morava era violento. As notícias e reportagens identificavam os moradores, na maioria das vezes, como “bandidos”.

A narrativa apresentava o contexto social à luz de uma simplificação, de uma redução – de modo que o senhor Casemiro que vendia bombons no mercadinho em frente à escola Álvaro Vieira da Rocha era “bandido”. O “homem do boi” que comercializava adubo para hortas e jardins do bairro era “bandido”. Os meninos que todos os domingos se reuniam, das sete às 12h, no Horto Florestal, para jogar futebol eram “bandidos”. A mãe do autor da tese que há 29 anos acorda todos os dias às 4h30 para se colocar às 6h na portaria de uma escola particular era “bandida”.

O relato jornalístico apresentava a comunidade marcada exclusivamente pela semântica do perigo e do medo. Nos jornais, os sentidos gravitavam em torno de uma representação concentrada, homogênea e naturalizada – não se questionava a possibilidade de outra narrativa para o bairro e para os sujeitos. Dessa maneira, um grande número de histórias, indivíduos e experiências eram apagados pela retórica do olhar domesticado.

Há outro ponto que está correlacionado com os indivíduos subalternos abordados na tese. Aos 18 anos, o autor da presente pesquisa necessitava de um emprego. Não queria parar de estudar. Optou por um trabalho de vigia em uma escola particular. Trabalhava uma noite e folgava outra.

No primeiro plantão foi apresentado à secretária da escola. Disse o nome completo e a função que exerceria. Contudo, em todos os momentos em que a secretária ia chamar por Francisco Aquinei Timóteo Queirós, já não havia o nome, no *locus* identitário só restava “vigia”.

O incômodo não é provocado pelo vocativo “vigia”, mas pela valorização de uma lógica assimétrica de referência, pela redução, pela tentativa de apagamento do outro. Ao inserir o indivíduo no âmbito de uma “razão metonímica”, processa-se uma lógica caracterizada pela indiferenciação e pela homogeneização que favorece uma totalidade – suprimindo-se as singularidades, os indícios e o “nome”. A simplificação do sujeito ao termo referente extingue a trajetória e as memórias.

Nas aulas de redação, no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac), o doutorando também não encontrava histórias sobre as pessoas comuns e sobre os ritos cotidianos. Todas as referências estavam voltadas para um tipo específico de sujeito – configurado na chamada fonte oficial. E as outras histórias? Por que não apareciam?

A constatação da ausência das pessoas comuns foi pouco a pouco se constituindo como uma perspectiva de pesquisa. Com o acesso aos livros de Tom Wolfe, Caco Barcellos, Truman Capote, Eliane Brum, Gay Talese – o doutorando compreendeu que havia outras maneiras de se fazer jornalismo. Desse modo, era possível produzir uma narrativa em que estivessem presentes a estética do relato, a subversão da prática jornalística e o direcionamento para as fontes comuns e para os fatos “não-marcados”.

Desse modo, a motivação para a escolha do *corpus* em estudo leva em consideração as experiências particulares do doutorando e ainda a possibilidade para pensar a atividade jornalística, os sujeitos subalternos e alternativas aos parâmetros do periodismo tradicional.

Postula-se, nessa direção, que nas frestas da racionalidade, dos valores e das práticas jornalísticas podem ser privilegiadas histórias que contemplem os sujeitos subalternos e desvelem novos relatos e temporalidades – permitindo que diferentes indivíduos compartilhem simultaneamente tempo/espacos – cujas experiências não fiquem assinaladas exclusivamente por hierarquias e lógicas abissais.

Para a compreensão dos aspectos jornalísticos, culturais, históricos e sociais, o estudo está ancorado em um conjunto profuso de leituras que permeiam os trabalhos de Charron e Bonville (2016), Hall (2003, 2010, 2016), Alsina (2009), Gomis (1991, 2004), Neveu (2006), Traquina (2016), Marocco (2010, 2016, 2018) e Tuchman (1983, 2016). No campo micro-histórico, a paisagem literária abrange os trabalhos de Carlo Ginzburg (1989, 1991, 2006, 2007, 2014), Jacques Revel (2010, 2015), Carlos Antonio Aguirre Rojas (2012), Giovanni Levi (1992, 2003, 2015, 2016) e Henrique Espada Lima (2006).

A pesquisa busca discutir o paradigma jornalístico à luz do estudo proposto pelos canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2016). Os pesquisadores compreendem que a atividade jornalística é composta por um sistema de regras fiduciárias compartilhadas pelos participantes. Desse modo, o exercício jornalístico é assinalado por relativa homogeneidade – verificada nos discursos, nas práticas e na tipificação. Em consonância com os aspectos sociais, Charron e Bonville (2016)

definem quatro tipos de jornalismo: 1) de transmissão, 2) de opinião, 3) de informação e de 4) comunicação.

Conforme os autores canadenses, cada etapa constitui um paradigma – alterando-se em conformidade com as mudanças sociais. Para Charron e Bonville (2016), os parâmetros jornalísticos são clivados por forças econômicas, profissionais, das fontes de informação, das práticas socio-culturais e dos *media*.

O jornalismo é compreendido sob diferentes perspectivas e relações, abrangendo o indivíduo, os contextos históricos, as representações e as práticas sociais. Contudo, entende-se que as mudanças não são absolutas, pois o paradigma jornalístico conserva as bases cognitivas, as técnicas, os métodos e os valores – de modo que subsiste a marca do “jornalismo” como prática social, cultural e histórica.

Sob esse ponto de vista, compreende-se que a atividade jornalística de Eliane Brum subverte as bases do paradigma jornalístico – configurando uma prática a partir das margens. Brum afasta-se daquilo que Charron e Bonville (2016) assinalam como paradigma jornalístico (pressupostos calcados em modelos práticos, no sistema normativo de referência e nos repertórios cognitivos). A repórter, pelo contrário, propõe uma leitura e uma interpretação dos contextos sócio-histórico-culturais a partir do ponto de vista dos sujeitos subalternos.

Para discutir os personagens marginalizados, a pesquisa se aproxima do arcabouço teórico-metodológico da micro-história italiana. Os pressupostos historiográficos da vertente italiana são delineados na década de 1970 em contraposição às abordagens centralizadas no estudo serial dos arquivos e documentos. Isso significa que a opção por uma escala particular de observação resulta em efeitos de conhecimento distintos dos modelos macro-históricos tradicionais.

A tese investiga como as histórias das pessoas anônimas são produzidas no enredo jornalístico de *O olho da rua* e de que forma as personagens subalternas emergem como protagonistas sociais, históricas e culturais. A micro-história articula um processo hermenêutico de desvelamento dos sujeitos comuns, deslocando-se de um conjunto de posições institucionalmente privilegiadas para uma complexidade das bordas, dos excluídos social e simbolicamente.

Nas obras *O queijo e os vermes* e em *Os andarilhos do bem*, Carlo Ginzburg se coloca frontalmente contra as concepções aristocráticas de cultura. Para o autor italiano, é necessário produzir modelos que se afastem da universalidade da lógica das classes dominantes e promovam um diálogo com as camadas populares, articulando a premissa da circularidade entre cultura popular e erudita.

Ginzburg (2006) aponta que não é privilégio das classes hegemônicas produzir cultura. Rojas (2012), em consonância com o pensamento de Ginzburg, argumenta que a reconstrução da cultura das classes subalternas é complexa. A aproximação é feita por meio da adoção de métodos indiretos. Ginzburg assume uma interpretação a contrapelo, utiliza um processo de leitura intensiva e involuntária. O contato com a cultura popular é articulado por meio do desvelamento dos códigos e das estruturas configuradas através do paradigma indiciário.

A perspectiva adotada por Ginzburg (2006) busca acessar os estratos mais profundos da cultura popular – não para contrapô-los a uma lógica das classes hegemônicas, mas para compreender o “ponto de vista das vítimas”. Tal perspectiva permite que Ginzburg (2006) alcance não apenas os testemunhos, mas os discursos dos indivíduos.

Mais do que se interessar pelo ponto de vista dos algozes, dos que perseguem, exploram e discriminam –, Ginzburg direciona o olhar para os sujeitos “passivos” – para os que sofreram a violência, os influxos da hegemonia e os imperativos culturais. Ao assumir esse ponto de vista, o historiador italiano consegue dialogar com as culturas subalternas.

Na mesma direção, Rojas (2012) aponta três aspectos da cultura popular. O primeiro diz respeito à *vitalidade e à força intrínseca* da cultura das classes subalternas. O fenômeno se relaciona ao processo de produção e reprodução da cultura e das ideias concebidas pelas classes subordinadas. Por esse ângulo, observa-se que as estratégias humanas que possibilitam a vida em sociedade são rearticuladas pelas classes trabalhadoras e populares que produzem, reproduzem e renovam formas e “figuras de sua própria cultura e da cultura em geral” (ROJAS, 2012, p. 143).

O segundo movimento destaca a correlação entre as culturas subalternas com o *mundo da experiência da prática*. Rojas (2012) frisa que é no cotidiano que as classes trabalhadoras e populares se aproximam da experiência do mundo e “vão decantando, depurando e acumulando todo esse conjunto de saberes de camponeses, operários, artesãos etc.” (ROJAS, 2012, p. 144). Desse modo, as classes populares manifestam as complexas configurações da “atividade prática”.

Rojas (2012) destaca, por fim, que a cultura subalterna goza de uma *autonomia* que falta às culturas hegemônicas. O investigador mexicano esclarece que “os dominadores não podem existir sem os dominados”, assim a “cultura assegura sua hegemonia apenas na medida em que consegue se impôr às culturas subalternas, das

quais (...) se alimenta, e as quais procura enquadrar dentro de seus códigos e significados” (ROJAS, 2012, p. 145).

O debate jornalístico e micro-histórico dialoga com a definição de “livro de repórter” proposto por Beatriz Marocco (2018). Observa-se que o relato jornalístico de Eliane Brum (2008) articula um exercício de crítica da prática, abrangendo uma atividade subjetiva e de resistência.

O *ethos* profissional não rompe com as bases espaço-temporais do jornalismo, mas engendra um *locus* “voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente” (MAROCCO, 2018, p. 72). Emerge, desse modo, a figura do “repórter-autor”, propondo pensar uma autoralidade afastada dos ditames assinalados pelos *media* dominantes. No “livro de repórter” *O olho da rua*, Brum se desvia dos parâmetros da objetividade, propõe uma crítica sobre a prática jornalística e se abre para a compreensão das experiências alternativas.

O “repórter-autor”, conforme Marocco (2018), é marcado por quatro elementos de experiência singular: 1) o “repórter-autor” que rompe com a produtividade da fonte do jornalismo industrial; 2) o “repórter-autor” que se apropria do corpo como dispositivo da experiência sensorial que move a sua prática; 3) o “repórter-autor” que salienta as complexidades do entrevistado, os gestos, os detalhes, as diferenças e as singularidades; e, por fim, 4) o “repórter-autor” que ressalta as informações cotidianas, os sujeitos desimportantes, as experiências alternativas.

Da aproximação entre a discussão do paradigma jornalístico, da autoralidade e da metodologia micro-histórica foi possível inferir quatro categorias para a análise dos sujeitos subalternos em *O olho da rua*: 1) redução da escala de observação; 2) descrição etnográfica; 3) paradigma indiciário e 4) narrativa.

O estudo foi concebido a partir de um conjunto de perguntas, entre elas: de que forma a micro-história pode ajudar a pensar as narrativas de *O olho da rua* como problematização para temas relacionados à cultura, ao cotidiano, aos modos de vida e às formas de sociabilidades das classes subalternas? Por que é importante trazer à discussão as vozes das fontes anônimas? Como os relatos das pessoas comuns colaboram para o aparecimento do outro contrastante na prosa jornalística de Eliane Brum?

A investigação centra-se em três grandes objetivos: 1) compreender como o jornalismo tradicional engendra óticas de apagamento da presença das personagens comuns ao instaurar uma perspectiva unilateral, hegemônica e hierarquizada das fontes jornalísticas; 2) entender como o arcabouço teórico-metodológico da micro-história

pode ajudar ao jornalismo a pensar os sujeitos subalternos, as subjetividades e o outro no *corpus* em estudo e 3) analisar como as ferramentas da micro-história auxiliam ao jornalismo na configuração de espaços de linguagem, de práticas sociais e de discursos sobre as fontes subalternas no “livro de repórter” *O olho da rua*.

O estudo está voltado para a composição de um *corpus* qualitativamente representativo. A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo discute a trajetória de Eliane Brum. O foco está situado na compreensão do exercício jornalístico da repórter, em entender como Brum processa uma ruptura com as práticas estandardizadas do paradigma jornalístico e constrói um percurso marcado pela crítica da prática, pela escuta atenta, pelo esvaziamento de si e pela constituição de um olhar detido em relação às fontes comuns.

No segundo capítulo, almeja-se compreender os esquemas de interpretação, valores e os regimes de práticas do paradigma jornalístico, bem como assimilar como os *media* (e por extensão, o jornalismo) privilegiam um tipo específico de realidade social e não outro.

No terceiro capítulo, busca-se entender como as fontes subalternas presentes em *O olho da rua* podem trazer para o primeiro plano as assimetrias da realidade sócio-histórico-cultural, a problemática enunciativa e narrativa das histórias comuns, das vidas nas margens. Para tanto, a investigação propõe uma correlação com as bases teórico-medotológicas da micro-história italiana em consonância com o campo do jornalismo.

O quarto capítulo busca aproximar os pressupostos oriundos da micro-história e do jornalismo para compreender de que forma as reportagens de Eliane Brum possibilitam a configuração de novas narrativas sociais, culturais e históricas – tendo como agentes dessas histórias os sujeitos comuns, anônimos, os “sem importância”. A análise procura apontar para uma abordagem “micro-jornalística”, isto é, alçar ao plano de discussão as “culturas subalternas” e problematizar as histórias “pequenas” como um elemento catalisador de diversidade e heterogeneidade para compreensão dos contextos sociais e culturais.

Refletindo a partir dos termos do jornalismo e da micro-história, apreende-se que a prática jornalística centrada na configuração social, econômica e política, permite a enunciação de um discurso e de uma narração que problematize e complexifique as distintas realidades que compõem o contexto social. Dessa forma, o jornalismo pode ir além das antinomias, permitindo-se lançar um olhar heurístico sobre os fatos que compõem a realidade social, histórica e cultural.

## 2. ELIANE BRUM: ESVAZIAMENTO DE SI, ESCUTA E EXERCÍCIO DO OLHAR

O presente capítulo promove o diálogo entre a metodologia micro-histórica e o *ethos* jornalístico de Eliane Brum, tendo a reportagem *A mulher que alimentava*, da obra *O olho da rua*, como catalisadora da análise. A micro-história aponta para uma digressão no que diz respeito aos postulados enunciados pela historiografia tradicional – afastando-se das marcas da totalidade, da homogeneização e das narrativas macrossociais.

Para entender como a autora de *A vida que ninguém vê*<sup>3</sup> inquire sobre as realidades sociais e, principalmente, sobre a emergência dos sujeitos comuns para a composição de suas reportagens – propõe-se uma aproximação entre o exercício da atividade jornalística de Brum com a metodologia da micro-história. No quinto capítulo da tese serão analisadas dez reportagens presentes na obra *O olho da rua*. Entretanto, para os efeitos deste capítulo, somente a matéria *A mulher que alimentava* será investigada aqui.

O olhar da micro-história está voltado para a compreensão problemática do particular. Nesse sentido, conforme apontamento de Jacques Revel (2015), o objetivo é entender como o detalhe individual aponta para fragmentos de experiências que permitam o acesso a lógicas sociais e simbólicas correspondentes ao grupo – abrangendo, inclusive, um conjunto mais amplo da sociedade.

De modo análogo, verifica-se que a prática jornalística de Eliane Brum articula problemáticas sociais, culturais e antropológicas por meio da adoção de novas costuras para as reportagens – resultando no remodelamento das bases do paradigma jornalístico tradicional.

Ao relacionar a prática jornalística de Eliane Brum à metodologia micro-histórica procura-se compreender como se processa a objetivação dos chamados sujeitos “desimportantes” nas reportagens de *O olho da rua*. Para tanto, promove-se uma aproximação dos procedimentos utilizados pela micro-história com as práticas adotadas por Eliane Brum para a investigação, apuração e escuta das personagens.

---

<sup>3</sup> A coluna *A vida que ninguém vê* é composta por 46 textos produzidos durante o ano de 1998 para o jornal *Zero Hora*. Por quase 11 meses Eliane Brum escreveu uma série de reportagens sobre personagens e cenas cotidianas no formato de crônicas da vida real. Em 1999, a coletânea venceu o Prêmio Esso de Jornalismo – Regional Sul. No ano de 2006, a obra *A vida que ninguém vê* foi publicada em formato de livro.

Busca-se, nesse sentido, a complexificação dos contextos sociais, históricos e econômicos. Essa perspectiva é atravessada – no dizer de Alexandre Karsburg (2015), por uma análise exaustiva das fontes – salientando o caráter qualitativo, e não o viés meramente quantitativo:

A leitura atenta, lenta, por vezes nas “margens” do documento, pode revelar pormenores negligenciados pela historiografia, levando-nos a novas pistas e constatações. Com isso, mais próximo chegaremos das particularidades que diferenciavam o sujeito do grupo a que pertencia ou se assemelhava. Porém, lembro que ninguém é completamente “excepcional” ou inteiramente “normal”. Os sujeitos de “carne e osso” situam-se, justamente, entre estes dois modelos abstratos, cabendo aos pesquisadores a tarefa de caracterizá-los, qualificá-los entre um e outro extremo. (KARSBURG, 2015, p. 48)

Giovanni Levi (2015) salienta que os documentos sintetizam realidades “parciais” e “mentirosas”. Os arquivos – para o historiador italiano, emergem em situações de decisão e ação – relegando para segundo plano noções mais subjetivas, como as hesitações, os sentimentos, as emoções e as esperanças.

Para o autor de *A herança imaterial* “os documentos são socialmente determinados, os ricos produzem mais documentos que os pobres, os homens mais que as mulheres, os brancos mais que os indígenas” (LEVI, 2015, p. 249). Nesse sentido, o problema que se apresenta aos historiadores é o de estabelecer o equilíbrio, colocando todos como participantes da história:

Os documentos são necessários, mas são inimigos. O problema fundamental da micro-história, nesse sentido, é dizer que qualquer fragmento pode sugerir coisas se o olharmos com o microscópio. Isso permite reequilibrar, trazer à luz o que não aparecia antes porque estava escondido por dentro dos fragmentos documentários falsos que temos. (LEVI, 2015, p. 249)

A micro-história se aproxima da prática jornalística de Eliane Brum, na medida em que traz para o plano de investigação uma mirada generativa e processual dos objetos analisados. Disso resulta que as realidades são estudadas como processos heurísticos de decifração dos contextos histórico-sociais e não como entidades estanques, homogêneas, fechadas.

Henrique Espada Lima (2006) explica – em conversa com o pensamento de Levi – que o trinômio ação individual, ambiguidade e transformação social está vinculada à compreensão efetiva das normas sociais, de modo que “a ênfase na ambiguidade dos

sistemas normativos que constituem a sociedade está ligada à necessidade de colocar a *mudança* como objeto central de análise” (LIMA, 2006, p. 273).

Nessa direção, constata-se um deslocamento relevante para o entendimento da realidade – válido tanto para o campo da história quanto para a prática jornalística – que se afirma na “impossibilidade de a sociedade ser tratada como um *continuum* homogêneo” (LIMA, 2006, p. 273). No mesmo percurso, Levi (1996) salienta que

Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Portanto, não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente. Pois o risco, não banal, é subtrair à curiosidade histórica temas que julgamos dominar plenamente, mas que ainda continuam largamente inexplorados: por exemplo, a consciência de classe, ou a solidariedade de grupo, ou ainda os limites da dominação e do poder. (LEVI, 1996, p. 181 *apud* LIMA, 2006, p. 273)

Jacques Revel (2015) estabelece conversa com o pensamento de Edoardo Grendi para refletir acerca dos modelos de análise social utilizados pelos historiadores que, em grande medida, atestam parâmetros gerais baseados na incorporação do maior número de características, sejam elas funcionalistas, estruturalistas ou marxistas, por exemplo.

Para o pesquisador francês, um conjunto grande de historiadores resiste ao trabalho de integração – por estarem acostumados a tratar como “exceções” ou “desvios” as normas estabelecidas. Nesse ponto, Revel (2015) traz à baila o diálogo colocado entre Grendi e Fredrik Barth:

La propuesta de Grendi, que en este punto coincidiría con la reflexión inaugurada por el antropólogo F. Barth, sería construir modelos “generativos”, es decir, modelos que permitan integrar por completo – y no ya como excepciones o desvios – los recorridos y las elecciones individuales. En ese sentido, se podría decir que lo “excepcional” se convertiría en lo “normal”. (REVEL, 2015, p. 38)

Ancorado sob essas premissas é que o trabalho de Giovanni Levi se abre para uma discussão mais ampla e problemática dos contextos sociais. A exemplaridade dos fatos históricos, nessa acepção, é pensada não simplesmente em termos estatísticos, mas busca abranger dinâmicas sociais e antropológicas.

Essa perspectiva pode ser observada no segundo capítulo do livro *A herança Imaterial*, em que Giovanni Levi reflete sobre as estratégias utilizadas por três famílias de colonos de Santena. Na obra, o autor faz uma seleção entre uma centena de outros casos possíveis, sem estabelecer um tratamento comparável, baseando sua metodologia na presença nos arquivos prosopográficos. Desse modo, Levi não buscou configurar modelos estatísticos gerais acerca dos três colonos, mas abstrair elementos qualitativos. Revel (2015) explica:

Esas tres biografías familiares, muy contrastadas, alcanzan para que surjan regularidades en los comportamientos colectivos de un grupo social particular, sin perder lo que cada una tiene de singular. Para poner a prueba la validez del modelo no habrá que efectuar una verificación de tipo estadístico, sino someterlo a condiciones extremas cuando una o varias variables que incluye sufren deformaciones excepcionales. La elaboración de un archivo sistemático es, precisamente, lo que permite una verificación de esa naturaleza. (REVEL, 2015, p. 38-39)

O olhar dos historiadores está voltado para a relevância e para a complexidade dos processos não-lineares e para a pequena escala. Com isso, a experiência dos atores sociais e a catálise dos fragmentos cotidianos ganha uma profusa carga de significado. Isso acontece porque, durante muito tempo, a história que ocorria nas margens foi relegada a segundo plano, por não ser considerada como essencial.

Revel (2015) concorda que os historiadores ocidentais têm empreendido uma mudança na forma de dialogar com as bordas dos acontecimentos – *locus* em que as minorias, os sujeitos subalternizados estão localizados. Desse modo, conforme ressalta o autor francês, busca-se conferir um lugar aos que os nomes e cujas pegadas foram invisibilizadas ou apagadas pela historiografia e pelas dobras dos arquivos.

Essa perspectiva atende ao esforço para escrever uma história do ponto de vista da camada subalterna. Revel (2015) explicita que o projeto pode ser concebido em termos muito distintos. Em primeiro lugar, com a finalidade de assimilar conjuntos e caracterizar comportamentos globais e médios. Sob outro prisma, a história nas margens pode designar uma tarefa cuja lógica e o significado está assentado sob as bases da singularidade das experiências.

Para o autor, a metodologia micro-histórica permite a compreensão de que as vidas “minúsculas” também participam da chamada história “grande” – conferindo uma versão diferente e complexa para a realidade social. Para Revel (2015), o problema não consiste tanto em contrapor um “de cima” a um “de baixo”, o grande ao pequeno; mas

em reconhecer que uma realidade social não é a mesma segundo o referencial de análise selecionado:

Algunos fenómenos masivos que estamos acostumbrados a pensar en términos globales, como el crecimiento del Estado, la formación de la sociedad industrial, pueden ser objeto de una lectura diferente si intentamos aprehenderlos a través de las estrategias individuales, las trayectorias biográficas, individuales o familiares, de los hombres que participaron en ellos. No por eso pierden importancia, sino que se los construye de otra manera. (REVEL, 2015, p. 15)

Lima (2006), ancorado no pensamento de Levi e Ginzburg, sustenta que o caráter generativo e processual da micro-história deve abarcar os parâmetros internos dos contornos da realidade individual e de suas variações – sem, no entanto, delimitá-las em formas finais abstratas, mas, mantendo as premissas de seu significado individual. Nessa acepção, Lima (2006) traz à baila a opção pela escala reduzida de observação:

A escolha da pequena escala não era ditada, portanto, apenas pela necessidade prática do manejo das fontes seriais, mas estava ligada antes de tudo à convicção de que apenas a pequena escala permitiria revelar de modo menos impressionista as lógicas que informavam os comportamentos de indivíduos e grupos. (LIMA, 2006, p. 256)

Na mesma senda, Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1991) afirmam que o nome desempenha função essencial na configuração política, econômica e histórica da singularidade de um indivíduo. No percurso de desvendamento de realidades e contextos, os autores pontuam que o arquivo da grande propriedade – configura-se, no século XVII, como uma fonte pródiga para selecionar nomes de camponeses e lugares, além de permitir o acesso a outros arquivos, como registros paroquiais e cadastros.

A investigação pelo nome consegue abranger, inclusive, indivíduos “que pertençam a estratos sociais de elevada mobilidade geográfica” (GINZBURG, PONI; 1991, p. 175). Ginzburg e Poni (1991) salientam que é necessário, nesse caso, perseguir os sinais, sondar os traços abandonados pelo sujeito. Em consonância com esse pensamento, os pesquisadores citam como exemplo a trajetória de Constantino Saccardino, fabricante de licores e bufão profissional:

(...) processado como herético pelo Santo Ofício de Bolonha e condenado à morte, juntamente com três seqüazes, em 1622. O processo (infelizmente impossível de encontrar) teve um eco notável: crônicas cidadinas manuscritas e narrativas impressas fornecem particularidades ulteriores sobre o caso e sobre o seu protagonista.

Deduz-se que Saccardino tinha habitado em Veneza: uma sondagem no arquivo do Santo Ofício veneziano traz à luz um grupo de denúncias contra ele. Um sinal fugidio apresenta Saccardino em Florença, ao serviço dos Medici na qualidade de bufão: e o seu nome é realmente encontrado entre os destinatários dos pagamentos da corte no primeiro decénio de Seiscentos. Um controlo bibliográfico faz aparecer um pequeno tratado da arte médica publicado por ele, que termina com uma lista de clientes tratados e curados, como consta de outros tantos autos lavrados por notários bolonheses, indicados pelo nome. Isto é confirmado por uma investigação no depósito notarial conservado no Arquivo de Estado de Bolonha. Mas um documento remete para um auto análogo lavrado alguns anos antes por um notário de Ferrara. Pouco a pouco emerge uma biografia, seja embora inevitavelmente fragmentária, e a rede das relações que a circunscrevem. (GINZBURG, PONI; 1991, p. 175-176)<sup>4</sup>

A partir do apanhado dos fragmentos nominais é possível reconstruir a trajetória de famílias e indivíduos. Ginzburg e Poni (1991) ressaltam que o fio condutor desses trajetos “é, mais uma vez, o nome” (GINZBURG; PONI, 1991, p. 175). Os autores prosseguem:

Como já foi indicado, este jogo de vaivém não fecha necessariamente a porta à indagação serial. Serve-se dela. Uma série, sobretudo, se não manipulada, é sempre um bem utilizável. Mas o centro de gravidade do tipo de investigação micronominal que aqui propomos encontra-se noutra parte. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido. (GINZBURG; PONI, 1991, p. 175)

Para Ginzburg e Poni (1991), a reconstituição do nome desempenha o papel de diferenciação entre indivíduos, trazendo para o primeiro plano as particularidades e as pequenas narrativas. De modo semelhante, observa-se que no relato de Eliane Brum o nome singulariza histórias, problematiza contextos e complexifica realidades.

A constituição da trajetória a partir do nome também pode ser observada na reportagem *A mulher que alimentava* – incorporada aos movimentos analíticos verificados ao longo do corrente estudo. Na matéria, Brum narra os últimos quatro meses de vida da merendeira Ailce de Oliveira Souza, que tem um câncer em estágio terminal.

A reportagem está centrada na vida de uma pessoa comum – relatando seus fragmentos, falhas e temores diante de uma doença irreversível. Desse modo, Brum consegue refletir sobre como as doenças terminais afetam a rotina dos indivíduos e de suas famílias, traz para discussão a importância dos cuidados paliativos, pondera de

---

<sup>4</sup> A passagem seguiu as normas gramaticais do original.

modo tangencial sobre o sistema público de saúde e, principalmente, reflete sobre o sentido da vida, não a vida dos reis, presidentes, princesas e heróis, mas a vida que acontece nas minúcias e nos retalhos – como a vida singular de Ailce.

A partir do tensionamento desses elementos, Brum consegue trazer para o plano de observação as singularidades inscritas no nome da merendeira Ailce, como também os dados de sua vida e os aspectos problemáticos que a condicionam – além de estabelecer um diálogo profundo com as dinâmicas sociais, culturais e dos sentidos que atravessam a existência da merendeira.

A prática jornalística de Eliane Brum alia-se aos pressupostos da micro-história ao acolher os fragmentos sociais, as particularidades e ao possibilitar para o leitor o desvelamento sensível do cotidiano. A máxima pressupõe – conforme Tayane Aidar Abib (2017), o delineamento de um *ethos* caracterizado pela “resistência aos modelos estratificados, articulação de discursos e poética dos sentidos na configuração narrativa, alteridade e reciprocidade no encontro com o Outro” (ABIB, 2017, p. 53). O diálogo entre jornalismo e micro-história confere, portanto, um aspecto heurístico e afetivo ao contorno das reportagens de Brum:

Quando me tornei repórter, tentei fazer da minha escrita um espelho amoroso no qual as pessoas cujas histórias eu contava pudessem se enxergar, descobrir-se habitantes do território das possibilidades e viver segundo seus próprios mistérios. Ser contadora de histórias reais é acolher a vida para transformá-la em narrativa da vida. É só como história contada que podemos existir. Por isso escolhi buscar os invisíveis, os sem-voz, os esquecidos, os proscritos, os não contados, aqueles à margem da narrativa. Em cada um deles resgatava a mim mesma – me salvava da morte simbólica de uma vida não escrita. (BRUM, 2014, p. 111)

A “corrente” italiana promove, como já se pontuou, uma mirada com o microscópio sobre o trivial, como forma de compreender a polissemia de sentidos e de representações narrativas que povoam os espaços histórico-sociais. Desse modo, as questões relativas ao cotidiano e ao indivíduo emergem como instâncias significativas do relato político, econômico, histórico e cultural.

A reportagem *A mulher que alimentava* possibilita a inteligibilidade das nuances, do aparentemente imperceptível, do comum e do subalterno na configuração da realidade social. Desse modo, a paisagem social subalternizada pode emergir como zona de sentido e significação. Tal assertiva guarda uma atenta relação com a vida cotidiana, com os sujeitos comuns e com a subversão dos fatos. Isso implica um olhar

insurrecto, insubordinado – contíguo à perspectiva jornalística adotada por Eliane Brum.

Os pressupostos metodológicos e analíticos da micro-história encontram-se assentados (como será visto com mais detalhes no capítulo 4) sob as matrizes da redução da escala de observação; da descrição etnográfica; do paradigma indiciário e da narrativa.

Conforme Daniel Vecchio Alves (2017), a micro-história desloca o seu campo de observação para o estudo microscópico dos indivíduos anônimos, subalternos – com a finalidade de reconstituir por meio de história particular – as complexidades sociais, culturais e políticas de um dado contexto histórico.

Levi (2009) assevera que a corrente italiana emerge da necessidade de se restabelecer “a complexidade das interpretações; da renúncia, portanto, às leituras esquemáticas e gerais, para realmente compreender como se originavam diferenças nos comportamentos, escolhas e solidariedades” (LEVI, 2009, p. 11).

Alves (2017) dialoga com Ginzburg ao ressaltar que as estratégias familiares e individuais também são confrontadas com contextos econômicos e com relações hierárquicas – numa dinâmica de circularidade cultural:

Assim, as condutas da micro-história têm por finalidade confessa não reduzir as incertezas, mas simplesmente compor com elas. A contribuição de Ginzburg é então o de estabelecer uma dialética do indício e do testemunho no interior da noção de rastro e silêncio, proporcionando ao conceito de documento toda sua envergadura referencial e imaginária. (ALVES, 2017, p. 425)

Tendo-se em mente a complexidade de uma aproximação entre micro-história e jornalismo, faz-se necessário compreender como a prática de Eliane Brum subverte o *modus operandi* do periodismo tradicional e rearticula novos sentidos, novas gramáticas e semânticas acerca dos contextos histórico-sociais, culturais e também sobre o lugar dos anônimos na reportagem.

Brum foge ao caráter dominante atribuído às fontes noticiosas<sup>5</sup> – tomando-as a contrapelo do tom homogeneizador. Coloca-se, nesse sentido, contrária às bases do

---

<sup>5</sup> Na acepção de Gans (1979), a fonte pode ser compreendida como qualquer pessoa ou instituição que presta informações – na condição de membro ou representante de grupos organizados ou de diferentes segmentos da sociedade - para um jornalista. Maria Cristina Gobbi e Rafael Kondlatsch (2017) citam Brian McNair (1998) para apresentar uma taxinomia das fontes. Conforme o autor britânico, a classificação abrange distintos tipos de fontes, como de natureza (pessoais ou documentais, públicas ou privadas); duração (fontes episódicas ou permanentes); o âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais); grau de envolvimento no fato (oculares/primárias ou indiretas/secundárias); atitude face ao jornalista (fontes ativas/espontâneas ou passivas/ abertas, resistentes); estatuto de visibilidade exigido

jornalismo hegemônico apresentadas por Héctor Borrat (2006), – cujo regime de práticas e os procedimentos regulares instituem uma realidade sem nervuras – lisa, compacta e homogênea – apartada da complexidade das dinâmicas sociais, como por exemplo, das realidades subalternas. Por consequência, a aparição do sujeito comum na narrativa jornalística ocorre por meio de uma subordinação ritualizada ou ainda como estereótipo do poder social dominante, resultando em uma escala que não enxerga as minúcias, os vestígios e as rugosidades sociais.

O conceito de fonte está ligado ao pressuposto de origem, início, começo, surgimento, força geradora, causa primeira. Grosso modo, para Borrat (2006), qualquer ator social “pode ser fuente cuando desempeña ese rol respecto de otro actor comunicándole datos, significados, versiones del caso noticiable” (BORRAT, 2006, p. 246).

Ginzburg (2002) pondera que o entendimento de que as fontes fornecem um acesso imediato à realidade constitui um raciocínio rudimentar. Para o estudioso, as fontes são como “espelhos deformantes” (GINZBURG, 2002, p. 44) – não aparecem como janelas abertas, como pensam os positivistas; tampouco obstam a visão, como imaginam os cétricos.

Em conversa com o pensamento de Ginzburg, Gustavo Henrique Araújo Forde e Luiz Antonio Gomes Pinto (2013) ressaltam que as lacunas observadas na tessitura dos fatos e na configuração da invisibilidade dos indivíduos comuns “produzem espaços vazios que são preenchidos no/pelo processo de interpretação histórica, que, estabelecem as conexões mais prováveis a partir das análises e interrogações das fontes examinadas” (FORDE; PINTO, 2013, p. 99). Ginzburg (2002) frisa que os arquivos/fontes são atravessados por nexos de poder e conhecimento:

(...) ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para “escovar a história ao contrário” (*die Geschichte gegen den Strich zu bürsten*), como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas. (GINZBURG, 2002, p. 43)

---

(fontes assumidas ou fontes confidenciais); metodologia ou estratégia de atuação (fontes pró-ativas ou reativas, preventivas ou defensivas) (GOBBI; KONDLATSCH, 2017, p. 38). No decorrer do tópico 3.3 serão discutidos de forma mais aprofundada o caráter hegemônico de algumas fontes e de que forma isso se traduz na configuração de uma realidade específica engendrada pelos *media*.

Para os termos do presente debate, percebe-se que além de apresentar dados, sentidos e uma “tradução” dos contextos sociais, as fontes engendram estruturas simbólicas de poder na sociedade – pois, corriqueiramente, os acontecimentos são estruturados sob o vértice das ideologias dominantes – solapando o alarido de vozes dos sujeitos comuns, relegando-os ao segundo plano.

Borrat (2006) ressalta que a fontes profissionais compartilham com os jornalistas “un conjunto de pautas orientadoras de lo que comunican y cómo lo comunican: los valores de la noticia, o, (...) factores de la noticia” (BORRAT, 2006, p. 266). O pesquisador salienta que os valores da notícia modificam-se, segundo, o pesquisador evocado. McQuail (1994), por exemplo, compreende os fatores da notícia sob a ótica da previsibilidade e da rotina e MacShame (1979), assinala-os sob a perspectiva do incomum, do raro e da novidade.

Remetendo a Galtung e Ruge (1973), prossegue Borrat (2006), a probabilidade de um acontecimento da atualidade ser noticiado – relaciona-se, aos princípios valorativos engendrados pelas fontes profissionais. Entre os critérios, destacam-se a frequência, a amplitude, a familiaridade, a correspondência, a surpresa, a continuidade e a composição.

Além dos valores referidos anteriormente, Galtung e Ruge acrescentam o parâmetro assentado sob a ideia de *distorção* – que é definida pelos autores pela capacidade de noticiabilidade de um acontecimento. Nesse sentido, são levados em consideração três percursos: 1) referência a nações hegemônicas ou a pessoas da elite; 2) foco nas abordagens em termos pessoais; e 3) destaque para o aspecto negativo de um evento e em suas consequências. Em consonância com as ideias discutidas, Borrat (2006) explicita que:

Glosando a estos autores, podríamos poner un nombre a cada una de estas distorsiones, apuntando al tipo de *reduccionismo* que en cada caso implican: *reduccionismo elitista* em primer caso, *personalista* en segundo, *catastrofista* en tercero. O, para decirlo en otros términos: *reduccionismo excluyente de la inmensa mayoría de actores sociales* en primer caso, *del enfoque macro (y por tanto de estructuras y sistemas)* en el segundo caso y *del acontecimiento positivo, fecundo*, en el tercer caso. (...). De todos modos, al compartir estos valores, las fuentes profesionales y los autores de relatos informativos ponen de relieve la existencia de *una cultura mediática compartida*. (BORRAT, 2006, p. 268)

Em conformidade com Borrat (2006), pode-se afirmar que a racionalização da profissão jornalística ratifica o postulado da técnica, das capacidades de interpretação e

investigação e de uma escrita normatizada, “objetiva”, “imparcial” e “neutra”. Nesse sentido, a estrutura, as características textuais e a separação entre informação e opinião aparecem como elementos definidores do moderno jornalismo. Contudo, observa-se que o relato de Brum está inserido dentro do que Beatriz Marocco (2016) define como “livro de repórter”.

O “livro de repórter” promove uma mudança epistemológica nas bases da produção discursiva do jornalismo. Os saberes, as práticas e as experiências cognitivas deslocam-se numa perspectiva jornalismo-jornalismo, tendo-se como foco a reflexão crítica da prática e a “formulação de uma figura autoral” (MAROCCO, 2016, p. 154).

Zamin (2011) explica que sob a designação “livro de repórter” podem ser observadas narrativas que se dedicam “de uma hermenêutica do jornalismo, seja pela crítica ou pela interpretação, para além de ofertar simplesmente uma grande reportagem” (ZAMIN, 2011, 394).

Os relatos empreendidos por Eliane Brum em *O olho da rua* promovem o deslocamento dos saberes legitimados pelos critérios de “objetividade” e “imparcialidade”, ao se contrapor a uma visão hegemônica de explicação do mundo. Nessa direção, é possível encontrar no relato jornalístico zonas de resistência articuladas sob os vértices da crítica da prática, da autoralidade e do “livro de repórter”.

Zamin (2016) explicita que Marocco examina o jornalismo pelo viés da crítica das práticas jornalísticas. Suas escolhas metodológicas não estão direcionadas à investigação da mídia pela própria mídia (*ombudsman*), ao estudo de crítica literária (tendo jornais e revistas como suporte analítico) ou “à crítica de outros campos teóricos sobre o jornalismo” (ZAMIN, 2016, p. 11). Marocco problematiza as hierarquias de controle discursivo do jornalismo (fatores endógenos e exógenos), marcados pela conjunção da tríade jornalistas, relações de subordinação e estratégias técnico-profissionais. No entanto, conforme aponta Zamin (2016):

(...) a autora [Marocco] não se dedica a buscar por aquilo que é adequado a um modo de objetivação jornalística, mas a compreender os tensionamentos próprios ao sistema de produção jornalística e as formas de resistência que são gestadas em meio a eles. (ZAMIN, 2016, p. 12)

A metodologia empregada por Marocco (2016) espraia-se pela escuta cuidadosa do discurso dos jornalistas. Para alcançar seu objetivo, a autora recorre à utilização das entrevistas. Esse caminho possibilita a definição de comportamentos regulares, regras e procedimentos de controle. O entendimento de uma redação jornalística como *locus* de

acomodação e resistência, comporta – portanto, condutas, condições de produção e o emolduramento de um regime de verdade. Para Zamin (2016), a reflexão articulada por meio das entrevistas, processa uma epistemologia da prática:

O jornalismo, aqui, é pensado pelos sujeitos que o exercitam, que dele fazem lugar para a recolha do tempo presente. Os e as jornalistas falam de si, e a escuta atenta da pesquisadora [Marocco] permite acessar o jornalismo para além das redações, dos manuais e de ferramentas que comumente são acionadas ao tentar explicá-lo. (ZAMIN, 2016, p. 11)

O “livro de repórter” desempenha, desse modo, a articulação entre regras, práticas e técnicas jornalísticas, correlacionando-as a uma reflexão heurística do fazer. O conceito não é hermético, mas se apresenta como apreensão do relato cotidiano, abarcando “a crítica das práticas jornalísticas articulada à experiência do jornalista e a subversão do estatuto de fonte” (ZAMIN, 2016, p. 12).

Em seu livro, Marocco (2016) discute as ações de resistência por meio das entrevistas realizadas com 17 jornalistas, entre eles Eliane Brum, Alexandra Lucas Coelho e Caco Barcellos, por exemplo. No âmbito do presente estudo, o campo de observação ficará restrito à análise da obra *O olho da rua*, de Eliane Brum.

Para Marcia Veiga da Silva (2018), o exame minucioso da prática discursiva da autora de *O olho da rua* define um *locus* enunciativo para o sujeito e para a sua trajetória, influenciando “nas ações de resistência e subversão aos modos de objetivação jornalística que historicamente interdita a subjetividade e vem transformando diferenças em desigualdade” (SILVA, 2018, p. 2).

A redação se constitui como uma seara de embate e racionalidade do mundo. O estudo da prática dos repórteres permite problematizar as zonas de compreensão dos aspectos sociais, culturais e históricos para além da organização burocrática dos *media*, dos valores e das etapas de produção jornalística (apuração, técnicas de redação e convenções normativas) – comungando aspectos, como temporalidade, temas, choques e acontecimentos para a tessitura da escuta delicada empreendida pelo jornalista.

Observa-se, contudo, que mesmo cingidos por injunções do *ethos* jornalístico, repórteres como Eliane Brum articulam suas histórias de vida e trajetórias em contraposição aos valores institucionalmente privilegiados. Silva (2018) observa que – nestes casos – a prática jornalística é sulcada por movimentos de resistência:

Ainda que os sistemas de valores e relações de poder hegemônicos predominassem nas interações observadas nas pesquisas e se refletissem nos discursos e nas práticas jornalísticas, pude perceber que alguns profissionais conseguiam não apenas refletir sobre suas práticas, mas sobretudo que essas práticas se diferenciavam no modo como a realidade era observada e descrita, abrindo margem para um melhor encontro de alteridades também nas narrativas sobre o Outro. (SILVA, 2018, p. 5)

Em Eliane Brum, o exercício da atividade jornalística fia-se pelo esboroamento de complexos códigos de semantização do mundo. Delineia-se, nessa ordem, uma intrincada rede de discursos, marcada por distintos sujeitos sociais e lógicas de cognição que, em conjunto, traduzem “as histórias de vida de alguns profissionais” como “parte de seus discursos” (SILVA, 2018, p. 6).

O encontro com diferentes atores sociais, instituições e vertentes de pensamento, para além do espaço formativo da universidade e do mercado, assim como os lugares de origem, foram delineando caminhos que não apenas constituíram o ser jornalista para esses profissionais, mas também serviram como diferenciais para o trato com alteridade. (SILVA, 2018, p. 6)

Nessa direção, observa-se que a apreensão do mundo – para Eliane Brum (2014) – é filtrada por uma lupa familiar. Sua primeira experiência narrativa se deu com o túmulo da irmã. A infância foi assinalada por visitas reiteradas, juntamente com os irmãos, à sepultura da “Maninha”. Essa imagem marca profundamente a memória da autora de *O olho da rua*, precisamente, porque, para Brum, a morte cala o mundo das palavras:

Desde o início o mundo doeu em mim. Dentro, mas também fora. Alguns creem que as memórias da primeira infância ou são boas ou não existem, temerosos de que até o mito da infância feliz lhes escape. São os que preferem não lembrar. Eu lembro muito, sempre lembrei. E ainda hoje há noites, muitas noites, em que acordo com o coração descompassado. Sempre vou temer o retorno da escuridão, que para mim é o mundo sem palavras. (BRUM, 2014, p. 12)

Outro túmulo particular é o de Luzia de Figueiredo Neves – a professora que ensinou as primeiras letras a Argemiro Jacob Brum – o pai de Eliane. A autora de *A vida que ninguém vê* conta que a primeira descoberta de seu pai foi saber-se Argemiro. Em casa e por todos era conhecido apenas como “Nenê”. Brum relata que quando Luzia chamou por “Argemiro” na escola, seu pai, “então um guri de sete anos, não se mexeu. Só na terceira ou quarta chamada, reconheceu-se. E com o nome veio um mundo inteiro” (BRUM, 2014, p. 73).

Para contrapor ao túmulo de morte, eu tinha este, o de Luzia. Sobre a lápide da mulher que nos deu a luz, com e sem crase, produzi meu segundo nascimento. Escolhi minha linhagem, meu lugar simbólico de pertencimento. Com a memória de Luzia, fiz meu parto para a vida – e a vida era a palavra escrita. (BRUM, 2014, p. 77)

As novelas de rádio também forneceram à Brum as chaves da escuta e da imaginação. Ao observar da porta da cozinha as lágrimas da empregada, a pequena Eliane tecia vaticínios sobre “o poder da história contada” (BRUM, 2014, p. 25) na vida da moça - que “soluçava por uma mulher que morava dentro do rádio” (BRUM, 2014, p. 25).

O rosto fechado da empregada se abria enquanto escutava as (des)aventuras de personagens que, para ela, eram mais reais do que eu. Não posso dizer que compreendia o que se passava, mas entendia o suficiente para registrar que algo de extraordinário acontecia com as pessoas quando elas **ouviam histórias**. Acho que a empregada escutava a novela, e eu escutava a empregada. Naqueles minutos que duravam cada capítulo, aquela moça não apenas queria ser a heroína, mas se tornava a heroína. (BRUM, 2014, p. 28, grifo nosso)

A alquimia entre observação e escuta permitiu que Eliane Brum se tornasse “uma escutadeira que conta. E conta. Para contar” (BRUM, 2014, p. 33). A avó materna, Teresinha, também a inseriu no universo das histórias – reais e das que poderiam ter acontecido. Era corriqueiro Brum ficar perdida entre os bibelôs da avó, ouvindo os causos de Pedro Malasartes. “Eu pedia sempre e sempre que minha avó repetisse as histórias, só para vê-la gargalhar” (BRUM, 2014, p. 35).

Mas o melhor da minha avó eram as histórias urdidas com retalhos pinçados do território sem fronteiras do ontem. Ela era cheia de contos, e eu tinha ouvidos gulosos. Desde pequena, sou capaz de permanecer horas só escutando, sem a necessidade de falar de mim mesma. Pelas fábulas de família minha avó resgatava um pretérito que nunca teve. Se não era possível alcançar um amanhecer mais próximo de seus suspiros, ela compensava alinhavando seu antes com linhas bem coloridas, às vezes extravagantes. Minha avó sabia que, para algumas vidas, é mais fácil mudar o passado que o futuro. (BRUM, 2014, p. 36)

Brum (2012) recorda que seu tio tinha um armazém (bolicho), em Ijuí, no interior do Rio Grande do Sul, em que se reuniam os membros da comunidade. No estabelecimento eram vendidas balas, salame e as pessoas se encontravam no local para jogar cartas e contar histórias. Desde pequena Brum adota uma característica que perpassa a sua prática jornalística - ela é mais “escutadeira” e “olhadeira” do que

“faladeira”. No bolicho do tio, começaram a ser aprimoradas as técnicas da jornalista: “E eu ficava ouvindo histórias. Então comecei a me tornar repórter lá” (BRUM, 2012, p. 72).

Eliane Brum aprendeu a ler aos sete anos. A prática da leitura lhe permitiu apalpar o mundo, “viver outras aventuras e ser outros personagens. Desde então leio todos os dias” (BRUM, 2012, p. 72). Brum destaca que sempre teve predileção por histórias:

(...) meu pai é historiador e sempre teve muita preocupação em contar a história da comunidade. A história da nossa família. A gente fazia as pequenas viagens da família, e ele sempre ia contando histórias no caminho. Então, cresci nesse mundo de histórias reais. Mas nunca pensei em ser jornalista, porque achava jornal uma coisa muito chata. Por que eu achava chato? **Porque não encontrava gente, não encontrava aquelas histórias que gostava de ouvir.** Era uma coisa que naquela época era árida para mim. (BRUM, 2012, p. 72, grifo nosso)

Brum cursou História e Jornalismo simultaneamente, mas não chegou a se formar na primeira graduação. A autora de *A menina quebrada*, inicialmente, não se via exercendo a atividade jornalística. Primeiro, porque era tímida. Segundo - porque não gostava de jornal. Quem a fez mudar de ideia sobre o jornalismo foi o professor Marques Leonam – que lhe apresentou um estilo jornalístico mais aberto ao relato das histórias e às possibilidades da escrita.

Leonam foi professor de Eliane Brum na cadeira de estágio. Com ele, Brum fez a sua primeira grande reportagem – que era sobre as filas que o sujeito enfrenta desde que nasce até morrer. Com a reportagem, Brum concorreu a um estágio no jornal *Zero Hora* – vencendo-o.

E fiquei 11 anos na *Zero Hora* e é neste período que me apaixono pela reportagem e descubro que ser repórter não é o que eu faço, é o que eu sou. É um jeito de estar no mundo. Começo como estagiária, depois fiquei sete meses como frila fixo e depois fui contratada. Nesse início, de uma forma muito intuitiva, começo a construir um jeito de fazer jornalismo como acredito. (BRUM, 2012, p. 73)

A experiência entretecida pela narrativa familiar, pelas histórias ao pé do ouvido, pelo exercício regular da leitura e pelo olhar detido à escuta do outro forneceram à Brum os “instrumentos” iniciais para a sua “caixa de ferramentas”. Por conta disso, o ouvir assume uma conotação metodológica – de aproximação, de empatia e de espanto – na prática da jornalista gaúcha. O ouvir convertido em escuta atenta permitiu a Brum

calar a voz da jornalista que apenas lança perguntas, para em seu lugar deixar nascer a repórter diligente aos detalhes, aos anônimos e às vidas comuns.

Em *O olho da rua* ficam manifestas as complexas redes de sentido articuladas pelo relato jornalístico de Eliane Brum. Para cada uma das dez reportagens que compõem o livro – Brum escreve um comentário apontando o processo de escrita, os aspectos problemáticos da narrativa e como determinada história foi urdida.

Essa ação descreve um duplo deslocamento da prática – primeiro, em direção a uma hermenêutica jornalística; e em segundo lugar para ratificar uma criação autoral. Para Marocco (2016), o que emerge como ponto fulcral neste momento é a compreensão da figura do jornalista e do saber materializado nos “livros de repórter”, que apontam para

a existência de um jornalista que critica a prática e, ao mesmo tempo, pode criar um modo de produção autoral nos livros que escreve. (...). Por esse viés, poder-se-ia argumentar que estes livros [“livros de repórter”] se desviam do discurso vigente no jornalismo e, embora não deixem de fazer jornalismo, neste outro espaço, os jornalistas são agentes de um modo jornalístico de objetivação autônomo, que pode ser conjugado ao exercício da interpretação crítica no comentário. (MAROCCO, 2016, p. 97)

O jornalismo é atravessado por um conjunto de regras, códigos e convenções - que, em conjunto, formulam-no como prática discursiva concreta. Por meio dessa lógica se estabelecem algumas paisagens modelares – centradas, por exemplo, na hegemonia de algumas fontes em detrimento de outras e na ideia de “objetividade”, “imparcialidade” e “verdade”. Em contraposição à ideologia positivista e liberal da indústria jornalística, Brum opta por uma aproximação – como enfatiza Marocco (2016) – aos “indivíduos à margem da sociedade” (MAROCCO, 2016, p. 63):

Com o passar do tempo, as redações foram ficando pequenas para isso: ela [Eliane Brum] migrou para a internet onde espaço não é problema. Neste percurso, o ato de perguntar foi dando lugar à potência da escuta. Intuitivamente, na prática da reportagem, ela foi descobrindo que era assim que descobria alguma coisa nova, a partir da experiência do outro. (MAROCCO, 2016, p. 63)

Maria do Socorro Furtado Veloso e Maria Angela Pavan (2014) apontam que a prática jornalística de Eliane Brum direciona-se para o acolhimento empático do outro. Essa compreensão passa pela capacidade que a autora de *A vida que ninguém vê* tem de identificar nos dramas dos entrevistados o deslinde de comportamentos, racionalidades

e situações referentes à própria humanidade, como “um esforço diário de resistência” (VELOSO; PAVAN, 2014, p. 229).

Na prática jornalística, como na vida, ampliar a experiência do encontro com o outro, percebendo-o em suas distintas dimensões, implica a recusa ao medo de compreender a realidade dos personagens e dos caminhos a que suas histórias conduzem. Requer a capacidade de observar pessoas e fenômenos ao redor, posto que, mais do que olhar, é necessário aprender a perceber. É desse esforço que nasce a capacidade de notarmos “a beleza profundamente surpreendente e significativa das coisas cotidianas” (Vilas Boas, 2003, p. 29). (VELOSO; PAVAN, 2014, p. 229)

As reportagens de Brum presentes em *O olho da rua* são tecidas sob o prisma de um “olhar detido e compassivo” – fugindo às amarras totalizadoras do relato jornalístico. Em sua narrativa, as antinomias da vida das personagens emergem como um istmo – atando realidades, sujeitos e histórias – a estratos sócio-culturais mais amplos e profundos.

Veloso e Pavan (2014) constata que a prática de Brum é marcada pelo afastamento à concepção de impessoalidade da narrativa jornalística e pela negação da demanda pelo fato sensacional. Sua prática define-se – por outro lado - como jornalismo de “desacontecimentos”.

Para Mauro de Souza Ventura e Tayane Aidar Abib (2015), o jornalismo de “desacontecimentos” situa-se na contramão dos valores consagrados pela tribo jornalística, ao definir as reportagens como *locus* de “resistência ao modo de produção noticioso da grande mídia, cuja fundamentação encontra-se nas técnicas e valores jornalísticos aplicados por Eliane Brum (...) ao longo da carreira profissional” (VENTURA; ABIB, 2015, p. 137).

O percurso delineado pela prática jornalística de Brum também não se insere dentro da lógica do jornalismo literário. A repórter do *El País* afasta-se dos sintagmas definidos pela máxima do “jornalismo investigativo” ou do “jornalismo literário”. Para a autora de *A vida que ninguém vê*, o “jornalismo é tão substantivo que não precisa de adjetivo” (BRUM, 2012, p. 89). Nesse sentido, o jornalismo de “desacontecimentos” é caracterizado pela complexificação dos contextos sociais, culturais e históricos. Brum explica:

Há bom jornalismo e mau jornalismo. O que é bom jornalismo? O bom jornalismo é aquele que compreende que a realidade é muito mais complexa do que aquilo que é dito. Infelizmente, boa parte dos repórteres se deixou reduzir a aplicadores de aspas em série. E a vida

não é isso. Quando estás fazendo jornalismo assim, estás fazendo algo meio criminoso, **que é o ato de reduzir a vida, reduzir a complexidade do real.** Então, **o bom jornalismo é aquele que escuta o dito e o não dito, escuta os silêncios, aquele que sabe que os gestos e os cheiros podem ser informações tão importantes quanto a palavra.** O bom jornalismo trabalha com tudo que é da realidade e leva ao leitor o máximo de complexidade possível, para que o leitor possa ir onde ele não foi e, a partir daí, faça as suas próprias escolhas. (BRUM, 2012, p. 89, grifo nosso)

Ao contrapor os elementos da prática jornalística convencional aos parâmetros de uma metodologia de “desacontecimentos”, Eliane Brum deixa patente a escolha por um tipo particular de reportagem – cujo traçado passa pela inteligibilidade das complexas estruturas que atravessam o cotidiano das cidades brasileiras, das Amazônias, das periferias e também pelas possibilidades presentes na vida dos sujeitos anônimos, subalternos, esquecidos.

A narrativa de Brum é “construída” a partir das frestas do acontecimento – como sensibilidade sublimada das rotinas, como reconhecimento do outro e como hermenêutica do olhar. A jornalista gaúcha ilustra essa perspectiva com a história de Vanderlei – que ela conheceu quando escrevia a coluna *A vida que ninguém vê*. O sujeito sintetizava o que é comumente conhecido como um “personagem folclórico”.

O homem todo ano aparecia na maior feira agropecuária do Rio Grande do Sul, montado em um cabo de vassoura – que era seu cavalo. O “alazão” passava pela inspeção veterinária e realizava todos os exames necessários. Vanderlei era conhecido como o “louquinho da Expointer”:

Um dia, emparelhei meu cavalo com o dele. Perguntei: “Vanderlei, você é louco?”. E começamos a conversar. A certa altura ele disse: “Você acha que eu não sei que meu cavalo é um cabo de vassoura? Mas pensa, raciocina (e batia a mão fechada na cabeça). Eu nunca vou ter um cavalo de verdade. Você não acha melhor eu acreditar que o cabo de vassoura é um cavalo?”. Só me restou o silêncio. Se ele era louco, eu era o quê?

Vanderlei desejava tanto um cavalo que deu patas, crinas, carne, ossos e sangue a um cabo de vassoura. Reinventou sua vida da maneira que lhe foi possível. Com a infinita liberdade conquistada, para Vanderlei tanto fazia se era um cavalo ou um cabo de vassoura. Tornara-se capaz de entregar-se ao galope desenfreado de um pampa imaginário. Afinal, quem diz o que é um cavalo ou o que é um cabo de vassoura? (BRUM, 2013, p. 55-56)

Percebe-se, desse modo, que a prática de Brum distancia-se daquilo que Nelson Traquina (2013) define como “tribo jornalística”. Para o autor, os jornalistas compartilham um conjunto de crenças cognitivas, perceptivas, avaliativas e referenciais

sobre a realidade – ratificando o postulado de costumes e normas entre os membros do grupo.

Traquina (2013) referencia McManus (1994), Breed (1955), Epstein (1973), Tuchman (1978) e Hall *et al.* (1978) para explicar que o processo de produção da notícia é atravessado por um compósito de forças – representadas, pela figura do mercado, pelas injunções organizacionais, pelas rotinas e pelo acesso ao campo jornalístico.

O autor português salienta que as notícias são engendradas por profissionais que dividem uma “forma de ver” comum. A partilha de uma cultura noticiosa análoga – articula o pressuposto de que “os jornalistas são uma comunidade ou tribo interpretativa transnacional, e que a cobertura noticiosa em países diferentes revela semelhanças significativas” (TRAQUINA, 2013, p. 28).

Ao reportar às discussões propostas por Traquina, Ventura e Abib (2015) observam que a “tribo jornalística” é entrecortada por traços de uma *episteme* profissional, técnica e cultural do fazer jornalístico. Disso redundam que a “tribo” desvela uma forma específica de ver, falar e se manifestar – ao obliterar diferenças, privilegiar saberes de reconhecimento e pelo fato de sua narrativa adotar uma postura condescendente com as fórmulas homogêneas de “tradução” da realidade – marcada por uma apologia à simplificação das complexidades histórico-sócio-culturais.

Para Silva (2018), o estudo da trajetória e da prática de Brum possibilita a abertura para um novo modelo noticioso ao promover o descentramento de valores arraigados no paradigma jornalístico:

Há também o interesse em perceber como o conjunto de saberes culturais e institucionais foi sendo (re)elaborado a partir de suas posições de sujeito e percursos pessoais, criando brechas para um fazer jornalístico menos reprodutor dos sistemas de valores dominantes. Penso que possa-se encontrar caminhos para a elaboração de práticas pedagógicas que contribuam para que o jornalismo possa, mais amplamente, cumprir sua função social. Função esta que vem sendo dificultada especialmente pela predominância de narrativas que tem servido para reproduzir e reafirmar os valores dominantes e excludentes, (re)produzindo estereótipos e estigmas a grupos historicamente vulnerabilizados em nossa sociedade. (SILVA, 2018, p. 6)

A trajetória profissional de Eliane Brum é marcada – como referencia Silva (2018), por uma hermenêutica da prática, pela escuta, pela alteridade e pelo “trato com a diferença” (SILVA, 2018, p. 6). Nas entrevistas, colunas, reportagens e depoimentos da

autora de *A menina quebrada* emergem fissuras – cujo preenchimento se apresenta pela emergência de novos sujeitos sociais, realidades e pelo fracionamento de concepções estandardizadas acerca dos espaços culturais e históricos.

Observa-se em Brum o deslocamento da prática convencional de se fazer jornalismo para uma perspectiva em que estejam inseridas “as bagagens culturais subjetivas”, a trajetória e também uma “pedagogia do fazer jornalístico afeita ao encontro com o Outro” (SILVA, 2018, p. 6).

A prática despe-se de suas convenções, padrões e cânones sacralizados – equilibrando-se nas bordas dos saberes hegemônicos. É a partir das fímbrias da narrativa jornalística que Eliane exercita sua escuta de espera e elabora o seu jornalismo de desacontecimentos ou para os fins da presente tese – um micro-jornalismo.

Com a finalidade de compreender como se processa o caminho jornalístico delineado por Eliane Brum, recorre-se ao estudo da reportagem *A mulher que alimentava*, presente no livro *O olho da rua*.

No quinto capítulo da presente tese serão aprofundadas questões referentes ao método da micro-história e sua proximidade com a prática jornalística de Brum. Desse modo, o estudo das reportagens da obra *O olho da rua* serão conduzidas pela problematização da análise de trajetórias individuais, familiares e de grupos – adotando-se o método nominativo como catálise para a pesquisa e para a inteligibilidade da narrativa.

Parte-se, assim, do entendimento dos indivíduos como sujeitos ativos – que articulam objetivos, estratégias e fazeres; e, por fim, promove-se o cruzamento de fontes de diversas origens – como forma de trazer para o plano da reportagem a complexidade dos contextos sociais, culturais e históricos.

## **2.1 “A gente vai despida para o mundo do outro”: 115 dias com Ailce**

Na reportagem *A mulher que alimentava*, Eliane Brum acompanha os últimos 115 dias da vida da merendeira Ailce de Oliveira Souza. No período de 2008 a 2010, quando era repórter especial da revista *Época*, Brum abordou a morte como tema de suas matérias. A primeira – com Ailce, foi publicada em agosto de 2008. A última reportagem, intitulada *O filho possível*<sup>6</sup>, foi divulgada em abril de 2010.

---

<sup>6</sup> Na reportagem, Eliane Brum acompanha a Divisão de Neonatologia do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism), da Universidade de Campinas (Unicamp). Na Divisão são oferecidos cuidados paliativos no tratamento de bebês malformados ou com doenças graves. “Todos os esforços são

A vida familiar de Eliane Brum, como já foi pontuado, é marcada pelo pesar da morte precoce da irmã, terceira filha de seus pais, que morreu aos cinco meses. As vozes de “Maninha” e de Luzia emergem nos relatos de Brum como afeição compreensiva, como empatia, como possibilidade para a escuta. Ancorando-se, aqui, sob as bases da micro-história, é possível ponderar que as reminiscências do luto familiar por que passa Eliane Brum ajudam na construção da narrativa sobre o outro – justamente, porque ampliam o debate sobre a pequena indicação como postulado científico, permitem uma definição específica sobre o contexto e promovem uma racionalização dos processos histórico-sociais.

A elaboração do luto familiar possibilita a Brum observar a dor do outro por meio de uma cumplicidade que escuta e acalanta – distanciando-se, portanto, da máxima da prática jornalística que prega uma denegação da subjetividade.

Para Silva (2018), o postulado da subjetividade é apagado dos espaços de linguagem e das zonas de reflexão crítica sobre a prática jornalística. Em seu lugar são adotadas máximas consagradas pela impessoalidade, pela neutralidade e pela ideia de verdade:

O apagamento do sujeito nas práticas e nos discursos jornalísticos hegemônicos é parte dos procedimentos adotados a partir de uma deontologia que se baseia predominantemente na noção positivista de objetividade que interfere na restrição da condição de reflexividade sobre a prática. (SILVA, 2018, p. 12)

Ao conjurar a subjetividade com um olhar heurístico, Brum alcança as sutilezas que circunscrevem as vidas comuns, alçando-as ao âmbito da reflexão, da problemática e da significação. O pensamento sobre a morte da irmã permite a Brum traçar uma narrativa de proximidade, compreensiva e terna para si e acerca da vida do outro. Movimento semelhante pode ser observado quando Brum narra as minúcias e os detalhes da vida de Ailce. O deslocamento, como se constata, é empático. A percepção sob os domínios da vida do outro é atravessada pela compreensão do luto familiar:

Sobre esse momento, minha mãe sempre diz: “Eu chamei o pai para vê-la brincando no banho, à tarde. Ela batia as mãozinhas na água pela primeira vez. À noite ela estava com febre e com manchas pelo corpo. No outro dia, estava morta”.

---

empreendidos para curar. Quando não é possível, a equipe suspende tratamentos invasivos e dolorosos – e amplia os cuidados com a família e com o luto. Cada bebê tem uma história. E é preciso cuidar bem dela” (BRUM, 2010, Online).

Acho que hoje, prestes a completar 75 anos, minha mãe ainda não compreende como é possível perder uma filha assim. Ainda mantém no rosto aquela expressão confusa, de alguém que, de repente, teve uma parte de si roubada com uma violência desproporcional. No velório, ela se surpreendia olhando no relógio para ver se não estava na hora da mamadeira. Só então se dava conta de que era seu bebê que estava no caixão.

Minha irmã esteve neste mundo, de fato, por cinco meses – mas sua morte vive com minha mãe e com todos nós há quase cinco décadas. Eu fui a quarta e última filha. Não conheci minha irmã. Para mim, porém, ela sempre pareceu mais viva do que qualquer outra pessoa. Penso, com tudo o que sei hoje, que essa presença tão forte foi causada por um luto insepulto. Minha irmã morreu de meningite meningocócica. Mas o diagnóstico só chegou dez anos depois de sua morte. Até então, os médicos não entendiam o que a havia matado. De repente, tão rápido. (BRUM, 2013, p. 95-96)

Na constituição dos sujeitos promovida pelo relato de Brum, as correspondências entre passado/presente podem ser observadas por meio da sequência das experiências individuais narradas – que abrigam em seu bojo os ritos cotidianos e as catálises, isto é, todos os processos, contextos e eventos negligenciados quando se leva em consideração a tessitura da prática jornalística.

Nesse sentido, a memória da Brum criança visita a Brum adulta, entretecendo nos tênues fios que ligam passado e presente, uma fórmula crítico-edulcorada para lidar com a dor e com a morte – que não se encerra no caráter objetivo da narrativa de uma vida, mas que é clivada por paisagens interiores, texturas e subjetividades. A esse respeito Brum comenta:

Décadas mais tarde, entre 2008 e 2010, eu empreenderia como repórter uma travessia funda pela morte. Não a morte violenta que está nos jornais, mas a morte que a maioria de nós terá. A morte por doença, a morte por velhice. Na primeira reportagem, acompanhei Ailce de Oliveira Souza, uma mulher com um câncer incurável, nos derradeiros 115 dias da sua vida. Na última, testemunhei a rotina de uma unidade hospitalar de recém-nascidos que, por malformação ou doença, morreriam ao nascer ou mesmo antes, às vezes um pouco depois. Só naquele momento, ao apalpar a dor das mulheres cujas crianças viveram mais no seu desejo do que na vida, alcancei a soleira da dor da minha mãe por aquela filha. Maninha não tinha vivido apenas cinco meses, já que o tempo de um filho não se mede por dias, meses ou anos. Um filho é mundo sem tempo. Eu estava diante de mulheres empaladas pela dor. O resto era mal-entendido. Há mal-entendidos demais numa vida humana. (BRUM, 2014, p. 22-23)

Para a autora de *A vida que ninguém vê*, a escrita sobre o luto constitui uma forma de compreensão da perda e uma maneira de tornar possível o seguir adiante. Percebe-se nas reportagens de teor elegíaco, o olhar acariciador e a escuta diligente de Eliane Brum – que opta por uma olhadela oblíqua, de canto, das margens. Ao focalizar a

morte em suas narrativas, Brum busca transformar a dor em relato de vida por meio da elaboração da ausência:

De certo modo, é o que tento fazer aqui. **Escrevo para transformar. E sou transformada pelo que escrevo.** Pego meu luto por tantos desencontros e o transformo em história contada, na esperança de dar a contribuição que me é possível para o início de uma mudança no nosso olhar sobre a morte. E sobre a vida. (BRUM, 2013, p. 99, grifo nosso)

Ao subverter as bases do paradigma jornalístico e instaurar uma postura de desvio em relação aos relatos hegemônicos, Brum deixa patente o seu caminho em direção ao outro. Para a composição da narrativa sobre Ailce, por exemplo, a reportagem distancia-se do tom sensacionalista comumente atrelado aos acontecimentos que abordam o luto, a morte, o câncer – e opta por narrar o intricado de uma vida.

Na reportagem *A mulher que alimentava*, Eliane Brum articula um conjunto de elementos observáveis na micro-história italiana, como o método nominativo, o paradigma indiciário, a escala de observação e a instância narrativa. No exemplo apresentado a seguir, ficam evidenciadas características marcadas pela escuta atenta, pela diligência aos pormenores e pelo aprofundamento dos aspectos histórico-sócio-culturais da personagem Ailce.

“É tão estranho”, ela diz. “Eu passei a vida inteira batendo ponto, com horário pra tudo. Quando me aposentei, arranquei o relógio do pulso e joguei fora. Finalmente eu seria livre. Aí apareceu essa doença. Quando tive tempo, descobri que meu tempo tinha acabado.”

Ela está intrigada com essa traição da vida. Quando fala, sua expressão é de perplexidade. Ailce de Oliveira Souza não é uma filósofa, é uma merendeira de escola. Toda a sua vida havia sido de uma concretude às vezes brutal. Toda a sua vida havia sido uma sequência de atos. E agora a morte chegava exigindo metáforas.

(...)

Ailce nunca deixou de se sentir traída por “essa doença”, como se expressa na maior parte das vezes, ou “o tumor”. Não pronuncia a palavra câncer. Quando nos conhecemos, em 26 de março, fazia quase um ano que sua pele amarelara e ela se enchera de náuseas. Ela atravessa um período de grande revolta contra Deus. É difícil compreender a morte, a tragédia, o mosquito da dengue, o câncer.

O câncer de Ailce é uma pedra no meio do caminho das vias biliares. O tumor obstrui a passagem e, sem ter por onde escoar, a bile é lançada no sangue e a amarela inteira. Quando ganha essa cor solar, Ailce ainda não tem 66 anos. E acredita viver o melhor tempo de sua vida. “Sem filhos, sem marido, sem compromissos, aposentada, livre”, resume. Ela planeja conhecer as obras de Aleijadinho, nas cidades históricas de Minas Gerais, e a Espanha dos filmes de Sarita Montiel. Descobre que quando viaja esquece de tudo. E, quando a paisagem passa veloz pela janela do ônibus, sente que está indo para onde

sempre quis, não importa o destino. “Você já reparou como a gente muda quando viaja?” (BRUM, 2008, p. 383-384)

Ao apresentar a merendeira Ailce de Oliveira Souza, a autora de *O olho da rua* não se detém no relato da doença. O câncer perpassa toda a narrativa como uma elipse – não está na voz da jornalista Brum e, tampouco, no desenho dos dias de Ailce. O que a repórter deseja é juntar os fragmentos dessa vida e encontrar o seu sentido. Para alcançar esse objetivo – Brum comenta que é necessário se despir para o mundo do outro, compreender a realidade que se apresenta e ser preenchida por ela.

Desse modo, constata-se que ao se debruçar sobre o relato da história de Ailce, Brum empreende um caminho pelos sentidos da doença e pela arquitetura da biografia da merendeira – não as tratando como antinomias frias, mas buscando aprimorar o olhar sobre a sociedade e sobre a existência de Ailce. O enfoque direciona-se, portanto, para a compreensão problemática da vida da merendeira.

O movimento empreendido por Brum aproxima-se dos pressupostos metodológicos assinalados por Ginzburg (2007), compreendendo um processo de coleta, interpretação e narração. Nessa senda, a adoção de uma escala reduzida – tomando-se a personagem Ailce como “modelo” de estudo – privilegia os detalhes, os acontecimentos e as conexões, com o fito de compreender como se articulam as textualidades, materialidades e as circularidades de sentidos oriundas das margens e da complexidade do cotidiano.

Ao compor com as lacunas – a autora de *O olho da rua* traz para o plano da reportagem as incertezas e as hipóteses – articulando-as em um relato coerente. Desse modo, Brum consegue transpor para o plano da reportagem as assimetrias da realidade social, percebendo-a como descontínua e heterogênea. A esse respeito, aludindo ao pensamento de Andréa Cristiana Santos (2014), verifica-se que “a partir do olhar aproximado, podemos capturar algo que pode nos escapar na visão de conjunto” (SANTOS, 2014, p. 6).

Além das metodologias já elencadas, percebe-se em *O olho da rua* o relacionamento com distintas escalas – vagueando entre o macro e o micro. Nessa acepção é que comportamentos, sonhos e acontecimentos da vida de Ailce emergem da tessitura da narrativa como fios que vão cosendo fragmentos a outros pontos esparsos – até montar, dentro do possível – o desenho da vida da merendeira e de seu sentido existencial.

A narrativa em desacomodamentos de Brum direciona-se para a compreensão dos desejos, alegrias e inquietações de Ailce. A existência da personagem é traduzida

como luta e transgressão. A reportagem *A mulher que alimentava* abarca, portanto, o sentido mais amplo das dores humanas – sem se deter, unicamente, na morte, mas adentrando as profundezas do território da vida – com seus interditos, suas faltas, seus silêncios, alegrias e sutilezas.

Para Brum, toda história narrada é um corpo que pode existir, “é uma apropriação de si pela letra-marca de sua passagem pelo mundo. O ponto-final de quem conta nunca é fim, apenas princípio” (BRUM, 2014, p. 111).

Constata-se, aqui, o deslocamento que Brum empreende em direção ao outro. A retórica das aspas cede lugar à semântica dos indícios, lacunas e não-ditos do entrevistado. A escuta ponderada emerge como ferramenta da prática de Eliane Brum:

Escutar é tu não interromper quando a pessoa está falando (...). **Escutar é estar aberto para o espanto**, é estar aberto para se surpreender. É tu te despir. Eu acho que cada reportagem, cada entrevista te exige isso: é tu te despir daquilo que tu é, dos teus preconceitos, da tua visão de mundo e chegar o mais vazia para aquele momento e conseguir realmente escutar com todos os sentidos o que aquela pessoa está dizendo. Então, eu tenho todo o tempo do mundo, sempre, mesmo que depois tenha que virar a noite escrevendo, se for o caso. Eu escuto com todo o tempo que for, **porque cada pessoa também tem o seu tempo de falar**. (BRUM, 2011, p. 310, grifos nosso)

A prática de Eliane Brum descreve dois movimentos: um de “esvaziamento” e outro de escuta. No caso específico de Ailce, o “vazio” a que Brum se refere alude à ideia de preenchimento pela história do outro, pelos seus desvios, incompletudes, desatinos e acertos. Nesse sentido, para relatar a história da merendeira, a jornalista necessita desembainhar suas visões de mundo e preconceitos – para compor uma reportagem com os indícios, com os fragmentos e com os vestígios contidos na vida da personagem.

O processo de esvaziamento e escuta presentes na prática de Eliane Brum se desdobra em uma complexa apreensão dos indícios e dos vestígios. O paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg investiga os fatos sociais sob o prisma do detalhe e do aparentemente supérfluo. O método distingue-se por apresentar um caráter interdisciplinar, destacando-se pela análise criativa dos documentos, dos contextos e dos sujeitos sócio-históricos.

Gabriela Zorzal (2014) destaca que a micro-análise proposta por Ginzburg baseia-se na redução da escala de observação do ponto de vista do pesquisador. O

objetivo não é transformar os elementos individuais em conhecimento generalizado, mas salientar as particularidades:

Ao desenvolver o método indiciário, Ginzburg tomou como base os estudos realizados pelo médico e especialista em arte Giovanni Morelli. O objetivo de Morelli era identificar falsificações de pinturas famosas. Para isso, desenvolveu um estudo muito peculiar sobre os pormenores que costumavam ser até mesmo negligenciados, tais como lóbulos de orelhas, unhas das mãos e dos pés e formato dos dedos, por exemplo. Coelho (2014) explica que esses pormenores tomavam nova dimensão, sendo reveladores enquanto indícios e pistas. Assim, seu método partia de dados que eram considerados marginais, secundários. (ZORZAL, 2014, p. 78)

Zorzal (2014) salienta que o paradigma indiciário apresenta dois pontos de encontro com o jornalismo. O primeiro relacionado à rotina profissional. O segundo diz respeito à compreensão da pesquisa em comunicação sob o ponto de vista dos sinais, indícios e pistas. As reportagens presentes em *O olho da rua* situam-se sob as fímbrias de realidades evanescidas – que, graças ao olhar perscrutador da repórter Eliane Brum, consegue reconstruir os acontecimentos jornalísticos de forma problemática sob as bases de uma realidade subalterna e “sintomática”.

O trabalho de Brum não privilegia a identificação com sistemas simbólicos gerais ou universais do *ethos* jornalístico – mas antes, busca entender o que acontece no processo inacabado de um relato e de uma história. Revel (2015) enfatiza no preâmbulo de *Juegos de escalas* que a complexidade e o caráter intensivo do procedimento micro-analítico tem como mérito principal:

(...) el de ayudar-nos a comprender mejor el entramado de las lógicas sociales, resistir mejor también a la tentación de una reificación de las acciones y de las relaciones, así com de las categorías que nos permiten pensarlas. (REVEL, 2015, p. 16)

Apesar do que possa insinuar o termo “esvaziamento” – a repórter não recorre à tessitura da vida de Ailce sem conhecê-la, examiná-la e entendê-la; trata-se, aqui, pelo contrário, de uma aproximação afetiva, compreensiva e complexa ao mundo do outro. Esvaziar-se, grosso modo, é exercitar o olhar para o espanto.

Brum (2011) ressalta que só é possível se surpreender depois de se lançar ao mistério. Isso, por outro lado, exige uma abertura para o novo, para sublevar conhecimentos consolidados e para a compreensão da realidade do entrevistado:

Eu acho que a gente tem que ir aberta. É muito importante tu ir aberto. O anti-jornalismo é aquele cara que vai com a sua tese pronta e encaixota a realidade dentro da sua tese. Para isso não precisa ir para a rua. Isso é invenção. Isso, sim, é ficção. **Tem que ir aberta para se espantar, para ouvir. O melhor é quando tu te espantas.** Quando a tua pauta vira, quando o imprevisível acontece e tu acolhes o imprevisto. Isso, para mim, é quando eu fico mais feliz. **Eu tenho que saber muito para poder me espantar, não é? Senão, qualquer coisa vai me espantar.** E não devia. Então, o bom é quando tudo vira. Eu vou muito aberta. (BRUM, 2011, p. 319, grifos nosso)

Ao ser preenchida pelos hiatos da vida narrada, Brum se abre para a descoberta, para a observação, para assimilar os sentidos da existência de Ailce. Nesse movimento, os espaços vazios, as incompreensões e as lacunas vão sendo povoados pelos detalhes, pelas texturas e pela escuta diligente. O ouvir, desse modo, aparece como uma atitude heurística de revelação.

Isso pode ser constatado quando Eliane Brum é confrontada com as sutilezas da biografia de Ailce – principalmente, pela forma como a merendeira lida com a sua doença, pela maneira como compreende a ideia de liberdade e pelo modo como a luz interior vai se calando pouco a pouco dentro dela.

Os ritos de uma existência só podem ser percebidos com essa sutileza, quando o repórter alia atenção delicada a escuta dos interditos – o que lhe permite alinhar os acenos de uma vida na forma de um relato, de uma narrativa. Sobretudo, porque a prática de Brum interpela nos gestos sinais inaudíveis aos olhos nus de ternura. Pode-se observar essa perspectiva no excerto apresentado a seguir:

Ailce anda de ônibus por todo lado, dança em bailes da terceira idade, tem um romance com um homem mais jovem. “Me sinto leve quando eu danço, solta, solta, livre”, diz. “Você acredita que quanto mais eu danço mais tenho vontade de dançar?” Ela prefere dançar sozinha pela liberdade de rodopiar pelo salão sem que ninguém a conduza. Sempre quis dirigir ela mesma a sua vida. Escolhe seus passos no salão de baile enquanto no interior do corpo que rodopia suas células a traem em silêncio.

Se câncer é a palavra que ela não diz, liberdade é a palavra que repete. De novo a concretude da vida de Ailce. Ela está presa, literalmente. Sua vida depende de duas mangueiras fincadas dentro dela. Elas drenam a bile para fora do seu corpo. E deságuam em dois recipientes de plástico que ela carrega numa sacola de supermercado nas andanças pela casa, numa bolsa decorada com as princesas da Disney quando passeia. Um dia um segurança de supermercado olha feio para sua bolsa de bile. Acha que ela está furtando coisas da prateleira. Com vergonha de carregar os líquidos do corpo numa sacola, devagar Ailce vai deixando de sair. Desliga a música dentro de casa. E não dança mais. (BRUM, 2008, p. 386)

Ao se despojar de suas visões de mundo e ao ser absorvida pela realidade de Ailce, Brum estabelece um percurso de observação, análise e empatia. Para compreender a vida da merendeira é necessário mergulhar nas margens de seu mundo, experimentar de seus medos e provar de suas angústias.

É importante trazer à baila a discussão proposta por Fernando Resende (2014) sobre narrativa, cultura e alteridade, tomando como pano de fundo o conflito afro-muçulmano no Brasil, centrado na Rebelião dos Malês (1835). Importa destacar que os espaços de consolidação e a divisão de categorias nós/eles são formulados como constructos históricos, teóricos e discursivos. As ideias apontadas por Resende se constituem como perspectivas para se pensar a localização do sujeito subalterno no cerne da prática jornalística – principalmente, porque a realidade do outro contrastante possibilita a investigação sobre o homem comum e sobre os rastros de sua biografia – no âmbito social, cultural e histórico:

Assim vemos que, os processos de entrelaçamento de culturas e de invenção do outro, são, juntos, constitutivos de um mesmo problema; eles são o resultado de uma luta que se trava entre o esforço de nomeação – e, portanto, de sustentação de identidades – e de resignificação, uso e criação de elos de identificação. Entre as demandas e as delicadezas é que a cultura aparece como um tecido feito de restos, como dirá Certeau (1995), algo vivo, fruto de um fiar constante que, no escopo das experiências e das narrativas, reluta em não se reduzir a um gesto ou outro. (RESENDE, 2014, p. 217)

Resende traz ao centro do debate Homi Bhabha para ressaltar que a partir da compreensão de um processo de sobreposição de narrativas, pode-se compreender a cultura como instância de negociação e conflito:

Um processo complexo que dá lugar a um movimento paradoxal tomado por jogos de entrelaçamento de culturas e esforços de invenção do outro. Sob esta perspectiva, o objetivo central desta reflexão é dar a ver esses gestos, de modo a reconhecer os marcadores de diferenças como parte deste movimento – e este é o problema aqui relevante – que acontece com e a despeito (d)as materialidades e (d)as geopolíticas dominantes que afastam culturas, apartam sujeitos e decodificam modos de vida. (RESENDE, 2014, p. 208)

Desse modo, como lembra Santos (2014), a análise micro-histórica emerge como um percurso metodológico que possibilita a construção de uma “história dos sistemas comunicativos, a partir da trajetória individual” (SANTOS, 2014, p. 2), fomentando a emergência do cotidiano e do diálogo com os sujeitos comuns – cujas

histórias foram subalternizadas ao longo do tempo. Os estudos de Carlo Ginzburg permitem, assim, a arquitetura de uma modalidade de história centrada nos aspectos individuais e em sua relação com os outros sujeitos.

Ginzburg critica frontalmente as visões aristocráticas de cultura – instituída como atributo das classes hegemônicas. Para o autor de *O queijo e os vermes*, a cultura popular é gerada, reproduzida e renovada cotidianamente pelas classes subalternas, em um processo de constante circularidade cultural.

Ventura e Abib (2016) ressaltam que para a composição da narrativa de *A mulher que alimentava*, Brum utiliza toda dimensão afetiva para desvelar os elementos que circundam a vida da merendeira, com a finalidade “de ampliar também a possibilidade de compreensão do leitor para com a história do outro” (VENTURA; ABIB, 2016, p. 337).

Brum (2011) ilustra que sem o movimento detido de observação – o exercício da pauta seria malogrado. Ao se deter na escuta e não nas perguntas, foi possível à autora de *A vida que ninguém vê* constatar que Ailce nunca pronunciava a palavra câncer. Ao verificar o apagamento do termo nas conversas que mantinha com a merendeira, Brum compreendeu que a palavra esboçava um sentido que Ailce desejava esconder. O vocábulo em si dizia mais sobre finitude do que sobre a vida – e Ailce, apesar do câncer das vias biliares – era toda vida.

E eu nunca pronunciei a palavra câncer. Se eu chegasse perguntando – “Mas e o seu câncer...” – eu jamais saberia que ela nunca pronunciou essa palavra. Então, esse é o cuidado que a gente tem que ter na escuta: as nossas perguntas não atropelarem, tanto os sentimentos do entrevistado – colocar questões para as quais ele não está preparado – como fazer com que ele conte a história com as nossas palavras e não com as dele.

Porque se eu falasse em “câncer”, talvez ela falasse em “câncer” e eu nunca saberia que essa não era a palavra, que essa era uma palavra impossível para ela. Eu nunca falei em morte antes que ela falasse de morte. Se eu tivesse já chegado falando da morte, eu não saberia que ela só falava da vida. O que ela mais falava era em comida, que é uma grande afirmação da vida. Então, nessa reportagem especificamente, isso fica muito claro. (BRUM, 2011, 316-317)

O exercício meticuloso da escuta exige da repórter um posicionamento delicado, afetivo, terno. Isso é necessário por dois motivos: primeiro, para não inundar o entrevistado com perguntas. Segundo, para que a personagem utilize suas próprias palavras, o seu léxico particular e haja a possibilidade de vir à tona os elementos de sua cultura, do seu cotidiano e de sua vida. Desse modo, evita-se que o jornalista “invada” o

território do entrevistado com sua visão de mundo e afete o modo de a personagem reportar aos seus pensamentos e à sua história.

Essa escuta cuidadosa pode ser constatada nos detalhes e no conjunto de informações coletadas por Eliane sobre Ailce. Como foi enunciado, não se trata apenas de contar, mas de compreender como se organizam as lacunas e os sentidos de uma vida.

Ailce deixou a casa dos pais aos dezoito anos. Devagar São Romão foi encolhendo diante de suas ânsias de mulher jovem. Parecia até que a cidade, antes tão larga, tinha criado paredes. “Me criei num mundo em que preto era preto, pobre era pobre, fazendeiro era fazendeiro, doméstica era doméstica”, diz. “Eu queria ir pra frente, sempre quis conhecer coisas novas.”

Escorregou no mapa e desembarcou em Guarulhos, no estado de São Paulo, na casa de um irmão mais velho. E de novo se sentiu confinada. Mudara de geografia, mas não de sina, e para ela os sessenta não foram anos loucos. Ailce foi operária, costureira, moça de fábrica. E foi entre linhas, agulhas e bobinas que teve as primeiras revelações sobre sexo, quando uma colega contou ao voltar da noite de núpcias que não só doía, como ao final jorrava um líquido branco e pegajoso do membro do homem. Ailce arquivou a informação para não fazer cara de surpresa quando sua hora chegasse.

(...)

Aos 23 anos, ela tomou uma decisão pragmática.

Casou-se com um operário chamado Jaime, irmão de um vizinho, dez anos mais velho. Ele era um rapaz alinhado, que não botava a cabeça fora de casa sem brilhantina, sem um lustro nos sapatos. “Eu não queria mais morar na casa dos outros, queria ter um lugar meu”, diz Ailce. “Ele era honesto, trabalhador, andava de terno e gravata, tinha uma família boa. Casei.”

Ailce não poderia saber que moço assim tão distinto teria ganas de beber além da conta. Nem que uma parte considerável do seu futuro seria gasta no destino sempre triste – e sempre tão lugar-comum – de mulher de alcoólatra. No caso de Ailce ainda mais triste porque nada tinha da originalidade que ela planejara para si. Assinou o livro do cartório convicta de que o amor romântico era uma ilusão que não cabia mais no mundo adulto que a esperava. E talvez tenha sido essa a primeira capitulação de Ailce diante dos seus sonhos. Quando adoeceu, há muito a aliança tinha sumido de seu dedo. “Não serve mais”, diz. “Está apertada.” (BRUM, 2008, p. 391-393)

Verifica-se que o exercício profissional da autora de *A vida que ninguém vê* é marcado pelo abalo dos estamentos que sustentam o jornalismo hegemônico, permitindo orientar seu fazer, sua subjetividade e seus saberes em direção a uma abertura heurística da prática. Esse movimento, segundo Silva (2018), possibilita o desnudamento dos aspectos subjetivos, a evidenciação dos detalhes que compõem a vida comum e o entendimento aprofundado dos dramas das experiências individuais e coletivas:

Em oposição à noção positivista de objetividade impressa nestes manuais, o sujeito-repórter aparece na narrativa destes profissionais como elemento fundamental no processo cognitivo de interpretação da realidade – vastamente apagado da deontologia dominante. Percebe-se a possibilidade do rigor do método sem que a prática se restrinja ao cumprimento tecnicista e burocrático que, além de apagar o sujeito-repórter, muitas vezes se limita às fontes oficiais e à superfície dos acontecimentos. O corpo, a intuição, os sentires são parte intrínseca às práticas jornalísticas. (SILVA, 2018, p. 10)

Estabelece-se, aqui, uma proximidade com a discussão que Marocco (2016) empreende com o trabalho de Alexandra Lucas Coelho – notadamente, para a compreensão do exercício da reportagem como ajuste do olhar. O *ethos* de Lucas Coelho guarda forte contiguidade com a prática de Brum, principalmente, no que diz respeito a uma cognição do modo de ver.

O olhar permite ao repórter experimentado descortinar as nuances do quadro social, tomar os acontecimentos pelo avesso e assimilar as particularidades – de modo a incorporar de forma mais complexa as possibilidades e balizas dos contextos históricos e culturais.

Constata-se que as formas de objetivação e subjetivação elaboradas por Eliane Brum e Lucas Coelho são atravessadas por uma memória individual e por uma insurgência ao paradigma jornalístico. Nesse sentido, o exercício da prática fica situado em uma paisagem marcada pelas bordas, pela percepção de que cada indivíduo carrega uma história única e irrepetível e pela negação de narrativas homogêneas e etnocêntricas.

Ao se colocar diante da vida de Ailce, Brum põe em prática suas táticas de aproximação com a fonte, marcada pela escuta, pelo esvaziamento e pelo olhar detido às texturas, sons e silêncios. Ao se deslocar da relação objetiva estabelecida entre fonte e jornalista, Brum não ocupa o lugar de amiga, mas o da escutadeira que incorpora a repórter.

Assentada sob essa premissa, a autora de *A vida que ninguém vê* toma o relato jornalístico como possibilidade para se pensar os sujeitos sociais e os diálogos entre narrativas e contextos. Ela se contrapõe, portanto, ao jornalismo fincado sob as premissas de neutralidade, imparcialidade e objetividade que não consegue apreender a dinâmica que atravessa o contexto social e age por simplificação.

Mar de Fontcuberta (2006a) destaca que o relato jornalístico vive na contemporaneidade sob o império dos princípios da disjunção, redução e abstração – que em conjunto constituem o que se denomina como “paradigma da simplificação”. A

autora explica que a forma “atomizada” de reportar aos contextos sociais implica em uma barreira para se compreender a realidade.

Apreende-se, nesse sentido, que a prática jornalística centrada na configuração social, cultural e política, permite a enunciação de um discurso e de uma narração que problematize e complexifique as distintas realidades que compõem o contexto social. Dessa forma, o jornalismo pode ir além dos maniqueísmos, permitindo-se lançar um olhar heurístico sobre os fatos que compõem a realidade social, cultural e histórica.

A junção entre jornalismo e micro-história abre a possibilidade de uma síntese mais rica de compreensão e de fusão da história da experiência do cotidiano com tipos mais tradicionais de narrativa – articulando as histórias das pessoas comuns à biografia das classes hegemônicas – em um movimento de circularidade cultural.

Ao inserir novas possibilidades de estudo da realidade e levar para a superfície da reportagem o aparato conceitual por meio do qual os fatos são ordenados no discurso, a micro-história fornece um cabedal de instrumentos que convergem para leituras mais aprofundadas da urdidura do texto jornalístico e de esquadramento do mundo. Nota-se que a obra de Eliane Brum, em estudo, tende a reconstruir novas versões para as histórias das pessoas comuns, sobretudo, para as representações sociais e para a arquitetura do relato jornalístico.

No próximo capítulo, busca-se compreender como a prática jornalística de Eliane Brum reordena as bases do paradigma jornalístico, apontando para uma perspectiva articulada com as premissas de uma reportagem das margens, contra-hegemônica e conectada com as fontes subalternas.

### 3. JORNALISMO: ASPECTOS CULTURAIS, HISTÓRICOS E TÉCNICOS

A constituição do jornalismo como atividade e mundo social específico é atravessada por um conjunto de discursos, por práticas culturais e por processos sociotécnicos. Érik Neveu (2006) e Jean Chalaby (2003) situam no modelo anglo-americano a emergência de uma gramática especializada e autônoma de produção discursiva do campo jornalístico.

No século XIX, segundo Chalaby (2003), as bases dos valores e normas discursivas do jornalismo – como objetividade, imparcialidade e neutralidade – já estavam sedimentados como “gênero distinto de texto” (CHALABY, 2003, p. 30).

Neveu (2006) salienta que Estados Unidos e Grã-Bretanha estão na origem da configuração dos parâmetros que definem a profissão jornalística. O autor delinea cinco pontos centrais para situar o modelo anglo-americano: a dimensão de coleta de informações, predominância do discurso de objetividade, o utilitarismo, a lógica empresarial e a profissionalização. A primeira categoria define o jornalista estadunidense como o profissional que busca a notícia, configurando-se como um coletor de informações (*news gathering*). As figuras dos grandes repórteres emergem envoltos em uma aura heroica, cuja busca pela notícia os leva a devassar lugares, pessoas e histórias, constituindo a imagem do repórter que desencava fatos e acontecimentos. O modelo anglo-americano processa um conjunto de práticas discursivas próprias ancoradas nos aportes da entrevista e da reportagem. Neveu (2006) explicita que

O nascimento da reportagem é grandemente ligado à cobertura da Guerra de Secessão. A entrevista também será inventada nos anos de 1860, e as polêmicas suscitadas na França pela conduta inconveniente que consiste em questionar um presidente dos Estados Unidos ou um papa (Shudson, 1995) mostram o quanto não era pacífica a aceitação da inovação. (NEVEU, 2006, p. 23)

A busca por melhores instrumentos e formas para a recolha de informações, vem no bojo do aumento da competição entre os jornais situados em Londres e em Nova York, respectivamente. A concorrência nasce da necessidade de os periódicos garantirem aos leitores uma cobertura mais ampla dos acontecimentos sociais.

Segundo Chalaby (2003), os diários coletavam as informações de duas maneiras: por meio de seus repórteres e correspondentes e através das agências de notícias. Nos Estados Unidos, o correspondente especial aparece na segunda metade do século XIX,

na cobertura da guerra civil estadunidense. Nesse período o jornal *New York Herald* enviou 63 correspondentes para o *front* e o “*New York Times* e o *Tribune*, com, pelo menos, 20 correspondentes cada” (CHALABY, 2003, p. 32).

As transformações sociais, econômicas e técnicas colaboraram para o surgimento cognitivo da prática jornalística - subsumindo na figura do repórter – o relato de campo, a organização de uma agenda de endereços, a tomada de notas, o cotejamento e a investigação de informações e a utilização da entrevista como apuração e coleta de dados (NEVEU, 2006). Segundo essas premissas, o modelo anglo-americano configura-se como uma profissão à parte, permitindo aos jornalistas pensar sua atividade sob a ótica de uma carreira, de uma identidade profissional e sob um conjunto de práticas discursivas e de saberes.

O jornalismo anglo-americano arquitetava-se também na centralidade do factual. Com isso busca se diferenciar do jornalismo praticado na França, tido como político, opinativo e literário. Os jornais de Londres e Nova York, por outro lado, propõem a adoção de um discurso centrado na “objetividade” e na “imparcialidade”. Esses valores – como se sabe – representam perspectivas ideais, porém, mesmo assim, passam a constituir o imaginário social sobre o jornalismo anglo-americano. Neveu (2006) ressalta que a objetividade jornalística é caracterizada pelo seu caráter de reconstituição dos fatos e por apresentar uma cisão entre informação e comentário:

Essa crença na reconstituição objetiva dos fatos imaculados é uma grande ilusão. Mas, transformada em norma profissional, produziu efeitos. Ela estimula uma espécie de olhar objetivo que procura uma descrição clínica dos acontecimentos, põe os indivíduos e os fatos como objetos de observações frias, desconfia do comentário, identificado como palavrório. O resultado dessas orientações é a desvalorização das formas empoladas de expressão, dos registros polêmicos ou normativos, em nome de uma escrita sóbria e descritiva. (NEVEU, 2006, p. 24)

O jornalismo inglês e norte-americano se ressentia do que Cremilda Medina (2006) chama de “controle positivo dos saberes”. Sob essa ótica, a prática discursiva centrada nos fatos enfatiza a “relação sujeito-objeto, o que fundamenta a teoria e a metodologia da objetividade” (MEDINA, 2006, p. 9). O periódico se converte, desse modo, em um arauto “imparcial” dos fatos. Instaura-se a premissa de que o jornalismo busca a verdade e que suas técnicas e instrumentos são balizados por matrizes objetivas, isto é, que as gramáticas da prática jornalística comungam de perspectivas e visões de mundo advindas dos paradigmas cientificistas.

Além do caráter objetivo das notícias, outro aspecto que pesa na definição da profissão jornalística é o utilitarismo. No século XIX, surge nos Estados Unidos um conjunto de jornais que buscam atender às necessidades cotidianas dos leitores, trazendo à baila temáticas referentes à agricultura, à economia e à sociedade. Neveu (2006) ressalta que a busca por leitores faz com que os jornais multipliquem suas editorias de serviços, abrangendo desde “receitas de cozinha às crônicas religiosas” (2006, p. 24).

Verifica-se nos países anglo-saxões o aparecimento da imprensa como atividade empresarial. Vários fatores concorrem nesse sentido, entre eles podem ser citados o direito, as forças econômicas e a urbanização. No século XIX, os Estados Unidos e a Inglaterra alcançam um rápido desenvolvimento do capitalismo, o que redundou na organização dos jornais e das notícias como mercadorias.

Ciro Marcondes Filho (2009) afirma que o surgimento do jornal vincula-se ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica. Para o autor, o jornal aparece como o suporte de que o capitalismo financeiro e comercial necessitava para fazer com que “as mercadorias fluíssem mais rapidamente e as informações sobre exportações, importações e movimento do capital chegassem mais depressa e mais diretamente aos componentes do circuito comercial” (MARCONDES FILHO, 2009, 133).

Na América e na Inglaterra - durante o século XIX - os jornais conseguem obter um grande volume de receitas com publicidade e vendas. Tem um peso significativo o fato de a liberdade de imprensa estar consolidada nos Estados Unidos (desde 1791) e na Grã-Bretanha (desde 1830). Com isso, os jornais gozam de segurança jurídica, o que lhes permite atuar como atividade mercantil, livre de injunções.

A lógica da imprensa como segmento empresarial impulsiona a profissionalização do jornalista anglo-americano, que emerge como um assalariado. Nesse sentido, conforme enuncia Neveu (2006), a racionalização da profissão jornalística ratifica o postulado da técnica, das capacidades de interpretação e investigação e de uma escrita normatizada, “objetiva”, “imparcial” e “neutra”.

Desse modo, a estrutura, as características textuais e a separação entre informação e opinião emergem como elementos definidores do moderno jornalismo. Nele, tudo teve de ser construído, como a separação entre as notícias, os títulos que dariam origem às manchetes, a divisão das páginas em colunas, a gravura industrial e a gravação de fotografias:

A primeira máquina contínua para a fabricação de papel data de 1803; já a primeira impressora mecânica estreou em 28 de novembro de 1914, rodando o *Times*, de Londres. A primeira rotativa de quatro cilindros, capaz de imprimir 25 vezes mais rápido que as máquinas então existentes, foi inventada por Hipollyte Marinoni, em 1867; a fotografia, o daguerreótipo, surge em 1838, no ano seguinte à extensão das linhas de telégrafos por todos os continentes. Só em 1884 o imigrante alemão Ottmar Mergentaller fabricaria o protótipo da compositora mecânica, a linotipo (LAGE, 2005, p. 32).

O desenvolvimento dos jornais nos Estados Unidos mantém uma íntima relação com o quadro econômico e social por que passou o país durante o século XIX. Pesavam favoravelmente nesse sentido, a redução do analfabetismo, o crescimento da população nos centros urbanos, a interligação férrea e o desenvolvimento dos correios, que incrementaram, sobremaneira, a circulação de jornais.

Essas mudanças podem ser verificadas também no conteúdo. O modelo de jornalismo praticado pelos estadunidenses promove uma cesura entre opinião e informação. Nos séculos XVIII e começo do XIX, verificou-se que a opinião dispunha de espaço privilegiado nos debates promovidos pelos jornais. Na segunda metade do século XIX o poder do texto opinativo vai pouco a pouco sendo diluído, firmando-se a separação entre informação e opinião, que se consolida de forma definitiva no século XX:

Estes princípios são a base da doutrina da objetividade que marcou o fim de uma época na qual a notícia sempre se encontrava salpicada de comentários do autor. Neste sentido, a linguagem literária e a informação comentada cedem espaço para a estrutura conhecida como “pirâmide invertida”, onde os fatos mais importantes são concentrados no primeiro parágrafo do texto jornalístico (SILVA, 2005, p. 31).

Na década de 1830, com o desenvolvimento da educação pública, muitos editores tentaram fazer um jornal mais barato que pudesse ser vendido não só por assinatura, mas de forma avulsa para as massas urbanas. Um impressor de Nova York, Benjamin H. Day, descobriu a fórmula do sucesso. Ele publicou seu pequeno jornal, o *New York Sun (The Sun)*, em 3 de setembro de 1833, com a manchete “Brilha para todos”, vendido a um *penny*. Com o periódico, Benjamin H. Day, iniciava uma nova etapa no jornalismo.

O primeiro jornal popular trazia notícias locais, matérias de interesse humano e reportagens sensacionalistas. O jornal *The Sun* publicava relatos de crimes, tragédias e desastres, notícias que o público considerava interessante e divertida. Day chegou a

colocar no editorial do jornal uma história inverossímil relativa às novas descobertas científicas da vida na lua. Quando tudo foi desmentido por outro periódico, os leitores do *Sun* aceitaram a justificativa do jornal, porque eles haviam se divertido com a leitura do fato.

O *The Sun* era “vulgar” e barato. Dirigido às classes operárias, possuía uma linguagem simples para satisfazer o gosto dos leitores. Esta fórmula teve boa recepção e atraiu vários anunciantes, que, na verdade, sustentavam o jornal de Benjamin H. Day, pois com o valor que era vendido – um *penny* – não conseguia pagar sequer o papel. Seu lucro advinha dos anúncios publicitários.

Na época circulavam em Nova York, o *Journal*, de Hearst; o *New York World*, de Joseph Pulitzer; o *New York Herald*, de James Gordon Bennett Jr., o *New York Tribune*, de Whitelaw Reid e o *New York Times*, de Adolph Ochs.

A disputa entre os jornais se dava de forma muito incisiva, notícia a notícia. Lage (2005) conta que quando o *Tribune* de Pulitzer publicou a primeira fotografia com semitons da imprensa diária – do senador eleito Thomas Platt – o *Times* gastou cinco mil dólares para comprar uma impressora de alta qualidade a tempo de cobrir o jubileu da Rainha Vitória, em junho:

Esses episódios são notáveis porque balizam as ocorrências dos anos seguintes: a vitória do estilo *New York Times*, que separa fatos de opiniões; a busca de metodologia de produção de texto tão formalmente isenta de tendenciosidade quanto possível; a supremacia da reportagem testemunho sobre o “jornalismo de ação”; a criação dos cursos universitários de jornalismo (o primeiro graças a uma doação de Pulitzer) e o estabelecimento de regras claras para produção das mensagens noticiosas (LAGE, 2005, p. 35).

A publicidade, a partir de 1830, constituía a principal receita dos jornais, o que permitia a redução do preço dos exemplares vendidos ao público. Nesse sentido, os anúncios buscavam atingir o maior número possível de clientes potenciais “ou de indivíduos capazes de fixar um logotipo ou uma marca” (LAGE, 2005, p. 33).

Depois do sucesso, o jornal de massa, que era limitado a coletor de notícias, começou então a buscar novas formas de distribuição e captação de informação. A tecnologia de impressão desenvolveu-se e várias instalações telegráficas foram utilizadas para dinamizar o processo de construção e de transmissão da notícia. Por volta de 1850, por exemplo, para cada dez famílias americanas, havia dois exemplares de um jornal diário. Nesse período, surgiram vários jornais rivais, principalmente, nos centros urbanos.

Uma das formas encontradas para cativar o leitor, dizia respeito às publicações de histórias em quadrinhos coloridas. O herói dessas histórias chamava-se *Yellow Kid*. Daí se atribui a origem da expressão “jornalismo amarelo”, ou como é conhecida hoje, “imprensa marrom”<sup>7</sup>:

O jornalismo amarelo era uma espécie de jornalismo gritante, sensacionalista e estabonado que iludia o leitor de todas as maneiras possíveis. Ele se apoderou das técnicas de escrever, de ilustrar e de imprimir, que eram o orgulho do novo jornalismo, e dirigiu-as para usos condenáveis. Tornou a tragédia da vida um melodrama barato e deformou os fatos do cotidiano de todas as formas que melhor convinham a seus interesses de venda mediante os gritos dos pequenos jornaleiros (DE FLEUR, 1976, p. 40).

Nos Estados Unidos, a informação tornou-se, então, uma necessidade estratégica. O jornalista inglês da era vitoriana Edward Dicey, exaltado com o poder da imprensa no país, chegou a afirmar que o “americano podia ser definido como um animal que lê jornal” (AMARAL, 2009, p. 56).

Nas maiores cidades estadunidenses, como New York, Chicago, Boston, Philadelphia e New Orleans, havia desde a década de 30 do século XIX, os vendedores de jornais que, mais tarde, no fim do século, seriam substituídos pelos *newsies* (pequenos jornaleiros, meninos e meninas) que chamavam a atenção nas ruas para as manchetes do dia – aos gritos – ou inventando notícias de acordo com sua criatividade e ousadia:

Um jornal de New Orleans disse que os *newsies* “chocavam as pessoas nervosas guinchando como um apito de trem”. Era uma gritaria só, tal como se verificaria, mais tarde, nas ruas do Rio e São Paulo. Em Boston, na virada do século, havia um *newsie* por 70 habitantes. A meninada segurou a indústria. Os proprietários de jornais baixaram os preços e as vendas subiram. Foi a hora de Hearst e de Pulitzer (AMARAL, 2009, p. 57).

É nesse momento que se verifica nos Estados Unidos as principais transformações no formato e na estrutura do texto jornalístico, ocorrendo a ruptura

---

<sup>7</sup> No Brasil, ficou conhecida como imprensa marrom e tem uma história bastante hilária. A mudança de cor aconteceu no Diário da Noite, no Rio de Janeiro, na época, final da década de 1950, liderado por Alberto Dines. Ao receber informações na redação de que um jovem cineasta cometeu suicídio por estar sendo chantageado por uma revista de escândalo. Dines resolveu colocar o fato como manchete. Então escreveu algo como “Imprensa amarela leva cineasta ao suicídio”. Entrou na sala em que era desenhada a primeira página, quando o chefe de reportagem, Calazans Fernandes, protestou: “Na minha terra amarelo é cor bonita. Põe marrom, é cor de merda”. Disponível em: <[http://www.facom.ufba.br/com112\\_2001\\_2/buracodaimprensa/quartopoder.htm](http://www.facom.ufba.br/com112_2001_2/buracodaimprensa/quartopoder.htm)>. Acesso em 28 Ago. 2017.

definitiva entre opinião e informação. Há o apagamento das discussões ideológicas, a troca da persuasão pela busca pela “verdade” e a crescente expansão do paradigma do texto jornalístico moderno que deve ser escrito na forma direta, clara e concisa em detrimento às estruturas mais literárias.

Esse modelo narrativo é instituído a partir de 1861, com a introdução do *lead* e da *pirâmide invertida*. O *lead* surge nos Estados Unidos, no jornal *The New York Times*. Sua proposta era apresentar de forma sucinta o primeiro parágrafo da matéria jornalística, ou seja, introduzir o leitor no texto e prender sua atenção.

O *lead* constitui a abertura da notícia. Ele deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais, que transmitam ao leitor um resumo completo do fato. Precisa ser objetivo, completo, simples e, de preferência, na ordem direta. A ferramenta procura responder a seis perguntas básicas, que são: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? Graficamente possui de quatro a cinco linhas e não deve ultrapassar oito. Deve ser tão completo que o leitor possa se sentir informado sobre o assunto, apenas com uma rápida leitura.

Com a *pirâmide invertida* acontece a ruptura da ordem cronológica dos fatos noticiados. Antes, até o final do século XVIII, era prática comum apresentar as notícias com começo, meio e fim para depois dar o desfecho do fato. Com a *pirâmide invertida*, as notícias são organizadas em ordem decrescente de importância. Coloca-se no início da matéria os elementos mais importantes e no final os menos relevantes. O objetivo prático é apresentar de forma imediata para o leitor o conteúdo da notícia ou reportagem.

Nota-se que o jornalismo passou por grandes transformações até atingir o formato que apresenta hoje. Em determinadas etapas de sua história, a narrativa jornalística se aproximou da estética literária, conforme se observou no romance-folhetim e também no *fait divers*. No século XIX, o jornalismo deixa de ser - ao menos discursivamente - um fragmento do poder para tentar engendrar para si um espaço desse poder. “O jornalismo, que serve como formador de um espaço público profícuo para a política e para a literatura, passa a reivindicar uma parte desse espaço como exclusivamente seu” (PONTES, 2009, p. 37).

Nesse sentido, os cânones jornalísticos aspiram a garantir a qualidade da apuração e verificação dos fatos, para transmiti-los ao maior número possível de pessoas, colocando-se como porta-vozes da “verdade”.

### 3.1 Paradigma Jornalístico: esquemas de interpretação, valores e postulados

Com a finalidade de compreender como o jornalismo de Eliane Brum se insere e subverte as regras do paradigma jornalístico, adotam-se como aporte teórico as discussões propostas pelos pesquisadores Jean Charron e Jean de Bonville (2016). O debate mostra-se frutífero por possibilitar entender de que forma a autora de *O olho da rua* se desvia da prática cognitiva usual do fazer jornalístico, direcionando-se para uma nova configuração de regras e postulados.

Em contraposição a uma visão histórica de jornalismo apresentada por Chalaby (2003) e Neveu (2006), os quebequenses Charron e Bonville (2016) mapeiam as marcas do paradigma jornalístico dentro de uma perspectiva mais ampla, abarcando uma historiografia do jornalismo e da imprensa. Os autores canadenses não concebem o caráter historiográfico do jornalismo como instância “teleológica” (inscrita numa marcha rumo à liberdade) e tampouco acedem ao caráter “profissional/cronocentrista” (centrado no modelo anglo-americano de profissionalização).

Os pesquisadores canadenses apontam como desafio investigativo a compreensão das condições sociais de produção do discurso jornalístico e as relações complexas que as permeiam. Nessa acepção - para Charron e Bonville - o surgimento da imprensa situa-se na confluência de quatro fases da história do jornalismo, cada uma delas caracterizada por um modo particular de perceber e de exercer o jornalismo. Dispostas no tempo e no espaço, as etapas caracterizam paradigmas jornalísticos, cuja centralidade estão ancoradas no: 1) Jornalismo de transmissão (século XVII)<sup>8</sup>; 2) Jornalismo de opinião (século XIX)<sup>9</sup>; Jornalismo de informação (1880-1910)<sup>10</sup> e 4) Jornalismo de comunicação (1970-1980)<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Com o surgimento dos primeiros jornais no século XVII, os impressores configuram-se como os encarregados de reunir, assinalar e propagar as informações, anúncios e correspondências que lhe chegam. Nesse modelo, a figura do impressor funciona como uma ligação entre as fontes e os leitores. Contudo, nem os gazeteiros e tampouco os jornalistas usufruem de uma autêntica identidade discursiva – que apenas surge com o Jornalismo de opinião, no século XIX.

<sup>9</sup> O jornalismo de opinião é resultado das mudanças políticas e sociais por que passou o XIX. Isso implica em um modo particular de lidar com as questões referentes ao direito ao voto, ao desenvolvimento do sistema partidário e à responsabilidade ministerial. Desse modo, o jornal inclina-se mais fortemente à discussão das lutas políticas, é financiado por seus leitores e por siglas partidárias, não atingindo os reais focos comerciais. O jornal emerge, em suma, como expressão de luta e combate políticos.

<sup>10</sup> Para Charron e Bonville com a intensificação das trocas comerciais e com a industrialização de bens de consumo foi possível criar novos mecanismos de negócio e ampliar os investimentos em publicidade. Com o tempo, os empresários perceberam que ao denegar os embates políticos (motivo de divisão entre a população) em favor de temas mais interessantes para o maior número de pessoas, eles poderiam obter mais ganhos publicitários. Pesam nesse sentido, as condições técnicas e econômicas (ferrovia, telégrafo,

Cada uma das fases demarcam modelos de práticas. Os paradigmas jornalísticos estão alicerçados sob a insígnia do discurso (transmissão, opinião, informação e comunicação) em detrimento dos aspectos políticos, econômicos e técnicos. O jornalismo é afetado por diversos processos extradiscursivos como a economia, a política e a inovação técnica; entretanto, conforme enunciam Charron e Bonville (2016), na medida em que o paradigma jornalístico direciona-se para uma prática discursiva - seus valores de identificação se modificam – passando a não ser mais guiados pelos critérios econômicos ou políticos, mas por referências particularmente discursivas:

Assim, não é a predominância das considerações comerciais que caracteriza o jornalismo do século XX, mas a maneira como essas considerações influem no discurso jornalístico. A busca pelo lucro já era muito forte no fim do século XIX na indústria da imprensa norte-americana, mas as formas discursivas que a manifestavam eram singularmente diferentes daquelas do final do século XX. Por isso, os paradigmas jornalísticos devem ser caracterizados preferencialmente pelos atributos distintivos do discurso jornalístico nos diferentes paradigmas do que por considerações extradiscursivas. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 33)

A ideia de paradigma aponta para o conceito normativo de referência, alicerçado sobre as bases de práticas reprodutíveis. O sistema de regras é clivado por preceitos discursivos e por esquemas interpretativos assimilados pelos jornalistas. Tais postulados condicionam a inteligibilidade e a leitura do “real”.

Dentro do ambiente de redação, o jornalista adota por mimetismo as premissas de socialização profissional, conformando uma ordem de comportamentos e esquemas cognitivos cuja tendência é “reproduzir mais ou menos fielmente, quer dizer, adaptando-os eventualmente às condições concretas e particulares do exercício de seu ofício” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 46).

Nesse sentido, o jornalismo emerge sob duas características principais: a primeira abrange uma prática discursiva (factualidade, construção social da realidade e interesse público) e a segunda evoca uma prática interdiscursiva (pressupõe o encontro

---

telefone etc.), o aumento das páginas e tiragens do jornal e a ampliação da distribuição. O jornalismo também adquire algumas características focalizadas no *lead* e na pirâmide invertida, centralidade no fato e, ainda, os critérios de objetividade, imparcialidade e neutralidade que se configuram como as bases da identidade jornalística.

<sup>11</sup> O jornalismo de comunicação é caracterizado pela diversificação de mercados midiáticos e de serviços de informação, o que põe em xeque as normas e as práticas usuais de produção, difusão e de consumo da informação, ou seja, a relação entre produtores e consumidores é modificada. Nessa fase, a figura do jornalista busca estabelecer laços de cumplicidade e de intersubjetividade com o público.

de distintos discursos e fontes como, por exemplo, o relato oficial da polícia, do juiz, de políticos, de sujeitos comuns ou dos bombeiros).

Charron e Bonville (2016) recorrem aos conceitos presentes na Sociologia do Jornalismo e nas Ciências Sociais para estabelecer as características e os processos de produção do discurso jornalístico – que variam no âmbito espaço-temporal - e são clivados por regras, códigos e paradigmas. Os autores canadenses inspiram-se nas teses de Thomas Kuhn (1998) para definir o que é um paradigma. Nessa direção, o conceito é assimilado como um conjunto de valores, técnicas e crenças partilhadas por membros de uma mesma comunidade científica:

Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma. (...) De acordo com essa concepção, uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas.

Neste processo absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas das mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto de estudo próprio. (KUHN, 1998, p. 219-220)

Sob essa premissa, Charron e Bonville compreendem o paradigma jornalístico como um sistema normativo formado por esquemas de interpretação, modelos exemplares e valores com os quais os sujeitos se identificam como membros de uma comunidade jornalística em um espaço e tempo específicos. O paradigma apresenta duas vertentes: uma teórica e outra empírica. A versão teórica articula duas classes principais: 1) um saber comum ou saber enciclopédico específico aos jornalistas e 2) um conjunto de regras de produção discursiva.

O saber comum pressupõe um apanhado circunscrito de informações – que se ligam a referentes jornalísticos, como instituições, figuras políticas e instâncias econômicas, sociais e culturais. Ao sistema tipológico de referentes cabe o ordenamento do saber enciclopédico, que em sua estrutura abrange diversas categorias, dentre elas atores, Estados, instituições e eventos. A união da esfera jornalística (centrada no *lead* e na pirâmide invertida) com o sistema tipológico de referentes articula o que se define por “doxa jornalística” (CHARRON; BONVILLE, 2016).

Os autores quebequenses destacam que os periodistas retêm na memória um conjunto de informações acerca do tema de suas reportagens. Esses dados são hierarquizados e justapostos na forma de esquemas de referentes.

Percebe-se, sob essa ótica, que os esquemas de referentes reúnem um saber comum e por meio deles emergem outros esquemas, como o de reportagem e os esquemas textuais. O primeiro centra-se nos processos, incluindo-se as formas de coleta, avaliação, desenvolvimento e formatação da informação pela redação. O segundo termo, refere-se aos gêneros jornalísticos, tais como o formato do *lead* e da pirâmide invertida em uma notícia, a escolha e apresentação de uma fonte, etc.

Pode-se compreender esse saber comum a partir de uma situação. Um jornalista encarregado de cobrir o Congresso Nacional necessita dispor de conhecimentos iniciais como, por exemplo, entender que o poder legislativo brasileiro é exercido na instância federal por duas casas: o senado federal e a câmara dos deputados; saber quais são os principais temas em discussão nas duas instâncias, assimilar como se articulam e votam as siglas partidárias, as alas evangélicas, os ruralistas, etc. O saber comum ou enciclopédico se encarrega, como se percebe, de categorizar e hierarquizar as informações cognitivamente mais acessíveis.

Nessa senda, destacam-se também as regras de produção discursiva, que apresentam dois formatos: do editor (regras de edição) e dos repórteres (regras de redação). Conforme Susan B. Shimanoff, a regra constitui uma prescrição a ser imitada e “que indica qual comportamento é obrigatório, preferível ou proibido em um determinado contexto” (SHIMANOFF, 1980, p. 57 *apud* CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 77). A regra, por esse viés, é prescritiva, contextual e visa a comportamentos. As regras de edição dizem respeito aos recursos empregados, à seleção dos fatos e ao enfoque dado aos eventos. Esses parâmetros podem ser percebidos em diversos segmentos do jornal, conforme atestam Charron e Bonville:

Essas regras são perceptíveis (...) na definição do objeto referencial (eventos recentes, em jornalismo contemporâneo), na distribuição de temas (mais ou menos política, economia, esporte, etc.), na exploração dos gêneros jornalísticos – editorial sobre um evento de política nacional, notícia (*hard news*) sobre um acidente na estrada, reportagem (*soft news*) sobre o problema da evasão escolar, breve sobre um evento artístico, etc., na formatação das informações (manchete em seis colunas na “primeira página” ou uma nota curta na página 27, etc.). (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 74)

Já as regras de redação abrangem a natureza dos gêneros e dos estilos jornalísticos (seleção, coleta, processamento e difusão da informação). As regras também podem ser discriminadas em semânticas (seleção e interpretação da informação, no âmbito macroestrutural ou microestrutural), procedimentais (enunciam o

modo como se desenrolam as atividades profissionais) e normativas (prescrevem comportamentos profissionais).

Em sua dimensão empírica, o paradigma jornalístico apresenta-se sob duas formas básicas: uma cognitiva (presente como estrutura cultural no mundo dos jornalistas) e outra discursiva (resultado das mensagens produzidas pelos repórteres ao longo de sua atividade profissional).

O procedimento discursivo compreende uma operação de práticas e convenções regulares. A relação que os repórteres mantêm com os outros jornalistas se configura como uma arena de observação e de reprodução. Os jornalistas iniciantes conformam seu discurso a partir da “decodificação” e apreensão dos métodos operativos dos colegas de profissão e dos repórteres dos veículos concorrentes.

John Soloski (2016) explica que as instâncias de busca e de relato das notícias também são afetadas pelo profissionalismo jornalístico. Para o pesquisador estadunidense, o profissionalismo se apresenta como um método competente e pouco dispendioso por meio do qual os veículos de comunicação exercem seu domínio sobre os repórteres e editores. Para evitar o caráter discricionário dos periodistas são adotadas regras que se configuram nas chamadas políticas editoriais das organizações jornalísticas. Soloski ratifica que para uma profissão subsistir ela deve exercer o controle sobre a base cognitiva da profissão:

Para fazer isto uma profissão exige: 1) que um conjunto de conhecimentos esotéricos e suficientemente estáveis relativamente à tarefa profissional seja ministrado por todos os profissionais; e 2) que o público aceite os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer os serviços profissionais. Ao assegurar o controle sobre a base cognitiva da profissão, a profissão também exerce um monopólio no mercado profissional. (SOLOSKI, 2016, p. 136)

O controle da base cognitiva também se dá por meio da aprendizagem profissional, com o controle das instâncias educativas nos institutos superiores e universidades. As escolas profissionais permitem que os futuros jornalistas assimilem a base cognitiva da profissão; estimula a padronização dos serviços profissionais e, por fim, apontam para a adoção dos ideais da profissão pelos novos jornalistas. É durante essa fase que os repórteres se tornam “membros sociais das suas profissões”, assimilando normas e procedimentos. Segundo Soloski (2016), tal atitude significa algo mais do que a aplicação de uma técnica apreendida, “significa a aprendizagem do modo como estruturar e viver a vida como profissional” (SOLOSKI, 2016, p. 137).

A cultura da profissão, segundo Robson Dias (2014), articula táticas, códigos, símbolos, rituais e convenções que abarcam tanto o mundo dos *mass media* quanto dos jornalistas na sociedade. Soloski (2016) diagnostica que o comportamento dos repórteres é influenciado pelo profissionalismo jornalístico de dois modos: ao estabelecer normas e padrões de comportamento e ao determinar o sistema de recompensa profissional.

Dias (2014) dialoga com Soloski (2016) ao apontar que os padrões de conduta e as normas de comportamentos relacionam-se de forma transversal com os definidores primários<sup>12</sup> no que diz respeito às assimetrias “cognitivamente induzidas nos jornalistas em suas redações e rotinas produtivas” (DIAS, 2014, p. 597).

Dentro do cotidiano de produção da notícia de cada profissional, existem as rotinas cognitivas: percepções que o jornalista tem da realidade, podendo, posteriormente, favorecer a avaliação do que é noticioso, além do fato das rotinas produtivas estarem confinadas nos limites cognitivos da racionalidade (Traquina, 1993, p. 93). (DIAS, 2014, p. 597)

O segundo modo, relativo ao sistema de recompensa profissional, aponta o prêmio como bônus ou agrado, isto é, “aquilo que se ganha (simbólica ou materialmente) ao chegar a um objetivo” (DIAS, 2014, p. 597). Dias (2014) cartografa um mapa de recompensas a partir de diversos conceitos localizados em variados matizes de pesquisas e autores:

Os prêmios em Jornalismo operam em relação a diversos conceitos identificados em Teorias da Comunicação, tais como: controle do seu trabalho (Breed, 1993) nas rotinas produtivas (Tuchman, 1993), a questão da ação pessoal e seleção de notícias (Wolf, 2001) por um filtro (White, 1993; Senra, 1997), o profissionalismo (Soloski, 1993), sofrimento com a pressão do tempo (Schlesinger, 1993), relacionamento entre fontes e os jornalistas (Molotch e Lester, 1993), poder das fontes como definidores primários (Hall *et al.*, 1993), além de questões relativas à visão de mundo e cultura profissional (Schudson, 1993). (DIAS, 2014, p. 597-598)

O profissionalismo jornalístico – como se observa - é atravessado por um conjunto de normas. A objetividade emerge, nessa seara, como um importante elemento de standardização, aliando-se ao ritual estratégico que envolve o *news judgment* (a

---

<sup>12</sup> O quadro social determinado pelos definidores primários e pelo aparato dos *media* engendra uma ótica em que os promotores das notícias estabelecem a definição ou interpretação primária dos fatos e acontecimentos. Desse modo, a taxinomia de todas as futuras coberturas ou discussões passam pelo relé heurístico dos definidores institucionais. Isso implica que a definição primária alberga um conjunto de referências e interpretações primordiais – cuja indexação está assentada na dinâmica das fontes.

decisão do que é notícia), a seleção das fontes e a estrutura dos *news beats* (resultado da interação do profissionalismo jornalístico com os recursos da empresa noticiosa).

Para Soloski (2016), a objetividade colocada em prática pelos repórteres apresenta a vantagem de englobar as necessidades dos jornalistas, das organizações e dos públicos. Segundo esse raciocínio, os acontecimentos podem ser apresentados de forma segura, sem a necessidade de explicar o significado político dos fatos.

Ao deslocarem as notícias como séries de fatos, as organizações jornalísticas sedimentam suas bases de proteção de duas maneiras. A primeira é que “as fontes e não os jornalistas são responsáveis pela exatidão dos fatos” (SOLOSKI, 2016, p. 140). Sob certo aspecto, essa premissa colabora para afastar dos jornalistas e de suas organizações as denúncias de parcialidade e imprecisão das reportagens. A segunda vantagem é “assegurar sua posição de monopólio no mercado” (SOLOSKI, 2016, p. 140). Isso ocorre graças ao “apagamento” das marcas políticas e ideológicas nas organizações jornalísticas. Conforme Soloski (2016), a máxima da objetividade sustenta-se na “eficácia da cobertura jornalística, nos custos de assinatura, nos serviços de distribuição ou em qualquer outro fator tangível que um jornal consegue controlar” (SOLOSKI, 2016, p. 140).

Isso impacta na escolha das fontes noticiosas pelos jornalistas – que em sua maioria – optam pelos “personagens” centrados na estrutura do poder da sociedade, cujo sistema político-econômico emerge como um dado natural.

As fontes noticiosas surgem então da estrutura do poder existente; por isso, as notícias tendem a defender o *status quo*. Mas os jornalistas não se põem a relatar conscientemente as notícias de modo a que o atual sistema político-econômico seja mantido. A seleção de acontecimentos e de fontes noticiosas corre “naturalmente” do profissionalismo jornalístico. (SOLOSKI, 2016, p. 140-141)

Soloski (2016) pondera que o fato de os jornalistas inclinarem-se para as fontes hegemônicas não quer dizer que o *news judgement* não sofra alteração. Contudo, fica evidenciado, que as distinções aparecem dentro de uma estrutura paradigmática, “nomeadamente a das normas predominantes do profissionalismo jornalístico” (SOLOSKI, 2016, p. 141). A definição do que se julga ser notícia sofre as injunções do conceito de normalidade em sociedade, uma vez que o critério de noticiabilidade de um acontecimento nutre-se do distanciamento do que se concebe como normal. Na concepção de Soloski (2016), ao fixar-se no desvio e no insólito, “os jornalistas

defendem implicitamente as normas e os valores da sociedade” (SOLOSKI, 2016, p. 141).

A seleção, a apresentação dos acontecimentos e as fontes noticiosas constituem elementos que se conjugam ao profissionalismo jornalístico; além destes, a empresa jornalística também desempenha papel importante no processo ao estabelecer as rotinas de cobertura noticiosa por meio dos *news beats*. Nesse sentido, o profissionalismo jornalístico se encarrega de autenticar e determinar o valor das instituições a serem cobertas pela pauta noticiosa. O foco desvia-se do ambiente de redação e direciona-se a outros espaços, em que os jornalistas compartilham experiências e informações, como é o caso das entrevistas coletivas e das coberturas em assembleias legislativas, por exemplo, que são planejadas com a finalidade de agrupar vários profissionais.

Charron e Bonville (2016), em diálogo com David Mathieu (2003), apontam que o processo cognitivo apresenta similitudes e nexos com as investigações e testemunhos dos jornalistas. Nessa direção, podem ser distinguidos três níveis de esquemas jornalísticos. O mais elementar, denominado por Mathieu, como “principiante”, é formado pelo conjunto de informações básicas acessíveis a qualquer ente cognitivo. Nesse estágio, o regime de práticas jornalísticas fica restrito às suas representações mais superficiais. Abrange, assim, as imagens convencionadas acerca da atividade jornalística que os sujeitos formam sobre os *media* de modo geral. Como exemplo pode ser mencionada a noção de que a estrutura da página de um jornal apresenta fotos para compor as matérias, que o jornalista faz perguntas a uma fonte, que as notícias apresentam título e assim por diante. São dados que os sujeitos cognitivos comuns percebem na dinâmica dos *media*.

O segundo nível abrange conhecimentos peculiares aos jornalistas. Os esquemas de referentes e de reportagens são aprimorados com as informações adquiridas na prática profissional. Nessa fase, os esquemas alinhavam saberes e narrativas, como forma de interpretar os aspectos sociais, culturais e políticos. O exercício da prática jornalística abre novas possibilidades para a compreensão e problematização das informações – que passam a ser enriquecidas pelos procedimentos de observação, análise e cotejamentos de dados, fontes e situações.

Mathieu (2003) destaca, por fim, os esquemas de acontecimentos. Esse nível é caracterizado por práticas específicas da atividade jornalística – ao concentrar informações relativas ao referente e aos procedimentos de como noticiar determinado fato. Os esquemas de acontecimentos são compostos por roteiros específicos – que permitem ao jornalista pinçar em meio a um compósito de fatos e notícias possíveis –

um acontecimento, isto é, buscar na miríade difusa do social, aquilo que se desvia da rotina e que repercute no cotidiano.

O jornalismo, como a língua, não se petrifica numa redoma, mas se organiza sob um conjunto de regras suscetíveis de se modificarem ao longo do tempo. Resultado disso são as transformações nas condições concretas da prática. As cesuras que ocorrem no paradigma jornalístico são relevantes para se pensar como os desvios possibilitam a ascensão de novos usos e de novas consciências no âmbito do jornalismo.

Quando a configuração dos postulados, valores, regras e esquemas do paradigma jornalístico perdem seus nexos iniciais e adquirem uma nova conformidade “significativamente diferente da configuração de partida” (CHARRON; BONVILLE, 2016), pode-se dizer que o paradigma entra em crise, acarretando em modificações significativas na prática, nos discursos e nos valores de coleta e produção.

A crise aparece como uma tensão cognitiva dos elementos paradigmáticos tidos como importantes e essenciais para a configuração da prática jornalística. No momento em que a crise desponta “os sistemas de regras se transformam profundamente, de modo que deixam de estar em sintonia com a configuração específica de regras jornalísticas em aplicação” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 114). A disjunção entre os demarcadores de edição e redação possibilitam, assim, “a adaptação das regras jornalísticas às novas regras em vigor no meio” (CHARRON; BONVILLE, 2016), deixando patente que a crise se encarrega de gerar novos processos, valores, esquemas e inovações.

Verifica-se, à luz da crise do paradigma jornalístico, que as técnicas empregadas por Eliane Brum, configuram-se pela não-congruência dos esquemas cognitivos, dos roteiros e dos métodos heurísticos conservados na memória discursiva e nas hierarquias da prática jornalística. A autora de *O olho da rua* move-se nas bordas da crise paradigmática, corroborando com o dado enunciativo proposto na discussão de Charron e Bonville (2016). Observa-se, por consequência, que o relato de Brum conserva a estrutura global da narrativa jornalística, mas encaminha-se para uma nova configuração de regras, de esquemas de reportagem e de discursos (amalgamados na denegação do *lead* e da pirâmide invertida e pela opção por fontes não-oficiais, em sua maioria, subalternas).

### **3.2 A construção da realidade social: o jornalismo forja o presente**

A atividade jornalística redonda de um processo de construção em que estão dispostos parâmetros de ordem ideológica, cultural, histórica e técnica. Lorenzo Gomis (1991) destaca que o jornalismo apresenta três acepções: a primeira é explicar o funcionamento global dos meios na sociedade; a segunda diz respeito à sua influência na formação da imagem que a sociedade tem de si e, por fim, a de instituir o presente social de referência.

Como foi discutido anteriormente, a relação que o repórter estabelece com o mundo é clivada por estrangimentos regulares oriundos de uma perspectiva de objetivação jornalística, valores, postulados e por um regime de práticas. Por meio dos *media* é possível ter acesso à realidade social como uma referência geral. Nessa direção, jornais, revistas, programas de rádio/TV e sites de notícias cultivam a permanência de uma constelação de fatos que não se desvanecem ao serem difundidos, mas são preservados nos comentários e nas conversações que suscitam.

En la gama de percepciones que se dan en la vida cotidiana hay que acotar la percepción periodística del entorno, pues lo que los medios escogen y montan es lo que laboriosamente forma la imagen periodística de la realidad que ellos ofrecen: su imagen del presente social. La percepción periodística es una característica profesional de los hombres y mujeres que trabajan en los medios de comunicación. (GOMIS, 1991, p. 14)

Como articulador da “imagem do presente social”, o jornalismo espraia-se sob um conjunto de rituais diários ou semanais – que foram se modificando com o aparecimento da internet. O ato de ler jornais e revistas, assistir ao telejornal ou acessar um site para se informar constituem práticas cotidianas que permitem o contato com a realidade global que envolve os sujeitos histórico-sociais. Desse modo, ao captar o presente social em que os indivíduos estão inseridos, o jornalismo processa o sentido do rito. Conforme explicita Gomis (1991), o conjunto “de los medios forma hoy um círculo de realidad envolvente que se convierte en referencia diaria de nuestra vida, telón de fondo de la vida en común” (1991, p. 15).

A imagem jornalística projeta óticas de observação e de realidades para homens e mulheres, colocando-os ritualmente em contato através das liturgias de práticas, saberes, visões de mundo e também com a ampliação e solidificação das dimensões do presente.

O jornalismo tece na sociedade uma “geografia” de referências comuns. O presente que os *media* enunciam é composto por fatos e acontecimentos de um passado próximo – que catalisa no universo sócio-histórico dos leitores e ouvintes a efetivação

“consensual” de um agora. Gomis (1991) entende que o presente das notícias é impulsionado pelo compósito de comentários que elas originam. Para o autor, “las noticias influyen en los seres humanos mientras éstos las comentan” (GOMIS, 1991, p. 33). O pesquisador catalão complementa:

El presente es lo que se comenta (GOMIS, 1988a). Por eso son más noticia las noticias que más duran, porque son las que dan consistencia a nuestro presente de referencia, a nuestro presente colectivo, común, a los hechos que comentamos socialmente. (GOMIS, 1991, p. 34)

Além de possibilitar a discussão pública das notícias e a presentificação dos conteúdos por meio dos comentários, o jornalismo ainda apresenta um caráter heurístico. Essa lógica é processada pela adoção do jornalismo como um método de interpretação da realidade social. A prática dos *media* (e por extensão do jornalismo) emerge como um método de inteligibilidade das instâncias sociais, abrangendo hábitos, sistemas normativos e pressupostos.

A realidade a que se refere o paradigma jornalístico é a realidade social. Desse modo, o jornalismo não se desloca em direção ao que acontece na intimidade das consciências ou do inconsciente, mas preocupa-se pelo que sucede na superfície histórico-social e pelo o que se alvoroça na pele dos fatos. Conforme Gomis (1991):

La interpretación periodística permite describir y comprender por medio del lenguaje la realidad de las cosas que han sucedido en el mundo y se completa con el esfuerzo, también interpretativo, de hacerse cargo de la significación y alcance que los hechos captados y escogidos para su difusión puedan tener. (GOMIS, 1991, p. 36)

Nesse sentido, o jornalismo interpreta a realidade social a partir de três angulações. Inicialmente, por meio da seleção daquilo que se considera mais interessante dentro da profusão de fatos presentes no contexto histórico. Segundo, porque explicita e traduz em linguagem inteligível os fragmentos que pretende isolar (como as notícias, por exemplo) e pela definição do que é mais relevante, tendo-se no *lead* e no título elementos de destaque. Por fim, o jornalismo situa e ambienta reportagens, notícias, editoriais e comentários no âmbito de suas gramáticas enunciativas, possibilitando compreender e expressar os contextos sociais referenciados.

Stuart Hall *et al.* (2016) salientam que a arquitetura do tecido social processada pelos *media* não emerge de forma transparente e naturalmente noticiável. É resultado de um complexo emaranhado de escolhas e seleções sistemáticas de fatos e acontecimentos

cujas bases estão sedimentadas “de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL *et al.*, 2016, p. 309).

Aliado ao item de codificação dos valores-notícia e aos elementos de socialização profissional (prática e ideologia dos jornalistas) adiciona-se um terceiro aspecto – que tange à construção da própria notícia. A composição ocorre por meio do processo de identificação e contextualização dos sentidos dos acontecimentos pelos *media*.

Hall *et al.* (2016) explicam que um acontecimento só adquire significado quando se coloca no “âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais” (HALL *et al.*, 2016, p. 311). Para alcançar esse objetivo, os jornalistas utilizam uma intrincada combinação de mapas culturais do mundo social. Isso lhes permite conferir sentido a uma gama de acontecimentos incomuns e imprevisíveis cujas bases estão assentadas nas malhas do noticiável.

Os fatos noticiáveis representam a instabilidade, o ponto digressivo e as arenas agonísticas do mundo; contudo, os acontecimentos não devem permanecer em seus ‘ambientes de desordem’ – mas aplacados nos horizontes de sentido e significado. Hall *et al.* (2016) explicitam que trazer o acontecimento ao campo dos significados se traduz em:

(...) reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (...) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona. (HALL *et al.*, 2016, p. 311)

Os *media* promovem, em termos de pesquisa e de investigação, o “apagamento” paulatino do universo das incertezas cotidianas. As arestas são preenchidas pelo processo a que Hall *et al.* (2016) denominam de “a natureza consensual da sociedade” (2016, p. 312). Sob essa acepção, o processo de significação encontra arrimo nos conhecimentos comuns partilhados por membros de uma mesma sociedade; pelo acesso aos “mapas de significados” e também através dos interesses, valores e preocupações que estas “cartografias” suscitam no âmbito da comunidade. Os laços sociais e culturais funcionam, desse modo, como um tecido de “consensualidade” mais forte do que as

assimetrias e divisões proporcionadas pelos grupos ou classes de grupos no âmbito da sociedade.

Nos *media*, o “sistema central de valores” e o “consenso da sociedade” emergem como enquadramentos heurísticos de sentido. Disso resulta a compreensão de que os sujeitos sócio-históricos dispõem e compartilham das mesmas taxinomias de realidade e possuem acesso a “estruturas sociais de compreensão para todos os grupos sociais e públicos” (HALL *et al.*, 2016, p. 313). Hall *et al.*, contudo, esclarecem que na constituição da opinião – aqui abrangendo vida política e econômica – consente-se que haja discrepâncias de pontos de vista, oposições e discordâncias,

(...) mas isto é entendido como se realizando dentro de um enquadramento concordante e básico mais lato – “o consenso” -, o qual todos subscrevem, e no qual toda a contestação, desacordo ou conflito de interesses pode ser reconciliado pela discussão, sem recurso ao confronto ou à violência. (HALL *et al.*, 2016, p. 313).

As notícias emergem, desse modo, como um dado interpretativo. Isso quer dizer que os acontecimentos são enquadrados – a partir da noção de consenso – como aspecto básico da vida cotidiana. Delineia-se, desse modo, um intrincado matiz de imagens e discursos “que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade” (HALL *et al.*, 2016, p. 313).

Em consonância com o que foi dito, verifica-se que os *media* encarregam-se da função de tornar compreensível a denominada “realidade problemática”. Tal realidade rompe com as expectativas comuns, ameaçando a tríade consenso, ordem e rotina no âmbito da sociedade. Os acontecimentos problemáticos são processados pelos *media* de duas maneiras. Em um primeiro momento demarcam acontecimentos significativos e oferecem interpretações sobre as notícias. De forma tácita, as interpretações afetam acontecimentos, pessoas e grupos envolvidos. Desse modo, os mapas de significado instauram narrativas sócio-culturais assentados sob uma ótica de reconciliação de assimetrias e promovem novas inteligibilidades entre diferentes grupos sociais.

Para Nelson Traquina (2016), a construção da realidade social conta com a participação ativa do jornalista, que, nesse caso, não pode ser encarado como mero analista frio da arena social. Sob essa prerrogativa, as notícias não são percebidas como um dado advindo espontaneamente dos acontecimentos do mundo real. Para o pesquisador português, “as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de

textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 2016, p. 234).

Miquel Rodrigo Alsina (2009), em diálogo com Veron e Wolf, postula que são os *media* que engendram a realidade social. Os acontecimentos chegam à audiência por intermédio dos *media* e são construídos através de sua realidade discursiva. Alsina (2009) aponta que o processo de elaboração da realidade social, “depende completamente da prática produtiva do jornalismo” (2009, p. 46).

O pesquisador catalão, contudo, ressalta que a afirmação de que os *media* encerram a arquitetura de uma realidade social é atravessada por algumas aporias. Segundo Alsina (2009), não se deve unir o sintagma “construção da realidade” exclusivamente à prática jornalística. O conceito de “construção social da realidade” proposto Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012) é sobredeterminado por fatores situados no nível da vida cotidiana, abrindo-se, em contrapartida, para “um processo de institucionalização das práticas e dos papéis” (ALSINA, 2009, p. 46). Desse modo, instaura-se um processo, simultaneamente, social e intersubjetivamente edificado:

Isso faz caracterizarmos a atividade jornalística como um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes. Portanto, podemos dizer que os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante. Essas competências são realizadas no interior de aparatos de produção específicos: a mídia. Como nos diz Altheide (1976: 25), “a institucionalização dos noticiários informativos tornou-se uma realidade sancionada”. (ALSINA, 2009, p. 46-47)

Como “construtores” da realidade social, os *media* não podem prescindir da “assinatura” da audiência. Desse modo, a construção da realidade social pelos *media* segue o percurso produção, circulação e reconhecimento. A atividade jornalística emerge como processo socialmente legitimado e compartilhado. As bases estatutárias forjadas entre jornalistas e destinatários firmam-se pelo estabelecimento de “um contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido” (ALSINA, 2009, p. 47), cujos alicerces estão sedimentados no papel desempenhado pelos jornalistas ao selecionar os acontecimentos e proposições relevantes e situá-los em um mapa de sentido. Acerca do acordo fiduciário, Alsina (2009) assevera que:

Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como

transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel social. (ALSINA, 2009, p. 47)

O pacto fiduciário proposto pela mídia situa historicamente a legitimação e a institucionalização da figura do jornalista. O acordo assenta-se na premissa de “verdade” – firmado entre o enunciador e os destinatários/audiência/ouvintes. Estabelece-se, desse modo, um laço de confiança entre a informação repassada pela mídia e o conjunto de seus leitores, “porque o discurso informativo deve gozar de credibilidade” (ALSINA, 2009, p. 48).

As bases do contrato fiduciário devem reverberar nas relações que se estabelecem entre a empresa jornalística, os jornalistas e a audiência – de tal modo que o texto informativo delinear um índice da realidade social e o apresente como discurso verídico. O processo de constituição discursiva do jornalismo engendra, portanto, uma realidade na qual se possa acreditar.

Os *media* fornecem um cabedal de conhecimentos sociais que se articulam pelo compósito das esferas econômicas, técnicas e culturais. Hall (2010) discute as funções sócio-culturais dos meios de comunicação modernos à luz de três premissas.

Inicialmente, os *media* encarregam-se de sedimentar a base a partir da qual os grupos e classes compõem uma imagem das vidas, significados, práticas e valores. O conjunto dessas imagens engendra um apanhado de representações e ideias em torno das quais a totalidade social, “compuesta de todas estas piezas separadas y fragmentadas, puede ser captada coherentemente como tal ‘totalidad’” (HALL, 2010, p. 245). Os elementos de construção seletiva do conhecimento social, desse modo, articulam uma maneira de perceber o mundo global de forma inteligível, em uma “totalidade vivida”. Conforme afirma Hall (2010):

(...) la sociedad, en las condiciones del capital y la producción modernos, se hace más compleja y de más facetas, es experimentada de forma más “pluralista”. En las regiones, clases y subclases, culturas e subculturas, vencidades y comunidades, grupos de interés y minorías asociadas, se componen y recomponen con asombrosa complejidad las *variedades* de los esquemas de vida. Así, una pluralidad aparente, una infinita variedad de modos de clasificar y ordenar la vida social, se ofrecen como “representaciones colectivas” en lugar del gran universo ideológico unitario, el “dosel de legitimación” principal, de las épocas anteriores. (HALL, 2010, p. 246)

Os *media* também desempenham a função de refletir e se ver refletida na pluralidade social. A composição dessas instâncias ocorre pelo fornecimento de um

inventário reiterado dos léxicos, dos estilos de vida e das ideologias ali objetivados. Nessa ambiência, os conhecimentos sociais são hierarquizados, selecionados e designados dentro de seus referenciais e de seus mapas de realidade social preferidos.

Em diálogo com Hall, Alsina (2009) explica que a classificação, localização e qualificação dos acontecimentos em congruência com uma cartografia da realidade social constituem postulados avaliativos e normativos, isto é, “elas determinam quais realidades que são aceitáveis e quais não o são” (ALSINA, 2009, p. 72).

Ao estabelecer normas para conduzir os domínios de determinadas realidades sociais, os *media* fornecem mapas e códigos de inteligibilidade para “traduzir” problemáticas em contextos heurísticos e explicáveis. Hall (2010) ressalta que essa “engenharia” permite não apenas saber mais sobre o mundo, mas conferir-lhe um sentido.

A terceira função dos *media* é organizar, estruturar e unir o que é representado e classificado seletivamente. Hall (2010) aponta que aqui se deve “empezar a construirse algún grado de integración y cohesión, algunas unidades y coherencia imaginarias, aunque sea fragmentaria y ‘pluralmente’” (2010, p. 247). Os *media* se constituem, assim, pela produção do consenso e pela construção da legitimidade. Alsina (2009) comenta que isso é feito de forma dinâmica e dialética, porque o consenso e a legitimidade vão se ajustando aos aspectos históricos e aos grupos sociais emergentes.

Antônio Fausto Neto (2006) aponta que os laços de confiança estabelecidos com o sistema jornalístico e com a comunidade de leitores vêm passando por modificações estratégicas nas últimas décadas. As mudanças podem ser verificadas nas bases da cultura jornalística – assentada na noção de valores-notícia – e também na zona dúbia em que se imiscuem as singularidades dos serviços jornalísticos como os de procedência mercadológica, “através da concessão de prêmios e recompensas pelos quais as instituições jornalísticas fazem assentar novos critérios à problemática associação entre os temas da confiança e da fidelização” (FAUSTO NETO, 2006, p. 1).

O espaço consagrado ao sistema de produção jornalístico já não se processa unicamente como um “sistema abstrato”, isto é, suas bases de referência situam-se em zonas cujos parâmetros junto ao receptor já não são suficientes para gerar noções de confiança e de crença. Fausto Neto (2006) não nega o caráter que a mídia jornalística possui como depositária de credibilidade perante a sociedade, principalmente, porque os *media* articulam complexidades engendradas por outros sistemas e conferem novas inteligibilidades ao que emerge na tessitura do social. A questão se situa nos processos em que a mídia jornalística demarca novos pactos fiduciários com seu “leitorado”:

(...) tem a ver com a afetação das práticas sociais por parte da midiaticização, o que incide também na importância que tomam suas próprias discursividades. Também com os efeitos da descontinuidade crescente havida nas tarefas de produção de sentido por parte de outros sistemas (instituições), ou seja, a emergência de novas complexidades no funcionamento dos sistemas sociais. Estes, abandonando seus ‘usuários’ ao desamparo, deixam de se constituir em ‘pontos de acesso’, desfiguram seus rostos identitários, convertendo-se em burocracias difusas, sem se deixarem reconhecer, e sem possibilidades também de reconhecer. (FAUSTO NETO, 2006, p. 2)

A emergência da midiaticização desembainha uma nova “pedagogia interpretativa” das coisas, do funcionamento dos campos sociais e da interação. Sob esse cenário são instituídos novos compromissos de leitura. Rompe-se a ideia consuetudinária de trazer o receptor para o âmbito da cobertura e desloca-se o fazer jornalístico de seu *locus* de testemunha institucional do acontecimento. Isso impacta na maneira de se “traduzir” os dispositivos de sentido, cujos estamentos estão sedimentados em operações, “mas valendo-se, sempre de uma autonomia de suas ‘regras de produção’ para produzir o seu dizer” (FAUSTO NETO, 2006, p. 3).

Os *media* desempenham nesse aspecto uma função autorreferencial, apresentando-se como catalisador heurístico, como construtor de realidade. Além do caráter autorreferencial, os *media* também enunciam outros pactos de decodificação, situados no sintagma “realidade da construção”. Essa premissa aponta para uma totalidade vivenciada através dos *media*, em que as gramáticas, os estilos de vida, a natureza sócio-técnica e as ideologias são codificadas sob a insígnia de novas ambiências de leitura:

Aprofunda-se a compreensão que se tem do *status* do campo das mídias e da midiaticização, procurando-se mostrar que o trabalho enunciativo dos *media* já não mais se restringe a “construir realidade”, mas deslocar a ênfase desta tessitura para evidenciar a “realidade da construção”. De uma maneira sintética, se passa de uma preocupação sobre o discurso jornalístico que centra sua atenção no trabalho textual, como operador de uma produção de realidades, para um novo momento em que se afirma que uma ênfase do trabalho da noticiabilidade está assim na própria narrativa em que se engendram, as condições de “realidade de construção”. (FAUSTO NETO, 2006, p. 5-6)

Fausto Neto (2006) aponta que o mundo midiático jornalístico adquire uma configuração a partir da inteligibilidade das operações e das regras contidas nos pressupostos de rotina produtiva e de contrato. A realidade da construção, desse modo,

“transforma a linguagem jornalística em experiência, gerando-se assim em uma realidade própria” (FAUSTO NETO, 2006, p. 3).

Na reportagem, por exemplo, a realidade é engendrada como moral. Nicklas Luhmann (2005) salienta que os meios de comunicação realizam simplesmente uma “contínua autoirritação da sociedade, uma reprodução da sensibilidade moral, tanto no plano individual como no comunicativo” (2005, p. 63). Essa rotina implica no delineamento da cena dos acontecimentos, isto é, numa construção da realidade. Luhmann destaca que se instaura um tipo de “*disembedding* da moral” – em que a moral é apartada de seu quadro social, descontextualizada e funcionando de maneira muito formal.

Pode-se supor que a insistência ostensiva na moral opere junto com o processo da codificação informação/não informação ou com a apresentação unilateral de formas, cujo outro lado, mesmo que pressuposto, não é apresentado, quer dizer, com o silenciamento da normalidade tranquila, com o paradoxo do outro incluído no sentido, mas incluído como excluído. A moral não é necessária nas relações normais, ela é sempre um sintoma do surgimento de patologias. Em vez de se orientar às coisas óbvias, a comunicação escolhe a forma da moral como algo que é ao mesmo tempo fato e não fato, como algo que continuamente precisa ser lembrado, como algo que falta e por isso não pode ser agregado nem interna nem externamente. (LUHMANN, 2005, p. 133)

Por outro lado, como aponta Luhmann (2005), a “realidade da construção” implica em um deslocamento epistemológico em que os processos de co-enunciação, autorreferencialidade e atorização emergem como constructos narrativos e como explicitação dos processos:

A ideia de realidade assegura, pela sua própria ambivalência, a autopose das operações cognitivas. Pode trata-se de uma ilusão ou do “princípio de realidade” (...) o importante é que o sistema, em suas operações cognitivas, é forçado não o tempo todo, mas apenas em caráter excepcional, a se decidir entre um meio externo, como ele de fato é, e o meio externo, como ele o vê. (LUHMANN, 2005, p. 151)

Percebe-se, na obra *O olho da rua*, de Eliane Brum, a autorreferencialidade como um processo de enunciação de um inventário lexical e de mundo. A construção narrativa traz para o primeiro plano os atores sociais como também a repórter Brum – que vagueia nos interditos do texto – como o articulador metonímico da prática jornalística. Desse modo, o sistema midiático jornalístico engendra sua inter-relação com o “leitorado” a partir de novos acordos de leitura. O primeiro deles ressalta a

autorreferencialidade, “que explicita as operações com que institui a realidade que constrói” (FAUSTO NETO, 2006, p. 7). A segunda modalidade assenta-se na enunciação do protagonismo e na “testemunhalidade do trabalho do suporte” (FAUSTO NETO, 2006, p. 7).

Ao ancorar-se no caráter dialético do processo de construção social da realidade, os *media* podem reforçar a representação de realidades múltiplas, afastando-se da padronização de narrativas estritamente dominantes e, por outro lado, abrir-se em travessia pelos espaços do cotidiano e comungar no âmbito do sistema jornalístico das marcas sociais subjacentes – englobando para isso – o senso comum e os sujeitos subordinados.

### **3.3 Entre o olhar de cima e o andar de baixo: as fontes hegemônicas no jornalismo**

Em diálogo com a pesquisa de Leon V. Sigal (1973), Lorenzo Gomis (2004) aponta que a relação entre jornalistas e fontes na produção de notícias apresenta um quadro em que mais de 60% das informações são distribuídas por canais rotineiros, “tais como declarações oficiais, entrevistas e notas para a imprensa, que estão sujeitos ao controle da fonte oficial informante” (GOMIS, 2004, p. 104).

No âmbito da profissionalização jornalística, as fontes institucionais desempenham o papel de “indexação” dos pontos de vista hegemônicos. Nessa direção, o estudo promovido pela equipe de Birmingham, liderado por Stuart Hall *et al.* (2016), buscou compreender por meio da cobertura sobre a delinquência de rua por que alguns discursos gozam de credibilidade social enquanto outros são rechaçados. Ao desnudar o papel ideológico e de produção cognitiva da realidade por alguns discursos predominantes, Hall e sua equipe apresentaram o conceito de “definidor primário”.

O termo, segundo Érik Neveu (2006), aponta para a perspectiva de que no domínio da vida social, existem efetivamente algumas fontes reconhecidas por sua representatividade e por seu *status* social. Pesa também, nesse sentido, o fato de os poderes públicos e das fontes habituais de notícias constituírem-se como instâncias produtoras de fatos.

As rotinas jornalísticas impelem a imprensa a procurar primeiro a informação com essas fontes, que dispõem a partir daí do poder de “definir” a situação, de “enquadrá-la”. No estudo de Hall, a polícia e o Home Office, chamando a atenção para o que eles descrevem como um aumento dos roubos na via pública – delitos frequentemente

imputados aos imigrantes -, criam uma definição da situação que se torna o cenário a ser repetido pela imprensa. (NEVEU, 2006, p. 98)

Ancorando-se aqui em Tuchman (1983), percebe-se que a rede informativa delineada pela hierarquia de credibilidade das fontes oficiais confere uma ordem ao mundo social. Desse modo, as posições institucionalizadas ocupadas pelas fontes privilegiadas preenchem grande parte das lacunas diárias da programação das organizações noticiosas, principalmente, devido ao acesso facilitado que se tem aos promotores das notícias.

Em congruência com o raciocínio aludido acima, Gomis (2004) argumenta que os *media* estão tecnicamente empenhados em estabelecer contato com as fontes oficiais, “e difusamente obrigados a dar atenção a elas” (GOMIS, 2004, p. 104). Isso ocorre, conforme Herbert Gans (1979) de duas maneiras e é resultado da seleção das informações. Primeiro verifica-se a disponibilidade da fonte e, posteriormente, vincula-se os jornalistas com as fontes disponíveis. Em um segundo momento, delimita-se a necessidade ou adequação das notícias e estabelece-se um elo entre os jornalistas e as audiências. Há, como se observa, um conjunto restrito de fontes com a capacidade de estabelecer um enquadramento interpretativo inicial (“fontes autorizadas”), abarcando, sob o mesmo guarda-chuva, os processos de disponibilidade e adequação, configurados na acepção de Gans.

Alsina (2009) menciona Molotch e Lester para explicitar que a realidade da notícia é composta por um intrincado compósito de fatos, acontecimentos, informações e temas. O fato pode ser traduzido como qualquer ocorrência fenomênica do mundo. Por outro lado, o acontecimento guarda uma especificidade, pois, converte-se em informação se alguém “lança mão dele, num determinado momento, para estruturar sua experiência” (ALSINA, 2009, p. 162).

No bojo dessas definições, Molotch e Lester (1975) denominam *public event* aos acontecimentos que são utilizados para organizar simbolicamente a vida cotidiana e os aspectos histórico-sociais compartilhados em sociedade. Contudo, quem pode promover um acontecimento no nível do *public event*? Para responder a essa questão é necessário compreender que a promoção de um acontecimento público move-se sob um terreno instável – em que estão implicadas representações sociais, culturais, políticas e, principalmente, relações de poder. Nessa senda, percebe-se que a constituição do *public event* redundando do ordenamento de um circuito formado pelas fontes, pelos jornalistas e pela audiência. Cada uma dessas instâncias engendra um conjunto de matrizes de

acontecimentos cuja lógica de sentido necessita ser decodificada nos repertórios de acessibilidade, na gramática dos agentes sociais e pelo “catálogo” dos *media*.

Sob essa angulação constata-se a conjuntura de uma hierarquia dos promotores de notícias (fontes). Alsina (2009) explica que isso impacta na forma de classificação e subordinação, por exemplo, da relação que é estabelecida entre instituições nacionais e locais ou entre as grandes empresas e figuras políticas e os cidadãos comuns.

A ordem da hierarquia influencia na forma de escrutinar e de se referir aos campos sociais, aos sujeitos e na codificação dos mapas de sentido amalgamados pelos *media*. Consequência imediata disso é a defasagem que se forma no acesso que os agentes sociais têm aos meios de comunicação: enquanto que para alguns o ingresso é direto, outros sujeitos sociais “quase não conseguem entrar no circuito da informação” (ALSINA, 2009, p.163).

Para debater essas questões, Hall *et al.* (2016) fazem a diferenciação entre os definidores primários e secundários<sup>13</sup>. Segundo o pesquisador do centro de Birmingham existe uma proximidade entre as ideias dominantes e o arcabouço ideológico e de práticas dos *media*. Hall *et al.* detêm-se na assimilação da noção de rotina jornalística como forma de entender a produção de notícias, “para observar como é que os *media* vêm, de fato, e em última instância, *a reproduzir as definições dos poderosos*, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço” (HALL *et al.*, 2016, p. 315, grifos do autor).

Alsina (2009) alude ao pensamento de Grossi (1981) para explicar que a relação entre fontes e o profissionalismo jornalístico guia-se por uma constrição ambivalente, centrada em conformidade com as teorias dos sistemas. Para Grossi (1981), a relação se dá entre os sistemas da empresa jornalística e o da realidade dos acontecimentos. As

---

<sup>13</sup> As discussões empreendidas pela equipe de Birmingham vão de encontro aos debates promovidos por Philip Schlesinger (1992, 1995) e Érik Neveu (2006). Ancorando-se nos aportes da sociologia do jornalismo, Schlesinger (1992) ratifica que os *media* conferem acesso privilegiado a um conjunto social hegemônico – que dispõe de poder institucional e de acesso estruturado aos meios de comunicação. Schmitz (2011) destaca que os estudos de Schlesinger (1992) permitiram o alargamento do sintagma “definidores primários” ao patamar de uma perspectiva proativa, indo a contrapelo da categorização mais prosaica das fontes oficiais e oficiosas. Nessa direção, segundo Schmitz (2011), “as fontes ocupam domínios e desenvolvem ações dinâmicas para sensibilizar seus públicos” (2011, p. 19). Neveu (2006) destaca que o estudo de Schlesinger e Tumber (1995) não tem a finalidade de se contrapor à existência dos “definidores primários”, contudo, propõe uma mirada menos rígida. No dizer de Neveu (2006), “ser definidor primário constitui mais o resultado instável de um processo que um estatuto garantido” (NEVEU, 2006, p. 98). Portanto, o ponto de vista de Schlesinger (1992, 1995) e Neveu (2006) direciona-se para uma perspectiva em que as vozes dissonantes presentes – por exemplo – nos definidores secundários possa emergir em algum momento como “definidores primários”, isto é, como sujeitos audíveis, visíveis e semanticamente inteligíveis pelos *media*.

fontes emergem, nesse contexto, como entidades normativas e de equilíbrio entre as duas realidades sistêmicas.

A fonte seria o ensejo da função de recurso e constrição ao mesmo tempo, à qual o jornalista recorre com diversas intenções para concretizar sua competência de contextualização do acontecimento-notícia. O vínculo que se estabelece entre a fonte e o jornalista (...) é algo interativo e de reflexão; fica sujeito à negociação ideológica e linguística, e, principalmente, a influências externas do campo da informação. (ALSINA, 2009, p. 165-166)

A citação precedente deixa evidenciada a assertiva de que os *media* não produzem de forma independente o apanhado de notícias, mas guardam uma subordinação de “assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis” (HALL *et al.*, 2016, p. 315).

Ancorando-se nas percepções de Nelson Traquina (2016) e Tuchman (1983), verifica-se que há uma dependência aos “canais de rotina”, o que implica na configuração de um mundo social específico. Essa ossatura se traduz como uma inferência das problemáticas weberianas de racionalização burocrática do jornalismo.

Traquina (2016) aponta três acepções acerca da relevância das fontes de informação para a prática jornalística. A primeira delas diz respeito ao caráter de inviolabilidade estabelecido entre o jornalista e sua fonte de informação, disso resulta que “a quebra do sigilo profissional por parte do jornalista é um ato grave” (TRAQUINA, 2016, p. 240).

A segunda consideração parte do pressuposto de que as fontes de informação não são desinteressadas. Para que se estabeleça o compromisso fiducial entre o jornalista e os promotores da notícia – é necessário que a fonte prove a sua credibilidade.

Para cotejar os fragmentos de sentido alimentados por uma fonte rotineira, pode-se arrimar sob os procedimentos estratégicos analisados por Tuchman (2016), que abrangem a verificação dos fatos, a apresentação de possibilidades conflituais e a exposição de provas auxiliares. É sabido que Tuchman elenca outras estratégias como, por exemplo, o uso das aspas e a estruturação da informação numa sequência apropriada (cuja finalidade é a consecução da objetividade jornalística); contudo, para o escopo da análise, os três primeiros procedimentos cumprem a função mais imediata de exame da credibilidade da fonte pelo jornalista.

Traquina (2016) aponta, por fim, que o campo jornalístico arregimenta a fonte sob o ponto de vista da “credibilidade da autoridade”. Disso resulta que a posição

ocupada por uma determinada fonte confere credibilidade à notícia ou ao acontecimento. Agostini (1985) apresenta raciocínio semelhante ao trazer à baila a constatação de que o posicionamento das fontes dentro da hierarquia da sociedade, “condicionam os jornalistas porque são as mais sistematicamente consultadas” (AGOSTINI, 1985, p. 433). Traquina (2016) complementa ao afirmar que:

(...) estas considerações sobre as fontes de informação permite compreender que uma das consequências da dependência sobre “os canais de rotina” é que nem todas as fontes são iguais na sua capacidade de ter acesso aos meios de Comunicação Social, ou seja, o acesso aos *media* é um “estratificado socialmente”. (TRAQUINA, 2016, p. 241)

O método de produção jornalística, como se observa, ratifica o esquadrinhamento dos acontecimentos sociais sob a angulação de uma perspectiva hegemônica das fontes, apresentando estratos de relevância bem demarcados. Nesse ambiente, as fontes institucionais (secretarias de governo, ministérios, grandes empresas, etc.) desfrutam de proeminência junto aos *media* – principalmente – devido à facilitação do acesso, uma vez que muitas instituições dispõem de setores de comunicação para prestar informações aos veículos jornalísticos. Outro ponto que contribui para a escolha das fontes institucionais diz respeito a sua legitimação social. Elas se apresentam como “fontes de consulta obrigatória de acordo com as normas de trabalho do jornalista” (ALSINA, 2009, p. 172). Fica evidenciado, portanto, que as redes de informação catalisam o manuseio contumaz de algumas fontes.

As fontes que aparecem nos discursos informativos são importantes, já que são elas as que se institucionalizam socialmente. Inclusive, poderíamos dizer que elas são elementos essenciais para o estatuto da prevalência da verdade desses discursos. Além disso, esse efeito de “dizer a verdade” é reforçado, justamente, porque a mídia costuma recolher o mesmo tipo de notícia. (ALSINA, 2009, p. 174)

A arquitetura de uma realidade forjada pelos promotores de notícias assenta-se no fato de os *media* estabelecerem algumas bases paradigmáticas como a ideia de “imparcialidade”, “equilíbrio” e “objetividade”. Além desses critérios emergem as regras de diferenciação contrapostas nos conceitos de “fato” e “opinião”. Hall *et al.* (2016) deixam patente que o apanhado destas normas profissionais asseguram um *locus* enunciativo para os *media*, “fundamentadas em afirmações “objetivas” e “autorizadas” de fontes “dignas de crédito”” (HALL *et al.*, 2016, p. 315).

A combinação entre a pressão prática da atividade jornalística (incluindo-se aqui as marcas temporais) com as necessidades profissionais de imparcialidade e objetividade articulam-se, segundo Hall *et al.* (2016), para garantir um acesso facilitado aos *media*, por meio da institucionalização privilegiada das fontes. Hall *et al.* (2016) complementam afirmando que essa alquimia permite a reprodução simbólica da estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade:

Isto é o que Becker chamou “a hierarquia de credibilidade” – a probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, de terem as suas definições aceitas, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos específicos do que a maioria da população (Becker, 1972). O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de definidores primários (*primary definers*) de tópicos. (HALL *et al.*, 2016, p. 316)

Hall *et al.* (2016) salientam que uma vez estabelecido o enquadramento interpretativo, torna-se muito difícil encontrar um ponto de desvio. O pesquisador baseia-se em Lang e Lan (1955) para explicitar que a interpretação projeta uma “estrutura inferencial”. Hall *et al.* (2016) citam, como exemplo, as questões raciais na Grã-Bretanha. Os aspectos referentes aos emigrantes negros aludem unicamente aos números – sem tratar de um enfoque político, cultural, econômico ou educacional. Assim, a problemática racial vem “grafada” unicamente pela frieza aritmética - o que sobredetermina todos os debates e referências posteriores.

Sob essa angulação constata-se que os *media* não despontam de modo frequente como os definidores primários dos acontecimentos noticiosos, entretanto ocupam uma posição secundária, “ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado (...) aos *media* como “fontes acreditadas”” (HALL *et al.*, 2016, p. 317).

O debate posto em evidência por Hall *et al.* (2016) encontra ressonância no ordenamento discursivo hegemônico arquitetado na díade fontes “poderosas” e os *media*. O argumento sustenta-se no pressuposto de que “as ideias dominantes” são processadas como os umbrais cognitivos e materiais de “produção mental”.

Ao estabelecer as bases da realidade e também dos estamentos sociais destinados aos cidadãos comuns, os definidores primários dão a ver os fundamentos de um mundo histórico-social específico – cuja “geografia” investe-se de um apanhado de normas,

valores e definições marcados por recursos materiais e mentais, pelo domínio das instituições e pela reprodução de uma maneira de viver bem particular.

Conforme Hall *et al.* (2016), o controle dos recursos cognitivos reunidos pelas fontes hegemônicas faz com que as principais definições do mundo social apresentem os matizes dos definidores primários. Tal fato permite a “universalização” de uma dada realidade:

A sua universalidade garante que sejam partilhadas, até certo ponto, pelas classes subordinadas da sociedade. Os que governam, governam também através das ideias; deste modo, governam com a aprovação das classes subordinadas, e não principalmente através de sua manifesta coerção. Parkin faz uma afirmação semelhante: “As definições sociais e políticas dos que têm posições dominantes tendem a ser objetivadas nas normas institucionais principais, fornecendo, assim, a estrutura moral para todo o sistema social” (Parkin, 1971). (HALL *et al.*, 2016, p. 318)

A arquitetura de uma perspectiva social de “universalidade” apresentada pelas ideologias dominantes e pelos *media*, deve-se, em grande medida, ao seu caráter pedagógico-cultural. Os saberes cotidianos organizam uma “gramática” e uma “sintaxe” cujas bases reproduzem, no dizer de Marcia Veiga da Silva (2014), uma atribuição “pedagógica do jornalismo (...) na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade” (SILVA, 2014, p. 56).

Na relação que se estabelece entre sociedade e jornalismo é necessário depositar um olhar mais atento acerca do papel social desempenhado pela cultura na configuração dos processos de circulação, significação e reprodução dos sistemas de valores encapados pelos *media*.

Silva (2014) aponta que há uma interdependência entre as visões alimentadas pelo jornalismo e pela sociedade. Nesse trânsito, as percepções cognitivas de mundo deslocam-se em direção às bases de natureza consensual da sociedade, privilegiam as hierarquias hegemônicas e legitimam instâncias de poder, “compartilhadas como parâmetro social e cultural. Assim, o jornalismo é um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo (...)” (SILVA, 2014, p. 63).

Os grupos mais poderosos exercem no âmbito social um vasto domínio sob os papéis, gêneros, oportunidades e modalidades de falas públicas. O poder apresenta-se,

portanto, de modo mais sistemático na configuração do discurso, notadamente, nos termos de sua produção material, distribuição e influência.

Teun A. Van Dijk (2015) assinala que o processo de produção discursiva dos *media* é clivado pelas injunções das chamadas “elites simbólicas” – que abrangem as figuras dos “jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no “capital simbólico”” (VAN DIJK, 2015, p. 45).

As elites simbólicas desfrutam de certa liberdade no âmbito das relações sociais, por isso mostram-se como arautos do poder. Como consequência, as deliberações sobre a escolha dos roteiros, dos estilos e também da forma de apresentação de um discurso são catalisados pelas instâncias cognitivas da força simbólica.

Na acepção discutida na presente tese, o poder simbólico não se restringe à sua organização interna, mas abrange uma difusa zona de influência. Situa-se, por conseguinte, na definição de uma agenda pública, na determinação da relevância dos tópicos tratados no âmbito social, no domínio sobre a quantidade e a modalidade da informação e, principalmente, na delegação de quem deve alcançar destaque público e de que forma. Van Dijk (2015) explica que as elites simbólicas alinhavam um apanhado de conhecimentos, articulam padrões morais, de crenças, de posturas, de regras, de ideologias e de preceitos públicos. Como sugere o pesquisador, “seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico” (VAN DIJK, 2015, p. 45).

O termo “elite” é percebido aqui um pouco distante das definições de Domhoff e Ballard (1968) e Mills (1956), cujo significado abarca o conceito como domínio social privilegiado de um grupo restrito. Há uma fragmentação do controle social - ao lado das elites política, militar e econômica - as elites simbólicas “desempenham um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades da informação e da comunicação” (VAN DIJK, 2015, p. 46). Contudo, apesar do poder desempenhado por esses segmentos sociais, constata-se que a grande maioria dessas elites é dominada pela figura do Estado ou por conglomerados de empresas particulares. Isso significa que a maior parte das elites simbólicas apresentam injunções quanto a sua liberdade de articulação discursiva. Van Dijk (2015) aponta que:

A voz da elite é, frequentemente, a voz do patrão empresarial ou institucional. Os interesses e as ideologias das elites não são, em geral, fundamentalmente diferentes dos interesses e das ideologias dos que pagam seus salários ou lhes dão apoio. Apenas alguns grupos (por exemplo, os romancistas e alguns acadêmicos) dispõem da possibilidade de exercer um contrapoder, que ainda precisa ser

manifestado dentro dos limites da publicação. A dependência das elites é tipicamente escondida em termos ideológicos por meio dos vários valores, normas e códigos profissionais, por exemplo, por meio da crença disseminada na “liberdade de expressão” nos meios de comunicação de massa. (VAN DIJK, 2015, p. 46)

Nesses termos, o poder das elites ou das fontes privilegiadas exerce uma influência sobre a “mente” dos indivíduos que – antes de ser pelo viés econômico – se processa por meio do simbólico. De forma análoga, o domínio sobre as classes subalternas é articulado pelas matrizes socioeconômicas (dinheiro, emprego, serviços de assistência social) e encontra ressonância na manutenção do poder ideológico – cujas bases encontram arrimo na aceitação, negociação e consenso. Apesar de utilizarem um discurso liberal de manutenção das liberdades, os *media* privilegiam, em sua maioria, os poderes estabelecidos, as classes dominantes.

Muniz Sodré (2009) observa que a imprensa se esforça para colocar em prática os “mitos progressistas capazes de encobrir o jogo de poder que preside à constituição do discurso jornalístico” (2009, p. 13), contudo subjaz a imagem trepidante das classes hegemônicas. O autor assinala que o processo ocorre por meio de toda uma parafernália de homogeneização dos discursos sociais:

(...) e de edição dos acontecimentos a partir de uma cultura eurocêntrica e colonial inerente ao nascimento da imprensa moderna. (...) A ideologia, no limite, assumida pela imprensa industrial como a conhecemos é universalmente burguesa e europeia, tecnicamente aperfeiçoada pelos norte-americanos. (...) As reformas gráficas e textuais dos jornais latino-americanos tiveram e continuam a ter como fontes, com raras exceções, os experimentos técnicos levados a cabo pela corporação jornalística nos Estados Unidos. As transformações e inovações dos formatos comunicativos acompanham a evolução das máquinas de informação, majoritariamente expandidas pelo mercado norte-americano. (SODRÉ, 2009, 13-14)

O aparato técnico, as fontes hegemônicas e as ideologias dominantes desfrutam de um papel estratégico-discursivo no âmbito da realidade social - fato que contribui para a manutenção e reprodução de uma “imagem” sociocultural das elites, em sentido amplo, e das elites simbólicas, de modo particular.

Conforme apresenta Silva (2014), não se pode refletir acerca das dinâmicas culturais sem ter em mente o “papel do jornalismo”. A autora afirma que “a participação do jornalismo na normatização da sociedade fica evidente por esse prisma, bem como nos processos pelos quais são valoradas as relações sociais” (SILVA, 2014, p. 61). Isso pode ser constatado na representação que é direcionada a grupos sociais específicos,

como as mulheres, os pobres, os negros e também nas assimetrias presentes nos debates sobre gênero.

Nessa direção, Roger Chartier (2002) destaca que as representações são marcadas pelas percepções sociais dos grupos que as modelam, “daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p. 17). Em muitos momentos, o jornalismo assume uma voz arrogante ao se referir aos sujeitos marginalizados. Como resultado, sua dicção enunciativa reafirma a manutenção de estereótipos e do tom mitificador do relato noticioso. O discurso da estereotipia, segundo Durval Muniz Albuquerque Junior (2012) aprofunda um pensamento abissal de apagamento do sentido do outro. “O estereótipo lê o outro sempre de uma única maneira, de uma forma simplificadora” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 13).

Aludindo novamente às proposições de Chartier (2002), faz-se necessário reconsiderar as malhas representativas e o conjunto das imagens processadas pelo jornalismo, tendo-se como foco a “articulação” de espaços de visibilidade para os grupos sociais subordinados:

A problemática do mundo como representações, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 2002, p. 24).

O jornalismo é afetado por essas representações sociais - articulando as tramas de reprodução simbólica e das ideologias dominantes – ao aparato técnico e prático do *ethos* jornalístico. Sob essa perspectiva, a utilização da fonte especializada ou dos sujeitos posicionados na hierarquia de comando na sociedade, arregimenta os “saberes reconhecidos como legítimos para os jornalistas” (SILVA, 2014, p. 64).

A escolha das fontes não é aleatória e baseia-se na credibilidade e no poder cognoscível e ambivalente de desvelamento/ocultamento do mundo. Em conformidade com o pensamento de Traquina (2001), Silva (2014) explicita que os saberes reconhecidamente consagrados pelas fontes, ligam-se umbilicalmente a instâncias deliberativas, como o setor político, econômico e o sociocultural. Isso implica que a escolha de uma fonte determinada responde às bases de uma “ossatura” social, de poder e “dos procedimentos produtivos” (TRAQUINA, 2001, p. 103 *apud* SILVA, 2014, p. 64).

É truísmo que os constrangimentos coercitivos não estejam completamente distantes das instituições sociais, legais, políticas e, por extensão, dos *media*. Jornalistas e suas notícias e reportagens articulam-se sob a influência dos ditames econômicos, legais e político-sociais.

As categorias de poder não se relacionam unicamente à figura do Estado. Estão implicadas, além disso, a um conjunto de saberes oriundos dos domínios jurídico, biomédico, econômico, político etc. Silva (2014) pondera que a totalidade desses discursos engendra “comportamentos sociais, altamente privilegiados” (SILVA, 2014, p. 65), o que faz com que alcancem destaque como verdade e como orientação para as normas e valores sociais.

Na acepção de Silva (2014), os modos de produção das notícias podem ser percebidos a partir da superposição dos valores consensuais dominantes e dos valores-notícia. Disso resulta que:

(...) Os valores-notícia estão permeados dos valores culturais da sociedade, das visões de mundo hegemônicas (consensuais) e são elementos entendidos como significantes para os jornalistas e para o público (na visão dos próprios jornalistas). (...). Assim, as notícias carregam em si conteúdos simbólicos complexos, que envolvem visões de mundo, subjetividades e valores sociais e profissionais em diversas dimensões. Estão articulados aos saberes cultural e socialmente legitimados, e por suas características contribuem para a forja de um conhecimento social que se difunde como um dos meios contemporâneos mais poderosos de ensinar a ser um sujeito na sociedade. (SILVA, 2014, p. 77-78)

Hall *et al.* (2016) pontificam que a transferência de ideias hegemônicas ocorre de forma mais direta através dos arranjos não coercitivos. Por meio dos *media* são catalisadas estruturas taxinômicas de controle e de revisão, “a socialização informal em papéis institucionais, a sedimentação de ideias dominantes na “ideologia profissional”” (2016, p. 318) – que serve de corolário para a reprodução prolongada “na forma dominante”.

O raciocínio dos membros da equipe de Birmingham pode ser sumariado no “modo como uma determinada prática profissional assegura que os *media* desempenham um papel importante (...) na reprodução da vertente preponderante das ideologias dominantes” (HALL *et al.*, 2016, p. 318).

O termo ideologia equilibra-se sob as bases de uma consciência de grupo ou classe, subordinado “às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses (do grupo ou da classe) materializem-se” (VAN

DIJK, 2015, p. 47). A configuração de práticas ideológicas pode ser desempenhada por diversas organizações, dentre elas o Estado, os *media*, a igreja, o dispositivo educacional e também pela instituição familiar.

Os grupos hegemônicos exercem sua ideologia de forma sub-reptícia. O seu argumento espraia-se de forma clandestina como um sistema de preceitos, regras e propósitos universais e naturais. Nesse caminho, constata-se que a “reprodução ideológica incorpora a natureza da formação de consenso, e o poder derivado dela toma uma forma hegemônica” (VAN DIJK, 2015, p. 48).

Em consonância com as ideias apresentadas por Fiske e Taylor (1984), Van Dijk (2015) ratifica que existem instituições sociais que cumprem uma função relevante na reprodução da ideologia. Contudo, o linguista holandês aponta para o fato de que a ideologia em si “não é o mesmo que essas práticas e instituições” (VAN DIJK, 2015, p. 48).

Nessa perspectiva, o autor prefere adotar o termo ideologia como uma forma de cognição social. Assimilada sob esse vértice, pode-se compreender as fontes jornalísticas a partir do viés da reprodução, circulação e significação; mas também, a partir de sua natureza sociocognitiva. Segundo o exame posto aqui em evidência, a ideologia pode ser compreendida como uma estrutura cognitiva complexa que:

(...) controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica em si consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo. Dessa forma, uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, codeterminam as práticas sociais. Deve-se sublinhar que as cognições sociais ideológicas não são sistemas de crenças ou opiniões individuais, mas essencialmente as cognições sociais de membros de formações ou instituições sociais. (VAN DIJK, 2015, p. 48)

A perspectiva sociocognitiva busca fazer um exame das bases ideológicas e dos processos que permeiam as lógicas de transformação e utilização. Tal postura resulta em um esforço mais criterioso, cuja finalidade é mostrar como as cognições grupais afetam as construções da realidade, as atividades sociais e as transformações no âmbito das estruturas societais. Desloca-se de uma visão clássica – macroanalítica –, para uma ótica microanalítica – em que as estruturas e os processos ideológicos são verificados.

As fontes exercem – conforme essa acepção – uma função de domínio sobre os enunciados discursivos, sobre os temas propagados e sobre a tipologia e quantidade da informação. Em conformidade com o pensamento de Van Dijk (2015), constata-se que essas características permitem a hierarquização do conhecimento público, a disposição das crenças e do consenso – que em conjunto contribuem para sedimentação de opiniões, comportamentos e ideologias.

No jornalismo, a estratégia de domínio do poder-saber é exercida por meio da escolha circunscrita de temas e pela composição de uma realidade político-social específica (HALL *et al.*, 2016; TUCHMAN, 1978). Van Dijk (2015) corrobora com as ideias apresentadas ao afirmar que esse processo é orientado por “um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia, algo que costuma direcionar o foco e o interesse para vários dos participantes da elite: atores, grupos, classes, países e regiões” (VAN DIJK, 2015, p. 50).

Desse modo, o acesso e o olhar privilegiado delegado a algumas fontes emerge como um ponto axial de reprodução do poder em sociedade - cujas bases encontram ressonância nos *media*. Pode-se estabelecer aqui uma correlação com os parâmetros educacionais. Os currículos, o material paradidático e os programas de ensino são orientados por temas, propósitos e estratégias de aprendizagem, cujos fundamentos estão assentados sob os preceitos e as necessidades dos diversos segmentos de poder da elite. De forma similar, conforme apresenta Van Dijk:

(...) percebemos que as elites simbólicas que controlam o estilo e o conteúdo do discurso midiático e educacional também são as que detêm o controle parcial, na sociedade, sobre os modos de exercer influência e, portanto, sobre a reprodução ideológica. (VAN DIJK, 2015, p. 50)

A caracterização das elites simbólicas não está apartada de outras manifestações de poder, como pode ser observado nos grupos econômico, cultural e político. Nessas instâncias, o domínio das estratégias de produção simbólica, dos interesses e das ideologias, inclinam-se para a forja da opinião. Nos *media*, por outro lado, as “ferramentas” convocam o *ethos* jornalístico como forma de estabelecer uma normativa das práticas. Na ambiência dos jornais, por exemplo, as estratégias enunciativas são justapostas nas determinações político-econômico-editorial-profissional.

As consequências no exercício jornalístico podem ser verificadas no fornecimento institucional e organizacional de informações, nas entrevistas coletivas e individuais (o que demanda na seleção de fontes informativas e no caráter hegemônico

na definição de algumas fontes e não outras) e também no controle sobre a base cognitiva da profissão (SOLOSKI, 2016), por exemplo. Van Dijk (2015) assevera que os hábitos jornalísticos ratificam um conjunto de formulações acerca da realidade social tão incisiva – que a probabilidade de serem reproduzidas é maior do que outros tipos de fonte de discurso (VAN DIJK, 2015).

Em suma, os grupos de poder utilizam um irizado conjunto de ferramentas (econômicas, culturais e simbólicas) para administrar as bases cognitivas de informação e também para difundir preceitos sociais dominantes. O poder dessas ideologias é capaz de engendrar as bases do consenso social, sem a necessidade da coerção – pelo menos não de forma explícita.

A compreensão que se tem de cultura dominante é tributária da noção gramsciana de hegemonia. Stuart Hall (2010) evoca o autor dos *Cadernos do Cárcere* para explicar que existe hegemonia no momento em que uma classe dominante não só é capaz de forçar uma classe a subordinar-se a suas vontades, “sino que ejerce una “autoridad social total” sobre esas clases y la formación social en su totalidad” (HALL, 2010, p. 237-238).

Nesse sentido, pensar acerca do conceito de hegemonia revela-se como uma noção central para compreender a arena de disputa entre consenso e dissenso que permeiam os processos de produção simbólica nos *media*.

Dênis de Moraes (2010) assevera que o conceito de hegemonia afeta na disposição do imaginário social e nos conflitos de poder e sentido que atravessam a paisagem sócio-histórica. Como se observa, a contextura da cultura dominante é clivada pelas noções de consenso, pelos pressupostos político-ideológicos e pela hegemonia cultural.

Essa realidade – que vai se refletir também na prática jornalística – afeta as escolhas técnico-profissionais, direciona uma determinada perspectiva sobre as fontes e projeta uma visão cognoscível sobre o mundo para os repórteres. Logicamente que os jornalistas não ficam presos a uma redoma, contudo, o exercício do olhar acerca do cotidiano direciona-se para as percepções, para os julgamentos de valor e para os princípios de ação política das frações de classe ou dos blocos de classe hegemônicos.

A hegemonia opera, portanto, não só por meio da dominação, mas também através do direcionamento. A sua zona de abrangência não se restringe à força coercitiva, porém, desempenha um papel ativo para conduzir e alcançar a anuência das classes subordinadas. Hall (2010) pontua que a constituição da hegemonia é resultado da “combinación de fuerza y consentimiento” (2010, p. 238).

Apoiado na discussão proposta por Gramsci (2000; 2002), Moraes (2010) argumenta que as bases da hegemonia agrupam pequenos sismos sociais. Contudo, os movimentos das placas tectônicas, não ficam restritos à estrutura política e à organização social – pois arregimentam outras oscilações, incluindo o plano ético-social, os saberes e práticas, as formas de representação e os “modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se” (MORAES, 2010, p. 55).

Sob a lente de Gramsci (2002), fica patente que a hegemonia não pode ser compreendida nos termos de uma mera coerção social. Estão implicados outros elementos, como a agenda cultural e a aquiescência dos sujeitos sociais a um conjunto de convicções, “normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (MORAES, 2010, p. 55). A hegemonia, na acepção gramsciana, apresenta uma classe que agencia a tessitura do conjunto social e que se encarrega de conferir coerência a heteróclitos grupos, uma espécie de amálgama em torno de uma vontade coletiva. Em congruência com esse pensamento, Moraes (2010) assevera que

(...) uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade. (MORAES, 2010, p. 55-56)

Hall (2010) se aproxima dos argumentos apresentados por Moraes (2010) e Gramsci (2000; 2002) quando afirma que a hegemonia não pode ser alcançada unicamente a partir das instâncias produtivas e econômicas, mas deve incluir as esferas do estado, da política e da reprodução das estruturas de poder social.

Essa noção fica evidenciada no momento em que se percebe que as bases da hegemonia são exercidas sob o salvo-conduto da ideologia. O caminho hegemonia-ideologia equilibra-se na arquitetura da realidade social. A incidência e a preponderância da classe dominante – legitimadas nas esferas da vida civil e do estado – constituem uma realidade primária cujos tentáculos exercem influência sob os sujeitos subordinados. Stuart Hall (2010) corrobora ao afirmar que

De este modo, la ideología suministra el “cemento” de una formación social, “preservando la unidad ideológica de todo el bloque social”. Esto no se debe a que las clases dominantes puedan prescribir y

proscribir con detalle el contenido mental de las vidas de las clases subordinadas (estas también “viven” sus propias ideologías), sino a que se esfuerzan, y en cierto grado consiguen, por *enmarcar dentro de su alcance* todas las definiciones de la realidad, atrayendo todas las alternativas a su horizonte de pensamiento. Fijan los límites – mentales y estructurales – dentro de los que “viven” las clases subordinadas y dan sentido a su subordinación de un modo que sostenga su dominancia sobre ellas. (HALL, 2010, p. 238, grifo do autor)

As bases da hegemonia são sustentadas por meio das ideologias existentes – cujo campo de ação é constituído por uma profusa estrutura de vozes sociais. Essa atividade complexa apresenta marcas de sistemas ideológicos anteriores e de representações cujas bases foram desenhadas e ampliadas nas sociedades capitalistas por meio das notações ideológicas – que podem ser sentidas no presente.

Hall (2010) explica que a hegemonia apresenta um caráter ambivalente. Ela – segundo o autor – não pode manter-se como uma classe dominante exclusiva e unificada, “sino sólo mediante una alianza coyuntural particular de fracciones de clase; así, el contenido de la ideología dominante reflejará esta formación interior compleja de las clases dominantes” (HALL, 2010, p. 238).

Desse modo, percebe-se que a hegemonia é atravessada por clivagens de “agendas” definidas pela família, sistema educativo, igreja, meios de comunicação, instituições culturais e também pela ação coercitiva do estado – que pode ser notada pela atividade da lei, da polícia e do exército, por exemplo. Hall (2010) afirma que para compreender o conceito de hegemonia é preciso considerá-la “no como un estado de cosas “dado” y permanente, sino que ha de ser ganado y *asegurada* activamente: también puede ser perdida” (2010, p. 238, grifo do autor). Para fortalecer seu domínio ideológico, o grupo hegemônico necessita “conservar os apoios às suas orientações” (MORAES, 2010, p. 55).

Luciano Gruppi (1978) aponta que um bloco é hegemônico quando consegue articular por meio de uma classe sua atividade política, ideológica e cultural. Desse modo, o grupo dirigente consegue “manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante” (GRUPPI, 1978, p. 67).

Nesse cenário, os meios de comunicação exercem um papel central na configuração de uma ordem social, técnica e econômica. Os *media* ordenam um volume de mensagens e signos – cuja articulação discursiva arquiteta a produção de mensagens simbólicas. Os acontecimentos por si só são desprovidos de significado. Há, nesse caso,

o imperativo de torná-los inteligíveis. A esse processo, Hall (2010) denomina codificação. Para o autor, “la codificación (...) significa precisamente la selección de códigos que asignan significado a los acontecimientos al colocarlos en un contexto referencial que les atribuye significado” (HALL, 2010, p. 248).

Os acontecimentos que se deslocam a contrapelo das expectativas normais e de sentido comum também podem ser codificados, isto é, os dissensos são selecionados numa miríade de discursos e codificados no âmbito de um horizonte de sentido, em um profuso matiz de vozes dominantes. Esse movimento se dá pelo processo de “assimilação” em diferentes domínios do âmbito social e balizam um conjunto de explicações “naturais” compartilhadas pela maior parte dos membros da sociedade.

Nas palavras de Hall (2010), os acontecimentos problemáticos são “absorvidos” como consenso pelo repertório das ideologias dominantes. O autor da equipe de Birmingham prossegue:

Debemos recordar que hay una pluralidad de discursos dominantes, no uno solo: que no son deliberadamente seleccionados por los codificadores con el fin de “reproducir los acontecimientos dentro del horizonte de la ideología dominante”, sino que constituyen el *campo* de significados dentro del cual deben elegir. Precisamente porque estos significados han llegado a ser “universalizados y naturalizados”, parecen las únicas formas disponibles de inteligibilidad; han llegado a sedimentarse como “los únicos razonamientos universalmente válidos” (Marx, 1965). (HALL, 2010, p. 248, grifo do autor)

Os acontecimentos emergem sob as bases de um conjunto de premissas – cuja cartografia mascara o processo de visibilidade ideológica. A codificação, por esse viés, demarca as definições dominantes e projeta as estruturas de poder, riqueza e dominação, estruturando, portanto, “todo acontecimiento significante, *acenduándolo* de un modo que reproduce las estructuras ideológicas dadas, constituye un proceso que ha llegado a ser inconsciente incluso para los codificadores” (HALL, 2010, p. 249, grifo do autor).

A ressonância dessas instâncias de poder podem ser constatadas – no que se refere ao “manuseio” das fontes – na intervenção das rotinas, práticas e técnicas profissionais. A grelha de sentido que compõe as práticas cotidianas de codificação – situam o codificador no âmbito de uma neutralidade profissional e técnica “que lo distancia efectivamente del contenido ideológico del material que está manejando y de las inflexiones ideológicas de los códigos que está empleando” (HALL, 2010, p. 249). Hall (2010) assevera:

Por tanto, aunque los acontecimientos no sean sistemáticamente codificados en una sola dirección, se extraerán, por sistema, de un limitadísimo repertorio ideológico o representativo; y ese repertorio (aunque requiera en cada caso un “trabajo” ideológico que lleve a los acontecimientos nuevos a su horizonte) poseerá la tendencia global a que las cosas “signifiquen” dentro de la esfera de la ideología dominante. (HALL, 2010, p. 249)

Pelo que foi discutido até aqui, infere-se que a obra *O olho da rua*, da jornalista Eliane Brum, apresenta-se como um espaço propício para se compreender as classes populares no âmbito do jornalismo – principalmente pelo papel que as fontes noticiosas desempenham na “confecção” de uma dada realidade, de uma outra topografia discursiva e narrativa.

Observa-se que as marcas da ideologia dominante e da hegemonia engendram óticas de observação, de olhar e de inteligibilidades nos contextos histórico-sociais e, em grande medida, nas reportagens e notícias. Nesse sentido, pensar acerca das fontes jornalísticas, abre um leque de premissas para refletir sobre os sujeitos, sobre os contextos sociais e sobre as relações de poder que permeiam o *ethos* e a prática jornalística. O tom – parafraseando aqui Octávio Ianni (2000) – é vislumbrar a emergência de uma “hegemonia alternativa”, em que a manifestação das classes e grupos subalternos possam articular sua vontade coletiva e alcançar sua soberania – não meramente material – mas simbólica e cognitiva.

Boaventura de Sousa Santos (2010a) destaca que nos últimos vinte anos, o continente latino-americano tem alcançado relativo sucesso no uso contra-hegemônico de instrumentos políticos, como a democracia representativa, o direito e os direitos humanos. O sociólogo português compreende por instrumentos hegemônicos as instituições desenvolvidas na Europa no século XVIII, alicerçadas na teoria política liberal, cuja finalidade situava-se na garantia da legitimidade e governabilidade do Estado nas sociedades capitalistas em ascensão. Conforme Santos (2010a), os instrumentos hegemônicos delineiam as bases de uma reprodução ampliada das sociedades capitalistas de classes e, nesse sentido, são vistas como mantenedoras do bem comum. Ideia que é alimentada, inclusive, pelas classes populares. Santos explica que

Su credibilidad resulta de una tensión entre democracia y capitalismo resultante, por un lado, del carácter expansivo de la democracia (que inicialmente excluía a las mujeres y a los trabajadores del juego democrático) al permitir la lucha democrática por la profundización de la democracia; y, por otro lado, de la relativa inflexibilidad del

capitalismo (que inicialmente consideró los impuestos como confiscación estatal) al permitir solamente (bajo presión) concesiones (pérdidas de ganancias inmediatas) que no amenacen (y más bien garanticen) su reproducción ampliada a largo plazo. (SANTOS, 2010, p. 59)

O uso do poder contra-hegemônico – conforme Santos (2010a) – refere-se à utilização feita pelas classes populares dos instrumentos e agendas políticas, tendo como finalidade fazer avançar os marcos do debate social promovido pelos grupos subalternos. Esse movimento implica nas mobilizações populares e na configuração de um *locus* enunciativo a partir de baixo, isto é, desloca-se o olhar para o vértice de uma “hegemonia alternativa”. Logicamente que essa realidade guarda algumas características, como a busca

(...) por el reconocimiento de los derechos colectivos de las mujeres, indígenas y afrodescendientes; la promoción de procesos de democracia participativa en paralelo con la democracia representativa; las reformas legales orientadas al fin de la discriminación sexual y étnica; el control nacional de los recursos naturales; las luchas para retomar la tensión entre democracia y capitalismo eliminada por el neoliberalismo (democracia sin redistribución de la riqueza y, al contrario, con concentración de riqueza); todo ello configura un uso contrahegemónico de instrumentos e instituciones hegemónicas. (SANTOS, 2010a, p. 59)

Os grupos hegemônicos contam com a cobertura rotineira dos *media* – fato que os configura, legitima e confirma. Esse processo de práticas alicerça-se sob a salvaguarda das representações sociais e pela ratificação do poderio e influência das classes de referência. Mesmo nos momentos em que os meios de comunicação exercem um poder mediador, constata-se a ressonância de seus sentidos e marcas na produção e na reprodução das estruturas de poder social. Pesa nessa direção o emprego seletivo das fontes de informação, dos rituais jornalísticos tradicionais e da delimitação de temas para as histórias a serem contadas. Os *media*, nesse sentido, encarregam-se de escolher quais atores serão representados no ambiente político-social do jornal, o que será enunciado acerca deles e, principalmente, o que será desvelado e o que será ocultado.

Como já foi discutido ao longo do capítulo 3, o processo de construção das notícias não se sustenta como uma premissa arbitrária e intuitiva. Antes, essa percepção assume uma vertente pedagógica – ou seja – os jornalistas “aprendem” a desvelar o poder dos governos, empresas, instituições e contribuem do mesmo modo para o poder dos *media* e para a forja da imagem social articulada pelos grandes conglomerados.

Gans (1979) corrobora com a sentença anterior, ao verificar que a escolha sobre o que deve ou não ser noticiado assenta-se em parâmetros cuja indexação ancora-se no reconhecimento de pessoas, países e organizações da elite – bloco de classe que possui acesso facilitado ao aparato simbólico-cognitivo dos *media*. Parte dessa discussão pode ser sumariada nos argumentos propostos por Van Dijk (2015):

(...) a inclusão corporativa da maior parte dos meios de comunicação do Ocidente, especialmente os jornais, bem como **a rotina organizacional da produção de notícias, a dependência de fontes prontamente disponíveis e confiáveis de informação, os aspectos profissionais e ideológicos gerais do que vale ou não ser notícia**, tudo isso soma-se em cognições e produção textual que favorecem as histórias sobre as pessoas, os grupos ou as instituições mais poderosas da sociedade (...). Dessa forma, ao invés de serem um simples porta-voz da elite, os meios de comunicação também mostram que são uma parte inerente da estrutura de poder societal, cuja dimensão simbólica administram. (VAN DIJK, 2015, p. 74, grifo nosso)

Ao tempo em que as fontes hegemônicas instituem os seus mapas de sentido, constata-se, em contrapartida, o “esmorecimento” dos chamados definidores secundários (associações de moradores, habitantes de favela e de bairros periféricos, etc.) cujas vozes não encontram a mesma repercussão nos *media*. São rotineiramente caracterizados por sua posição social e marginalidade – o que redundava no olhar assimétrico conferido pelos veículos de comunicação.

Desse modo, constata-se que os grupos sociais subordinados parecem corresponder a um retrato etnocêntrico e estereotipado – cujas balizas os situam no âmbito de papéis semânticos e sociais específicos.

Ao contrário dos grupos sociais hegemônicos, as fontes subordinadas não desfrutam dos mesmos espaços representativos, cognitivos e simbólicos. Conforme Van Dijk (2015) isso se deve a uma série de fatores, como 1) as classes subalternas não têm acesso aos meios de comunicação dominantes; 2) comumente não são utilizados como fontes de informação usuais e confiáveis; 3) são descritos de maneira estereotipada e geralmente são tratados como “problema”, “fardo” ou “ameaça”; 4) são representados como “deficientes” ou “atrasados”, quando confrontados com os valores, finalidades, conhecimentos ou “cultura” dos blocos de classes dominantes; e, por conseguinte, 5) necessitam de “nossa ajuda, compreensão ou apoio (altruístas), pressupondo que se adaptem a nossas normas e ideologias sociais e políticas” (VAN DIJK, 2015, p. 76).

O jornalismo das classes populares aponta, assim, para um caminho representativo-simbólico que se distancia da percepção enviesada do jornalismo anglo-

saxão – marcado pela codificação dos acontecimentos histórico-sociais dominantes e pela máxima das fontes hegemônicas. Essa percepção tradicional da prática jornalística redundava na construção de uma realidade fortemente assinalada por uma univocidade de vozes e de contextos sociais bastante específicos e delimitados.

Alexandre Barbosa (2012) ressalta que a imprensa das classes subalternas guarda uma diferença com os veículos convencionais de comunicação por utilizar: 1) um novo processo de seleção e construção das notícias (baseado na utilização de entrevistados comuns e pela valorização de distintas realidades sociais), 2) contraposição ao modelo norte-americano de jornalismo (focando em narrativas complexas e valorização da subjetividade) e 3) oposição à ideologia positivista e liberal da indústria jornalística (o foco recai aqui sob a interpretação, na capacidade de observação, na escuta atenta da pluralidade de vozes sociais e na experiência do outro).

A ótica delineada na presente pesquisa – tendo-se a obra *O olho da rua*, de Eliane Brum, como o *corpus* de análise – direciona-se, exatamente, para uma perspectiva das fontes alternativas, apontando para novas inteligibilidades e problemáticas sobre a realidade social. Isso significa uma mudança na lógica de observação das fontes não oficiais, situando-as no centro do debate da prática jornalística.

#### 4. MICRO-HISTÓRIA ITALIANA: A CONSTITUIÇÃO DOS REFERENCIAIS ESPECÍFICOS

O quarto capítulo da tese está centrado na articulação teórico-metodológica entre jornalismo e micro-história. Observa-se que o aparato investigativo desnudado pela vertente italiana abre uma perspectiva de análise para os estudos focalizados no âmbito da história, da comunicação e, por extensão, do jornalismo - tendo-se como *corpus* de estudo as narrativas sobre os sujeitos subalternos.

A relação de ferramentas, posturas e problemas de pesquisa levantados pela micro-história podem ser utilizados para compreender como os sujeitos subalternos emergem na tessitura do social, nas malhas das reportagens e também como “vestígios” histórico-culturais. Nesse sentido, a investigação assume um caráter qualitativo – ancorada em uma abordagem bibliográfica – ao relacionar campos distintos, como o do jornalismo, da história e o da antropologia para examinar as matrizes de sentido e codificação conferidos aos personagens presentes no “livro de repórter” *O olho da rua*, da jornalista Eliane Brum.

No terceiro capítulo foram discutidas as bases do paradigma jornalístico, bem como seus sistemas de interpretação, normas, postulados e como eles se ajustam na configuração da realidade social. No presente capítulo, a pesquisa direciona-se para o arcabouço metodológico da micro-história com a finalidade de aproximar os referenciais da abordagem italiana ao campo do jornalismo, seguindo um percurso interdisciplinar. Esse movimento analítico mostra-se profícuo por trazer para a arena de debate a narrativa dos sujeitos subalternos, as marcas de suas consciências, representações e imaginários, em congruência com a prática jornalística.

Além dos autores discutidos no terceiro capítulo, a problematização do termo subalterno ancora-se nos postulados do crítico John Beverley (2011). O autor frisa que o vocábulo designa um atributo geral de subordinação social, política, econômica e simbólica, expresso em termos de classe, idade, gênero e profissão.

Beverley (2011) referencia o estudo *Elementary Aspects of Peasant Insurgency*, de Ranajit Guha, sobre as rebeliões camponesas da Índia, no século XIX, para apontar que a matriz que define a identidade subalterna é a negação. Beverley (2011) salienta que o entendimento do camponês rebelde como sujeito histórico necessita de “una correspondiente inversión epistemológica” (BEVERLEY, 2011, p. 21). Nessa perspectiva o estudioso ressalta que

El problema es que los hechos empíricos de estas rebeliones son narrados en el lenguaje (y en las asunciones culturales) de las elites – tanto la nativa como la colonial - contra las cuales estas insurrecciones estaban orientadas: “...el fenómeno histórico de la insurgencia aparece por primera vez como una imagen enmarcada en la prosa, y por tanto, desde el punto de vista de la contra-insurgencia, – como una imagen distorsionada” (*Aspects*, 333). Aquella dependencia, sugiere Guha, revela un prejuicio en la misma construcción de la historiografía colonial y post-colonial a favor del archivo escrito y del grupo colonial dominante y sus agentes, cuyo estatus es parcialmente constituido por su dominio de la cultura letrada. Este prejuicio, evidente incluso en formas de historiografía que simpatizan con los insurgentes, “excluye al rebelde como un sujeto consciente de su propia historia, y lo incorpora a otra historia sólo como un elemento contingente subordinado al protagonismo de otras subjetividades” (*Aspects*, 77). Para recuperar la especificidad histórica de las rebeliones campesinas, el historiador tiene que leer el archivo a contrapelo, practicar una “escritura al revés”. (BEVERLEY, 2011, p. 21)

Beverley (2011) explicita que a compreensão de Guha por “prosa de la contrainsurgencia” se refere não somente ao arquivo colonial do século XIX, mas guarda ressonância nas formas atuais de construção dos discursos históricos, etnográficos, literários e, por que não dizer, jornalísticos, cujos liames são tecidos na localização dos sujeitos no âmbito de uma “narrativa teleológica de formación del Estado” (BEVERLEY, 2011, p. 21). Observa-se sob esse prisma, a preocupação de Guha com a conversão da história a um elemento administrativo de narrativas. Beverley (2011) frisa que,

Guha intenta representar o recuperar al subalterno como un sujeto histórico, desde la coraza de los discursos historiográficos y archivísticos que le niegan agencia. En este sentido, su proyecto es una continuación de la misma insurgencia que se propone representar históricamente. Pero, los estudios subalternos no son simplemente un discurso “sobre” el subalterno. ¿Cuál sería el interés, después de todo, en representar al subalterno como subalterno? Ni tampoco se trata, simplemente, de los campesinos o del pasado histórico. **Los estudios subalternos aparecen y se desarrollan como una práctica académica en un escenario contemporáneo en el cual nuevas relaciones de dominación y subalternidad son producidas regularmente y otras anteriores son reproducidas o reforzadas.** (BEVERLEY, 2011, p. 22, grifos nosso)

Beverley (2011) compreende que a ideia de estudar o subalterno é contraditória. Entretanto, o reconhecimento dessa natureza paradoxal possibilita o exercício de uma leitura a contrapelo. Desse modo, o processo tem como consequência o deslindamento de “la autoridad de la alta cultura de la academia y de los centros de saber al mismo

tiempo que continuamos participando plenamente en ellos como artistas, profesores, investigadores, planificadores y / o teóricos” (BEVERLEY, 2011, p. 23). Beverley (2011) complementa:

Aquellos quienes participamos en el proyecto de los estudios subalternos somos frecuentemente cuestionados: ¿cómo es que nosotros, quienes somos (en su mayoría) académicos blancos de clase media o alta, en universidades de investigación o en instituciones de alta cultura, podemos reivindicar que representamos al subalterno? Pero no reivindicamos representarlo (“cartografiarlo”, “dejarlo hablar”, “hablar por él”). **Buscamos en cambio, registrar las formas en que el saber y las prácticas que producimos e impartimos están estructurados por la ausencia, dificultad o imposibilidad de representación del subalterno. Esto equivale a reconocer, sin embargo, la inadecuación fundamental de nuestro saber y de nuestras prácticas, junto con las instituciones que las contienen, y por lo tanto, la necesidad de un cambio social general dirigido hacia un orden radicalmente democrático e igualitario.** (BEVERLEY, 2011, p. 24, grifos nosso)

No âmbito do *corpus* de análise, busca-se entender como Eliane Brum absorve as assimetrias e desloca sua narrativa de uma perspectiva do poder hegemônico para o ponto de vista dos anônimos, subalternos e excluídos. Infere-se, desse modo, que ao trazer para cena enunciativa os sujeitos subalternos, Brum movimentava a percepção de seu olhar e rompe com o paradigma jornalístico - alicerçado no condicionamento interpretativo da realidade e nas premissas de “verdade”, “objetividade” e “imparcialidade”, demarcada pela figura do repórter.

Sob esse viés, os códigos de produção discursiva e os repertórios cognitivos assimilados pela jornalista, no âmbito de sua prática, direcionam-se para novas inteligibilidades e para outras interpretações do real. Isso redundava em um modo distinto de narrar os acontecimentos sócio-históricos, culturais e também da construção de novas alteridades, realidades e de esquemas cognitivos.

Ercio do Carmo Sena Cardoso (2016), em diálogo com Stuart Hall (2003), assinala que a constituição do popular emerge como um “lugar de resistência e enfrentamentos” (2016, p. 2). Durante boa parte do século XX, a configuração da história a partir do olhar de cima predominou como instância enunciativa do passado. Esse fenômeno também encontrou ressonância no campo jornalístico, ao privilegiar as fontes hegemônicas, ao simplificar a complexidade dos contextos sociais e ao ressaltar uma lógica cientificista centrada nas consequências e, em raros momentos, nas causas.

É truísmo que o campo da história e do jornalismo não são os únicos detentores dos espaços de poder e dominação, esse arsenal simbólico espalha-se por áreas distintas

como a medicina, o direito, a economia e a política, só para citar alguns. Cardoso (2016) destaca que essa perspectiva da história sublinhou “o apagamento da vida comum, do anônimo geralmente inscrito na cultura popular” (2016, p. 2). O autor explicita que:

Esse gesto contribuiu com a baixa estima das multidões enfraquecendo a construção de sua autonomia para intervir no presente. Nesta escrita são valorizados confrontos, sucessão de fatos, guerras e conquistas que configuram o mundo de acordo com o pensamento hegemônico presente. A verdade que busca afirmar contribui para naturalizar a vida social, desidratar sua vitalidade, esvaziar a potência de suas resistências e desconhecer seus conflitos. (CARDOSO, 2016, p. 2)

Compreende-se que o campo jornalístico é clivado por práticas sociotécnicas, prazos, métodos e discursos. Desse modo, o fazer jornalístico instaura um intrincado processo de interação – atravessado por dinâmicas de disputa que transformam e afetam o tecido social. A prática jornalística é pensada aqui como arena de significação e de inteligibilidade sócio-cultural, tendo-se a micro-história como processo hermenêutico para a compreensão e discussão da obra *O olho da rua*.

Nesse sentido, faz-se necessário discutir como os campos do jornalismo e da micro-história entram em diálogo, de que forma as matrizes teórico-metodológicas da abordagem italiana configuram novas codificações e sentidos no ambiente social, cultural e na urdidura da realidade. Busca-se compreender, desse modo, como a interdição de algumas vozes sociais engendram espaços de alienação cognitiva, isto é, processam dinâmicas de apagamento de representantes das classes subalternas.

A disciplina historiográfica forja seu aparato científico em fins do século XIX, assentando suas ideias sob as premissas do historiador alemão Leopold von Rank. O paradigma rankeano sedimenta suas matrizes de investigação à luz dos arquivos oficiais – nutrindo-se na crença de que os documentos dos governos e das autoridades garantem uma maior cientificidade e credibilidade aos estudos do campo da história. O modelo de von Rank apresenta marcas profundas dos ideais de objetividade científica – encontrados no positivismo de Auguste Comte.

Este modelo de pesquisa histórica – chamado de tradicional – apresentará uma mudança de paradigma somente em 1929, com a primeira geração da Escola dos Annales, liderada por Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. As principais críticas ao modelo rankeano dizem respeito “à tentativa de superar o nível da descrição dos acontecimentos para alcançar uma análise das estruturas, ou seja, a compreensão dos mecanismos que presidem as mudanças históricas” (ROMANCINI, 2007, p. 26).

Romancini (2007) coloca os pressupostos da Escola dos Annales dentro do que se denomina de paradigma “moderno” dos estudos historiográficos. Com o pós-1968 emerge a concepção “pós-moderna” de pesquisa histórica, com a finalidade de entender o dinâmico e complexo quadro de mudanças sociais:

Com efeito, a insatisfação com as teorias de viés holístico existentes – ou a dificuldade para construí-las – a fim de explicar a realidade social e as mudanças colocaram dificuldades ao paradigma “moderno”. Ao mesmo tempo, ensejaram as alternativas ou respostas, ao seu modo, do novo paradigma. Assim, em perspectivas mais relativistas da corrente “pós-moderna” a própria noção de que deva existir uma teoria global é vista como problemática ou superada (...). A possibilidade de realizar uma macroanálise seria uma ilusão cientificista. Propõe-se então – neste extremo relativista do paradigma – a feitura de diferentes discursos, “histórias” sobre ou para grupos particulares. (ROMANCINI, 2007, p. 27-28)

É na confluência dessas discussões que a micro-história italiana alcança espaço privilegiado para pensar os contextos socioculturais e também a crise política, teórica e historiográfica. O olhar da história – antes consagrado aos processos macrosociais – direciona suas interrogações e problemáticas de pesquisa para os novos sujeitos sociais, como os estudantes, as mulheres, os migrantes, os indígenas e os negros. Há um deslocamento das análises totalizadoras para os processos microscópicos do social.

O jornalismo desenvolvido por Eliane Brum, em *O olho da rua*, pode ser analisado à luz das matrizes analíticas presentes na micro-história italiana. O relato de Brum, à semelhança da perspectiva micro-histórica, desvia seu campo de observação das discussões hegemônicas para uma abordagem em que o sujeito subalterno aparece como o articulador social.

Para entender como as análises da micro-história podem auxiliar na compreensão da prosa jornalística de Brum é necessário investigar como essa corrente historiográfica se estruturou, quais são suas ferramentas de análise e os principais pensadores.

Os primeiros debates sobre a micro-história remontam ao fim da década de 1960 em torno da revista *Quaderni Storici* – fundada em Ancona por Alberto Caracciolo – durante o outono de 1965. A revista mais tarde seria editada em Bolonha com a colaboração de diversos historiadores ligados à micro-história, como Edoardo Grendi, Carlo Poni, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg.

Carlos Antonio Aguirre Rojas (2012) explica que a revista *Quaderni Storici* se constitui como o espaço de expressão e propagação da perspectiva micro-histórica na

Itália. Inicialmente chamada de *Quaderni Storici delle Marche*, a revista traz em seu número inicial, a primeira tradução italiana do famoso artigo de Fernand Braudel “História e ciências sociais: a longa duração”. Em 1970, depois da reorganização de seu comitê e de perder o complemento “*delle Marche*”, o periódico passa a funcionar como o principal espaço de concentração e de difusão da corrente micro-histórica.

A partir de 1981, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi publicam pela editora Einaudi, a coleção *Microstorie*, que passa a concentrar grande parte dos pressupostos, das publicações e do arcabouço teórico-metodológico da micro-história italiana. Nesse período, a revista *Quaderni Storici* perde parte de seu *status* de núcleo estruturador dos principais debates sobre a micro-história.

Henrique Espada Lima (2006) explica que é em torno da revista *Quaderni Storici* que os principais textos programáticos e os primeiros trabalhos influenciados pela micro-história aparecem. Os *Quaderni Storici* são marcados por uma clara atitude interdisciplinar. A revista começa a ocupar um espaço destacável frente às demais publicações de história na Itália, como os *Studi Storici*, revista do Instituto Gramsci e a tradicional *Rivista Storica Italiana*. Suas discussões estão centradas na amostra, isto é, afasta-se de uma perspectiva epistemológica de se pensar o regional a partir do nacional; pelo contrário, tenta-se entender a “história local”, seus sujeitos e suas problemáticas a partir de um recorte circunscrito de análise.

Rojas (2012) alerta para a perspectiva problemática contida no termo micro-história que, ao contrário do que se pode supor, não busca pensar uma história de microespaços, microrregiões ou microlocalidades, isto é, “uma história local ou de espaços pequenos -, mas antes uma nova maneira de se focar a história” (2012, p. 89). Desse modo, o caminho traçado pela micro-história italiana sedimenta suas bases sobre os procedimentos de mudança de escalas no âmbito de observação e também de análises pormenorizadas das problemáticas históricas.

José D’Assunção Barros (2007) dissipa uma confusão bastante comum quando se discute a abordagem micro-histórica – que é a relação que se estabelece erroneamente com a história regional. Quando a perspectiva do historiador é canalizada para a análise de uma espacialidade específica, fica patente no âmbito da história regional que os estudos voltam-se especificamente para a compreensão desse espaço em particular e das relações sociais que são forjadas dentro desse ambiente, “mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial)” (BARROS, 2007, p. 168).

A história regional emerge como instância analítica cujas bases foram edificadas sob a noção de constructo de um espaço de observação, articulação e percepção de homogeneidades sociais. Por outro lado, a micro-história “corresponde a um campo histórico que se refere a uma coisa bem distinta: a uma determinada maneira de se aproximar de certa realidade social ou de construir o objeto historiográfico” (BARROS, 2007, p. 169). Por consequência, é preciso deixar claro que a micro-história não está voltada para a investigação de um espaço físico circunscrito. Seu *modus operandi* articula-se por meio do exame intensivo das fontes:

O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade. (...)

O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser, desta maneira, o espaço micro-recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar. Se ele elabora a biografia ou a “história de vida” de um indivíduo (e frequentemente escolherá um indivíduo anônimo) o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame micro-localizado desta vida. (BARROS, 2007, p. 169, grifos do autor)

O diferencial desses estudos iniciais, além de uma aproximação com a história oral e com a antropologia, diz respeito à escala de análise. Em vez de se focalizar nas instâncias de longa duração e em vastos espaços geográficos, os estudos apontavam para uma investigação sobre grupos familiares e indivíduos. Optava-se, portanto, por uma escala reduzida de observação.

Dessa forma, como destacam Ginzburg e Poni (1991), em “O nome e o como”, a pergunta sobre o sujeito reconstitui as estruturas sociais. Os autores definem a micro-história como uma “prosopografia a partir de baixo”, isto é, apresentam-na como uma busca para reconstituir uma biografia coletiva, tentando colocar em primeiro plano as ações e pontos de vistas das chamadas classes subalternas.

A corrente historiográfica italiana erige suas linhas temáticas e metodológicas, sustentando-se sob as bases da microanálise e da redução da escala de observação. A primeira tem as redes de relações sociais como processo catalisador e definidor. A

segunda operação desdobra-se sobre problemas historiográficos, tendo as biografias como *corpora* de investigação privilegiados.

A micro-história trouxe para o primeiro plano as discussões referentes aos sujeitos marginalizados, subalternos, as pessoas comuns. Nessa senda, destacam-se as obras *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (originalmente publicado em 1976), de Carlo Ginzburg, e *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* (lançado em 1985), de Giovanni Levi.

Igor Sacramento (2014) ressalta que os trabalhos de Ginzburg e Levi procuram engendrar novos amálgamas entre o particular e o geral ao restringir a escala de análise ao plano do indivíduo comum:

No lugar dos grandes personagens tidos como responsáveis pelos grandes acontecimentos, passou a fazer parte da história sujeitos subalternos, comuns e esquecidos. Por conta disso, a microanálise histórica se estruturou no jogo entre a descrição detalhada do que é focado com a relação com o contexto social mais amplo e que passa a ser complexificado pela análise do microssocial. (SACRAMENTO, 2014, p. 167)

A microanálise tem se constituído como uma metodologia importante para o trabalho dos historiadores, sobretudo, por ajudar na reconstrução de trajetórias e biografias. A questão central passa a ser a de problematizar os sujeitos colocando-os em diferentes contextos e relações sociais, salientando semelhanças e, principalmente, diferenças. Trazendo Carlo Ginzburg (2007) ao debate:

Reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul. (...) Pouco a pouco me dei conta de que uma grande quantidade de acontecimentos e conexões que eu ignorava totalmente contribuiu para orientar as decisões que eu imaginara tomar automaticamente: um fato em si banal, mas sempre surpreendente, porque contradiz as nossas fantasias narcísicas (GINZBURG, 2007, p. 264).

Sob a perspectiva da microanálise, os acontecimentos e fatos assumem uma dimensão social e cultural, em que as narrativas articulam os sentidos e promovem o aprofundamento dos aspectos históricos – tomando como termo central o indivíduo – em contraposição aos valores arraigados que colocam em primeiro plano a história social dominante.

O trabalho de Eliane Brum pode ser concebido dentro dessa vertente – uma vez que a vida dos sujeitos subalternos é elevada ao patamar do debate social e suas histórias emergem como acontecimentos jornalísticos.

Para Cardoso (2016), diferente das bases do jornalismo referencial, a escrita de Brum prioriza “as vozes ordinárias”. A autora de *O olho da rua* deixa cair um olhar oblíquo sobre as fontes institucionalizadas, isto é, os valores-notícia que guiam sua prática estão assentados sob as bases da imersão no cotidiano e pela “visibilidade dos esquecidos sociais”.

Apreende-se a partir de Cardoso (2016) que o lugar de estudo sobre os subalternos configura-se como campo aberto à problematização. Essa atitude permite determinar as identidades dos sujeitos, os lugares sociais que ocupam, suas posições hierárquicas e o *locus* de disputa das representações sociais.

Desse modo, ao correlacionar os processos jornalísticos às apreensões histórico-sociais e culturais, busca-se compreender como são configuradas as realidades midiáticas e como determinados segmentos sociais emergem na tessitura da narrativa jornalística. É possível refletir, portanto, que as articulações estabelecidas no âmbito sociocultural engendram óticas que – consensual e tensivamente – compõem a atmosfera dos *media* e fornecem os indícios acerca dos processos cognitivos e também sobre o desempenho “semântico” e social das minorias raciais e étnicas nas páginas de *O olho da rua*.

Sacramento (2014) frisa que o campo da comunicação organiza um intricado ambiente de questões sobre a vida social “centrado na *vinculação entre o eu e o outro*” (2014, p. 155, grifos do autor). Essas problemáticas sugerem uma disputa pela hegemonia, situada no equilíbrio ético das crises comunitárias, “nos processos de sociabilidade engendrados pelos dispositivos comunicacionais, nas transfigurações da realidade sociocultural pelas articulações com as realidades midiáticas, sob a forma de produtos e processos midiáticos” (SACRAMENTO, 2014, p. 155).

Ancorando-se ao pensamento de Muniz Sodré (2002), Sacramento acentua que o problema da comunicação não pode ser simplificado como “mero compartilhamento de um fundo comum” (SODRÉ, 2002, p. 223 *apud* SACRAMENTO, 2014, p. 155) entendido como refúgio para os membros de um grupo social; todavia, deve assimilar um conjunto dinâmico de identidades, “no qual o *eu* e o *outro* não são instâncias sociais prontas e acabadas” (SACRAMENTO, 2014, p. 155). Sodré (2002) complementa que a

Vinculação, entretanto, é muito mais do que um simples processo interativo, porque pressupõe a inserção social do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a liberação frente às orientações de conduta, isto é, os valores. Aqui se faz necessariamente presente o sentido ético-político do bem comum. Isto torna a questão comunicacional política e cientificamente maior do que a que constitui exclusivamente a partir da esfera midiática (SODRÉ, 2002, p. 223-224 *apud* SACRAMENTO, 2014, p. 155).

É possível inferir que a aproximação entre a micro-história e o jornalismo praticado por Eliane Brum sugere a ampliação do debate social sobre as representações que são feitas na mídia sobre a classe trabalhadora, sobre as mulheres, sobre os jovens, sobre os negros e sobre os pobres de forma geral. Van Dijk (2015) acentua que esses grupos sociais são comumente discriminados, marginalizados, subordinados ou estereotipados, “mas que também participam de várias formas de resistência que podem ser vistas como uma tentativa de obter contrapoder” (VAN DIJK, 2015, p. 81).

Para entender como os sujeitos subalternos emergem na prosa jornalística de Eliane Brum, serão problematizados a partir do arcabouço teórico-metodológico da micro-história um conjunto de dez textos que fazem parte da obra *O olho da rua*. As reportagens presentes no livro intitulam-se *A floresta das parteiras*, *A guerra do começo do mundo*, *A casa de velhos*, *O homem-estatística*, *O povo do meio*, *Expectativa de vida: vinte anos*, *Coração de ouro*, *Um país chamado Brasilândia*, *Mães vivas de uma geração morta* e *A mulher que alimentava*.

O presente capítulo foi projetado tendo em vista o “rastreamento” e problematização das bases bibliográficas e teóricas da micro-história italiana, cujo objetivo é compreender como são representados os sujeitos subalternos na narrativa histórica e, por inferência, no relato de Eliane Brum.

Recorre-se, nesse sentido, aos trabalhos de Carlo Ginzburg (1989, 1991, 2006, 2007, 2014), Jacques Revel (2010, 2015), Carlos Antonio Aguirre Rojas (2012), Giovanni Levi (2003, 2015) e Henrique Espada Lima (2006). A partir da leitura de Carlo Ginzburg e dos comentadores foi possível delinear quatro categorias de análise: 1) redução da escala de observação; 2) descrição etnográfica; 3) paradigma indiciário e 4) narrativa.

Constata-se que as matrizes investigativas apresentadas colaboram para a compreensão da atividade jornalística desempenhada pela repórter Eliane Brum. O olhar da autora de *O olho da rua* focaliza a tríade processo, produção e análise como instâncias heurísticas da realidade social, isto é, as fontes são pensadas a contrapelo do

tom homogeneizador. Suas reportagens propõem uma leitura intensiva e profunda da realidade sócio-cultural, política e histórica.

Na acepção defendida nesta tese, constata-se que Brum age como uma micro-historiadora, ou melhor dizendo, como uma “micro-jornalista”. Percebe-se, nestes termos, que a aplicação do paradigma indiciário, da redução da escala de observação, da descrição etnográfica e da narrativa – emergem como elementos necessários para o acesso e compreensão das culturas subalternas – bem como dos códigos, das estruturas e também como desvio do paradigma jornalístico.

O esforço da pesquisa destina-se agora a discutir as matrizes de análise da micro-história – em um movimento tentativo e aproximativo – com as bases do jornalismo praticado por Eliane Brum. No próximo capítulo as categorias investigativas serão cotejadas e aprofundadas com mais detalhes, objetivando examinar as dez reportagens presentes no livro *O olho da rua*.

#### **4.1 Redução da escala de observação**

Os alicerces teórico-metodológicos da micro-história estão sedimentados em primeiro lugar sob as bases da revista *Quaderni Storici* e, posteriormente, na década de 1980, são articulados em torno da coleção editada em Turim por Giulio Einaudi, denominada *Microstorie* (micro-história). Os *Quaderni Storici* centralizam um apanhado difuso de trabalhos, questões e de historiadores em torno da revista – fato que contribuiu para a constituição de problemas e referências mais ou menos semelhantes.

Inicialmente, a micro-história foi formulada sob o vértice de um conjunto de premissas e perguntas sobre os métodos e ações da história social. Agrupava análises avulsas referentes à aproximação da história com distintos campos das ciências sociais, com destaque para a economia, a demografia e a antropologia. Henrique Espada Lima (2006) sublinha que essa rede de diálogos sofria influência das deliberações advindas da historiografia francesa, da história social britânica, das tradições marxistas e socialistas italianas e também da antropologia social:

A revista acabou assumindo (...) um inegável papel precursor ao tornar-se sistematicamente um espaço privilegiado para a divulgação de um conjunto amplo de experiências historiográficas, resultado de trabalhos que começaram a se desenvolver na Itália a partir dos anos 1970. Essas iniciativas tinham em comum, em primeiro lugar, o interesse pela história social, isto é, por uma história voltada para as ciências sociais, que tentava apropriar-se de seus métodos e problemas. (LIMA, 2006, p. 51)

Pouco a pouco, as balizas propostas pelas discussões dos *Quaderni Storici* foram sendo modificadas, passando a abranger uma gama variada de temas e questões. Disso resulta um tom mais crítico em relação à perspectiva globalizante e abstrata da historiografia tradicional. Desse modo, a revista *Quaderni* direciona seu olhar para a emergência “da redução da escala de análise, para as discrepâncias e ambiguidades dos contextos estudados pelos historiadores – até a reproposição do papel dos agentes históricos individuais, e o esforço de pensar um paradigma para a história por meio do método indiciário” (LIMA, 2006, p. 16).

Nesse sentido, a micro-história se insurge não somente contra os paradigmas científicos mais amplos das ciências sociais, mas busca refletir também sobre a história contemporânea, inclinando seus pressupostos para a compreensão das mudanças sociais, dos grupos e dos indivíduos. Direciona, portanto, uma atenção especial à incerteza dos “processos sociais tal como é revelada por um olhar atento e aproximado” (LIMA, 2006, p. 17).

O contexto da década de 1970 é marcado pelo aparecimento de novos personagens, pela complexidade da conjuntura social e pela emergência de novas ferramentas, problemas e perguntas sobre o passado. O arcabouço teórico da história tradicional não conseguia apreender o intrincado quadro social que despontava. Nesse sentido, a micro-história delineava uma perspectiva cognoscível de análise das formas de hierarquização dos espaços sociais que se afastava dos métodos estereotipados utilizados pela historiografia tradicional – “marcada, ao menos no caso do marxismo, por uma bipolaridade rígida – em direção a uma visão mais atenta à heterogeneidade e que poderia ser, na convicção de muitos deles, mais concreta” (LIMA, 2006, p. 51).

É precisamente na década de 1970 que a revista *Quaderni Storici* atravessa uma nova fase. Nesse momento, além dos diretores Alberto Caracciolo e Pasquale Villani, começam a participar da redação os pesquisadores Edoardo Grendi, Angelo Ventura, Ernesto Galli Della Loggia, Raffaele Romanelli, Giovanni Levi, Carlo Poni e Carlo Ginzburg.

Com a chegada - nos *Quaderni Storici* - dos historiadores Giovanni Levi e Carlo Ginzburg são intensificados os debates sobre a micro-história. Os estudos focalizados em indivíduos, famílias e comunidades, assim como as discussões sobre a antropologia histórica passam a ser debatidos nas páginas da revista com maior vigor pelos novos colaboradores.

Durante os anos de 1970, os historiadores ligados a micro-história foram se tornando presença marcante na estrutura organizativa dos *Quaderni Storici* e, do mesmo modo, no direcionamento das discussões e temas da revista. Já no fim da década, o tema estava no coração de algumas discussões mais importantes das suas páginas e mesmo fora delas. Em 1978 a micro-história aparecia como título de um dos números dos *Quaderni* e, no ano seguinte, era alvo central de polêmica e objeto de balanços historiográficos. (LIMA, 2006, p. 60)

Nos *Quaderni*, Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Gérard Delile ampliaram as discussões sobre a micro-história por meio do acolhimento da investigação microanalítica da família e da comunidade do Antigo Regime. As metodologias de trabalho foram igualmente reforçadas pela utilização de temas oriundos da história oral e da antropologia. Da mesma forma, as figuras de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, conforme referencia Lima (2006), articularam novas perspectivas de análise ao privilegiar o tratamento intensivo e qualitativo das fontes seriais. Essa perspectiva contrapunha-se ao posicionamento da história quantitativa, centrada nas variáveis econômica e demográfica.

Poni e Ginzburg não negavam a influência que a micro-história recebia da pesquisa quantitativa, entretanto, com o aparecimento de novas dinâmicas sociais havia a necessidade de estabelecer outras metodologias para a compreensão da realidade sócio-histórica e cultural. O interesse voltava-se para os segmentos não-hegemônicos, marcados, preponderantemente, pelos estudos subalternos das classes urbanas e camponesas.

A mudança de postura era assinalada pela redução da escala de análise. O enfoque da micro-história não estava centrado sobre os movimentos de longa duração e nos grandes espaços geográficos, mas detinha-se na compreensão intensiva de comunidades, grupos familiares e sujeitos. A medida ancorava-se na percepção de que somente na esfera microscópica “seria possível articular de modo consistente os vários perfis que as fontes seriais produziam – originalmente independentes entre si – em uma compreensão coerente da realidade social” (LIMA, 2006, p. 62).

Ao tratar as fontes seriais em escala reduzida, a micro-história propunha a combinação de distintas realidades sociais. A finalidade era desvelar – mesmo que de forma transversal – o apanhado de “estratégias comuns e individuais que constituem o concreto das relações sociais” (LIMA, 2006, p. 62). Em diálogo com Poni e Ginzburg, Lima (2006) aponta que a adoção de escala vai interferir no tipo de observação e também na análise a ser adotada:

Séries documentais que, se tratadas de modo quantitativo, produziam uma visão impressionista de tendências macrossociais, mas que impediam a visão dos processos cotidianos em que essas se construíam. As fontes paroquiais, registros de nascimento, casamento e morte, poderiam ser colocadas – a partir de um espaço e de um tempo circunscritos – em relação direta com as fontes notariais, registros de transações comerciais e testamentos, assim como a documentação judiciária, aos censos e os cadastros. (...) O confronto e “superposição” de séries documentais seria realizado por meio daquilo que Poni chamava ali de “método nominativo”. “Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo do outro em todas as sociedades conhecidas: o nome.” (LIMA, 2006, p. 62-63)

O “método nominativo” evoca – como se percebe – tanto os pressupostos da demografia quanto em um espectro mais amplo - a história social. Articula, dessa maneira, uma miríade de referências com as quais a micro-história estabelece conversação. A corrente historiográfica italiana – amparada, como se constata, pelo tratamento intensivo e qualitativo das fontes seriais – organiza suas bases histórico-analíticas por meio da inquirição sobre uma área delimitada e pelo reordenamento da tessitura social em que os sujeitos estão compreendidos.

A discussão que Ginzburg e Poni estabelecem com a história serial não se restringe aos contornos da demografia, mas é reconstituída por meio da observação dos estamentos culturais, pelo estudo dos estilos de vida e pela análise das formas de sociabilidade das classes subalternas. Essa perspectiva da micro-história se articula ao quadro cultural e político que perpassa o contexto italiano no final da década de 1960.

Como referenciado anteriormente, um conjunto profuso de manifestações assinalaram o ambiente político italiano a partir de 1967, destacando-se as revoltas estudantis, o novo panorama de luta política dos operários e os movimentos feministas. Constata-se que há uma mudança nos valores e nas perspectivas então em voga. O aparato e os métodos historiográficos necessitam dar conta das discussões e das problemáticas relativas à democracia direta, às desigualdades entre os sexos e ao caráter autoritário experimentado na família e na escola.

Giovanni Levi (1992) frisa que o período é caracterizado pela crise dos modelos de produção e de inteligibilidade dos contextos histórico, cultural e social. Depreende-se que a leitura que os cientistas sociais faziam estava afetada “por uma carga de positivismo herdado” (LEVI, 1992, p. 134). Desse modo, os estudos sobre o

comportamento social “estavam se comprovando demonstravelmente errôneos e esta falência dos sistemas e paradigmas existentes requeria não tanto a construção de uma nova teoria social geral, mas uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa atuais” (LEVI, 1992, p.134).

Lima (2006) destaca que a micro-história atendia a esse contexto de transformações culturais, econômicas e sociais – compreendido como um momento de mudanças não somente políticas, mas também teórica e historiográfica – com novas perguntas e problemáticas de pesquisa. Essa conjuntura influencia na forma como devem ser direcionados os estudos, as metodologias e as escalas de observação:

A atenção sobre os “novos sujeitos sociais” que impunham sua presença nas ruas por meio dos movimentos de massa que marcaram o fim dos anos de 1960 e a década seguinte ajudava a dar forma aos termos do debate. Expunham-se dúvidas sobre o sentido dos processos macrossociais – e dos modelos que tentavam explicá-los – sugerindo a atenção sobre os processos “microscópicos” que em geral eram submergidos nas análises globalizadoras. As discussões voltam-se também para o diálogo com outras disciplinas – como a antropologia e a psicologia – que tradicionalmente lidavam com as esferas do cotidiano e da experiência vivida. (LIMA, 2006, p. 106)

Para Jacques Revel (2010), a opção por uma escala de observação reduzida articula a percepção de metodologias específicas e possibilita o aparecimento de novas estratégias de conhecimento, a partir dos estudos que se faz das problemáticas sócio-históricas e culturais. Conforme o pesquisador, “variando a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim, modificar a sua forma e sua trama” (REVEL, 2010, p. 438).

Revel (2010) utiliza a metáfora do cartógrafo para deixar patente que o processo de escolha da escala de análise interfere no como, no quem e também na forma como uma determinada realidade social será representada. Para o pesquisador francês, “a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável” (REVEL, 2010, p.438).

José Gonçalves Gondra (2012), em diálogo com o pensamento de Jacques Revel, assinala que a escala move-se como uma espécie de bússola – ao direcionar e oferecer um percurso de estudos e articular um conjunto de metodologias necessárias ao campo de observação e problematização alicerçados sob os pressupostos do historiador. Nessa perspectiva, a emergência da escala de análise aparece “como condição necessária para o conhecimento, visto que a definição de uma escala participa de modo incontornável da

fabricação dos problemas de pesquisa e das possibilidades de torná-lo inteligível” (GONDRA, 2012, p. 86).

As percepções de Giovanni Levi (2003) acerca da redução da escala de análise encontram fundamento no trabalho do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Levi se opõe aos paradigmas estruturais e funcionalistas que marcam as pesquisas de antropólogos e historiadores por assumirem uma perspectiva homogeneizante, tendo o contexto como dado construído de antemão – não havendo espaço para encontrar nada novo – apenas confirmar fatos suscitados *a priori*.

O pesquisador milanês explica que não se trata de discutir a relevância do *corpus* que se analisa, mas de trazer à baila o modo como esses objetos são inseridos em seu próprio contexto. Disso resulta que a fragilidade dos mecanismos causais constatada na prática dos historiadores está ligada ao fato de que suas análises se organizam “sob o ponto de vista do nome do assassino”, isto é, as causas se convertem em uma zona de opinião “que no puede tener verificación alguna, porque los hechos permanecen siempre iguales, como algo que es indiferente a las premisas, a los orígenes, e incluso a esas mismas causas descritas” (LEVI, 2003, p. 281). Lima (2006) aponta que essa problemática poderia ser assimilada como uma relação de escala. Pondera o autor:

A saída desse impasse estaria em abordar a relação entre as situações analisadas e seus contextos de outra forma: a dicotomia entre o “micro” e o “macro”, pensada usualmente como uma hierarquia de explicação e relevância (o primeiro como reflexo do segundo, ou como uma relação entre simples/complexo), poderia ser compreendida por meio da sua conexão dinâmica e analisada como uma problemática de *escala*. (LIMA, 2006, p. 259, grifo do autor)

A relação de escala, portanto, dialoga com as reflexões de Barth sobre a organização social e é tida como componente da realidade estudada. Para Levi – a redução da escala de observação – assume uma postura metodológica.

Observa-se que os contornos da variação de escala constituem um processo prático cuja utilização poderia ser direcionada para problemas históricos de distintas dimensões – isto é, suas variáveis de estudo não pendem somente para as discussões sobre macro realidades, sobre sujeitos hegemônicos ou sobre a “história vista de cima”. A redução da escala de análise constitui um procedimento que permite ao historiador (e por extensão, ao jornalismo praticado por Eliane Brum) a assimilação das características do problema em investigação, cujo estudo não seria possível de outra maneira.

Levi (2003) pontua que ao não se discutir de forma direta a dimensão adequada para o exame dos fenômenos históricos, tende-se a cair em mecanismos de explicação alicerçados sobre duas premissas que não são neutras. A primeira proposição aponta para pesquisas que dizem respeito aos aspectos locais ou referentes aos estudos focados em uma personagem específica. Segundo o autor, essas investigações são enquadradas como reflexos macro-históricos e, conforme essa aceção, as realidades pesquisadas só podem ser consideradas pelo o que elas apresentam de geral, “o también solamente como ejemplos, y ello sólo a falta de una explicación mejor” (LEVI, 2003, p. 282).

A segunda premissa explicita que existe uma ordem de importância – que naturaliza dicotomias como cidade/campo, civilizado/primitivo, culto/ignorante, conferindo ao primeiro termo maior relevância do que é delegado ao segundo.

As consequências imediatas disso é que os vocábulos cidade/civilizado/culto estão ligados à ideia de “progresso” e o segundo termo – à noção de “atraso”. Esse tom holístico interfere no sentido da história – cujos debuxos vêm marcados pelas tintas impressionistas conferidas à realidade, aos contextos sociais e às narrativas. Desse modo, os interstícios sociais, a vida comum e os indícios são destituídos de suas matrizes de sentido, em suma, são obscurecidos.

Tal perspectiva pode ser notada no jornalismo tradicional – cujo regime de práticas e os procedimentos regulares – instituem uma realidade sem nervuras – lisa, compacta e homogênea – apartada da complexidade das dinâmicas sociais, como por exemplo, das realidades subalternas. Por consequência, a aparição do sujeito comum na narrativa jornalística ocorre por meio de uma subordinação ritualizada ou ainda como estereótipo do poder social dominante, resultando em uma escala que não enxerga as minúcias, os vestígios e as rugosidades sociais.

Levi (2003) pondera que a variação de escala coloca em evidência diferenças e não semelhanças. Por conseguinte, busca-se a complexidade das realidades sociais em detrimento de uma simplificação. O autor prossegue:

La consideración de la pequeña escala se propone, entonces, como un modo de captar el funcionamiento real de mecanismos que, en un nivel “macro”, dejan demasiadas cosas sin explicar. Y la insuficiencia de esas explicaciones se puede comprobar en los debates sin salida que, continuamente, nos involucran a todos: el consenso popular de apoyo al fascismo; una clase obrera que ha asimilado la cultura de la burguesía victoriana; un mundo campesino arcaico que debe desaparecer frente al progreso, y temas por el estilo. La escala está aquí evidentemente equivocada, porque no puede dar respuestas sino hasta el momento en el que sea capaz de calar en una situación concreta, tal vez no generalizable, pero que de cualquier manera sea

capaz de permitir la elaboración de un instrumental conceptual menos burdo que aquel que ha sido construido sobre los agregados anteriores demasiado indefinidos. (LEVI, 2003, p. 283)

Isto colocado, percebe-se que o posicionamento de Levi (2003) contrapõe-se frontalmente aos pressupostos dos macromodelos. Para o autor de *A Herança Imaterial*, a estrutura social não poderia ser apreendida como instância homogênea – cujas contradições e problemáticas sociais eram explicadas por uma coerência interna.

O olhar de Levi (2003), dessa maneira, inclina-se para ver o particular. O autor aponta que qualquer fenômeno guarda um certo impacto sobre os mecanismos sociais, “impacto que no solamente puede modificar los efectos de esos mecanismos, sino que también, reclama para ser adecuadamente comprendido, de la verificación local de sus significados, de las resistencias y de las respuestas” (LEVI, 2003, p. 285). Esse traço parece claro – prossegue Levi – em todos os aspectos que têm a ver com a história das instituições – porque não basta explicitar as leis e as normas que as definem: “porque su funcionamiento concreto y su modificación son el resultado de un conjunto de elementos entrelazados que es necesario reconstruir, y que incluyen respuestas locales, modos de aplicación, y consecuencias directas e indirectas” (LEVI, 2003, p. 285-286).

A mudança de escala permite ao investigador adentrar nos aspectos mais profusos da realidade social. Assim, a pesquisa assume um caráter que se lança contra as concepções de que a sociedade é urdida como um todo coerente e uniformemente normatizado. Ao invés disso, compreende-se que só é possível entender as atividades em sociedade, suas assimetrias e seus posicionamentos com a apreensão da dinâmica das interações sociais.

O destaque para a incoerência dos sistemas normativos encontra ressonância nos modelos antropológicos de Barth. Nessa acepção, o âmbito social apresenta-se cindido, desintegrado e os sistemas de normas clivados por desestabilizações internas.

O social é compreendido a partir de suas discontinuidades e contradições. A atenção volta-se para a inteligibilidade do contexto histórico-cultural e social. O modelo antropológico de Barth – conforme Lima (2006) – promove o diálogo com as estratégias individuais e de grupo, permitindo entender como se produzem nas realidades circunscritas as dinâmicas sociais de grande escala.

Ancorada no pensamento de Barth, a redução da escala de observação proposta por Giovanni Levi aparece como um instrumental metodológico capaz de fazer ver como “funcionam as normas e como, por meio de suas incongruências e ambiguidades

internas, toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz, em última análise, a possibilidade da mudança” (LIMA, 2006, p. 261).

A escala reduzida deita uma atenção especial sobre o contexto e sobre os espaços de ação simultânea – destacadamente os sistemas institucionais e normativos – fato que permite compreender as regras do jogo empreendidas pelo historiador.

Levi (2003) utiliza a metáfora do laboratório para explicar que os acontecimentos individuais são reorganizados e assumem “una relevancia cuya jerarquía no está definida de manera apriorística, fuera de la propia escena” (LEVI, 2003, p. 286).

Aludindo aqui aos pressupostos de Barros (2007), verifica-se que a micro-história não atine apenas ao que se vê, “mas pelo modo como se vê” (BARROS, 2007, p. 170). Conforme assevera Barros (2007), trazendo à baila metáfora discutida anteriormente na tese, observa-se que a micro-história utiliza o “microscópio” para sondar os contextos sociais:

(...) a Micro-História procura enxergar aquilo que escapa à Macro-História tradicional, empreendendo para tal uma “redução da escala de observação” que não poupa os detalhes e que investe no exame intensivo de uma documentação. (...) o que importa para a Micro-História não é tanto a “unidade de observação”, mas a “escala de observação” utilizada pelo historiador, que observa e o modo intensivo como ele observa o seu objeto. (BARROS, 2007, p. 170)

Como se percebe, a utilização da escala reduzida possibilita a desnaturalização da leitura que se faz dos contextos sociais, dos indivíduos e das realidades. A investigação foge aos parâmetros banalizadores dos mecanismos de agregação e associação – assumindo um tom relacional – percebido na mediação entre a racionalidade individual e a identidade coletiva.

Jacques Revel (2015) enuncia que a mudança na escala de análise resultou em quatro importantes redefinições na prática historiográfica: 1) redefinição dos pressupostos de análise sócio-histórica; 2) redefinição da noção de estratégia social; 3) redefinição da noção de contexto e, por fim, 4) redefinição dos níveis de hierarquia de observação.

Revel (2015) constata que diferentemente da descrição tradicional do mundo social, cultural e histórico, a micro-história se propõe a compreender o jogo das estratégias individuais e familiares. Para o autor francês a configuração dos pressupostos de análise sócio-histórica, bem como das estratégias pessoais ou familiares não constituem aparatos meramente instrumentais:

Son socializadas, en la medida en que son inseparables de representaciones del espacio relacional urbano, de los recursos que ofrece y de las restricciones que impone, a partir de las cuales los actores sociales se orientan y toman sus decisiones (REVEL, 2015, p. 30).

Revel (2015) compreende que o interesse central da micro-história italiana não se direciona para a assimilação apriorística de contextos e realidades, mas para entender as dimensões sociais das experiências histórico-sócio-culturais. Em diálogo com Ginzburg e Poni, Revel (2010) frisa que a opção pelo individual não se contrapunha com a incorporação do social:

(...) o que se esperava dela era que tornasse possível a inclusão de uma trajetória individual (a de um homem ou grupo de homens) numa multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória e dão-lhe sua significação: “se o terreno da pesquisa for suficientemente circunscrito, as séries documentais particulares podem ser superpostas na duração assim como no espaço, o que permite reencontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais diferentes” (Ginzburg & Poni, 1979) (REVEL, 2010, p. 439).

Nesse sentido, a redefinição da análise sócio-histórica busca compreender não o caráter geral da sociedade pesquisada, mas a trama social na qual os atores deslizam e a heterogeneidade de suas atuações sociais e individuais emergem. Por conseguinte, a micro-história procura delimitar o campo social investigado, instituir os procedimentos de nomeação dos atores e caracterizar os perfis no âmbito de um grupo ou classe em particular, ao invés de situá-los em uma definição geral, normativa e tradicional dos contextos sociais. Tal perspectiva pode ser destacada, explica Revel (2010), a partir da investigação desenvolvida por Giovanni Levi, em *A herança Imaterial*:

Sem dúvida, foi Giovanni Levi, em seu livro *L'Eredità immateriale*, que resumiu melhor o que está em jogo do ponto de vista historiográfico na perspectiva pela micro-história (Levi, 1985). Ao estudar o que se passa num lugar “onde não se passa nada” – um burgo piemontês entre a metade do século XVII e o início do século XVIII -, ele coletou sistematicamente nos arquivos “todos os acontecimentos biográficos de todos os habitantes de Santena que deixaram algum rastro documental”. Ele o fez com a intenção de ressaltar, por trás da tendência geral mais visível – aquela mesma que privilegiava a abordagem macro -, as múltiplas estratégias sociais implementadas pelos diferentes atores em função da sua posição e dos

seus respectivos recursos individuais, familiares, de grupo etc. (REVEL, 2010, p. 439-440)

O parâmetro de estratégia social adotado pela micro-história direciona-se para a seleção de comportamentos individuais e reconfiguração em escala microscópica da sociedade investigada. Disso resulta que a análise não se detém unicamente à dinâmica dos fatos ocorridos, porém engloba problemáticas referentes aos dilemas, impasses e incertezas que perpassam o contexto social, individual e cultural.

Revel (2015) pontua que os micro-historiadores adotam uma postura frontalmente contrária aos pressupostos funcionalistas. Os pesquisadores privilegiam em suas análises um compósito de destinos singulares, buscando reconfigurar “un espacio de los posibles, en función de los recursos propios de cada individuo o de cada grupo dentro de una configuración dada” (REVEL, 2015, p. 31). Revel alude mais uma vez ao estudo desenvolvido por Giovanni Levi, no livro *A herança imaterial*, em que são introduzidas ideias como fracasso, incerteza e racionalidade limitada “en su estudio de las estrategias familiares campesinas desarrolladas en torno al mercado de la tierra en el siglo XVII” (REVEL, 2015, p. 31).

No que se refere à redefinição da noção de contexto, a micro-história se coloca ao revés das noções unificadas e homogêneas que determinam as escolhas dos atores sociais. Dessa forma, como afiança Revel (2015), a micro-história foge aos usos “cômodos” e “preguiçosos” da utilização convencional das perspectivas de contexto.

O autor francês discorre sobre três ordenamentos principais. O primeiro deles diz respeito à utilização *retórica* do contexto. Isso implica que o estudo “produce un efecto de realidad en torno al objeto de la investigación” (REVEL, 2015, p. 31). Já no *uso argumentativo*, o contexto apresenta as condições gerais dentro da qual uma realidade particular encontra o seu lugar. E por fim, apresenta-se *uso interpretativo*. Aqui, “del contexto a veces se extraen las razones generales que permitirían dar cuenta de situaciones particulares” (REVEL, 2015, p. 31).

Na micro-história, a noção de contexto, afasta-se da dissociação entre uma realidade mais ampla (conjuntural) e o acontecimento singular analisado (texto). A esse respeito, Revel (2015) ratifica que o que se propõe é estabelecer a pluralidade dos contextos “que son necesarios para la comprensión de los comportamientos observados” (REVEL, 2015, p. 32).

Nos níveis de hierarquia de observação, Revel (2015) destaca que a micro-história desempenha um trabalho de contextualização múltiplo – o que a afasta do

caráter de superposição dos papéis sociais realizados pelos sujeitos narrativos. Desse modo, observa-se que cada ator histórico “participa, de cerca o de lejos, en proceso – y, por ende, se inscribe en contextos – de dimensiones y de niveles variables, de lo más local a lo más global” (REVEL, 2015, p. 32). Desse modo, as totalidades não são dadas *a priori*, mas emergem quando diluídas no particular. Revel (2015) a esse respeito complementa que:

Lo que la experiencia de un individuo, de un grupo, de un espacio permite comprender es una modulación particular de la historia global. Particular y original, ya que lo que el punto de vista microhistórico ofrece a la observación no es una versión atenuada, o parcial, o mutilada de realidades macrosociales; lo que ofrece (...), es una versión diferente. (REVEL, 2015, p. 32).

Percebe-se que o jornalismo praticado por Eliane Brum se apropria da ferramenta de redução da escala de análise para a configuração das reportagens de *O olho da rua*. As personagens presentes no livro articulam valores sociais alternativos, realidades e histórias marginalizadas. Isso implica que as reportagens de Brum – a partir do deslocamento do ponto de vista de observação – articulam uma base seletiva de conhecimento, metas e valores compartilhados socialmente – que destoam das interpretações normativas e dos retratos sociais engendrados pelos *media* de modo geral.

Aludindo-se ao pensamento de Igor Sacramento (2014) sobre a biografia comunicacional, entende-se o jornalismo como uma coleção de processos de vinculação entre o eu e o outro. A biografia comunicacional proposta pelo autor permite fazer algumas aproximações com a escala reduzida de observação e também com o jornalismo desenvolvido por Eliane Brum em *O olho da rua*.

Os sujeitos presentes na prosa de Brum são formados a partir da singularidade, representatividade, exemplaridade e notoriedade dentro de um conjunto singular de mediações socioculturais. Isso acarreta, segundo Thompson (1981, p. 97 *apud* SACRAMENTO, 2014, p. 158) na compreensão da trajetória individual como processo inacabado e indefinido. Para Sacramento só é possível pensar as manifestações individuais e sociais em determinados regimes históricos:

O reconhecimento de outros como membros da mesma sociedade é da ordem da cultura, do “documento de atuação” (Geertz, 1989), é constantemente renovado nas relações sociais. Isso demonstra o fato de o eu estar irrevogavelmente inserido num nós, numa relação entremeada por atos, planos e propósitos de muitos eus, ou seja, na multiplicidade de objetivos e anseios individuais dentro da totalidade

de uma rede humana de sentidos (Elias, 1994: 57). (SACRAMENTO, 2014, p. 161)

Depreende-se, dessa maneira, que a relação estabelecida entre a escala reduzida e a prática jornalística de Eliane Brum permite a identificação da singularidade de uma trajetória individual. A percepção da realidade social não se encontra atrelada unilateralmente às histórias dos reis, das pessoas famosas ou dos grandes políticos. Ao utilizar o jogo de escalas, a micro-história busca entender as vozes de outras narrativas sociais – observadas como menores -, mas que na acepção de Sacramento (2014), constituem “lugares para a produção de uma interpretação do passado que complexifica as histórias gerais, ou, no preciso termo de Walter Benjamin a “história dos vencedores” (1985)” (SACRAMENTO, 2014, p. 166).

Ao aproximar a redução da escala de análise às percepções práticas da prosa de Eliane Brum, verifica-se que a realidade social é atravessada por uma interação contínua entre variados grupos e sujeitos – que apresentam distintos objetivos e experimentam variadas formas de ação social.

Revel (2015) assinala que “si cambiamos la escala de observación, las realidades que surgen pueden ser muy diferentes” (REVEL, 2015, p. 35). Esse pressuposto aponta para a forma como determinados contextos histórico-sociais são engendrados, perfilados e conduzidos. A utilização de uma escala específica tem a finalidade de fugir do caráter apriorístico da história tradicional e, por extensão, fornecer um cabedal cognitivo e epistemológico para o jornalismo.

Uma das consequências fundamentais ao se adotar a mudança de escala é denegar a dependência aos canais de rotina e promover a ruptura da hierarquia das fontes nos *media*. O enfoque às realidades subalternas permite a emergência de novos sujeitos e acontecimentos – afastando-se dos espaços estratégicos de silêncio encampados pela estrutura dos *media* e pelo favorecimento aos enquadramentos interpretativos dominantes.

#### **4.2 Descrição etnográfica**

Os estudos sobre os contextos circunscritos comunicam de forma tangencial com as abordagens da antropologia e da história – discussões prodigamente empreendidas nas páginas dos *Quaderni Storici*. A aproximação entre os dois campos permitiu o aparecimento de novos conceitos e problemáticas. Desenvolveu-se, sob esse prisma, uma crítica ao etnocentrismo das investigações históricas tradicionais cuja perspectiva

“muitas vezes teleológica, isto é, partindo de um ponto de vista que colocava os desenvolvimentos posteriores como o ponto a partir do qual se entender o passado” (LIMA, 2006, p. 94).

A antropologia foi ancilar para os debates promovidos no âmbito da micro-história, principalmente, por meio das reflexões de Fredrik Barth, Karl Polanyi e Clifford Geertz. No tópico anterior, observou-se que os pressupostos defendidos por Barth colaboraram para a articulação da noção de escala às premissas de organização social.

Barth compreende que a tessitura da realidade social é resultado de uma interação incessante entre pessoas e grupos – cujos interesses embatem-se continuamente para a realização de distintos objetivos e variadas formas de ação. Desse modo, o autor norueguês entende a sociedade como “o resultado cumulativo de um número de escolhas separadas e decisões tomadas por pessoas que agem frente a frente a outras pessoas” (BARTH, s/d, p. 2 *apud* LIMA, 2006, p. 261). Barth utiliza a metáfora da rede para escrutinar a composição interativa do tecido social:

Relações sociais formam redes, e não cadeias ou trilhas, precisamente porque cada pessoa e grupo constitui um ponto de encontro, ou nó, de muitas relações. Assim, cada ator pode ser olhado como o centro de uma “estrela de primeira grandeza” (...) de relacionamentos. A complexidade de toda a rede na qual certo número de estrelas se emaranha é enorme; mas as imagens nos permitem ao menos provisoriamente falar de sociedades como um todo nesses termos. (BARTH, s/d, p. 166 *apud* LIMA, 2006, p. 262)

As reflexões empreendidas por Giovanni Levi partilham do mesmo recorte de observação promovido por Fredrik Barth. Raphael Cesar Lino (2017) assinala que ao se ancorar em Barth, Levi redimensiona “o olhar em seus estudos a fim de dar voz à complexidade social” (LINO, 2017, p. 34). Esse aspecto vai influenciar nas investigações desenvolvidas por Levi na pesquisa circunscrita na região do Piemonte, centrado na formação urbana de Turim. Lino (2017) aponta que o estudo de Levi busca lógicas que conduzam a comportamentos individuais e de grupos:

Levi se distancia das questões tradicionais da demografia, e se aprofunda nas relações migratórias nestas regiões nos períodos pré-industrialização. Essas questões também se relacionam com aspectos característicos do “mundo camponês”, oferecendo dados “não apenas quantitativos, mas também sociais, culturais e demográficos”. (LINO, 2017, p. 34)

Apreende-se, portanto, que a angulação dos estudos de Levi focalizam os aspectos culturais e históricos, em um primeiro plano, e a singularidade das sociedades, isto é, a centralidade da redução da escala de observação – em um segundo momento. Conforme Lino (2017), os aportes advindos de Barth permitiram a Giovanni Levi organizar as bases microanalíticas de seus estudos, cotejando para isso os pressupostos da antropologia, os aspectos culturais singulares de cada fragmento social e, por fim, a articulação dos dados fornecidos pelas fontes seriais.

Outro representante da corrente micro-histórica influenciado pelo arcabouço teórico da antropologia foi Edoardo Grendi. Seus trabalhos publicados na década de 1970 nos *Quaderni Storici* problematizam os aspectos culturais e estabelecem um diálogo acentuado com a antropologia de Karl Polanyi. O pesquisador húngaro desempenha papel importante na configuração das bases dos pressupostos microanalíticos de Grendi. Desse modo, o autor genovês conjectura que as hipóteses defendidas por Polanyi em *A grande transformação* poderiam ser utilizadas para compreender o contexto historiográfico italiano – indicando, notadamente, para uma correlação com a antropologia.

Lino (2017) acentua que a oposição de Polanyi a Marx é benéfica para a perspectiva microanalítica adotada por Grendi, porque aponta o caráter econômico “como determinante por meio da perspectiva antropológica”, confere maior destaque aos aspectos sociais, e, por conseguinte, “dar visibilidade às questões culturais e simbólicas” (LINO, 2017, p. 32).

Conforme Rojas (2012), o processo empreendido por Grendi no deslocamento das investigações históricas italianas para o campo da microanálise têm a finalidade de “superar os limites dos antigos “modelos gerais” funcionalistas, estruturalistas e “marxistas vulgares” – limites que se tornaram evidentes (...) depois de 1968 -, com vistas a sua renovação radical a partir da descida ao plano micro-histórico” (ROJAS, 2012, p. 56).

Em 1972, Grendi publica *A antropologia econômica*, conjunto de ensaios em que deixa patente sua proposta analítica, sumariando as bases de uma união entre antropologia e história, etnologia e história e entre sociologia e história. Seu olhar direciona-se ao caráter micro dos estudos sociológicos, antropológicos e etnológicos. Rojas (2012) acentua que o objetivo era estimular, no historiador, “o esforço de sua “imaginação concreta”” (ROJAS, 2012, p. 56). O autor de *Micro-história italiana: modos de uso*, prossegue:

Isso permitirá aos historiadores superarem a visão de que a história é uma súpula de processos abstratos e automáticos, na qual se impõem fatalmente leis e tendências gerais em que [é] impossível ver, estudar, examinar e resgatar a *ação concreta dos homens*, o papel ativo dos sujeitos e movimentos sociais, a função concreta e atuante das classes e grupos sociais e, portanto, os processos *reais da geração e construção da mudança social*. (ROJAS, 2012, p. 56, grifos do autor)

Em resenha publicada em 1974, na *Rivista Storica Italiana*, acerca do livro *A grande transformação*, de Polanyi, Grendi destacava a atualidade da obra, as potencialidades analíticas suscitadas pela aproximação entre antropologia e história e o caráter crítico assentado sobre o etnocentrismo. Acerca da obra de Karl Polanyi, Grendi destaca que

(...) a valorização das “civilizações diversas” é o princípio de uma crítica radical da nossa civilização, uma subversão dos seus presumidos “fundamentos naturais”, sobre os quais se fundou a economia política, o verdadeiro *vilain de la pièce*. (...). Deste modo, o autor reencontra no estudo das sociedades primitivas e no assim chamado “socialismo utópico” a inspiração fundamental necessária para conquistar a “distância” do drama da sociedade presente (...). (GRENDI, 1974 *apud* LIMA, 2006, p. 179)

No percurso delineado por Grendi, a antropologia econômica deslocava-se das análises etnocêntricas, propondo a compreensão das problemáticas europeias segundo categorias contrastantes e distintas dos paradigmas da história europeia ocidental. Segundo Lima (2006), o raciocínio organizava-se em torno da ideia de que a investigação das sociedades não-europeias “empreendido pela antropologia” desvelaria “instrumentos conceituais novos que pudessem ser também utilizados para estudar a realidade do passado pré-industrial europeu” (LIMA, 2006, p. 181).

A abordagem da antropologia difere da teoria econômica por trazer à baila a relevância da interação entre os sujeitos, o ambiente e a organização social. Nessa acepção, mesmo quando a antropologia econômica utiliza os paradigmas da teoria econômica – observa-se o condicionamento às injunções microdescritivas, em que os “comportamentos sociais constantes e regulares são elaborados em termos de estruturas e modelos, não em dimensões quantificáveis – e estas elaborações são constantemente confrontadas com as realidades sociais observadas no campo” (GRENDI, 1972 *apud* LIMA, 2006, p. 181-182).

Como se examina, a antropologia econômica foge à tradição de se pensar a realidade social unicamente a partir da base dos processos de produção. Suas

explicações abarcam distintas variáveis, como as dimensões culturais, simbólicas, religiosas e cerimoniais, por exemplo.

A correlação entre os campos da antropologia e da história – abalizada aqui na perspectiva de Polanyi – permitiu a Grendi contrapor-se de forma crítica aos paradigmas macro-históricos de investigação vigentes em princípios da década de 1970.

Suas perspectivas apontavam para a arquitetura de mediações conceituais que permitissem novas análises empíricas. Sua grade investigativa não perdia de vista – como ressalta Rojas (2012) – “que o que estudamos são sempre dimensões, etapas, fenômenos e variantes de distintas estruturas sociais na história, tais análises empíricas devem representar o esforço de *concretização* das categorias e das análises” (ROJAS, 2012, p. 56-57, grifo do autor), que redundam no regresso ao âmbito micro dos processos histórico-sociais.

A abordagem micro-histórica de Grendi permite a reflexão sobre as práticas sociais e ainda a valorização topográfica de seu *corpus* de investigação e das relações sociais. Conforme o historiador genovês é intensificado o “olhar histórico ao microscópico” que possibilita “esclarecer aquelas relações contextuais que a história por setores remove” (GRENDI *apud* LIMA, 2006, p. 219).

A contextualização da vida social promovida pela micro-história abre uma gama de possibilidades – abrangendo múltiplas perspectivas e caminhos analíticos. Apreende-se que o tom profuso dos atores sociais, suas práticas e linguagens políticas já não cabem nas análises e conclusões da historiografia tradicional.

Os pressupostos da micro-história abalam as hierarquias de relevância, recolocam os elementos de incerteza no processo histórico e optam pelos valores sociais alternativos – como forma de compreender as dinâmicas, as problemáticas e as perspectivas dos sujeitos marginalizados.

Raciocínio semelhante pode ser inferido quando se observa as problemáticas de grupos sociais subalternos nos textos de *O olho da rua*. De modo geral, as reportagens sobre as pessoas comuns configuram instâncias narrativas que tendem a uniformizar e essencializar as bases dos contextos sócio-culturais.

Na perspectiva adotada aqui, constata-se que a junção dos campos da antropologia, da micro-história e do jornalismo podem convergir seus instrumentos de análise com a finalidade de compreender, articular e questionar as bases das instâncias sociais. Ao conjugar distintas ferramentas de investigação e correlacioná-las no âmbito da escala e dos contextos sócio-histórico-culturais, o jornalismo pode aprimorar o seu

olhar e inquirir sobre os rastros e minúcias narrativas que compõem o *locus* de distintas realidades sociais e também sobre a vida dos sujeitos.

Além dos pressupostos advindos de Barth e Polanyi, a antropologia hermenêutica e interpretativa de Clifford Geertz (2008) desempenhou papel central nas investigações da micro-história italiana. A obra *A interpretação das culturas* lançada, inicialmente, em 1973, propunha o relativismo cultural e não se organizava unicamente contra o etnocentrismo, mas “desconfiava” dos postulados que estabeleciam uma hierarquização das culturas.

Geertz (2008) adotou como metodologia a descrição densa (*thick description*). Assim, a figura do etnógrafo se encarregava de registrar o discurso social e o inscrever. O movimento constitui uma operação hermenêutica na medida em que textos e códigos são assimilados sob o vértice analítico do observador.

Essa perspectiva é tributária da forma como Geertz (2008) conceitua cultura – que para ele alcança sentido “essencialmente semiótico” (2008, p. 4). O homem – desse modo – é compreendido como um animal imerso em uma rede de significados engendrados por ele mesmo. A antropologia arquiteta-se entre costuras e análises “como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 2008, p. 4). Desse modo, o antropólogo busca na etnografia as chaves com as quais irá escrutinar os dados socioculturais e interpretá-los. Disso redundava a noção apresentada por Geertz (2008) de que a “etnografia é uma descrição densa”:

O que o etnógrafo enfrenta (...) é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas uma às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2008, p. 7)

A descrição etnográfica do contexto cultural investigado equilibra-se sob quatro características fundamentais: 1) é interpretativa; 2) o que ela interpreta é o fluxo do discurso social; 3) a interpretação consiste em salvar o discurso social e fixá-lo em modelos pesquisáveis; e, por fim, 4) é microscópica.

Giovanni Levi (1992) admite, com as devidas ressalvas, que a antropologia interpretativa de Geertz (2008) exerce grande influência na angulação da microanálise histórica. A proposta hermenêutica apresentada pelo antropólogo estadunidense emerge como modelo investigativo para análises relacionadas à uma perspectiva histórica e antropológica.

Apesar da proximidade dos pressupostos da antropologia hermenêutica com a micro-história, Levi (1992) questiona alguns percursos do pensamento de Geertz. Para o autor de *A herança imaterial*, a descrição densa é processada sem uma criticidade e sem uma complexidade mais aprofundada. Como resultado, as conjecturas oriundas do relativismo cultural absoluto poderiam orientar os processos históricos a auto-explicações sem nexos justificáveis no contexto social.

A advertência de Levi direciona-se também ao pouco caso conferido às teorias explicativas – cujo foco está nas leis e conceitos gerais. Não obstante, as marcas antropológicas mais destacáveis da micro-história são aquelas oriundas da corrente geertziana. Ao longo do tópico 4.2 foi constatado que Polanyi e Barth exerceram influência sob os conceitos da micro-história, contudo, os pressupostos de Geertz aparecem com mais saliência e destaque sob os umbrais narrativos, analíticos e também nas problemáticas sobre os sujeitos marginalizados e suas vozes amortecidas. Esses traços podem ser notados na redução da escala de observação ao âmbito microscópico, na recusa à contextualização geral, na negação ou ausência de comparações e, finalmente, no repúdio a justificativas universalizantes.

Geertz (2008) enuncia que a cultura é um “documento de atuação” – dessa forma, a pesquisa etnográfica configura-se como “experiência pessoal”. A constituição da presença marca o “texto antropológico como empreendimento científico” (GEERTZ, 2008, p.10). Analisada por esse viés verifica-se que a finalidade da antropologia é a abertura do “universo do discurso humano”:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (...), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 2008, p. 10)

Desse modo, a correlação que se estabelece na tríade jornalismo, antropologia e micro-história fia-se na conjuração dos processos de observação, descrição e interpretação. Mara Ferreira Rovida (2015) ressalta – em consonância com os preceitos

de Geertz – que os relatos, os diários e as anotações dos investigadores vêm carregados com impressões que vão além da mera exposição do acontecimento. Busca-se, por conseguinte, captar os rastros e as situações vividas em campo – não como um ato trivial, descritivo – mas como percepção interpretativa dos significados, sublevando os gestos e os comportamentos, alçando-os à instância cultural. A trama cultural articulada sob os significados – garantem a descrição densa empreendida pelo etnógrafo. Tal perspectiva implica no reordenamento do olhar:

A famosa absorção antropológica com o exótico (para nós) (...) é, assim, praticamente um artifício para deslocar o senso de familiaridade embotador com o qual o mistério da nossa própria habilidade em relacioná-los compreensivelmente uns aos outros se esconde de nós. Procurar o comum em locais onde existem formas não-usuais ressalta não, como se alega tantas vezes, a arbitrariedade do comportamento humano (...), mas o grau no qual o seu significado varia de acordo com o padrão de vida através do qual ele é informado. **Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade.** (...). Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade. (GEERTZ, 2008, p. 10, grifo nosso)

O processo de interpretação das culturas emerge como ‘construções imaginadas’. A consequência imediata – conforme Geertz (2008) – é que a descrição sobre os berberes, judeus ou franceses não diz quem eles são, mas delinea parte da realidade enunciada, articula uma definição sobre o que lhes acontece.

O autor de *A interpretação das culturas* afirma que as descrições são antropológicas, ou seja, originam-se de “um sistema em desenvolvimento de análise científica. Elas devem ser encaradas em termos das interpretações às quais pessoas de uma denominação particular submetem sua experiência, uma vez que isso é o que elas professam como descrições” (GEERTZ, 2008, p. 11).

Rovida (2015) entende que mesmo que o processo esteja sedimentado em uma interpretação, “o resultado apresentado pelo etnógrafo é um texto criado e fictício, embora factual” (ROVIDA, 2015, p. 79). Para Geertz (2008), os textos antropológicos são interpretações de segunda e terceira mão. Segundo o autor apenas o “nativo” faz uma interpretação primeira, porque se estabelece uma correlação com a sua cultura, com o seu “documento de atuação”.

Desse modo, a leitura que se faz das realidades sociais, é uma leitura ficcional. Geertz (2008) compreende que são ficções no sentido de “algo construído” e “modelado”. Não se trata aqui de um dado falso – pelo contrário, o trabalho do

etnógrafo consiste claramente em “um ato de imaginação”, de “uma fabricação” (GEERTZ, 2008, p. 11).

Nesse sentido, constata-se uma aproximação entre as bases da literatura, do jornalismo e da história no que se refere ao ‘verismo da ficção’, entendendo-a “como experimento do pensamento” (GEERTZ, 2008, p. 11). Cabe aqui uma analogia com a perspectiva de Peter Gay (1990):

A ficção pode, sem dúvida, oferecer a veracidade dos detalhes; os romancistas e poetas não são estranhos à pesquisa. Balzac, em *Les illusions perdues* [as ilusões perdidas], conta aos leitores talvez mais do que estes se interessassem em saber sobre as atividades gráficas; Melville acumula informações técnicas exaustivas sobre as baleias e a caça a elas em *Moby Dick*; Thomas Mann discorre com um prazer indisfarçado sobre as causas e o tratamento da tuberculose em *Zauberberg* [A montanha mágica]. Tais fatos, em si, são reportagens; retirados do contexto ficcional em que ocupam sua função, seriam textos jornalísticos, especializados ou mesmo históricos (GAY, 1990, p.172).

Pensar os contextos sociais sob a ótica da *fictio* desvela uma miríade de possibilidades, de problemáticas e diálogos que apontam para o processo de constituição ‘imaginativa’ das instâncias sociais, da experiência antropológica, histórica e da representação dos sujeitos em sociedade. Lloyd Kramer (2001) discorre sobre os laços de proximidade entre história e literatura. Não constitui, evidentemente, o mote da discussão empreendida até aqui, mas vale como exercício inferencial, como discussão sobre o fictício.

Para o historiador estadunidense, a literatura moderna emerge como catalisadora para explorar o deslocamento da linguagem, dos significados da experiência social, política e individual. Assim como os romancistas constataram que não cabia mais se referir à realidade como entidade estática, percebe-se que o movimento traçado pela antropologia e pela história se lança para a perspectiva de compreensão do mundo como contestação e interpretação. É necessário se afastar dos antolhos que buscam enxergar a narrativa antropológico-histórico-social na forma do “como realmente existiu, em vez de admitirem que suas descrições parciais sempre excluem inúmeros outros tipos de informações importantes” (KRAMER, 2001, p. 160). Kramer (2001) complementa:

O ponto de partida mais apropriado a essas narrativas históricas deveria ser o reconhecimento, “de que não há nada que se possa considerar como uma *única* concepção correta de qualquer objeto de estudo mas (...) muitas concepções corretas, cada uma das quais

exigindo seu próprio estilo de representação” (KRAMER, 2001, p. 160, grifo do autor).

Em *O olho da rua*, as marcas etnográficas emergem na interpretação das cenas e gestos captados pelo olhar de Eliane Brum. Observa-se nas dez reportagens a presença de elementos como a narrativa, a tessitura temporal, a linguagem, os laivos representativos e a ‘modelagem da realidade’.

Essa perspectiva aproxima-se do entendimento de Luiz Costa Lima (2006) de que “a linguagem combina percepção e ativação das faculdades mentais” e “deixa de ser entendida como simples mediadora para se tornar engendradora; não de ilusões, mas, antes de ficções” (LIMA, 2006, p. 264). Compreende-se, assim, que a ficção projeta óticas de interpretação e de urdidura nas bases histórico-culturais do mundo - que se traduzem pela narrativa, pela linguagem e como experiência ficcionalizada. Como salientam Monica Martinez e Mara Rovida (2017), as narrativas etnográficas se configuram como representações da realidade, como criações sociais e devem ser assimiladas nestes termos.

A aproximação da micro-história aos estamentos da antropologia hermenêutica e interpretativa de Clifford Geertz colaboraram para a configuração de zonas de compreensão do contexto sociocultural. A figura do etnógrafo se encarrega de coser um conjunto de cenas e valores culturais – atuando como observador metonímico da realidade, isto é, o etnógrafo inscreve o discurso social a partir do ponto de vista circunscrito dos informantes, de sua especificidade complexa e circunstancialidade.

### **4.3 Paradigma indiciário**

As contribuições oriundas do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989) colaboram para a reflexão sobre o *ethos* jornalístico assinalado pela repórter Eliane Brum, em *O olho da rua*. Nessa direção, o método indiciário permite compreender como os elementos particulares de interpretação histórica, as problemáticas culturais e simbólicas engendram uma perspectiva de análise acerca dos indivíduos, dos contextos sociais e de suas minúcias.

Cotejando o âmbito jornalístico com o micro-histórico é possível pensar a respeito da rotina profissional e das fontes subalternas na configuração de uma reportagem. Nesse sentido, o presente tópico analisa de forma mais detalhada a configuração dos indícios, rastros e traços na arquitetura da realidade cultural.

A micro-história não constitui um tecido liso e homogêneo como se imagina; mas rugoso, atravessado por diversas reentrâncias teóricas. Inicialmente, a vertente italiana busca renovar de forma ampla as bases da história econômica, demográfica e social. Essa perspectiva de análise liga-se aos nomes de Edoardo Grendi e Giovanni Levi. Em um segundo momento, a abordagem analítica reivindica a reestruturação e reconhecimento do estudo da história cultural, vinculando-se ao nome e à produção de Carlo Ginzburg.

O caminho investigativo adotado por Giovanni Levi e Edoardo Grendi aborda a interação entre os indivíduos e seu contexto, focalizando as análises nas redes micro-históricas. Conforme Rojas (2012), tal postura catalisa o aparecimento de novas problemáticas relacionadas à biografia, ao contexto das normas sociais e aos espaços de sublevação. Assim, Grendi e Levi direcionam seus enfoques para a interpelação sobre os mecanismos econômicos, sobre as formas de coesão e sobre os comportamentos das elites, para compreender como “a mudança geral dos padrões de expectativas e de percepções de uma classe ou as formas específicas de inserção dos grupos dentro de uma entidade urbana global, entre outras” (ROJAS, 2012, p. 101).

A linha de análise micro-histórica proposta por Carlo Ginzburg direciona-se para a recuperação da complexidade da cultura dos oprimidos. Rojas (2012) destaca que a atenção de Ginzburg está em revalorizar o ponto de vista das classes subalternas, no manuseio e explicação do paradigma indiciário como método heurístico de leitura da cultura popular, “insistindo na necessária e iniludível inter-relação e inter-dependência entre a cultura de elite e a cultura das classes submetidas e reproblematicando sua complexa e permanente dialética” (ROJAS, 2012, p. 102).

A micro-história converge um conjunto difuso de teorias, metodologias e problemáticas sobre os aspectos sociais e culturais. As discussões estavam inicialmente centralizadas nos fundamentos propostos por Grendi e Levi sobre a microanálise. Com Ginzburg, a vertente investigativa da micro-história assume um verniz epistemológico ao coligir o tema do saber por meio dos indícios.

A perspectiva indiciária foi sistematizada por Ginzburg (1989) no artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*<sup>14</sup>, datado de 1979. Com o trabalho, o pesquisador

---

<sup>14</sup> *Spie: radici di un paradigma indiziario* (Sinais: raízes de um paradigma indiciário) é um dos textos mais singulares de Ginzburg. O artigo suscitou diversos debates e comentários. Foi traduzido para mais de 13 idiomas. Lima (2006) destaca que a própria história do artigo merece ser referenciada. *Sinais* é oriundo do conjunto de discussões e intervenções ocorridas durante a conferência sobre “Humanidades e pensamento social”, promovida pela Rockefeller Foundation, em junho de 1977. No ano seguinte, Ginzburg publica na *Rivista di storia contemporanea* a primeira versão do texto, com o título provisório

italiano propõe – conforme seus próprios termos – justificar as bases teóricas e gerais de uma maneira de fazer pesquisa.

Como consequência, as reflexões apontadas pelo estudo possibilitam a ampliação das bases epistemológicas em direção a uma genealogia da história – dedicando um olhar atento ao indício e ao conhecimento dos dados marginais.

O autor de *O queijo e os vermes* ressalta que no final do século XIX desponta no campo das ciências humanas um conjunto de saberes centrados nos resíduos marginais. Para Ginzburg (1989), o exame do paradigma indiciário, “ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre “racionalismo” e “irracionalismo”” (GINZBURG, 1989, p. 143).

O historiador italiano verifica nesse período (século XIX) – o surgimento em distintas áreas e em variados campos do conhecimento – a emergência de debates e de processos heurísticos indiretos, cujos alicerces se articulam na problematização e interrogação dos contextos culturais por meio da leitura dos indícios, sintomas e sinais<sup>15</sup>. O primeiro exemplo apontado por Ginzburg é oriundo da história da arte, tendo como destaque o “método morelliano”:

Vejamos rapidamente em que consistia esse método. Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos frente a obras não-assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições, é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, **é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis**, e menos influenciáveis pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Dessa maneira, Morelli descobriu, e

---

*Spie: Radici di un paradigma scientifico* (Sinais: raízes de um paradigma científico). A versão (semi) definitiva será publicada em 1979, na coletânea organizada por Aldo Gargani, denominada *Crisi della ragione* (Crise da razão). Ao artigo ainda seriam acrescentadas “notas bibliográficas até ser publicado (desta vez em versão definitiva) em *Miti, emblemi, spie* (“Mitos, emblemas, sinais”), em 1986” (LIMA, 2006, p. 333).

<sup>15</sup> O conhecimento indiciário encontra suas raízes na própria história da humanidade. Segundo Ginzburg (1989), os traços do paradigma podem ser verificados no ato de caçar desenvolvido pelo homem. Por meio da perseguição, ele conseguiu reconstituir o tamanho e movimentos das presas ausentes “pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlo, plumas emaranhadas, odores estagnados” (GINZBURG, 1989, p. 151). A observação dos pormenores lhe permitiu o desenvolvimento de capacidades complexas encerradas no registro, interpretação e classificação das pistas. Como corrobora Lima (2006), o “saber venatório” estaria na origem “imemorial de tantos outros saberes que marcaram a história da humanidade – a arte divinatória, a fisionomia, mas também o direito e a medicina, e mesmo a narração (e portanto, a partir dela, a literatura)” (LIMA, 2006, p. 335).

escrupulosamente catalogou, a forma de orelha própria de Botticelli, a de Cosmè Tura e assim por diante: traços presentes nos originais, mas não nas cópias. (GINZBURG, 1989, p. 144, grifo nosso)

O caminho aberto por Morelli suscita discussões que se distanciam das premissas da história da arte. Suas ideias são constatadas no método psicanalítico de Sigmund Freud e também no Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle. Lima (2006), em diálogo com Ginzburg, ressalta a adjacência dos pressupostos defendidos por Morelli na constituição do pensamento de Freud sobre “as possibilidades heurísticas de uma análise baseada na centralidade dos resíduos e dados marginais para revelação de realidades psíquicas ocultas” (LIMA, 2006, p. 334).

O “método morelliano” conferiu ao pensamento de Freud uma proposta interpretativa – conforme aponta Ginzburg (1989) – “centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149). A partir de Morelli, Freud elevou os elementos aparentemente sem importância, triviais, comuns ao patamar de inteligibilidade do “espírito humano”.

De modo semelhante, o personagem Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle, inclina sua observação para os dados imperceptíveis, para as pistas banais, pouco analisadas pelas investigações comuns. Holmes, como se verifica, encontra nos rastros supérfluos das histórias de Doyle, o desfecho para a intriga das narrativas detetivescas. Lima (2006) acrescenta:

Holmes, em um dos livros de Doyle, também citava Morelli. Mais do que uma cadeia de coincidências, Ginzburg parecia descobrir aí também indícios de um processo mais amplo, no qual se encontrava também a “semiótica” de Charles Sanders Peirce. Semiótico era precisamente o “paradigma” que Ginzburg afirmava estar emergindo entre as décadas de 1870 e 1880 nas ciências humanas; Morelli, Conan Doyle e Freud eram (também) médicos, e o seu modelo epistemológico poderia ser traçado na própria semiótica médica (a leitura dos sintomas). (LIMA, 2006, p. 334-335)

A aproximação com a obra de Doyle é desenvolvida, segundo Ginzburg (1989), com Castelnovo – que correlaciona o método morelliano com as inferências de Sherlock Holmes. Apreciar uma obra de arte, por exemplo, assume um sentido semelhante ao do detetive que identifica o autor de um crime “baseado em indícios imperceptíveis para a maioria” (GINZBURG, 1989, p. 145).

Os vínculos estabelecidos entre Morelli-Freud-Conan Doyle escrutinam infinitos fragmentos sociais – permitindo a assimilação de uma realidade mais profunda. Nessa

perspectiva, a observação das pistas direciona-se para os “sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)” (GINZBURG, 1989, p. 150).

O paradigma indiciário articulado por Ginzburg (1989) através da tríade sintomas-indícios-sinais aparece como um ordenamento científico cuja angulação orienta-se para os dados rotineiramente negligenciados da realidade histórico-cultural – que não podem ser percebidos sem que haja uma atenção às minúcias, aos detalhes, às particularidades.

Desse modo, o paradigma indiciário une-se à perspectiva da cultura popular ao assumir um tom intuitivo, prático – propondo a interação do sujeito com sua realidade e com seus contextos. O autor de *Sinais* contrapunha-se ao que se denominava de paradigma galileano. Segundo esse modelo, a ciência ancora-se na fundamentação de leis gerais, engendra modelos físico-matemáticos e é marcada pela causalidade. Esses princípios apagavam do campo da ciência um conjunto de disciplinas “ eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, *enquanto individuais*, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade” (GINZBURG, 1989, p. 156, grifo do autor), com destaque para a história, por exemplo.

A ciência galileana tinha uma natureza totalmente diversa, que poderia adotar o lema escolástico *individuum est ineffabile*, do que é individual não se pode falar. O emprego da matemática e o método experimental, de fato, implicavam respectivamente a quantificação e a repetibilidade dos fenômenos, enquanto a perspectiva individualizante excluía por definição a segunda, e admitia a primeira apenas em funções auxiliares. Tudo isso explica por que a história nunca conseguiu se tornar uma ciência galileana. (GINZBURG, 1989, p. 156)

Lino (2017), em consonância com o pensamento de Ginzburg, ressalta que o saber indiciário assenta-se na experiência, afastando-se das amarras da formalização e da codificação. Contudo – pontua Lino (2017) – apesar de o historiador italiano afirmar que o saber provindo dos vestígios reporte “a todas as classes sociais, seus trabalhos destacam a sua utilização pelas camadas mais baixas” (LINO, 2017, p. 54). Fincado sob a experiência, o saber indiciário – conforme Ginzburg (1989) – era mais rico do que “qualquer codificação escrita”:

(...) não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis,

frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal; constituíam patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração. (GINZBURG, 1989, p. 167)

O conhecimento forjado por meio dos indícios permite a revelação de saberes locais, traz à baila os contornos da intuição e possibilita o entendimento do mundo por meio da concretude prática, em contraposição à abstração. Sob esse ângulo, Lima (2006) afirma que o conhecimento desponta “como um patrimônio cultural que não era privilégio exclusivo da elite” (LIMA, 2006, p. 338).

Ginzburg localiza nas classes subalternas o processo de constituição de uma epistemologia indiciária e de modo semelhante deita sobre o arcabouço teórico-metodológico da micro-história uma perspectiva de inteligibilidade e compreensão dos contextos sócio-histórico-culturais. Assim, o autor de *Sinais* desloca a ciência de um paradigma hegemônico, galileano para uma taxinomia das margens – acedendo à diversidade das experiências e à cultura das classes subalternas. Ao apontar para uma genealogia do saber a partir dos indícios, Ginzburg intentava refletir também sobre as bases constitutivas do campo da história:

Mas o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. (GINZBURG, 1989, p. 177)

Ao reivindicar para os sujeitos subalternos a constituição de uma história a partir dos indícios, da individualização e do nome; Ginzburg reflete sobre a constituição oblíqua das classes populares, sobre seu modo de pensar, de agir no tempo-espço, na tessitura dos interditos de seu mundo social e na resolução de suas problemáticas histórico-culturais.

Lino (2017) frisa que com o texto *Sinais*, Ginzburg justifica a sua maneira de fazer história – porque o artigo vem munido de um apanhado de reflexões metodológicas e historiográficas – que o autor italiano desenvolveu ao longo de seus estudos, “e é representativo de sua postura, seus próprios procedimentos de pesquisa, no debate acerca da micro-história” (LINO, 2017, p. 55).

Carlo Ginzburg combate o caráter aristocrático e etnocêntrico conferido ao tratamento da cultura popular. Para o autor de *Os andarilhos do bem*, a tessitura da cultura não constitui um privilégio das classes hegemônicas. Afasta-se aqui, portanto, das antinomias simplificadoras de entendimento da cultura e busca compreendê-la nos termos de uma permanente “circularidade cultural”. Nessa direção, Rojas (2012) enfatiza que a cultura subalterna é rotineiramente apropriada pelas classes dominantes, tendo seus temas e produtos transformados e utilizados “como armas de legitimação social e cultural” (ROJAS, 2012, p. 125). Conforme o historiador mexicano – o tecido social move-se de forma mais difusa – convulsionando os estamentos da cultura popular e da elite:

(...) igualmente, as classes submetidas apenas se “aculturam” parcial e circunstancialmente, resistindo à imposição da cultura hegemônica, salvaguardando elementos de sua própria cultura e refuncionalizando o sentido e a significação dessa mesma ideologia e cultura dominada que lhes é imposta. (ROJAS, 2012, p. 125)

O texto *Sinais: raízes para um paradigma indiciário* – como pressuposto de uma epistemologia histórica – e obras como *O queijo e os vermes*, *História noturna* e *Os andarilhos do bem* – de Carlo Ginzburg – demonstram a dificuldade que se apresenta quando se busca reconstruir as sombras e os vestígios dos homens anônimos. A história dos sujeitos subalternos assemelha-se, em muitos momentos, a um *puzzle* – em que há a necessidade de, pacientemente, juntar fragmento por fragmento, peça por peça para compor uma polifonia de sentidos, de narrativas e de histórias.

Nesse exercício heurístico, o que se busca revelar são as constituições indiretas, as interpretações a contrapelo, os mecanismos intensivos e involuntários “e os modos de aplicação do “paradigma indiciário”; necessários para o complexo acesso a essas culturas subalternas e o deciframento de seus códigos e de suas principais estruturas” (ROJAS, 2012, p. 125-126).

Esse olhar de minúcias e indícios se aproxima do modo como Eliane Brum capta as paisagens socioculturais de suas personagens. Brum (2013) afirma que gosta de circular por diversos mundos, contudo lhe agrada mais as “bordas”. E é a partir dessas

margens – “concretas, literais – e as subjetivas” (BRUM, 2013, p. 13) – que a jornalista gaúcha processa suas reportagens em “desacontecimentos”. O neologismo remete a uma metodologia – que não está assentada sobre o pressuposto de novidade ou ineditismo, mas na tessitura de uma vida:

A carne da minha reportagem são os “desacontecimentos”, palavra que dá conta de uma escolha: **escrevo sobre a extraordinária vida comum, sobre o cotidiano dos homens e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas nem sempre são contados na história.** Sobre aquilo que se repete e, por equívoco ou por miopia, é interpretado como banal. Ao compreender essa narrativa, busco subverter o foco, embaralhando os conceitos de centro e periferia. Sou uma repórter de desconhecimentos. (BRUM, 2013, p. 13-14, grifos nosso)

Maria do Socorro Furtado Veloso e Maria Angela Pavan (2014) apreendem os pressupostos dos “desacontecimentos” como um percurso analítico de desvelamento, sofisticação e complexidade das variáveis narrativas, de observação e de entendimento dos sujeitos subalternos.

Ancorando-se nos estratos do paradigma indiciário e da micro-história, constata-se que as reportagens assim engendradas possibilitam a emergência de casos excepcionais e de perspectivas reveladoras dos conteúdos da cultura popular.

Ao se observar os indícios ficam evidenciadas as assimetrias, as normas e a constituição do universo dos sujeitos comuns. Subleva-se, desse modo, as visões hegemônicas de mundo e abrem-se brechas, caminhos para configuração de outras possíveis realidades sócio-histórico-culturais, tendo-se as fontes não-oficiais – os indivíduos comuns – como agentes catalisadores de camadas mais profundas da cultura popular.

O caráter escrutinador de Brum (2012) fica patente em seu *modus operandi* e reverbera em sua prática jornalística. Em entrevista concedida a Beatriz Marocco (2012), a autora de *A vida que ninguém vê* conta que em 1989 foi destacada para cobrir a inauguração do primeiro McDonald’s de Porto Alegre, na Rua da Praia. As orientações da pauta eram: “vai lá, vê quantos sanduíches foram vendidos, o que as pessoas dizem” (BRUM, 2012, p. 74).

O McDonald’s fica localizado em um lugar histórico da cidade gaúcha, próximo à Praça da Alfândega, povoado por velhinhos. Quando Brum chegou ao local, percebeu que os idosos estavam calados e inclinados para o *fast food*. Brum ressalta que “nunca chega chegando”. Sempre prefere observar, analisar, escandir o ambiente e os sujeitos

que dela fazem parte, “porque acho que esses cinco minutos que eu fico num canto olhando para a cena, antes de interferir na cena, é o que faz toda a diferença” (BRUM, 2012, p. 75).

Ao analisar a figura dos velhinhos ponderando a fachada “parecendo para eles um negócio meio alienígena”, Brum desloca o fio condutor de sua pauta e ao invés de entrar no McDonald’s fica conversando com os idosos, recolhendo e anotando suas impressões sobre o novo estabelecimento:

Então a matéria que escrevi era uma matéria que não era **sobre quantos sanduíches foram vendidos, mas era sobre uma mudança econômica e cultural da cidade vista por um público que sempre esteve ali** e, sei lá, como não tinha acontecido nada de importante para o jornal naquele domingo, eles gostaram da matéria e foi publicada pela primeira vez do jeito que escrevi. E deu muita repercussão, as pessoas gostaram. A partir daí, eu começo devagar a ir conquistando o meu espaço, mas num processo longo, árduo, difícil, sempre brigando muito, até, finalmente, conseguir ter autonomia. (BRUM, 2012, p. 75, grifo nosso)

O caminho heurístico traçado por Eliane Brum se aproxima dos pressupostos do paradigma indiciário e privilegia, como se observa, a história dos indivíduos e comunidades sob o vértice de narrativas tidas como aparentemente banais, sendo sobredeterminada por uma “extraordinária vida comum”. A atenção da autora de *O olho da rua* encontra ressonância no postulado de Carlo Ginzburg – cujo interesse volta-se para as culturas subalternas.

Em diálogo com o autor de *O queijo e os vermes*, Rojas (2012) explicita que a articulação dos aspectos sócio-históricos sob o ponto de vista das vítimas busca englobar um conjunto profuso de classes e grupos culturalmente dominados.

Entretanto, é importante frisar que estes segmentos sociais, embora estejam em situação de “subalternidade”, “não deixam de afirmar sua própria cultura, diferente da cultura hegemônica, mantendo sua própria lógica específica e suas singulares expressões e alimentando por sua vez a resistência cultural dos oprimidos” (ROJAS, 2012, p. 135).

O sujeito comum emerge – nessa acepção – como um “documento” de existência das margens, colocando em causa um olhar insubordinado tanto para a constituição da história quanto para a organização de sua cultura nas malhas da tessitura jornalística. Retoma-se aqui o pressuposto da circularidade cultural para compreender as dinâmicas entre a cultura hegemônica e as culturas subalternas:

(...) para o autor de *O queijo e os vermes*, o espaço da cultura é ao mesmo tempo um campo de batalha permanente, no qual se enfrentam sem trégua a cultura hegemônica e as culturas subalternas; mas é, ao mesmo tempo, um terreno marcado por um movimento de circularidade constante, onde ambas as culturas intercambiam constantemente elementos, visões de mundo, motivos, como parte dessa mesma batalha cultural que as conecta e sobredetermina. (ROJAS, 2012, p. 135)

A junção do paradigma indiciário, da identidade individual e da valorização da cultura subalterna permite ao repórter e ao micro-historiador adentrar no tecido das realidades sócio-histórico-culturais de difícil acesso e trazer para o plano de discussão a complexidade das interações e das subjetividades, apagando as visões homogêneas e simplificadoras das experiências sociais.

Constata-se que a retomada dos fragmentos, resíduos e indícios propostos por Ginzburg configuram uma perspectiva para se pensar o conhecimento humano, possibilitando ampliar as reflexões sobre os objetos historiográficos e ainda como um elemento de decifração de realidades recônditas, assim, como também, de desvelamento de práticas sociais e culturais – como, por exemplo – das personagens presentes em *O olho da rua*.

#### 4.4 Narrativa

A constituição da narrativa micro-histórica vincula-se aos estratos teóricos da descrição densa proposta por Geertz (2008). Nesse sentido, os pressupostos da antropologia hermenêutica e interpretativa direcionam-se para a análise das fontes – buscando compreender como funcionam as vozes inscritas na investigação etnográfica e também como se apresentam como fórmula expositiva.

Essa lógica apresenta uma diferença relevante, em contraposição ao historiador clássico – porque implica na comparação com distintas variações do mesmo fato, remete a versões circunstanciais dos episódios e da hierarquia social ocupada por aqueles que emitem o discurso, tendo como consequência a combinação estratégica de circunstâncias e interesses.

O micro-historiador mantém seu interesse nos acontecimentos verdadeiros, verossímeis ou presumíveis. Disso resulta um aspecto comum à atividade micro-histórica – que remete ao diálogo com o leitor – ou como aponta Levi (1992) – para “o problema da narrativa”. Segundo o autor de *A herança imaterial*, as bases da narrativa não devem ser analisadas simplesmente sob os termos de uma antinomia entre história

qualitativa (individualizada) e uma prática quantitativa (centrada em leis, regularidades e comportamento coletivo formal):

A micro-história dirigiu especificamente o problema da comunicação e tem estado bastante consciente de que a pesquisa histórica não tem a ver apenas com a comunicação dos resultados em um livro. Esse foi um ponto central negligenciado em um conhecido artigo de Stone. Em geral, os problemas de prova e demonstração em história, por meio do relato de momentos concretos, têm uma relação próxima com as técnicas de exposição. Não é simplesmente um problema de retórica, mas especificamente um trabalho de comunicação com o leitor, que nunca é uma *tabula rasa*, e por isso sempre coloca um problema de recepção. (LEVI, 1992, p. 152)

Nessa direção, conforme Levi (1992), a narrativa micro-histórica pode ser sumariada sob dois aspectos. No primeiro, os micro-historiadores buscam verticalizar os acontecimentos, fatos e processos que se encontram subalternizados nas bordas da história geral. Essa característica guarda marcas da “descrição densa”. Levi (1992) acentua que com o manuseio do relato dos fatos sólidos, busca-se compreender as engrenagens de funcionamento da sociedade “que seriam distorcidos pela generalização e pela formalização quantitativa usadas independentemente, pois essas operações acentuariam de uma maneira funcionalista o papel dos sistemas de regras e dos processos mecanicistas de mudança social” (LEVI, 1992, p. 153). Assim, fica patente a correlação entre os sistemas de regras e as brechas, hiatos que permitem a liberdade de ação para os indivíduos “por aqueles espaços que sempre existem e pelas inconsistências internas que fazem parte de qualquer sistema de normas e sistemas normativos” (1992, p. 153).

O segundo traço da narrativa micro-histórica abrange aspectos heurísticos sobre o caminho da pesquisa. Nessa abordagem são enfatizadas as limitações documentais, as ferramentas enunciativas e as construções interpretativas. Constata-se aqui uma ruptura entre as bases da micro-história e da história tradicional. A história tradicional adota – conforme Levi (1992) – um viés autoritário de discurso – o que resulta na apresentação da realidade como um dado objetivo.

Na micro-história, ao contrário, **o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato. O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não-iniciado.** O leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo

de construção do argumento histórico. (LEVI, 1992, p. 153, grifo nosso)

A micro-história não se ocupa com a generalização, mas atém-se às individualidades, às casualidades e às possibilidades de interpretação. Essas características influenciam na forma narrativa apresentada pelos micro-historiadores - cujo foco centra-se no interesse pelo enredo da cultura subalterna, pela transparência das dúvidas, conjecturas e dilemas apresentados durante o processo de “construção” da pesquisa e de inteligibilidade das personagens sócio-histórico-culturais como também das dificuldades encontradas pelo historiador na captação, apreensão, análise e escrita das narrativas.

As reflexões apontadas por Levi (1992) acerca da narrativa micro-histórica – guardadas as devidas proporções - aproximam-se do conceito de “livro de repórter” proposto por Beatriz Alcaraz Marocco (2010, 2016) e Angela Zamin (2011). Diferentemente da perspectiva de Edvaldo Pereira Lima (2009) que concebe o livro-reportagem como veículo impresso “não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (2009, p. 26), a noção de “livro de repórter”, para Marocco (2010), sustenta-se no valor hermenêutico do jornalismo, guiando-se pela crítica e pela autoralidade. A pesquisadora afirma que:

Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo (MAROCCO, 2010, p. 5).

Zamin (2011) reitera que por meio da narrativa, o “livro de repórter” apresenta um conjunto de práticas, formula comentários e permite “complexificar a compreensão do próprio jornalismo” (ZAMIN, 2011, p. 394). Giovanni Levi (2009), em conformidade com esse raciocínio, enuncia que as investigações históricas devem levar em consideração as pesquisas em arquivos e o estudo das fontes, guardando igual atenção aos aspectos narrativos e à compreensão do leitor como um agente ativo.

Percebe-se, desse modo, que a narrativa micro-histórica procede ao desvelamento das regras do jogo, apontando o caminho adotado pela investigação, os acertos e os erros, a formulação das perguntas e a abertura para as possíveis respostas. Essa metodologia relaciona-se ao percurso adotado por Eliane Brum e que Zamin

(2011) denomina como desvelamento das práticas, “quer de apuração, de observação ou de coleta de dados – e tecem comentários ao elaborarem formulações para além do que está cristalizado no âmbito do saber jornalístico” (ZAMIN, 2011, p. 394). De modo semelhante, Levi (2009) discorre sobre a importância de deixar claro o caminho adotado durante a pesquisa (e por extensão, nos termos aqui adotados, no âmbito da reportagem):

O minucioso trabalho de laboratório não deve permanecer escondido, e a receita não deve permanecer um segredo do cozinheiro. Porque talvez os verdadeiros excluídos da atenção dos historiadores não sejam os protagonistas descuidados dos eventos, mas, sim, os leitores esmagados pelas pesadas interpretações gerais, pelas opiniões discutidas com as armas díspares de quem escreve e de quem lê (...) o verdadeiro excluído é o consumidor de livros de história. (LEVI, 2009, p. 13)

As reportagens presentes em *O olho da rua* possibilitam, desse modo, a apropriação dos conceitos de micro-história e de “livro de repórter” – sendo possível ponderar e refletir sobre a constituição das narrativas. O caminho delineado por Eliane Brum explicita o processo de constituição de seus enredos jornalísticos, de seus dilemas, de seus erros e de suas escolhas. Na apresentação de *O olho da rua*, Brum deixa patente as nuances e os indícios de sua prática jornalística:

Eu acredito na reportagem como documento da história contemporânea, como vida contada, como testemunho. Exerço o jornalismo sentido em cada vértebra o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história acontecendo. Por isso, exerço com rigor, em busca da precisão e com respeito à palavra exata. Mas também com a certeza de que a realidade é complexa e composta não apenas de palavras. É feita de texturas, cheiros, nuances e silêncios. Na apuração de minhas matérias, busco dar ao leitor o máximo dessa riqueza do real, para que ele possa estar onde eu estive e fazer suas próprias escolhas.

Este livro também é uma confissão de fé na reportagem, aquela que vai para a rua se arriscar a ver o mundo. **E uma confissão de minhas escolhas, meus sustos, meus dilemas e também de meus erros.** Porque, como diz Sérgio Vaz, grande poeta da periferia de São Paulo, quem ama erra. **Para cada reportagem há uma reflexão sincera, vísceras à mostra, sobre o que fiz e o que vivi** – como repórter, como gente. (BRUM, 2008, p. 14, grifo nosso)

Marocco (2016) explicita que para Eliane Brum o texto jornalístico é substantivo, isto é, a tessitura da narrativa ancora-se na investigação, apuração e na escuta. A descrição e o aprofundamento sobre as “personagens” retratadas nunca

constitui um mero bordado em prosa, mas apresenta-se como uma unidade de sentido para a composição do enredo da reportagem.

Verifica-se nos textos de Brum uma mudança epistemológica no tratamento que é dado às fontes – porque rompe com o espaço sacralizado das personalidades hegemônicas – trazendo para a zona de discussão as narrativas dos sujeitos anônimos e as vozes da diversidade comumente marginalizada.

Essa escrita nas bordas se deve às táticas de resistência utilizadas por Eliane Brum – o que redundava em um modo particular de apurar os acontecimentos e também à arquitetura de uma narrativa que se equilibra nas margens, tendo como *leitmotiv* os sujeitos subalternos. Marocco (2016) explica que para a autora de *O olho da rua*, a reportagem não emerge unicamente como uma matriz da prática jornalística, mas como uma escolha histórica, cultural, política e econômica.

Brum opta pelos sujeitos comuns como forma de assimilar os aspectos históricos e culturais. Dessa forma, a jornalista gaúcha consegue adentrar por paisagens mais densas do tecido social e compreender como se formam as redes de relações de sentido, a teia de complexidades da estrutura social e como a circularidade cultural possibilita a polifonia de vozes e de enunciados dos sujeitos subalternos.

Alicerçada sob as bases da narrativa micro-histórica, Brum engendra uma espécie de narrativa em palimpsesto, em que os diálogos enredados com os sujeitos marginalizados processam um universo heterogêneo de realidades, reproblematicizam contextos e instauram novas interpretações sobre o mundo.

A percepção sobre a sociedade firma-se, como se vê, na premissa de resgate das estratégias individuais e de grupos para assimilar de que maneira são processadas situações particulares no âmbito da narrativa micro-histórica. Essa alquimia de visões de mundo pode ser percebida no conjunto de cenas alinhavadas por Eliane Brum para a composição das reportagens presentes em *O olho da rua*.

## 5. MICRO-JORNALISMO: VIDAS SUBALTERNAS EM O OLHO DA RUA, DE ELIANE BRUM

O presente capítulo direciona a discussão para as frestas do paradigma jornalístico, para o desvelamento dos aportes metodológicos da micro-história e para a compreensão das assimetrias presentes no *locus* cotidiano – que redundam em uma abordagem marcada pelas bordas.

A partir do acercamento com as reflexões delineadas por Stuart Hall (2003, 2010, 2016), Charron e Bonville (2016), Traquina (2012, 2016), Tuchman (1983, 2016), Giovanni Levi (1992, 2003, 2015, 2016) e Carlo Ginzburg (1989, 1991, 2006, 2007, 2014), observa-se que a prática de Eliane Brum aciona um movimento contrário aos sentidos dominantes, isto é, os referenciais utilizados pela autora de *O olho da rua* desvelam códigos de um relato ao revés, balizado pela emergência dos enunciados dos sujeitos subalternos.

O *corpus* de *O olho da rua* apresenta dez reportagens, com matérias publicadas de março de 2000 a agosto de 2008. Os textos presentes no livro de Eliane Brum intitulam-se *A floresta das parteiras*, *A guerra do começo do mundo*, *A casa de velhos*, *O homem-estatística*, *O povo do meio*, *Expectativa de vida: vinte anos*, *Coração de ouro*, *Um país chamado Brasilândia*, *Mães vivas de uma geração morta* e *A mulher que alimentava* (reportagem já investigada no capítulo 2). Observa-se, nesse percurso analítico, que Eliane Brum reconfigura as bases do modelo hegemônico da atividade jornalística, optando por um novo olhar para os processos referentes à produção, à cultura jornalística e aos influxos dos quadros políticos, culturais e econômicos.

A prática de Eliane Brum se afasta das atividades profissionais hegemônicas, das sintaxes objetivadas e das gramáticas generalizantes do jornalismo tradicional, definindo um percurso aqui entendido como micro-jornalístico. A autora de *A vida que ninguém vê* não fica aprisionada a temas e a fontes oficiais. Seu movimento analítico é marcado pelo processo de desentranhamento dos discursos e personagens, abrindo-se para um jornalismo problematizador, em que estejam comungadas diversificadas histórias, sujeitos, costumes e realidades.

A atividade micro-jornalística se diferencia do paradigma jornalístico clássico por privilegiar as culturas subalternas e por complexificar as chamadas histórias “pequenas” – trazendo para o âmbito da reportagem as marcas da diversidade, da heterogeneidade e uma gradação compreensiva para os contextos sociais, culturais e econômicos.

A prática micro-jornalística opera segundo três movimentos. O primeiro delibera pela adoção de um *ethos* a partir das margens, evocando uma perspectiva direcionada para o entendimento da realidade dos sujeitos comuns. Em segundo lugar, constata-se que a atividade jornalística de Eliane Brum cruza as bases da micro-história e do jornalismo, com a finalidade de compreender os fatos como fraturas – desvelando distintos contextos sociais, culturais, econômicos e históricos.

Por fim, ressalta-se que a complexidade alcançada por meio das reportagens presentes em *O olho da rua*, deve-se ao deslocamento do paradigma jornalístico em direção a uma “cartografia” assinalada pela adoção de novas regras, códigos e postulados no âmbito da prática jornalística. Esse ajustamento pode ser verificado pela assunção da crítica da prática, da autoralidade e do “livro de repórter”, além da metodologia micro-histórica, já amplamente discutida no decorrer da tese, marcada pela redução da escala de observação, pela descrição etnográfica, pelo paradigma indiciário e pela narrativa.

A prática jornalística de Eliane Brum institui um conjunto de etapas produtivas que se afasta das escolhas promovidas pelo jornalismo hegemônico. As reportagens elaboradas pela autora de *O olho da rua* resultam de um exercício crítico – em que são desvelados os processos de ruptura com os protocolos fiduciários de agendamento dos *media*. Brum evidencia em suas reportagens os indivíduos comumente apagados das zonas de interesse dos veículos jornalísticos, tais como os habitantes das favelas, as parteiras, o desempregado, os garimpeiros e a merendeira. O relato da jornalista gaúcha articula distintas organizações sociais, além de saberes e práticas cotidianas.

Brum direciona-se aos fatos não-marcados, ou seja, aos que conforme a definição de Muniz Sodré (2009) não são “imediatamente relevantes para o cânone da cultura jornalística, normalmente desconsiderados pela marcação (pauta) da grande mídia” (SODRÉ, 2009, p.76). Na mesma perspectiva, Nelson Traquina (2012) observa que a cultura profissional jornalística estabelece um conjunto de modelos cognitivos e de comportamentos específicos, caracterizados pela 1) homogeneização do modo de ver, agir e falar; 2) pela partilha de saberes, procedimento e narração dos acontecimentos; 3) pelo domínio de técnicas de apuração de informações; e 4) também pelo uso de uma linguagem específica, subsumida nos conceitos de “verdade”, “objetividade” e “imparcialidade” – que em conjunto forjam a figura do repórter.

A conjuntura social processada pelos *media* tradicionais deslindam práticas marcadas por hierarquias de poder – agindo por similaridade, por uma semântica de naturalização dos fatos e pela ratificação de um dado modo de reportar aos contextos

cotidianos. Em oposição aos valores do paradigma jornalístico, observa-se que Brum não engendra a realidade cotidiana sob o salvo-conduto de uma escala sociocultural das elites ou como estrutura estática, mas a assimila à luz de uma problemática.

A prática de Brum aproxima-se do pressuposto definido por Dimas Antônio Künsch (2000), que compreende a narrativa do repórter como uma contextura de vozes e sentidos múltiplos. Para o autor, é no cotidiano e na vida comum que se deve buscar “a seiva da palavra expressiva na reencenação da vida” (KÜNSCH, 2000, p. 21). Künsch (2000) apreende o espaço da reportagem como *locus* para a emergência dos anônimos, dos Zés e das Marias, dos ninguéns e dos alguéns:

Aqui, no pedaço de caminho onde o repórter, como um artista, perde a vergonha de “ir aonde o povo está”, ou o medo de se desvencilhar dos encantos e pressões dos poderosos, talvez resida o lado mais produtivo de uma visão de mundo que não é apenas complexa, mas também pragmática: une o que está desunido, integra o que está separado, dá vez e voz a quem não as tem, democratiza palavras e sentidos, transforma, reconstrói. (KÜNSCH, 2000, p. 21)

Os modelos práticos, o sistema normativo de referência e os repertórios cognitivos assumidos pelo relato jornalístico produzem, em grande medida, uma gramática da exclusão – deixando nas franjas do debate uma parcela significativa da comunidade. Como já referenciado ao longo da tese, a narrativa jornalística clássica engendra espaços sociais cujas lógicas, saberes e relações de poder privilegiam o *status quo*. Cria-se, desse modo, uma assimetria entre a evidenciação de determinadas fontes no âmbito do jornal e o enfoque conferido a realidades e a sujeitos sociais subalternizados.

Künsch (2000) pondera que a supressão de algumas experiências e modos de vida das searas de debate é prejudicial para a compreensão do outro e da realidade cotidiana. Isso resulta na manutenção de uma perspectiva mecânica e naturalizada de lidar com a realidade social:

Uma ciência e um jornalismo que fecham os olhos à dura realidade do cotidiano dos empobrecidos, ou também, ao mesmo tempo, aos gestos de resistência e de criatividade transformadora gerados no submundo da apartação, não apenas perdem muito com isso, em termos de conhecimento. Estão também eticamente comprometidos. (KÜNSCH, 2000, p. 21)

O processo de construção da notícia é atravessado por um profuso jogo de interesses. A redação, as regras institucionalmente definidas no espaço do jornal e os

valores compartilhados, cimentam normas profissionais que articulam uma forma de escrutinar os contextos sociais, encenam modos de ver e definem quais vozes merecem ser ouvidas e quais devem ser emudecidas.

Para Jurandira Fonseca Gonçalves (2014), as injunções exercidas pelos quadros políticos, culturais e econômicos cumprem um papel monofônico ao se referir ao contexto sócio-histórico e aos *media*, pois “representa sempre os mesmos setores, atende aos mesmos grupos e privilegia visões de mundo e versões atreladas ao contexto sociocultural no qual o profissional está inserido” (GONÇALVES, 2014, p. 94).

As vozes dissonantes raramente aparecem de forma complexificada nas reportagens ou nas notícias. A preferência é pelas fontes oficiais e autorizadas. Gonçalves (2014) destaca que tal estrutura remete a um modelo de organização jornalística pautado pelas exigências da redação, pelo *deadline* e pelas “pressões internas e externas” (GONÇALVES, 2014, p. 94) que ampliam a “necessidade de preencher espaços com material atual, vendável e de credibilidade” (GONÇALVES, 2014, p. 94).

Guiado por essa dinâmica, em muitos momentos, o jornalista seleciona a fonte institucionalizada e mais acessível, isto é, “que possua um *lugar de fala* já legitimado e possa realizar, sem grandes investimentos, o papel de escudo do jornalista” (GONÇALVES, 2014, p. 94, grifo da autora). A organização da rede de fontes, desse modo, não se apresenta de forma causal ou facultativa, porque as

Fontes do poder (fontes oficiais, institucionais e estáveis) e fontes que se ajustam aos procedimentos de produção são preferenciais. Essa distorção na estrutura premia algumas fontes em detrimento de outras. O acesso aos *media* (...) torna-se um bem estratificado socialmente, e outros agentes sociais (que não os do poder) não têm acesso regular aos meios de comunicação, por isso precisam incomodar ou se tornar “notícia forçada” para que tenham visibilidade, e seus acontecimentos se tornem notícias. (GONÇALVES, 2014, p. 95-96)

Nesse ponto é possível estabelecer uma aproximação entre o pensamento de Gaye Tuchman (1973) com a leitura empreendida por Traquina (2012) sobre o ordenamento do espaço e do tempo articulado pelas empresas jornalísticas. A socióloga estadunidense compreende que os *media* infundem um ordenamento ao contexto social e estabelecem uma rede noticiosa.

Tuchman (1973) apresenta três estratégias utilizadas pelas empresas jornalísticas para abranger os acontecimentos de um determinado espaço, destacando-se 1) a territorialidade geográfica; 2) a especialização organizacional; e 3) a particularização

das temáticas. De modo geral, o olhar do jornalista tende a definir como notícia os acontecimentos circunscritos a localidades e tempos específicos – configurando uma disparidade marcada por defasagens espaço-temporais.

Traquina (2012), em diálogo com Tuchman (1973), observa que uma das consequências desse fato é que os membros da comunidade jornalística, ao selecionar os acontecimentos noticiosos tendem a privilegiar determinadas localidades e promover o “apagamento” de outras. Isso resulta, segundo a socióloga americana, na configuração de uma rede noticiosa marcada pela ausência de uma gama substancial de fontes, realidades e espaços geográficos. Traquina (2012) pondera que a constituição da rede noticiosa assume um papel articulador na produção da notícia:

Por um lado, a distribuição da rede articula-se com as questões de “noticiabilidade”. Assim, as fontes são quem são porque estão diretamente ligadas a setores decisivos da atividade política, econômica, social ou cultural. Por outro lado, conhecendo-se a distribuição da rede noticiosa de um meio de comunicação social, sabe-se quais são os critérios de noticiabilidade por que se rege. A extensão da rede noticiosa leva à concentração dos recursos da empresa jornalística num número relativamente pequeno de agentes, cuja posição em certas organizações ou instituições particulares valoriza ao máximo a informação que recebem. (TRAQUINA, 2012, p. 191)

Essa perspectiva encontra ressonância no pensamento de Stuart Hall *et al.* (2016), notadamente, na determinação do processo de reprodução das ideologias dominantes pelos *media* – que, conforme os pesquisadores do centro de Birmingham, atende a “um conjunto de *imperativos estruturais* e não de uma trama aberta com aqueles que ocupam posições poderosas” (HALL *et al.*, 2016, p. 318).

O ciclo de reprodução ideológica se mostra incompleto, pois segundo Hall *et al.* (2016), é necessário demonstrar o procedimento de transformação que os *media* devem “realizar nas “matérias-primas” (fatos e interpretações) que os poderosos fornecem para processarem estas “estórias” “potenciais” numa forma de produto acabado, a notícia” (HALL *et al.*, 2016, p. 319). Em congruência com esse ponto de vista, o sociólogo jamaicano assenta um olhar mais detido acerca dos aspectos de criação das notícias, arregimentando os momentos em que os *media* cumprem uma função mais autônoma e ativa - contrapondo-se a uma “forma de produto passiva em relação às definições poderosas e autoritárias” (HALL *et al.*, 2016, p. 319).

Na independência dos *media*, algumas lógicas assumem um caráter mais efetivo. Nesse percurso, podem ser citados: 1) os critérios de seleção, 2) as personalidades

sociais, 3) a codificação e 4) o idioma público dos *media*. A seletividade demonstra que nem toda afirmação proferida pelos definidores primários tem probabilidade de ser reproduzida nos *media*. Os membros da equipe de Birmingham ressaltam que ao exercer os critérios de seleção, “os *media* impõem os seus próprios critérios nas “matérias-primas” estruturadas – e, assim, se apropriam ativamente delas e as transformam” (HALL *et al.*, 2016, p. 319). Hall *et al.* (2016) explicitam que os critérios de seleção utilizados por diferentes jornais concorrem para usos, avaliações e operacionalizações específicas. Disso resulta que

A sua organização e estrutura técnica (em termos de números de jornalistas trabalhando em áreas da informação determinadas, quantidade de espaço em colunas atribuído normalmente a certo tipo de notícias etc.) e o sentido público ou dos leitores regulares, é diferente. Tais diferenças, tomadas em conjunto, são o que produzem as “personalidades sociais” muito diferentes de jornais. (...). É nisto – quando a própria “personalidade social” de cada jornal entra em ação – que começa realmente o trabalho de transformação. (HALL *et al.*, 2016, p. 319)

Os *media* desempenham um importante papel na conversão dos acontecimentos em notícia acabada. Logicamente, que a transformação está ligada ao modo como o fato noticioso é codificado. Hall *et al.* (2016) deixam patente que cada jornal apresenta um enquadramento particular e um discurso com regularidades específicas – estabelecendo um processo ativo de comunicação com os leitores e com os sintagmas noticiosos. A codificação promove uma ‘simetria desigual’ no âmbito dos *media*. Tal movimento pode ser observado – porque mesmo os jornais que apresentam tópicos, fontes e estruturas inferenciais contíguas, oferecem “diferentes retóricas de discurso” – o que redundará na modificação do item original da notícia.

O istmo que se estabelece entre os *media* e o leitor assume uma linguagem caracterizada pela versão que o jornal tem sobre o público, marcada pela retórica, pelas imagens e pelo conhecimento partilhado com o leitorado e que “constitui a base de reciprocidade produtor-leitor” (HALL *et al.*, 2016, p. 320). A essa forma de discurso, Hall *et al.* (2016) denominam como “o idioma público dos *media*”. Conforme os pesquisadores do centro de Birmingham,

Embora tenhamos salientado aqui as *diferentes* linguagens de jornais diferentes, esta ênfase não deve ser levada demasiado longe. Não é o vasto âmbito pluralista de vozes que os *media* às vezes têm de representar, mas um âmbito *dentro de certos limites ideológicos distintos*. Enquanto cada jornal se pode considerar como dirigindo-se a

uma seção diferente do público-leitor desse jornal (ou diferentes tipos de jornais estarão em competição por diferentes setores do público), o “consenso de valores”, que está tão profundamente enraizado em todas as formas de linguagem pública, é *mais limitado* do que a variedade de formas de “linguagem em uso” público poderiam sugerir. Os seus problemas, embora distintos, pressupõem-se como fazendo parte do muito largo espectro dos “homens sensatos”, e os leitores são tratados em geral nesses termos. (HALL *et al.*, 2016, p. 320)

O processo de comunicação é conduzido por meio da organização de momentos distintos, que, contudo, se conectam – como a produção, a circulação, a distribuição/consumo e a reprodução. O circuito é pensado, conforme Hall (2003), sob o ponto de vista da articulação de práticas interligadas, em que cada uma delas “mantém sua distinção e tem sua modalidade específica, suas próprias formas e condições de existência” (HALL, 2003, p. 365).

As práticas guardam significados e mensagens sob a forma de signos-veículo singulares. Nesse sentido, constata-se que os códigos são operados no domínio da corrente sintagmática de um discurso. As relações são forjadas dentro das regras de linguagem. De acordo com o teórico cultural jamaicano,

É nessa forma discursiva que a circulação do “produto” se realiza. O processo, desta maneira, requer, do lado da produção, seus instrumentos materiais – seus “meios” – bem como seus próprios conjuntos de relações sociais (de produção) – a organização e combinação de práticas dentro dos aparatos de comunicação. Mas é sob a forma *discursiva* que a circulação do produto se realiza, bem como sua distribuição para diferentes audiências. Uma vez concluído, o discurso deve ser então traduzido – transformado de novo – práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. (HALL, 2003, p. 366)

Verifica-se que é necessário haver a apreensão do sentido por meio de uma articulação prática, caso contrário, o efeito se dilui. Hall (2003) reconhece que a forma discursiva da mensagem assume um lugar privilegiado no intercâmbio comunicativo. Desse modo, apesar de os processos de codificação e decodificação assumirem posições com relativa autonomia em relação ao circuito como um todo, não deixam de se constituir como momentos marcados. Nessa senda, Hall (2003) enuncia, por exemplo, que uma ocorrência histórica em estado bruto não pode ser difundida sob o aparato de um telejornal. O acontecimento – exemplifica o pesquisador jamaicano – só adquire sentido dentro das “normas” auditivas e visuais do discurso televisivo. Como consequência,

No momento em que um evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito a toda a complexidade das “regras” formais pelas quais a linguagem significa. Por isso, paradoxalmente, o acontecimento deve se tornar uma “narrativa” antes que possa se tornar um *evento comunicativo*. Naquele momento, as sub-regras formais do discurso estão “em dominância”, sem, é claro, subordinarem até seu apagamento o evento histórico que está sendo significado, as relações sociais nas quais as regras são postas em funcionamento ou as consequências políticas e sociais do evento terem sido significadas dessa maneira. A “forma-mensagem” é a necessária “forma de aparência” do evento na sua passagem da fonte para o receptor. (HALL, 2003, p. 366-367)

Observa-se que o movimento interno e externo da “forma-mensagem” não é fortuito, mas baliza um posicionamento determinado. No caso específico retratado por Hall (2003), acerca do aparato televisivo (também poderia ser o jornal ou a revista), fica patente que a integração das relações sociais com o processo de comunicação produz uma prática discursiva. Como corolário dessa sentença, o teórico afirma que “a produção (...) constrói a mensagem” (HALL, 2003, p. 367).

O processo produtivo não fica livre das marcas discursivas, já que é atravessado pelos referenciais de sentido e pelas ideias em circulação. Desse modo, as rotinas de produção, as habilidades técnicas (firmadas historicamente), as ideologias profissionais e os saberes institucionais delimitam a estrutura de produção. Hall (2003) complementa que,

(...) embora as estruturas de produção da televisão originem os discursos televisivos, elas não constituem um sistema fechado. Elas tiram assuntos, tratamentos, agendas, eventos, equipes, imagens da audiência, “definições da situação” de outras fontes e outras formações discursivas dentro da estrutura sociocultural e política mais ampla da qual são uma parte diferenciada. (HALL, 2003, p. 367)

A constituição do sentido está vinculada à prática da interpretação e ao uso ativo do código. Codificar – na acepção de Hall (2010), diz respeito ao ordenamento dos acontecimentos. A interpretação, por sua vez, estabelece uma proximidade com o indivíduo que se encontra no outro lado do circuito e que processa a decodificação.

O sociólogo jamaicano alerta para o fato de os sentidos continuamente variarem, como resultado “los códigos operan más como convenciones sociales que como leyes fijas o reglas inquebrantables” (HALL, 2010, p. 479). À medida que os sentidos resvalam, os códigos de uma cultura também são sutilmente modificados. Desse modo, como pondera Hall (2010), a vantagem dos conceitos e taxinomias culturais que muitos

trazem na cabeça é possibilitar pensar sobre as coisas, estejam elas presentes ou não, tenham elas existido ou não:

Hay conceptos para nuestras fantasías, deseos e imaginaciones tanto como para los llamados objetos “reales” del mundo material. Y la ventaja del lenguaje es que nuestros pensamientos sobre el mundo no necesitan permanecer exclusivos de nosotros y silenciosos. Podemos pasarlos a un lenguaje, hacerlos “hablar”, mediante el uso de signos que están en su lugar —y entonces hablar, escribir, comunicarnos sobre ellos con otras personas. (HALL, 2010, p. 479-480)

Hall (2003) salienta que alguns códigos se espalham tão uniformemente nos contextos sociais, culturais e linguísticos que sua existência parece apartada da díade signo/referente – emergindo como um dado natural. O autor *Da diáspora* postula que os signos atingem, desse modo, uma “quase-universalidade”, marcada pela intensa naturalização dos códigos. Nesse sentido, o movimento executado pelos códigos articulam reconhecimentos que na exterioridade são naturais:

Isso produz o efeito (ideológico) de encobrir as práticas de codificação presentes. Mas não devemos deixar que as aparências nos enganem. Na verdade, o que os códigos naturalizados demonstram é o grau de familiaridade que se produz quando há um alinhamento fundamental e uma reciprocidade (...) entre os lados codificador e decodificador de uma troca de significados. O funcionamento dos códigos, no lado da decodificação, irá frequentemente assumir o status de percepções naturalizadas. (HALL, 2003, p. 371)

Hall (2003) estabelece uma distinção analítica entre conotação e denotação. O pesquisador não se limita à transcrição literal da realidade (denotação) e tampouco à definição dos sentidos fluidos e mutáveis (conotação). O sociólogo jamaicano pontua que “muito poucas vezes os signos organizados em um discurso significarão *somente* seus sentidos “literais”, isto é, um sentido quase universalmente consensual” (HALL, 2003, p. 372, grifo do autor). Fica patente que o discurso combina tanto os aspectos denotativos quanto os conotativos na tessitura de sentidos sociais.

A diferenciação entre conotação e denotação emerge, como se vê, alicerçada sob a base de um valor investigativo. Hall (2003) assevera que os termos são simplesmente “ferramentas analíticas úteis para se distinguir, em contextos específicos, os diferentes níveis em que as ideologias e os discursos se cruzam, e não a presença ou ausência de ideologia na linguagem” (HALL, 2003, p. 373).

Observa-se, assim, que os códigos remetem os signos a “mapas de sentido” marcados pela categorização de qualquer cultura. Essas cartografias da realidade social

comportam significados sociais, poder, interesse e práticas. Evidentemente que os códigos conotativos não são semelhantes entre si. Hall (2003) explica que toda sociedade ou cultura, articula formas de hierarquização do mundo social, cultural e político:

Essas classificações constituem uma *ordem cultural dominante*, apesar de esta não ser nem unívoca nem incontestável. A questão da “estrutura dos discursos em dominância” é um ponto crucial. As diferentes áreas da vida social parecem ser dispostas dentro de domínios discursivos hierarquicamente organizados através de *sentidos dominantes* ou *preferenciais*. (HALL, 2003, p. 374)

Os acontecimentos problemáticos são, desse modo, inseridos no âmbito de dinâmicas caracterizadas pelos domínios discursivos e mapeados conforme as cartografias existentes na realidade social. Por consequência, os sentidos dominantes ordenam, hierarquizam e decodificam os acontecimentos dentro de um inventário topográfico singular – assinalado por leituras preferenciais e por uma ordenação institucional, política e ideológica.

Hall (2003) indica que os sentidos preferenciais abrangem, no âmbito da ordem social, uma coleção de significados, práticas e crenças. Desse modo, os “sentidos preferenciais” são atravessados 1) pelo conhecimento cotidiano das estruturas sociais; 2) pela ordem hierárquica do poder e dos interesses e 3) pela organização das validações, injunções e impedimentos.

Os arranjos sociais, políticos, econômicos e ideológicos engendram uma ordem social dominante que não se fecha em si, mas é atravessada por *regras performativas*, isto é, “regras de competência e uso, de lógica aplicada – que buscam ativamente *reforçar* ou *pre-ferir* um domínio semântico a outro e incluir e excluir itens dos conjuntos de sentido apropriados” (HALL, 2003, p. 375, grifos do autor).

É necessário compreender que a relação codificação/decodificação não constitui um processo pronto, mas engendrado. Hall (2003) propõe que sejam combinadas distintas articulações – de modo a evidenciar “algumas possíveis posições de decodificação” (HALL, 2003, p. 377). Nessa direção, o teórico cultural jamaicano referencia três posições conjecturais. A primeira diz respeito à *posição hegemônica-dominante*. Esse processo é verificado quando o leitor/telespectador/ouvinte apreende os sentidos dos *media* de forma monológica e integral, isto é, “decodifica a mensagem nos termos do código referencial no qual ela foi codificada”, operando, portanto, “*dentro do código dominante*” (HALL, 2003, p. 377, grifos do autor).

Contíguo ao arranjo hegemônico-dominante destacam-se as posições concebidas pelo *código profissional* – que prioriza a utilização de critérios de natureza técnica e prática. Segundo Hall (2003), os sentidos hegemônicos e a operação do código profissional suscitam conjunturas complexas. A aproximação dos profissionais às elites ocorre não somente pela hierarquia institucional dos *media* no papel de representante do “aparelho ideológico”, mas, principalmente, pela estrutura de acesso ao aparato simbólico-cognitivo dos veículos de comunicação.

A segunda posição é ocupada pelo *código negociado*. Salienta-se que as audiências apreendem bem os sentidos preferenciais e o significado projetado pela instância profissional. Contudo, percebe-se que as definições dominantes são hegemônicas e encaminham-se para uma cartografia assinalada pela totalidade e por uma geopolítica global.

Hall (2003) sustenta que o ponto de vista hegemônico é processado como a) o umbral cognitivo – constituído pelos significados e pelas relações sociais, históricas e culturais; e também b) por carregar a marca da legitimidade, ou seja, conferir uma “naturalidade” à ordem social. Conforme o autor *Da diáspora*, o processo de decodificação em sua modalidade negociada, articula um compósito marcado pela adaptação e pela refutação. Nestes termos, Hall (2003) admite que,

(...) a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), (...) em um nível mais restrito, situacional (localizado), faz suas próprias regras – funciona com as exceções à regra. Confere posição privilegiada às definições dominantes dos acontecimentos, enquanto se reserva o direito de fazer uma aplicação mais negociada às “condições locais” e às suas próprias posições mais *corporativas*. Essa versão negociada da ideologia dominante está, portanto, atravessada por contradições, apesar de que isso só se torna visível em algumas ocasiões. Os códigos negociados operam através do que podemos chamar de lógicas específicas ou localizadas: essas lógicas são sustentadas por sua relação diferencial e desigual com os discursos e as lógicas de poder. (HALL, 2003, p. 379, grifo do autor)

O terceiro arranjo é definido por Hall (2003) como *código de oposição*. Nessa combinação, observa-se que o telespectador/ouvinte/leitor assimila bem tanto os desvios conotativos quanto os literais conferidos ao discurso, porém, opta por decodificar o conteúdo “de uma maneira *globalmente* contrária” (HALL, 2003, p. 379).

Nesse sentido, o código preferencial é retirado de sua totalidade e rearticulado sob as bases de um referencial alternativo. O *código de oposição* emerge das crises conjunturais e políticas – reverberando também no âmbito dos *media*. Como resultado

“os acontecimentos que são normalmente significados e decodificados de maneira negociada começam a ter uma leitura contestatária. Aqui se trava a “política da significação” – a luta no discurso.” (HALL, 2003, p. 380).

Gislene da Silva e Rosana de Lima Soares (2013), em diálogo com Hall, entendem que as imbricações estabelecidas entre cultura, linguagem e ideologia engendram práticas para os *media* marcadas pela construção seletiva, pela arquitetura de um mundo compreensível e pela articulação de “um inventário constante de léxicos, estilos de vida e ideologias objetivadas, (...) providenciando contextos referenciais que contribuem para dar sentido ao mundo” (SILVA; SOARES, 2013, p. 118). Esse movimento opera no âmbito de uma categorização direcionada a consensos e legitimidades.

A prática de Eliane Brum esquivava-se do tom essencialista e mecanicista das técnicas, rotinas e processos do ambiente de produção do jornal. Ao afastar-se do *locus* centrado do paradigma jornalístico, Brum articula tanto um posicionamento quanto uma definição geopolítica a partir das margens, contrapondo-se ao verniz caricatural de um olhar generalizante, branco, masculino e europeu.

A notícia – como já foi apontado ao longo da investigação, desempenha um ritual simbólico a partir do qual os sujeitos da cultura intercambiam valores e conferem sentido ao mundo. Ancorada sob esse pressuposto, Célia Maria Ladeira Mota (2012) ressalta que a notícia aparece como um umbral para a cultura – fomentando crenças e ideais. O processo compreende um intrincado circuito que abrange as fontes de informação, os enunciados e o relato “objetivo/imparcial” dos acontecimentos:

Este processo produtivo não existe sem o seu aspecto discursivo. Ele envolve habilidades técnicas, ideologias profissionais, conhecimento institucional e questões relacionadas com os leitores ou a audiência. A cada etapa, o material bruto da notícia – eventos, falas, dados de reportagens – vai se transformando num evento comunicativo. Como quem molda um vidro no fogo, a narrativa própria da instituição jornalística vai tomando forma até se transformar numa versão de um fato, numa notícia com sua carga de assertividade e de intenção de verdade. (MOTA, 2012, p. 208)

O discurso noticioso tem efeitos na vida social, cultural, econômica e histórica, o que redundava em uma prática específica de jornalismo. Com o desenvolvimento do capitalismo e intensificação da globalização, as macro-narrativas funcionalistas e marxistas foram destituídas do espaço sacralizado que ocupavam. As verdades universais, como o pressuposto da “emancipação da humanidade pelos trabalhadores”,

encampado por Marx; “a emancipação pela riqueza”, apontada por Adam Smith ou, ainda, “a libertação pelo conhecimento do eu”, articulada por Freud – produziram, em conjunto, a ideia de uma narrativa marcadamente racional e absoluta sobre o homem – guardando, um espaço reduzido para a dúvida, o relativismo e a incerteza.

Em contrapartida, a condição da cultura, definida por Lyotard (2004) como pós-modernidade, gera modificações acentuadas na compreensão e no sentido das identidades. A pós-modernidade organiza seu aparato de sentidos – opondo-se aos metadiscursos e aos grandes relatos de explicação do mundo.

Opondo-se às potencialidades revolucionárias e emancipatórias referidas acima, Lyotard prefere escrutinar os processos de legitimação, isto é, reestruturar as técnicas, os saberes e os aportes da autoridade decisória. Nesse caudal de sentidos, Martin-Barbero (2006) percebe o processo de disposição das identidades como transformações e deslocamentos.

O autor de *Dos meios às mediações* aponta que até pouco tempo o discurso sobre identidade estava vinculado aos sintagmas “raízes”, “costumes” e “território”, ligando-se à ideia de tempo longo e memória simbolicamente compacta. Atualmente, as identidades são pensadas sob o contexto dos fluxos, das redes, da instaneidade e da fluidez. Para Martin-Barbero (2006), “a diversidade cultural se faz interculturalidade nos territórios e nas memórias, resiste e interage com a globalização” (MARTIN-BARBERO, 2006, p. 61 *apud* MOTA, 2012, p. 206).

O processo de construção das identidades é perpassado pela narrativa. Por meio dela, são tecidas as zonas de acesso às culturas, às redes de informação e à mediação das imagens em âmbito nacional e internacional. O tom profuso dos relatos permite, segundo Martin-Barbero, a emergência de uma nova compreensão de cidadania – em que estão em jogo o estabelecimento de pontes de negociação e também de reconhecimento do outro.

Acolhendo ao pensamento do sociólogo alemão Ulrich Beck (1994), Mota (2012) enuncia que é no âmbito dessa sociedade em risco (referindo-se à pós-modernidade ou à modernidade tardia) que o jornalismo emerge como uma prática para “expor, refletir e fazer circular significados e reflexões sobre as contradições do tempo presente” (MOTA, 2012, p. 207).

O tom tensivo da sociedade em risco acentua as diferenças internacionais – tanto na esfera dos países emergentes quanto no campo dos estados industriais. Tendo-se esse cenário como pano de fundo, Mota (2012) compreende que o jornalismo pode desempenhar uma função relevante na “construção de significados sobre os

acontecimentos” e também na ampliação dos saberes sobre a realidade. Para a pesquisadora “a atividade jornalística (...) é o grande espaço público onde esta reflexão, sobre o nosso tempo e as nossas práticas econômicas e sociais, já está se dando” (MOTA, 2012, p. 207).

Roger Chartier (1994) ao remeter às bases da micro-história destaca que a partir da assimilação das alianças, das dependências e dos confrontos – os indivíduos marginalizados conferem sentido ao mundo social e às suas vidas, podendo, por meio da prática discursiva e da representação, alcançar um espaço cognitivo de presença.

Na percepção de Chartier (1994), o objeto da história não está mais centrado nas estruturas ou nos mecanismos que regulam as relações sociais, o exame volta-se agora para “as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos” (CHARTIER, 1994, 102).

A realidade social emerge como um importante referente para os fatos, pois, a partir da configuração do *locus* discursivo, os acontecimentos são articulados aos sentidos aprioristicamente apresentados. Mota (2012) enfatiza que o jornalismo como atividade “cultural estabelece relações com outras instituições sociais, e reelabora novos significados para as suas práticas” (MOTA, 2012, p. 210).

Os *media* deslindam por meio do discurso uma forma específica de emolduramento para determinados grupos sociais – inscrevendo significados, comportamentos, valores e atitudes culturais. John Fiske (1997) destaca que os relatos midiáticos apresentam zonas de divergência – que são atravessados pelas forças da produção e da audiência. Desse modo, os significados postos em disputa conferem sentido a uma experiência social.

Compreende-se que o jornalismo aciona um deslocamento caracterizado pelos processos culturais, pelas representações e pelos significados articulados nas relações e na tessitura das identidades sociais. Como certifica Mota (2012), este movimento favorece a revelação de variados sentidos, de experiências e de complexidades – suscitando, igualmente, a atenção do jornalismo pelas pequenas e contingentes verdades. Mota (2012) recorre ao estudo de James Carey (1992) para esclarecer que o jornalismo estabelece conexões culturais que podem ser apreendidas historicamente:

Ele [James Carey] defende a ideia de que a imprensa institucionaliza a consciência cultural geral de uma sociedade, considerando as notícias como uma realidade histórica, vinculada tanto a estruturas sociais quanto aos valores culturais que as classes sociais desejam disseminar. Carey lembra que é pela narrativa dramatizada que a notícia dá ao

leitor não somente conteúdos, mas um modo de vivenciar relações sociais. (MOTA, 2012, p. 213)

O diálogo estabelecido entre a prática jornalística e a metodologia micro-histórica abre caminho para uma leitura alternativa – principalmente, para sujeitos, realidades histórico-sociais e territórios obnubilados pelo olhar hegemônico dos *media*. A pesquisa acadêmica apresenta um profuso leque de estudos cuja atenção está voltada para compreender os saberes, as técnicas e as experiências cognitivas da prática jornalística por meio da reflexão crítica, caso das investigações de Marocco (2010, 2012, 2016) aqui já referenciadas.

Em consonância com a perspectiva de uma subversão do paradigma jornalístico podem ser citados os estudos de Luis Fernando Assunção (2013), que apresenta uma proposta baseada no conceito de “jornalismo de bordas” e a investigação que Tayane Aidar Abib (2017) empreende em direção ao chamado “jornalismo de desacontecimentos”, também já discutido na tese.

Assunção (2013) e Abib (2017) apontam para a necessidade de se colocar em “desordem” os processos técnicos e as rotinas de produção jornalísticas tradicionais – que em conjunto se encarregam do nivelamento e pasteurização do relato noticioso. Assentada sob essa ótica, vislumbra-se o acolhimento de uma prática jornalística marcada pela adoção de um referencial alternativo, favorecendo a tessitura da história, a ruptura com as teorias jornalísticas sacralizadas e a valorização dos sujeitos que se posicionam às margens das zonas de decisão e cujos sentidos resvalam dos códigos dominantes.

A análise do jornalismo de bordas apontado por Assunção (2013), por exemplo, pressupõe a sublevação das técnicas e das rotinas do exercício jornalístico. Nesse itinerário, o pesquisador investiga as reportagens produzidas por João Antônio para a revista *Realidade*. Assunção (2013) entende que o jornalismo tradicional engendra espaços específicos para se referir a temáticas relacionadas à violência, à morte e ao preconceito – marcadas comumente por uma codificação estereotipada e essencializada das dinâmicas sociais.

O jornalismo de bordas, desse modo, traz para o centro de observação não apenas as histórias dos vencedores, mas dialoga com as periferias, com as dinâmicas desiguais de interesse, com o cotidiano, em suma, com a vida comum que emerge das franjas sociais. Assunção (2013) ressalta que a escrita de João Antônio focaliza os sem-tetos, os mendigos, os bêbados, os boêmios e os jogadores de sinuca:

(...) as bordas buscadas por João Antônio caracterizam uma escritura nem sempre valorizada pelos *media*, como o personagem joão-ninguém que perambula pelas ruas e não se enquadra nas pautas tradicionais de jornais ou revistas. Há também as bordas a partir da ideia de *borderline*, ou seja, numa noção transgressora das técnicas e modos de operação tradicionais do jornalismo, e o exato limite entre o normal e o anormal, no sentido do regrado e desregado. (ASSUNÇÃO, 2013, p. 34)

Os *media* configuram a realidade como um conjunto de fatos – cuja trama é codificada, assimilada e expressa na forma de notícia. Desse modo, o acontecimento produz relatos ordenados por meio de uma narrativa inteligível. Assunção (2013) enuncia que “a produção da notícia não é algo alheio à construção social da realidade por parte do sujeito. O sujeito observador (...) é o que confere sentido ao acontecimento” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 35). Desse modo, os acontecimentos jornalísticos articulam por meio dos *media* uma atividade discursiva – em que a construção da realidade é codificada pelo exercício produtivo do jornalismo.

Em conversa com o pensamento de Alsina (1989), Assunção (2019) aponta que a prática marcada pelo jornalismo de bordas engendra um modo particular de reportagem, cuja característica principal é o desvelamento subversivo dos parâmetros dados *a priori*, configurando uma nova “topografia” de jornalismo, cuja escolha está centrada nos personagens pobres, miseráveis e comuns.

Na análise feita sobre o *corpus* de João Antônio fica evidenciada a importância pela “documentalidade do real”. O relato do repórter da revista *Realidade* emerge como um caleidoscópio, pondo em articulação variadas combinações sobre a realidade social e sobre a vida dos sujeitos simples, invisibilizados e emudecidos.

A partir da proposição apresentada por Assunção (2013) é possível estabelecer uma correspondência com a prática de Eliane Brum (2008). Toma-se como exemplo a reportagem já referenciada no capítulo 2 intitulada *A mulher que alimentava*, em que a autora de *A vida que ninguém vê* acompanha os últimos quatro meses de vida da merendeira Ailce de Oliveira Souza.

Sob os termos de uma documentalidade do real, o relato de Brum delinea o epílogo da vida de Ailce, tomando como “arquivo” as dinâmicas cotidianas que atravessam a existência da merendeira. Além das variáveis já amplamente discutidas sobre a hermenêutica da prática jornalística acionada por Brum e também da proximidade com a metodologia micro-histórica desvelada no presente estudo – tem-se o parâmetro da documentalidade como decodificação de minúcias.

Compreende-se que as camadas projetadas sobre a vida de Ailce engendram sentidos e complexificam as experiências, o relato e a percepção do outro. Esses elementos podem ser reconhecidos no adeus de Ailce à sua casa e no retrato detalhado de sua morte no hospital – acompanhada dos filhos, do neto, do olhar de Eliane Brum e da lente do repórter-fotográfico, Marcelo Min:

Na manhã seguinte, Ailce deixa a sua casa pela última vez. E pela derradeira vez desce a escadaria. Desce carregada porque não tem forças, seus pés estão descalços e não mais encostam o chão. Lourdes [contratada para limpar a casa] soluça. E promete fechar bem a porta. A papagaia há dias já não come. E o cachorro Dunga, chorando, se esconde dentro da casinha quando a vê passar. Na despedida da mulher que a habitava, a casa parece agonizar. (BRUM, 2008, p. 406)

Os fragmentos de sentido e de experiências sobre Ailce são articulados em camadas – compondo um relato sobre a vida – apesar, claro, do tom lúgubre que emerge da cena. Ao descrever a morte da merendeira, Brum propõe não a tessitura de uma elegia, mas enfatizar que a vida se ergue nas minúcias, nos detalhes e que mesmo no fim – como todas as biografias – a existência é histórica, cultural e social:

Na sexta-feira, 18 de julho, Ailce desperta depois do banho. Está inquieta. É difícil entender o que ela diz. Pede água, mas agora é preciso umedecer um pedaço de gaze e colocar entre seus lábios. Ela sofre, se mexe, e ninguém sabe de onde tira forças para contorcer o corpo devastado. Já não há movimento nos drenos, seu organismo está parando de funcionar. Ailce começa a arrancar a roupa. Fica nua. No final da manhã, a médica Juliana Monteiro de Barros a liberta dos fios sintéticos de sua vida. Ailce finalmente está livre.

Quando os filhos chegam, Ailce os reconhece. Ela esperava por eles. Então volta a dormir. Às 15h50 ela abre os olhos de repente. Está lúcida. Enquanto seus olhos erram pelo quarto, Luciene [filha] diz: “Vamos dançar, mãe. Vamos botar nossa roupa pra gente dançar. A senhora está vestida de cigana e está linda. Já curou, mãe. Não tem mais nada dentro de você. Não tenha medo, estou segurando a sua mão. Vou lhe ajudar a atravessar. Está todo mundo esperando pela senhora. Eu te amo tanto, mãe. Muito obrigada por tudo.”

A filha desenha com pétalas brancas o contorno do corpo da mãe. O olhar de Ailce é de infinita tristeza. Seus olhos vagam pelo quarto e se cravam na câmera. E sua respiração apaga devagar. (BRUM, 2008, p. 409-410)

O relato documental sobre o contexto histórico e acerca da personagem deixa patente o interesse pelas margens. Nessa acepção, a documentalidade articula três percepções. A primeira assume um viés semiótico, ou seja, a realidade de Ailce é percebida a partir da disposição de distintas camadas. Desse modo, os contextos

histórico-sociais são observados sob o ângulo de suas complexidades, problemáticas e assimetrias. O segundo movimento abrange o tratamento textual e as escolhas narrativas. E, por fim, o enfoque referente à interpretação, em que são evidenciados os mapas culturais de significado e os processos de codificação/decodificação.

Na mesma direção, Silva (2018) salienta que o encontro com o outro vaticina uma relação com o eu, isto é, “essa relação precisa ser compreendida no sentido de que o Outro é uma construção do Eu” (SILVA, 2018, p. 12). Observa-se que ao privilegiar exclusivamente os ideais de “neutralidade” e “imparcialidade”, a figura do repórter centrado no paradigma jornalístico elide o registro de outras formas de saber e de partilhamento de novos sentidos – ao servir de óbice “a condição de um exercício de alteridade” (SILVA, 2018, p. 12), de reconhecimento e de aproximação cognitiva com a realidade histórico-social dos personagens retratados em uma reportagem ou notícia.

O relato jornalístico formula, grosso modo, um desenho marcado por óticas de homogeneização e pelo processamento de uma dada maneira de conferir visibilidade e sentido às dinâmicas sociais. Em contraposição a essa premissa, Silva (2018) aponta para a necessidade da crítica, da autocrítica e da reflexividade sobre o exercício da prática, o que implica no “reconhecimento da subjetividade nos processos cognitivos de objetivação do real” (SILVA, 2018, p. 12). Nessa lógica, a autora postula que,

A compreensão da relação Eu/Outro contribui para a subversão dos modos de objetivação jornalística. Resgata a condição de agência e a responsabilidade social dos profissionais para o cerne de suas práticas. E, em última instância, potencializa a ruptura com o processo de reprodução de valores sociais dominantes nos processos simbólicos de leitura da realidade, que transforma diferenças em desigualdades a partir dos sentidos gerados nos jornalistas na condição etnocêntrica. (SILVA, 2018, p. 12)

Como será abordado com mais detalhes nos próximos tópicos, a reportagem de Brum rasga o tecido dos fatos e propõem um movimento subversivo, insurgente e problemático para lidar como os acontecimentos sociais.

Para executar esse deslocamento, a autora de *A menina quebrada* centra o seu campo de visão nas minúcias, nas pequenas histórias, na banalidade do cotidiano – convertendo, o aparentemente simples, o trivial – em um elemento contestador.

Sob o vértice das fissuras, a autora de *O olho da rua* projeta novas possibilidades para a narrativa jornalística – fazendo emergir das dobras do cotidiano – as vozes dos sujeitos, histórica e jornalisticamente, invisibilizados e silenciados.

### 5.1. Indícios e escuta: *A guerra do começo do mundo*

Nos tópicos subsequentes, busca-se aproximar as bases da metodologia micro-histórica aos parâmetros da atividade jornalística de Eliane Brum com a finalidade de compreender como o contexto das reportagens são problematizados e como os sujeitos observados à margem das narrativas jornalísticas tradicionais configuram óticas caracterizadas pela emergência de uma epistemologia ao revés dos relatos hegemônicos.

A análise dialoga com as discussões elaboradas por Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e pelos comentadores da metodologia micro-histórica, abrangendo, principalmente, as matrizes centradas na redução da escala de observação, na descrição etnográfica, no paradigma indiciário e na narrativa.

Compreende-se que o jornalismo é herdeiro de visões culturais, históricas e políticas marcadas pelo que Boaventura de Sousa Santos (2010b) denomina como pensamento abissal, isto é, como zona de exacerbação das distinções e vulnerabilidades. Essa perspectiva coloca em evidência as diferenças entre os aspectos visíveis e invisíveis dos contextos sociais. Instaura-se, metaforicamente, uma radicalização entre duas realidades sociais – uma das sociedades metropolitanas ‘deste lado da linha’ e outra dos territórios coloniais, ‘do outro lado da linha’:

A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica. (SANTOS, 2010, p. 32)

As assimetrias assentadas entre ‘este lado da linha’ e ‘o outro lado da linha’ instituem conflitos caracterizados pelo par antitético “regulação/emancipação”, de um lado; e a dicotomia “apropriação/violência”, na fronteira oposta. O pensamento abissal desvela, conforme Santos (2010b), a “capacidade de produzir e radicalizar distinções” (SANTOS, 2010b, p. 33).

Perspectiva semelhante pode ser observada no campo do conhecimento e do direito. No âmbito do conhecimento, os termos verdadeiro e falso emergem como marcadores da ciência moderna – resultando que tudo aquilo que não esteja configurado

nas “formas científicas e não-científicas de verdade” é negado, invisibilizado ou tido como inexistente.

De modo análogo, o direito forja ‘este lado da linha’ à luz do legal e do ilegal. Nessa acepção, o conjunto antagônico permitido/proibido emerge revestido por uma totalidade, como forma indivisa e única de “existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal” (SANTOS, 2010, p. 34).

Na reportagem *A guerra do começo do mundo*, publicada em 29 de outubro de 2001, Eliane Brum focaliza o conflito judicial envolvendo a demarcação da reserva indígena Raposa-Serra do Sol<sup>16</sup>, no município de Uiramutã, em Roraima. No relato, a autora de *O olho da rua* traz para o plano de discussão não apenas as contendas tecidas entre os arroteiros, os indígenas, os garimpeiros e o exército – mas introduz indícios, catalises, detalhes que permitem a problematização e o aprofundamento da realidade apresentada.

No relato, Brum (2008) investiga o conflito em Roraima com o auxílio do microscópio, isto é, utiliza o paradigma indiciário para a compreensão da experiência humana em sua tangência com a vida cotidiana, anônima e sensível. A autora busca se distanciar do tom homogeneizador comumente atribuído à geopolítica, à cultura e à economia das diferentes Amazônias.

A jornalista realiza um movimento transversal – cujo cerne não está direcionado para o entendimento da “floresta” como *locus* estereotipado, esvaziado ou espaço idílico, mas para a compreensão das dinâmicas sociais e dos conflituosos interesses econômicos e políticos que a atravessam:

Muita gente inteligente, inclusive jornalistas, derrapa na complexidade da Amazônia (...) – não em uma, mas nas muitas que existem. Se há um lugar que é impossível entender de longe, por telefone ou pela internet, é a Amazônia. É preciso ver bem de perto e ter cuidado para não compreender rápido demais. Entrei lá na ponta dos pés e pedindo licença. (BRUM, 2008, p. 72)

Ao se aproximar dos rastros cotidianos, Brum se abre para perceber as heterogêneas “roraimas” e suas distintas histórias. Desse modo, a realidade não é

---

<sup>16</sup> A reserva Raposa-Serra do Sol é alvo de disputa desde a década de 1970. Em 1998, o território foi declarado posse permanente indígena por meio de portaria do Ministério da Justiça, resultando em vários processos judiciais contrários a decisão. Em 2005, o então presidente Lula homologou novamente a reserva, mas a disputa jurídica não foi encerrada. Em março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a reserva deveria ser contínua e que os não indígenas deveriam desocupar imediatamente o local. Desse modo, ficou definido que a população indígena da área - em torno de 20 mil pessoas, na época - teria direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes na reserva, uma área com aproximadamente 1,7 milhão de hectares e perímetro de mil km. (ESTADÃO, 2015, Online)

eclipsada pelas práticas regulares do jornalismo hegemônico; pelo contrário, o exercício a contrapelo empregado por Brum assinala a emergência das pequenas histórias e do relato amiudado para a complexificação das forças histórico-sociais.

A prática de Brum oferece uma resposta jornalística balizada pela desnaturalização e problematização dos contextos sócio-culturais. Tal perspectiva pode ser percebida na crítica da prática que a autora de *A vida que ninguém vê* realiza sobre a reportagem *A guerra do começo do mundo*:

Então escrevi o texto, com delicadeza e cuidado para que cada uma das contradições que faziam de Roraima o que é nem ficasse de fora nem soasse como folclore. Eu não esperava a enorme reação à reportagem. Metade de Roraima adorou, a outra metade detestou. Para esta metade, tudo aquilo que eu descrevi como fascinante era preconceituoso. Essa metade passou a sentir por mim o mesmo que sente pelas ONGs, pelos macuxis que brigam pela terra e por líderes ianomâmis como David Kopenawa. Ódio. Pelo menos eu estava em boa companhia. Mas fiquei seriamente arrasada mesmo assim.

Recebi dezenas de cartas por semanas a fio amaldiçoando todas as gerações da minha família, as que vieram antes de mim e as que ainda virão. De gente humilde ao governador que não quis me receber. Virei charge dos jornais locais, alguns jornalistas de Boa Vista pegaram emprestadas as características menos abonadoras de Belzebu para me descrever. Obviamente nenhum deles me ligou para perguntar coisa alguma. E, por fim, recebi avisos de que se fosse um pouco esperta não voltaria a botar os pés tão cedo por lá.

(...) Era óbvio que seria assim, mas na época eu não conseguia entender tanto ódio. Tive a estúpida pretensão de ser uma unanimidade numa terra onde não existe um único consenso. Se minha reportagem agradasse a todos, não seria Roraima. Teria de rasgar o que escrevi. (BRUM, 2008, p. 79-80)

Em conversa com os estudos de Boaventura de Sousa Santos (2010b) é possível perceber em *A guerra do começo do mundo* uma ruptura com as bases difundidas pelo pensamento abissal, especialmente, o evidenciado nas ideias de conhecimento e direito. Na reportagem, nota-se o afastamento da visão universal da ciência como mantenedora das premissas de “verdadeiro” e “falso”.

Brum desvia-se das totalidades heurísticas de desvelamento do mundo perceptível, optando por uma gradação difusa dos matizes sociais – caracterizada por uma análise indiciária das personagens. O olhar de proximidade, respeito e minúcia assumido pela repórter, complementa-se pela noção já referida de entrega, esvaziamento e de preenchimento pela realidade do outro.

Tal movimento pode ser constatado quando Brum traz à baila uma cena cotidiana ocorrida na aldeia Xaruna, no oeste de Roraima. O foco não está assentado nas noções de verdadeiro ou falso; tampouco nos pressupostos de legal ou ilegal. O olhar de

Brum permanece desanuviado, tendo por finalidade enxergar os pormenores do contexto da realidade histórico-social:

Num dia comum no oeste de Roraima, um ianomâmi da aldeia Xaruna chamado Chicão espanca a mais bela de suas mulheres na mata. Abandona a adolescente desmaiada, a cabeça aberta como uma flor vermelha. Ao voltar sozinho para o xapono, a casa comunitária, o povo se espanta, se agita. Os índios perseguem a menina pela floresta, perscrutam os sons. Só encontram um rastro de sangue ainda morno. Desolados, concluem que fora devorada por uma das onças que patrulham o território. (BRUM, 2008, p. 48-49)

Na página 53 de *A guerra do começo do mundo*, Brum dialoga novamente com o indígena Chicão. No excerto, o ianomâmi constata que sua mulher não foi morta por nenhum animal e, sim, sequestrada. A imagem reportada dar azo a um novo movimento no relato – configurado pela disputa e briga pela posse da “fêmea” raptada:

A região que se estende por Surucucu, Parafuri e Aratháú é a mais belicosa do território, assinalada por brigas que ninguém sabe como começaram. Impossível localizar o assassinato original. Ou o primeiro rapto de mulher. Chicão, esse tataravô mítico do imaginário ocidental, duvida do rastro da mulher que espancou. Não sente no sangue o cheiro da morte. Fareja, descobre. Sua índia foi raptada por um makabei. Não vacila. Precisa retomar a fêmea. Assim manda o costume. Começa mais uma batalha entre irmãos. (BRUM, 2008, p. 53)

Observa-se que a cartografia definida entre legal e ilegal “deste lado da linha” não se enquadra nas formas culturais e sociais quando se analisa a etnia dos ianomâmi<sup>17</sup>. Santos (2010b) pondera que a clivagem metonímica do mundo – entre linhas diametrais – submerge grande parte do contexto histórico – subsumindo-o nas dinâmicas e territórios sociais. Nesse sentido, o “mapa” dos espaços “sem lei”, do “fora da lei”, do “a-legal” não são oficialmente reconhecidos, mas construídos como paragens

---

<sup>17</sup> Evanildo Bechara (2002), citado pelo Manual de Redação Oficial da Funai (2016), explica que o nome que se aplica à denominação dos povos, das tribos, das castas ou de agrupamentos em que prevalece o conceito de etnia é definido como etnônimo. Para Bechara (2002), estes nomes utilizados na língua comum admitem a forma plural, como assinalado nos termos “os brasileiros”, “os portugueses”, “os espanhóis” etc. Contudo, Bechara esclarece que, “Por convenção internacional de etnólogos, está há anos acertado que, em trabalhos científicos, os etnônimos que não sejam de origem vernácula ou nos quais não haja elementos vernáculos não são alterados na forma plural, sendo a flexão indicada pelo artigo plural: os tupi, os nambiquara, os caiuíá, os tapirapé, os bântu, os somali, etc.” (BECHARA, 2002 *apud* MANUAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA FUNAI, 2016, p. 19). Desse modo, na presente tese, opta-se pela utilização de um padrão específico, segundo o qual não se flexionam os etnônimos ou adjetivos pátrios que designam os nomes das etnias indígenas, seja quanto ao plural, seja quanto ao gênero.

“impensáveis”. Em consonância com esse pensamento, o sociólogo português complementa:

Em cada um dos dois grandes domínios – a ciência e o direito – as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de copresença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa. (SANTOS, 2010b, p. 34)

A cena exemplificada pelo ianomâmi Chicão reveste a reportagem de uma premissa compreensiva, isto é, Brum não cumpre uma função fiscalizadora e prescritiva acerca da atitude do indígena. Pelo contrário, a jornalista observa as margens, os detalhes e as minúcias como forma de entender o conflito na reserva Raposa-Serra do Sol, tomando as personagens a partir de suas experiências e das formas de conhecimento em circulação. Esse olhar ao revés é marcado pela inquirição atenta aos indícios e pela complexificação da realidade social. Nesse deslocamento, Brum recorre à apreciação respeitosa da vida, dos gestos e das práticas histórico-culturais do outro:

Antes de chegar em qualquer mundo, a gente pede licença. E a minha forma de pedir licença é fazer um processo de entrega, em que eu me esvazio. Eu só posso ser preenchida por aquela realidade se eu me esvaziar. E esse processo não é fácil, porque tu tem que ir para o mundo do outro, sem os teus preconceitos, sem os teus dogmas e, principalmente, sem as tuas certezas, com a coragem e o respeito de se arriscar a uma realidade que não é tua, e se espantar com essa realidade (BRUM, 2008, p. 14).

A narrativa de *A guerra do começo do mundo* é clivada pela arquitetura de diferentes vozes histórico-sociais – descrevendo, para citar Ginzburg, um movimento de circularidade cultural, isto é, de “investigação” desde as figuras anônimas aos sujeitos hegemônicos. Desse modo, Brum consegue apreender a complexidade dos contextos sociais e dialogar com a heterogeneidade histórica, econômica, cultural e política dos escaninhos da sociedade roraimense.

O desvelamento de diferentes grupos sociais pode ser notado na forma como Brum organiza uma miríade de relatos – optando não por uma hierarquização ou valoração das fontes de informação, mas por acalantar visões, interesses e desejos em oposição.

Desse mosaico de personagens, manifestam-se histórias como a da maranhense Cleonice Conceição, de 36 anos. Conceição chega a Rorainópolis, acompanhada dos filhos Silene e Rosenildo. Para chegar a Roraima, a maranhense vendeu um guarda-roupa e uma mesa. Desloca-se para a nova cidade com “um colchão emprestado, meia dúzia de roupas, as escovas de dentes penduradas na caixa de papel (...). Não tem para onde ir.” (BRUM, 2008, p. 49).

Cleonice faz a sua “diáspora” até Rorainópolis sem o marido. Francisco Gildo dos Santos ficou em Santarém, no Pará, tentando conseguir algum dinheiro como pedreiro para alcançar a mulher e os filhos. Ao todo, Francisco necessitou trabalhar catorze dias – numa fruteira e como pedreiro – para completar a passagem de ônibus que o levaria à presença da esposa, do filho e da filha:

Desembarca na rodoviária de Rorainópolis sem um centavo, a mesma quantia que possuía a mulher. “Cadê a minha Cleonice?”, pergunta à moça do guichê. “Procura na casa de porta vermelha e bate. Corre homem, já é madrugada.” Francisco caminha com a trouxa no ombro, pedindo ajuda à lua para não passar batido pela cor de seu destino. “Quem é?”, pergunta Cleonice, o coração pulando feito cabrito. “É eu”, responde Francisco, a alma escapando pelas falhas dos dentes. Assim começa mais uma saga em Roraima. (BRUM, 2008, p. 66)

O olhar perscrutador de Eliane Brum ata-se também à história do produtor de melancia, Maurício Habert Filho, de 54 anos, que está disposto a limpar o nome do pai, o francês Maurice Habert – “ladrão e desertor da Primeira Guerra Mundial” (BRUM, 2008, p. 49).

O pai de Maurício fugiu em uma balsa de prisões da Guiana Francesa, aportando em 1941, no que hoje é o estado de Roraima. Contudo, o interesse de Habert Filho não é construir uma genealogia sobre sua ascendência; mas é impelido por outra forte motivação: lutar pela honra do nome do pai:

(...) Empenha-se em desmentir uma teoria que assegura ser Maurice um cúmplice de Papillon. Pior ainda, quase engasga ao contar, a mesma tese garante que Maurice era homossexual. Tudo uma confusão com outro prisioneiro de mesmo nome, como tem provado em documentos que vão e voltam da França. Esse filho só pensa na honra do pai. (BRUM, 2008, p. 51)

Eliane Brum focaliza os detalhes, tendo a finalidade de compreender como os sujeitos sociais forjam a realidade histórica e cultural. Ao se deter sobre a biografia de Maurice Habert, a autora de *O olho da rua* revela os fragmentos e os pormenores que

atravessam os referenciais do cotidiano, manifestando os sentidos presentes na formação histórica do estado de Roraima. Sob esse ponto de vista, constata-se que os detalhes subjacentes – ancorados nos personagens subalternos e também nos hegemônicos – deslindam zonas de complexidade que permitem adentrar nas cavidades sociais, culturais e históricas da sociedade roraimense.

Maurice Habert emerge como gênese do que, historicamente, se observa no estado de Roraima – uma terra formada por “aventureiros” e tecida por conflitos. Realidade que não se manifesta nos termos de uma simplificada caracterização, mas de forma complexa e problemática. Ao conjurar diferentes histórias e contrastantes pontos de vista, Brum se afasta do que Criselli Montipó (2012) define como uma “versão fragmentada da realidade social” (MONTIPÓ, 2012, p. 52).

Ao se deter na recuperação indiciária de Maurice Habert, Brum dialoga com diferentes saberes e vivências ligados à experiência cotidiana. Nesse sentido, as minúcias desempenham uma função catalizadora e de desvelamento de contextos, complexidades e problemáticas sociais. Tal percurso pode ser verificado na caracterização da linhagem de Maurice Habert:

Um ladrão de Paris, fugitivo dos calabouços da Guiana Francesa, garimpeiro, marreteiro e produtor de tomates no Brasil funda uma cidade de nome Normandia (...). Por ironia ou por culpa, ninguém sabe dizer, já que Maurice fechou a boca sobre o passado e poucas explicações dava para o presente, batizou-a em homenagem ao fim da Segunda Guerra Mundial quando tinha fugido já da primeira. Fez três filhos numa mestiça, Maurício Filho, Marta Maria e Joel. Maurício e Joel plantam melancias. Maria foi varada a balas pelo marido. Maurice morreu de câncer no pulmão aos 68 anos graças a duas carteiras diárias de Continental. Não viveu o suficiente para saber dos nove netos e oitos bisnetos. Muito menos para constatar que a cidade semeada por ele viraria o berço do forró de Roraima. Pipoquinha de Normandia é a banda mais famosa, tem seu neto, Joel Perley, no teclado. Outros dois, Joeldson e Maicon, arrastam os pés de Roraima no grupo da Lambe Sal. (BRUM, 2008, p. 58-59)

A articulação do relato jornalístico ancorado nos indícios e no nome possibilita a configuração de um caudal de experiências, contextos, realidades e sentidos. Ao estabelecer uma conversa com os rastros sociais deixados por diferentes sujeitos, a autora de *A guerra do começo do mundo* procura não reduzir a complexidade das pautas jornalísticas a uma universalidade; pelo contrário, Brum delibera pelo diálogo com outras verdades e racionalidades possíveis. Essa perspectiva pode ser observada no relato sobre o conflito envolvendo indígenas e arroteiros pela posse da reserva Raposa-Serra do Sol:

Branco e índios estão decididos a resolver no pau, talvez nos tiros, quem é o dono daquele pedaço de Brasil. Trata-se de 1,7 milhão de hectares de cerrado, demarcados, mas nunca homologados, povoados por 12 mil macuxis, ingariçós, uapixanas, taurepangues e pantamonas. Sobre essa terra desenham-se as plantações de arroz dos gaúchos, única cultura em que Roraima é autossuficiente, não por estratégia econômica, mas para garantir a usurpação do território. No subsolo se escondem os diamantes que movem a cobiça tanto de garimpeiros avulsos, pobres e estropiados, como das grandes mineradoras. E, por fim, elevam-se as vozes dos políticos e seus interesses em nome do “desenvolvimento do estado”. Na última guerra entre brancos e índios, quinhentos anos após o Descobrimento, os dois lados só comungam de uma ameaça: se o governo federal não se apressar, “vai ser um banho de sangue”.

O tuxaua de Uiramutã, Orlando da Silva, de 58 anos, confere a posição do inimigo pela janela. “Estou cercado”, constata. Da aldeia avista o quartel em construção, a cidade a sua porta. Um e outro, acredita, instalados com o objetivo de ficar no caminho da reconquista da terra. “Não tenho sossego. Se isso acontecer, voltaremos a ser escravos”. Ele sabe o que diz. Aos oito anos foi vendido pelo pai a um comprador de diamantes por cinco sacas de sal, uma enxada e um machado, um forno e uma espingarda. Só aos dezessete anos conseguiu romper o jugo e voltar. “Encontrei índios encachaçados, mulheres abusadas, forró o dia todo. Nenhuma roça, só meu povo trabalhando para o branco em troca de nada”, lembra. “A isso chamam de boa convivência entre índios e brancos.” (BRUM, 2008, p. 56-58)

Em correspondência com os pressupostos da micro-história, pode ser observado que Brum desvela aspectos mais amplos da sociedade de Roraima, tendo como fio condutor a compreensão problemática de histórias miúdas e específicas. O entendimento sobre o litígio envolvendo a reserva Raposa-Serra do Sol está articulado com a racionalização e assimilação da vida dos grupos marginalizados e invisibilizados.

O conflito emerge na reportagem como microcosmo enunciativo. Constata-se que a atenção de Brum não está apartada da problemática que coloca em campos opostos arroteiros, indígenas e representantes do exército brasileiro – cada um dos personagens apresenta pontos de vista complexos, que não podem ser circunscritos ao mero embate de vozes, aspas e versões. Para entender a contenda, Brum aproxima o microscópio, semelhante ao trabalho desenvolvido por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*.

Nesse sentido, pode-se estabelecer uma correlação entre a abordagem micro-histórica e a prática jornalística de Eliane Brum. Análogo a Ginzburg, que parte dos vestígios do cotidiano para “recuperar” as bases histórico-culturais da realidade; Brum estabelece uma proximidade com o conjectural e com o indiciário – compondo um relato marcado pelo entendimento das minúcias do contexto social, paralelo ao que

ocorre em Roraima com o aparecimento de diferentes histórias, como a de Maurice Habert, do ianomâmi Chicão, de Cleonice Conceição e dos arroteiros.

Ao fim da reportagem *A guerra do começo do mundo*, os fios e os rastros do contexto social que se encontravam esparsos recompõem um quadro complexo de personagens e realidades – articulando elementos contrastantes do mapa econômico, social e cultural do estado de Roraima:

Mais um dia comum em Roraima. No oeste os ianomâmis açulam as fogueiras eternas, nus como eram os homens no princípio dos tempos. Os dentes afiados trituram manduruvás assados na brasa. No leste, Maurício Habert mal se contém. Espera mais uma carta com selo da França provando que o pai nunca foi parceiro de Papillon na Ilha do Diabo, menos ainda homossexual. O fundador de Normandia pode até ter sido ladrão, mas macho. No sul, de braço dado com Cleonice, Francisco desfila por Rorainópolis. Veste uma camiseta estampada com a imagem da prefeita, expediente aconselhado por outros migrantes para aligeirar a doação de uma casa. Na rádio de poste da cidade, conhecida como A Voz, o locutor Zé Passos avisa em tom solene: “Homem está precisando de uma mulher de quarenta anos, filho só pequeno, para compromisso”. No norte, os macuxis sequestram um par de botinas e uma boina dos militares para mostrar quem manda naquela quina de Brasil. Diante do ataque estrangeiro, o valente general ameaça pela imprensa tomar os troféus de guerra “na marra”. Não há dias comuns em Roraima. (BRUM, 2008, p. 67)

Percebe-se que Eliane Brum promove um esquadramento cultural, social, histórico e de aproximação com as fontes. Nesse caminho, elementos como a escuta atenta e o esvaziamento de si permitem o desvelamento de contextos histórico-sócio-culturais e também da dinâmica que atravessa a vida das personagens retratadas na reportagem em estudo.

Percebe-se que o paradigma indiciário articula procedimentos metodológicos focalizados no detalhe e em dados aparentemente negligenciáveis. Desse modo, os vestígios permitem um acesso indireto aos saberes sociais e culturais dos sujeitos anônimos – articulando as bases para a complexificação da realidade.

Combinada com a racionalização dos elementos da micro-história, o relato sobre a vida das personagens subalternas é enriquecida por uma narrativa que transita da paisagem cotidiana para projeções mais amplas de compreensão e inteligibilidade da realidade de Roraima. A metodologia micro-histórica é verificada na reportagem a partir das escolhas empreendidas por Eliane Brum – que prefere angular o relato pela via do particular em detrimento de uma generalidade. Desse modo, as temáticas abordadas direcionam-se para a compreensão dos microcontextos e para a reconstituição do cotidiano das personagens simples e “desimportantes”.

Recorrendo a Giovanni Levi (1992), verifica-se que o diálogo que se estabelece com os distintos sujeitos, resulta da compreensão do contexto social como problema. Desse modo, o entendimento que se tem dos garimpeiros, dos indígenas, dos retirantes, do exército e dos arroteiros é montada por meio dos indícios, sinais e sintomas que Eliane Brum assimila das complexas redes de sentido que emergem da reserva Raposa-Serra do Sol e que reverberam no entendimento das diferenças, vulnerabilidades e desigualdades que marcam o contexto do estado de Roraima. A metodologia micro-histórica abre, desse modo, a possibilidade de acesso ao relato dos sujeitos “obscurecidos” e permite também o aprofundamento da realidade cotidiana:

Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (LEVI, 1992, p. 154)

Além da minuciosa atenção dedicada aos indícios e à escuta, percebe-se que Brum procura apanhar os vazios sociais e as vozes interditas – tendo por finalidade construir um “mapa” complexo das experiências e dos relatos de distintos personagens da sociedade de Roraima.

A reportagem não se articula em torno de um único ponto de vista e tampouco se limita ao preenchimento de fortuitas aspás. O principal objetivo é compreender como os diferentes atores se movimentam, se embatem, se aproximam e se repelem. Não há um fechamento para a história. A autora de *O olho da rua* prefere enfatizar as contradições, os interesses subjacentes e as problemáticas.

## **5.2. Microanálise e relação contextual: *Expectativa de vida: vinte anos e Mães vivas de uma geração morta***

A realidade é atravessada por um intrincado conjunto de vozes e narrativas. Nesse espaço profuso – matizado por interesses, conflitos e contradições –, Carlo Ginzburg (2007) estabelece “o fio do relato” como premissa para “nos orientarmos no labirinto da realidade” (GINZBURG, 2007, p. 7). Para o autor de *O queijo e os vermes*, a prática do historiador é tangenciada pelos rastros das “histórias verdadeiras (que às vezes têm como objeto o falso)”. Assumindo esse caminho, o pesquisador de Turim assevera que “hoje nenhum dos termos dessa definição (“contar”, “rastros”, “histórias”,

“verdadeiras”, “falso”)” (GINZBURG, 2007, p. 7) são determinados de forma óbvia e, sim, atravessados por complexas problemáticas.

Em *O fio e os rastros*, Ginzburg (2007) reflete sobre as análises feitas por Erich Auerbach das *Cartas filosóficas*, de Voltaire; e de *O vermelho e o negro*, de Stendhal. Conforme Ginzburg, o grande mérito de Auerbach foi investigar as obras “não como documentos históricos mas como textos entranhados de história” (GINZBURG, 2007, p. 11). Disso redundou que,

A interpretação é infinita, embora seus conteúdos não sejam ilimitados: as interpretações de Auerbach podem ser lidas numa perspectiva diferente das intenções e da perspectiva de seu autor, utilizando-se os rastros por ele deixados mais ou menos involuntariamente. A ficção, alimentada pela história, torna-se matéria de reflexão histórica, ou ficcional, e assim por diante. Essa trama imprevisível pode comprimir-se num nó ou num nome. (GINZBURG, 2007, p. 11)

A proposta ginzburgiana está baseada na leitura dos testemunhos históricos ao revés. A perspectiva busca se opor às intenções processadas pelos “arquivos” oficiais e pelos enunciados hegemônicos – podendo adicionar ao debate histórico, cultural, social e, por extensão, ao jornalístico, o traço dos relatos e das personagens subjacentes, esquecidas, anônimas.

Inferre-se, por conseguinte, que “todo texto inclui elementos incontrolados” (GINZBURG, 2007, p. 11). Por sua vez, até em espaços marcados por uma pretensão representativa da realidade autônoma – como os textos literários – mesmo neles, prossegue Ginzburg (2007), “se insinua algo de opaco, comparável às percepções que o olhar registra sem entender (...). Essas zonas opacas são alguns dos rastros que um texto (qualquer texto) deixa atrás de si” (GINZBURG, 2007, p. 11-12). A constatação da realidade como descontínua e heterogênea se reflete na observação lançada por Ginzburg de que há verdades possíveis sobre as quais é necessário deter um olhar mais questionador e ponderado:

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdade, falso e fictício que é a trama de nosso estar no mundo (GINZBURG, 2007, p. 14).

Na mesma direção, constata-se que Eliane Brum trabalha com o deslindamento dos sentidos culturais e sociais de variados sujeitos e grupos. Desse modo, a prática da repórter gaúcha afasta-se da lógica etnocêntrica, optando pelas realidades embaciadas, opacas, marginalizadas. Aproxima-se, portanto, das proposições analíticas defendidas por Ginzburg, Levi e Grendi – no que tange ao destrinchamento do estar no mundo, tendo por finalidade estabelecer um olhar concentrado sobre as pistas abandonadas pelos sujeitos sociais, suas histórias e seus relatos.

Além do paradigma indiciário já referido no tópico 5.1, a microanálise emerge como uma importante matriz investigativa para a compreensão dos indivíduos e dos grupos frente às conexões econômicas, culturais e sociais. Lima (2006) remete à fortuna crítica de Edoardo Grendi para observar que o percurso delineado pela microanálise tenta compreender como se estabelecem os nexos de estruturação e integração dos contextos sociais, buscando “recuperar a espessura da sociedade por meio do estudo dos agrupamentos que a constituem” (LIMA, 2006, p. 197).

O interesse de Grendi não se apresenta como um dado apriorístico, mas direciona-se para a compreensão da dinâmica da mudança social. Nesse sentido, suas inquietações não estão vinculadas estritamente ao modo como a sociedade está organizada e, sim, em assimilar os processos que a afetam e a modificam. Sob a influência dos estudos de Fredrik Barth, Grendi delimita as formas assumidas pela sociedade por meio da construção de modelos “generativos” – que buscam dar conta do caráter inteligível e descritivo dos processos gerados a partir de uma situação histórico-social específica.

Lima (2006), em diálogo com os pressupostos de Barth, enfatiza que os comportamentos ordinários são consequência de distintas escolhas individuais – configurados por situações, “mas antes de tudo impossíveis de serem previstas segundo um modelo preestabelecido de conduta” (LIMA, 2006, p. 197). Lima (2006) complementa que

O “individualismo metodológico” das análises de Barth propunha uma forma de compreender também a mudança: se a estabilidade da sociedade podia ser compreendida a partir da regularidade dos comportamentos dos indivíduos, o comportamento desviante tinha um papel claro de propor inovações que abriam possibilidades de mudança social, bloqueando ou canalizando tensões latentes ou explícitas no interior da comunidade. (LIMA, 2006, p. 197)

A variação social não é analisada sob o ponto de vista da estrutura, mas a partir do dado circunstancial e da mudança do quadro particular. O foco está centrado nos contextos sociais e espaciais definidos e no restabelecimento das relações interpessoais.

O caminho delineado por Grendi – aponta Lima (2006) – parte da antropologia econômica para a microanálise histórica. Guarda, nessa lógica, uma correspondência de procedimento, “pensando por meio das possibilidades e dos limites da análise documental” (LIMA, 2006, p. 198) e também promove o “cruzamento intensivo de fontes nominais dentro de um contexto espacial circunscrito” (LIMA, 2006, p. 198).

Esses aspectos podem ser observados analogamente nas reportagens *Expectativa de vida: vinte anos* e *Mães vivas de uma geração morta*, presentes no livro *O olho da rua*, de Eliane Brum. A microanálise possibilita – no âmbito do presente estudo - refletir sobre o exercício da prática jornalística, sobre as solidariedades, sobre as interações e, principalmente, acerca das dinâmicas de transformações sociais. O movimento permite reconstituir por meio do nome e da análise de práticas individuais – o relato de contextos sociais diversos.

A força analógica que move as reportagens em estudo é conduzida pela energia cognitiva da abordagem microanalítica e pelo distanciamento das bases universalizantes referentes aos ambientes sociais. Lima (2006) assinala – em conversa com o pensamento de Grendi – que há uma intensificação das investigações microscópicas e, na mesma medida, a busca por compreender de forma aprofundada as relações contextuais:

A contextualização realista da vida social é potencializada por uma multiplicação de perspectivas e de percursos analíticos, que revelava a pluralidade dos atores sociais e das oportunidades de ação e protagonismo, a diversidade de linguagens políticas e das práticas sociais, assim como de categorias de análise que escapavam e confrontavam diretamente as conclusões da historiografia corrente. É uma sondagem, ou um experimento, no campo de uma história da sociedade política e econômica que procura abandonar de vez a perspectiva anacrônica da história do Estado, desafiando suas hierarquias de relevância e reintroduzindo os elementos de indeterminação do próprio processo histórico. (LIMA, 2006, p. 219-220)

Na reportagem *Expectativa de vida: vinte anos* fica patente o direcionamento do olhar da jornalista Eliane Brum em direção a escala reduzida, circunscrita. A microanálise possibilita compreender o contexto relatado não a partir da tessitura dos estereótipos e lugares-comuns que rotineiramente revestem as representações sobre as

favelas e as periferias. Pelo contrário, a mudança de angulação assumida pela repórter permite espiar a realidade sob a ótica dos sujeitos e de suas experiências – tendo por finalidade assimilar as incongruências, lacunas e problemáticas advindas de contextos sociais específicos.

No texto, Brum (2008) escrutina a vida de Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, o “Serginho Fortalece”. Sérgio Cláudio é um dos dezessete rapazes que aparecem no filme *Falcão – meninos do tráfico*, exibido no *Fantástico* em 2006. Segundo Brum (2008), o documentário não mostrou na tela de TV uma realidade desconhecida para os brasileiros – da favela e da “pista” (dos condomínios) – porém, impôs a necessidade de ver:

No documentário, Serginho Fortalece aparece empunhando um fuzil. Ele diz: “Meu sonho é conhecer um circo. Minha mãe prometeu me levar no Beto Carreiro, mas ela morreu antes. Meu sonho é ser palhaço”. O menino que sonhava ser palhaço, enquanto defendia a “firma” (boca de fumo) de arma na mão, descobriu-se depois, era o único vivo. E, nessa “condição de vivo”, Serginho Fortalece se tornou não apenas um símbolo, mas um incômodo. Sem tarja preta, sem anonimato, a tragédia brasileira agora tem rosto, nome e sobrenome. Ficou mais difícil ignorá-la. (BRUM, 2008, p. 188)

Ao discutir a realidade de “Serginho Fortalece” – Brum deposita uma atenção mais detida sobre a violência social vivida por uma grande parcela da juventude brasileira nas periferias e favelas do país. Para a autora de *O olho da rua*, o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, de MV Bill e Celso Athayde, exibido pelo *Fantástico*, possibilitou deslocar o olhar da posição de *assistir* (passiva) para o de *ver* (problemática).

A figura de Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira surge como microcosmo de um acontecimento que se repete em diferentes favelas pelo país: no Brasil, cuja média de idade gira em torno de 75,5 anos, uma geração inteira de garotos pobres morre antes de completar vinte anos de idade.

O relato de Brum buscou conferir um rosto, um nome e uma história ao trivial das estatísticas – centrando-se na compreensão e nos sentidos oriundos da antinomia vida/morte presente nas narrativas sobre as periferias e favelas do Brasil. “Serginho Fortalece” aparece como símbolo da sintaxe e das gramáticas oriundas de geografias tão distantes e, paradoxalmente, tão próximas – como a dos mundos do “asfalto” e do “morro”.

Brum observa que o nome constitui sentidos, lugares e significados. O nome situa. Seguindo esse raciocínio, a autora de *A vida que ninguém vê* estruturou a reportagem *Expectativa de vida: vinte anos* sob o ponto de vista de “Serginho Fortalece”. Ao refletir sobre a construção da matéria, Brum (2008) demonstra sua inquietação pela necessidade reiterada por novas fontes, pelo reexame do local narrado e pela complexificação constante da reportagem. A jornalista ressalta que se não fizer “esse derradeiro esforço, (...) fico remoendo a certeza de que perdi a melhor informação da matéria – e nem sequer vou saber qual é” (BRUM, 2008, p. 238).

Esse movimento de minúcias e desentranhamento pode ser observado na conversa que Brum estabelece com a tia de Fortalece – que confia à repórter que o nome escolhido, inicialmente, para o batismo do sobrinho seria “Gênesis”:

Eu acabara de descobrir como contaria a história do único sobrevivente do *Falcão*. Pelos nomes – essa era a chave do texto e da vida. Já no primeiro registro o desejo da mãe foi ignorado pelo pai, que impôs seu próprio nome no cartório. E assim foi tecida, entre nomes e “vulgos” – desejos e destinos contidos em nomes e vulgos –, a história do sobrevivente. (BRUM, 2008, p. 238)

Andréa Cristiana Santos (2014) ressalta que a “descoberta” de grupos sociais subalternos no âmbito de práticas cotidianas – colabora para o desvelamento de pistas na opacidade da realidade. Nessa acepção, ancorando-se na perspectiva ginzburgiana, Santos (2014) pontua que o nome atua na reconfiguração do vivido e também no “resgate” das experiências caladas e apagadas.

Ginzburg e Poni (1991) concordam que ao se adotar práticas sociais diversificadas e temas variados para compreender dinâmicas histórico-culturais – os traços, as espias e os erros assumem um sentido revelador para a inteligibilidade da “superfície da documentação”. Desse modo, é possível alcançar instâncias mais profundas e invisíveis – que em muitos momentos, encontram-se determinadas pelas regras do jogo, solapando “a história que os homens não sabem que fazem” (GINZBURG; PONI, 1991, p. 177).

De modo semelhante, Eliane Brum (2008) fia-se na compreensão dos traços, erros e espias para “apresentar” a realidade de “Fortalece”. Como referido anteriormente, ao se ancorar no nome, a autora de *A vida que ninguém vê*, adentra por meio da microanálise as zonas invisíveis do contexto social, articulando-as por meio do relato do vivido, de modo que Brum não se restringe à superfície do relato – mas, se aprofunda na complexidade da vida humana. É o que se constata no excerto que segue:

No princípio era Gênesis. O nome foi escolha da mãe, a costureira Raimunda, testemunha de Jeová. O pai, Sérgio, traficante, a enganou e impôs outro no cartório: o seu. Acrescentou, ainda, um Cláudio. Sérgio Cláudio nasceu de sete meses “porque o pai era viciado”, um menino minúsculo com orelhas enormes. Seu berço era uma caixa de sapatos. Aos dez anos, “entrou para o caminho errado” e ganhou um “vulgo”: Fortalece. Foi seu segundo batismo. Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, o Serginho Fortalece, permaneceu invisível por 21 anos. Emergiu há uma semana como único sobrevivente do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*. Único vivo num grupo de dezessete, ele se tornou visível porque contrariou as estatísticas. A regra para adolescentes como ele é morrer – e não viver. (BRUM, 2008, p. 187)

A constituição política, social e cultural de Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira possibilita entender as sutilezas, as zonas opacas e o espaço de experiência compartilhado por “Fortalece”. Ao selecionar um indivíduo para explicitar uma realidade, Brum se afasta da frieza das estatísticas – que apenas encarnam números desprovidos de um sentido social – e busca, pelo contrário, no confronto com a existência de “Serginho Fortalece”, compreender a representatividade e singularidade do sujeito, lendo-o a partir de seu mundo, nas margens da periferia e da favela, como personagem histórico. Em contiguidade com essa perspectiva, Igor Sacramento (2014) explicita que o entendimento da existência dos sujeitos históricos compreende – além do espaço de atuação – um conjunto de percepções subjetivas, hesitações, variações e também do acaso.

A “construção” de “Serginho Fortalece” é enredada pela compreensão dos filtros culturais e sociais que o atravessam e ainda pela configuração das redes de contato. Nesse processo de apreensão da realidade do outro, Brum prefere trabalhar com “as palavras” do entrevistado, mantendo a “linguagem exata”.

Por conseguinte, o microcosmo de “Fortalece” é articulado a partir da espessura de sua linguagem e da multiplicidade das práticas sociais. Brum (2008), inclusive, salienta que nunca “melhora” as falas dos entrevistados, sob pena de perder as nuances do que foi dito – porque, conforme a autora de *O olho da rua*, a forma “como as pessoas contam o que contam é fundamental para compreender o que contam. Colocar um sinônimo, nas aspas do entrevistado, já é traí-lo” (BRUM, 2008, p. 239). A autora de *A vida que ninguém vê* complementa:

No caso de Fortalece, sua linguagem é rica. Suas palavras revelam muito, começando por mostrar quanto ele é estrangeiro para mim – e para a maioria dos leitores. Quanto meu país está apartado do dele, a

ponto de ser necessário traduzir alguns trechos. Sua gíria não é simples, é complexa. O que muitos confundiriam, por preconceito ou ignorância, com “não saber falar o português”, é um português criativo. E a forma como ele usou essa língua para expressar medo e desamparo, o impasse em que se encontrava na fronteira entre os dois Brasis, é fascinante. Foi pelos nomes e pela linguagem que Fortalece sobreviveu. Se eu não compreendesse essa dimensão da história, estaria cometendo um crime contra ele: reduzi-lo. (BRUM, 2008, p. 239)

Ao articular a linguagem, as particularidades e apresentar o desenho socio-cultural da favela, Brum propõe um relato que se distancia das representações estereotipadas da periferia. A autora de *A menina quebrada* observa “Fortalece” e o espaço social que o circunda como problema. A constituição da narrativa jornalística não parte de um *a priori*, como algo dado e resolvido – mas como zona aberta, como território de disputa de sentidos. Para o deciframento da realidade é necessário deslocar o campo de visão ou assumindo os termos propostos por Ginzburg (2007) – é preciso estabelecer um “novo modo de ver” (GINZBURG, 2007, p. 240).

Esse novo modo de ver é marcado pela assunção do método microanalítico – que implica a constituição individual, profunda e singular de Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira. A “formação” de “Serginho Fortalece” para o tráfico de drogas tem como referência a figura paterna. O pai foi expulso da favela porque cheirava mais cocaína do que o dinheiro que ganhava. Quando retornou, levou Fortalece para a boca. Aos dez anos, o menino já era o falcão (o olheiro, o vigia) do pai. Esse “seguir os passos do pai”, vem marcado por representações de poder. Fortalece comenta na reportagem, que o pai andava cheio de dinheiro e de mulheres – e que seu sonho era ser semelhante ao Sérgio pai.

Esse imaginário dos meninos do tráfico – conforme MV Bill, também sustenta uma “fantasia” compartilhada por boa parte das meninas da favela. A irmã de Fortalece, Cibelle, por exemplo, contraria essa máxima, ela é “otária”. Não quis ser mulher de bandido, preferiu casar com trabalhador. MV Bill comenta sobre os porquês dessa representação:

“Essas minas que só gostam de quem tá com fuzil são a reprodução das modelos do asfalto. Procuram o cara que tem estabilidade financeira, cantor de pagode ou jogador de futebol, o importante é a conta bancária. Na comunidade, acontece a mesma coisa. A menina olha ao redor e acaba identificando um cara que pode dar isso pra ela, uma vida sem passar necessidade, com status, e a arma é um fascínio a mais. É o mesmo que no asfalto, só que em outra escala. Tem gari, o pedreiro, o que vende cerveja no sinal. Mas o traficante é o que tem

situação melhor. No meio dessas poucas referências de êxito, o tráfico acaba sendo uma grande opção para quem nasce no time das impossibilidades. A todo momento, eles dizem que preferem viver pouco como alguém do que muito como ninguém” (BRUM, 2008, p. 194)

Aos doze anos “Fortalece” segurou a primeira arma. Brum (2008) reconstrói o relato por meio da articulação e desentranhamento da linguagem de Serginho. Ao empunhar a primeira pistola, Sérgio Cláudio, diz que se sentiu “um bambambã”, cheio de coragem e força. Os meninos que o agrediam com cascudos passaram a respeitá-lo e as mulheres se aproximaram - “mulher se perde mesmo é por arma e por dinheiro. Mulher de favela, não sei mulher de fora. Mas de favela não pode ver um homem com uma pistola, um fuzil, um cordãozinho de ouro no pescoço” (BRUM, 2008, p. 194).

A narrativa elaborada por Brum (2008) concentra algumas características já discutidas por Levi (1992) no presente estudo, como as antinomias dos sistemas normativos, as lacunas, as contradições e também as variedades de pontos de vista. A arquitetura singularizada dos contextos sociais, culturais e históricos, permite compreender a realidade experimentada por “Serginho Fortalece” como fluida e aberta. A escala reduzida propicia, também, focalizar com maior exatidão as complexidades, as incertezas e a representatividade de “Fortalece”. Esse percurso é observado quando Brum (2008) descreve as particularidades do menino do tráfico. A boca de fumo que Fortalece guardava, por exemplo, ficava ao lado da casa da avó:

O nome falcão, segundo MV Bill, vem de parte do Sudeste e do Sul do país. Empréstado de uma ave de rapina, no topo da cadeia alimentar, o título é glamoroso para uma atividade exaustiva, perigosa e muito mal remunerada. São apenas garotos com medo, de arma na mão. Fortalece trabalhava do meio-dia às seis horas, com meia hora de descanso no final da tarde, chovesse ou fizesse sol. Ganhava 350 reais por mês e, se dormisse no posto e a polícia ocupasse o morro, era executado pelos colegas. “Entre no pó para conseguir ficar acordado. Era uma vida doida”, diz. Mesmo assim, dormia. A avó gritava, da janela, apavorada: “Polícia, polícia”. Fortalece então pegava o radinho, empunhava o fuzil: “Fortalece no ar. Uma viatura...”. (BRUM, 2008, p. 194-195)

A irmã Cibelle ficou encarregada de cuidar de Sérgio Cláudio quando a mãe morreu. Ela diz que “Fortalece” quase foi morto umas três vezes – “Uma vez me avisaram que estavam matando ele, afogando a cabeça dele. Eu estava tão cansada que disse para deixar matar. No outro dia fui só agilizar o enterro, mas ele estava vivo” (BRUM, 2008, p. 195). Raimunda, a mãe de Serginho, queria que o filho fosse palhaço.

Brum (2008) conjectura que talvez por viver cercada pelos presságios que vinham “dos caras da boca” e da polícia, Raimunda quisesse manter o filho a salvo e vivo de alguma maneira. Quando “Serginho Fortalece” era mais jovem, Raimunda tentou levá-lo ao circo, entretanto não conseguiu entrar:

Muito antes dessa cena levou os três filhos pela mão até a porta de um cirquinho mambembe, daqueles quase tristes. Mas o dinheiro não deu. Fortalece não lembra, enfiou essa memória doída não sabe onde. Cibelle recorda bem. “A gente chegou até bem pertinho da lona, que estava entreaberta. A gente viu os palhaços e um homem puxando um elefante”, diz. “Aí a mãe não conseguiu pagar, coitada. O Sérgio Cláudio era pequeno. Chorou tanto, tanto, parecia que nunca mais ia parar” (BRUM, 2008, p. 198)

A partir de “Fortalece”, Brum empreende uma complexa reflexão sobre a realidade do tráfico de drogas e dos jovens “falcões” que empunham pistolas e fuzis para defender a boca de fumo. Distante dos maniqueísmos que direcionam o campo de visão para termos essencialistas, centrados em antinomias frágeis como “bem” e “mal” – o relato da repórter gaúcha nuança as diferenças existentes entre os “brasis” do morro e os “brasis” do asfalto. Compreende-se, dessa maneira, que Brum não enxerga a realidade como um dado acabado, mas como problemática, como pergunta incômoda, como interpelação do olhar. Esse raciocínio perpassa a narrativa que a autora de *O olho da rua* tece sobre a realidade de Sérgio Cláudio – o que resulta na cartografia de um conjunto de mapas sociais e na reconstrução de uma história individual:

Registrado duas vezes, uma pelo pai traficante (Sérgio), outra pelo tráfico (Fortalece), seu desafio é conquistar um terceiro batismo para vencer o maniqueísmo de sua vida, entre o Gênesis bíblico e o apocalipse real. Já escolheu o nome, inscrito na geografia do rosto: palhaço “Orelhão”. Se rirem dele – e não de sua máscara -, ele ainda pode abrir as orelhas e, como o elefante da história, voar sobre a favela e a pista. Bem do alto é possível que as trincheiras desapareçam e exista um só país. (BRUM, 2008, p. 199)

De modo semelhante – na reportagem *Mães vivas de uma geração morta*, Brum perscruta a realidade do tráfico de drogas com a finalidade de compreender o ponto de vista das que restam, das que sobrevivem à morte dos filhos – as mães. A autora de *A vida que ninguém vê*, focaliza na narrativa o retrato de Selvina Francisca da Silva, Maria Fátima da Silva Souza, Enilda Rodrigues da Silva, Josefa Inácio Farias, Eva Sebastiana Araújo, Graça Mary Azevedo Carneiro, Helena Silva Cruz e Francisca Maria da Silva Porfírio – oito mães vivas de filhos perdidos.

De acordo com Mauro de Souza Ventura e Tayane Aidar Abib (2016), o relato proposto por Brum aprofunda o conhecimento sobre o cotidiano das “mulheres que perderam seus filhos para o tráfico e que, tantas vezes, pela visão já estereotipada que circula nas mídias, foram despersonalizadas e tratadas como invisíveis” (VENTURA; ABIB, 2016, p. 341).

A autora de *O olho da rua* destaca que a opção por relatar a guerra do tráfico de drogas sob o ponto de vista do testemunho das mães – implica no exercício respeitoso de abertura do olhar para ver. Brum (2008) salienta que o grande desafio que se apresenta ao jornalista é o de perceber “a realidade invisível – ou deliberadamente colocada nas sombras. Olhar para ver é o ato cotidiano de resistência de cada repórter, de cada pessoa” (BRUM, 2008, p. 241).

Para abarcar as nuances e profundidades da realidade social, Brum (2008) coloca em evidência a necessidade da “complicação” da pauta como diretriz de inteligibilidade para os contextos jornalísticos e, por extensão, históricos e culturais. Desse modo, a reportagem *Mães vivas de uma geração morta* concede a Brum as chaves para uma leitura a contrapelo, isto é, para contestar uma visão universalizante e totalizadora presente no sintagma “mães de bandido”:

No avesso dos garotos mortos estavam as mulheres que sobreviviam ao que na nossa cultura é a maior de todas as dores, a de enterrar um filho. E não por acidente ou doença. Mas por “morte matada”. No caso delas não era exceção, era a regra. Se havia uma geração que tinha como expectativa máxima de vida os vinte e poucos anos, o Brasil havia produzido uma geração de mães vítimas de uma brutalidade sem nome. (BRUM, 2008, p. 240)

Giovanni Levi (2016) observa que a micro-história resgata a complexidade das investigações, distancia-se das leituras esquemáticas e gerais e centraliza as análises nos comportamentos, escolhas e solidariedades histórico-sócio-culturais. De forma análoga, Brum (2008) direciona o exercício de sua prática para desvelar novas realidades e novos sujeitos. Ao selecionar as mães dos meninos do tráfico, a repórter pretende lançar luz sobre uma realidade atravessada por preconceitos, estereótipos e lugares-comuns. Para a jornalista gaúcha, o apagamento ou o ato de não vê-las é processado sob duas formas:

O primeiro engano é acreditar que não as conhecemos, embora cruzemos com elas todos os dias. São elas que fazem os serviços que nós, homens e mulheres de classe média, não queremos fazer. São elas que varrem nossas ruas, limpam nossas empresas, a redação de jornais e revistas, lavam os banheiros, servem cafezinhos, preparam nossa

comida. São elas, muitas vezes, que cuidam dos nossos filhos enquanto ignoram o paradeiro dos seus. São elas, essas mulheres invisíveis, que trabalham duro e honestamente para nós – e são mal pagas por nós.

A outra maneira de não vê-las é o que vemos delas: “mães de bandido”. Como se defini-las como “mães de bandido” fosse capaz de dar conta do todo que elas são. Ao lançar esse não olhar sobre elas as colocamos bem longe de nós. Elas se transformam em um outro quase de uma espécie diferente. E por isso um outro que pode ser ignorado. (BRUM, 2008, p. 141-142)

As mães dos meninos do tráfico são clivadas por duas indicações antagônicas. De um lado, servem para cuidar dos filhos da classe média. De outro, são marcadas pelo insucesso de cuidar dos próprios filhos. Atravessam as “fronteiras” da favela e da periferia “para prestar serviços que os de cá não querem fazer” (BRUM, 2008, p. 242). Da mesma forma, elas têm acesso a empregos mais precários e o ingresso aos territórios privilegiados da educação, da saúde e da dignidade lhes é negado. Nesses espaços, assevera Brum, as mães dos jovens são estrangeiras.

Nessa direção, a autora de *A vida que ninguém vê* explicita que a reportagem *Mães vivas de uma geração morta*, foi elaborada tendo-se no horizonte a configuração de um olhar atento, respeitoso e ético – ou seja, uma contemplação detida e inclinada para as mães, buscando não só observá-las, mas efetivamente vê-las. Para garantir o desvelamento e a contextualização da realidade das oito mulheres, Brum recorre à reconstrução dos momentos, situações e contextos. A finalidade é “descobrir” novos significados sociais:

A cada narrativa busquei contar não só das palavras, mas da forma de falar, dos gestos que desmentiam o que era dito, das repetições, das negações, dos silêncios. Como Eva da Brasilândia, que repetia três vezes o final de cada frase – e dizia que não sentia mais dor chorando. Eu queria dar ao leitor a oportunidade de ver pelos meus olhos os detalhes, as texturas, as ausências e os excessos de seu inferno pessoal – e também todas as nuances do que as fazia sobreviver. (BRUM, 2008, p. 242-243)

A reportagem de Eliane Brum (2008) aproxima-se da perspectiva assinalada por Levi (2016) de busca por um “resgate da complexidade”. O autor de *A herança imaterial* assinala que a micro-história atua na constituição dos momentos, acontecimentos e das realidades individuais sob o prisma da observação detida e singularizada dos sujeitos sociais – restaurando por meio da discussão e reflexão o peso e os matizes esmaecidos dos indivíduos. Conforme Levi (2016), a microanálise

possibilita tomar os fatos e os indivíduos como parâmetros para “a complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem” (LEVI, 2016, p. 23).

Aludindo mais uma vez ao pensamento de Ginzburg e Poni (1991), apreende-se que Brum serve-se da articulação da escala reduzida e dos arranjos nominais para coser uma delicada trama em que estão dispostos problematicamente os indivíduos e os distintos estratos sociais. Em *Mães vivas de uma geração morta*, a repórter busca compreender, precisamente, quem são essas mulheres, que histórias seus rostos carregam e como sobrevivem ao “legado” da morte dos filhos.

A reportagem de Brum rompe com a prática contumaz de enxergar os indivíduos das periferias e das favelas sob o ponto de vista apriorístico, como fato dado e consolidado. O intricado de vozes que sussurram das margens sociais quase nunca alcançam repercussão nos veículos de comunicação hegemônicos. De modo que epítetos – como “mães de traficantes” ou “mães de bandidos” – parecem encerrar calmamente a complexidade da realidade histórico-social e cultural.

Ao se contrapor às balizas do paradigma jornalístico, Brum opta por um percurso marcado pela compreensão dos conflitos sociais, pela complexidade, pelos vínculos, escolhas e pontos de vista. O encadeamento desse arranjo emerge na escrita da jornalista gaúcha como “perturbação” e “desordem” e não como uma hierarquia asséptica dos estamentos sociais:

Não escrevo para apaziguar, nem a mim nem a você. Para mim só faz sentido escrever se for para desacomodar, perturbar, inquietar. Não pela polêmica fácil, pelo truque, mas pela busca honesta por compreender a época em que vivemos. Sem esquecer nem por um segundo que escrevo imersa neste tempo histórico e que as verdades são criaturas fugidias, que se escondem às vezes nas vírgulas do cotidiano. Escrevo porque acredito no poder da narrativa da vida em transformar a própria vida. E acredito mais ainda no poder de transtorná-la. (...) É pelos incômodos e pelas dúvidas que nos tornamos capazes de viver várias vidas numa só. (BRUM, 2013, p. 18)

Partindo da perspectiva de “desacomodar”, “perturbar” e “inquietar”, Brum (2008) enreda os fios da vida das oito mães. O que as une – ressalta a repórter, é a relação umbilical de mulheres que “geram soldados – jamais comandantes – para a narcopátria” (BRUM, 2008, p. 204). Os jovens são mortos por tiro, faca e granada – transformando a exceção dos dias em naturalizada repetição cotidiana. Ao sepultar um filho após o outro, “estas mulheres são lançadas um passo além da insanidade” (BRUM, 2008, p. 204).

A partir do estranhamento e do esforço para ver, isto é, da conjunção da busca por uma compreensão e por uma complexidade é que Brum vai revelar as vozes das mães dos mortos pelo tráfico. Uma dessas mães é Selvina Francisca da Silva, de 74 anos, moradora da Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal. Selvina deu à luz doze filhos. Quatro foram mortos por tiro. Cinco morreram por doença. Um está desaparecido. Sobraram dois. Ao elaborar o relato sobre Selvina, Brum (2008) reconstrói sua vida de perdas. Primeiro lhe foram as unhas, os dedos das mãos e dos pés. Depois o seu corpo foi marcado por queimaduras, acidentes e doenças. Contudo, como afirma Brum (2008), a dor que aflige Selvina é a da “morte sem esquecimento” dos filhos que foram assassinados.

Compreende-se, a partir de Selvina, que a redução da escala de análise possibilita a apreensão de novas realidades e o aprofundamento da vida dos sujeitos ao corroborar para uma leitura intensiva dos contextos socioculturais marginalizados e invisibilizados. Desse modo, ao tecer o relato sobre a vida de Selvina, Brum a desloca da semântica que a sobredetermina – pobreza, “mãe de bandido” – e lança sobre ela um olhar de respeito e uma escuta – que a aproximam das margens cognoscíveis e complexas das instâncias sociais. Esses aspectos podem ser percebidos no fragmento que segue – em que é apresentado o debuxo social e histórico da moradora da Ceilândia:

Chegou antes da inauguração de Brasília, mas nunca encontrou lugar. Selvina teve acesso ao Plano Piloto apenas como empregada doméstica. Só entrava na arquitetura de Oscar Niemeyer para servir. Andou de invasão em invasão até fincar os pés incompletos na Ceilândia. Na cidade-satélite, benze o povo sem saúde. Em troca, não a deixam morrer de fome. Conseguiu enterrar três dos quatro filhos assassinados “no cemitério do plano, o mesmo de Juscelino”. A última sepultou na cidade-satélite, brigando porque não podia pagar o preço exigido. “Sou brasileira e vou enterrar minha filha no Brasil nem que tenha de cavar uma cova fora do cemitério”, disse ao encarregado. Selvina é interrompida pela neta mais velha, órfã da filha assassinada em 25 de março num tiroteio entre traficantes. Tem dezessete anos. Está grávida. “Vó, minha bolsa estourou. Preciso ir pro hospital. Estou perdendo sangue.”

A menina geme apertando a barriga espichada. O pai da criança está preso por assalto. Pela manhã, não havia o que comer. Selvina é dura no seu desespero: “Se quieta, menina, que eu não tenho dinheiro. Vai ter que esperar”.

Ergue as mãos mutiladas para o céu: “Meu comandante me disse que eu não temesse a ninguém...”. (BRUM, 2008, p. 206-207)

Nesse caminho, ao observar as antinomias, as arestas, as faltas e as lacunas deixadas pelo testemunho de Selvina, Brum (2008) articula algo próximo do que é

defendido por Levi (1992). Para o autor de *A herança imaterial* não se pretende abdicar do conhecimento individual em favor de uma “generalização mais ampla” e teleológica, mas, pelo contrário, direciona-se para acentuar “as vidas e os acontecimentos individuais” (LEVI, 1992, p. 158).

Sob esse ponto de vista, Eliane Brum (2008) procura conferir sentido à textura das palavras, das ausências e das assimetrias que povoam o mundo de Selvina. A maneira encontrada pela autora de *A vida que ninguém vê* para que a moradora da Ceilândia possa ser notada para além das paragens de seu “mundo”, situa-se na problematização dos contextos vivenciados e experimentados pela personagem e também na compreensão de sua voz-testemunho. Selvina emerge como moduladora de um mapa social, cultural e histórico. Sua fala enuncia uma experiência habitual e corriqueira – quase sempre escondida nas brumas regulares do jogo cotidiano:

“Tenho muita lágrima. Choro de dia, choro de noite quando alembro que não tenho mais meta. Quatro filhos matados, um sumido. Quando morreu o terceiro, eu achei que fosse morrer também. Encomendei uma mortalha de tergal branco, muito bem costurada. Quem morreu, numa rixa de traficantes, foi minha filha. Botei nela a minha mortalha. Agora mandei costurar outra, mas azul. Agora eu quero ir de azul. Mortalha azul, caixão azul. Sou apaixonada pelo tempo. Esse mundão que Deus tem pra cima. Azul. Acabou tudo. Esse mundo foi ilusão.” (BRUM, 2008, p. 229)

Em diálogo com Levi (1992), entende-se que a vida de Selvina e das demais mães é lido a partir do contexto da violência, da vulnerabilidade e da perda. Ao focalizar os percursos individuais, o relato de Brum desnuda uma variedade de experiências sociais – de modo que se processa uma exegese a partir das margens, dos anônimos e das dores inauditas. Nessa lógica, constata-se que a microanálise interpela os indivíduos – permitindo a composição de uma racionalidade e de uma complexidade dos fenômenos sociais. A investigação afasta-se de uma visão cartesiana de apreensão do mundo e assume – como indica Revel (2010) - “o problema da variação de escala e dos efeitos cognitivos que podem ser-lhe associados” (REVEL, 2010, p. 438).

Ventura e Abib (2016) ressaltam que a prática adotada por Eliane Brum desvencilha-se das injunções tradicionais da atividade jornalística e materializa por meio da escrita – um diálogo aprofundado sobre as problemáticas sociais. É o que pode ser notado no relato sobre Eva Sebastiana Araújo, de 55 anos, da Brasilândia, zona norte de São Paulo. Com os três filhos mortos, Eva fia-se na ideia de esquecimento, como se não lembrar aplacasse a rotina de dores.

Compreende-se que a base analítica utilizada por Brum (2008) reveste-se de sensibilidade e solidariedade, ao trazer para a superfície – o relato, os detalhes e as nuances do outro contrastante encarnado em Eva Sebastiana Araújo. Ventura e Abib (2016), em diálogo com Edgar Morin (2002), destacam que não é apenas a indiferença que institui uma zona de invisibilidade, somam-se o egocentrismo, o etnocentrismo, o sociocentrismo, “que têm como traço comum se situarem no centro do mundo e considerar como secundário, insignificante ou hostil tudo o que é estranho ou distante” (MORIN, 2002, p. 96 *apud* VENTURA; ABIB, 2016, p. 342). Entende-se, assim, que reduzir a complexidade da existência de Eva ao sintagma “mãe de bandido”, apenas simplifica-a sem entendê-la – ao reforçar, exclusivamente, uma faceta – dentre todas possíveis. Desse modo, ao apresentar a perspectiva das mães, Brum descondiciona o olhar:

Noite e dia ela ouve um tambor dentro da cabeça. “Eu todo dia olho pro céu e não acredito que estou aqui e não no hospício. Não acredito, não acredito, não acredito”, diz. Eva repete pelo menos três vezes o final das frases. Como se precisasse repetir para acreditar. Avisa que esqueceu tudo. “Depois que perdi esses meninos meus, minha cabeça está tão ruim que não lembro mais de nada, nada, nada”, ressoa. “Pedi muito a Deus que tirasse a memória”. E então lembra de tudo, cada detalhe. Aos 55 anos, o que Eva perde não é a memória, mas os dentes. Desde que o terceiro filho morreu, eles amolecem e caem. “Pronto. Perdi tudo. Morreu tudo. Tudo, tudo, tudo.”

Ao iniciar sua narrativa de morte, Eva avisa: “Fiquei fria, não choro mais, não sinto mais nada. Nada, nada, nada”. Então começa a chorar e não para mais até o ponto final. A história de sua vida sai encharcada. Zeus, na mitologia grega, compadeceu-se do pranto de Níobe, cujos sete filhos e sete filhas foram mortos. Na lenda ele transformou aquela mãe numa rocha que verte água. Foi a forma encontrada pelos antigos para representar a dor sem nome. Mães que perdem filhos assassinados são pedras que choram. (BRUM, 2008, p. 207-208).

A inflexão paradigmática observada na reportagem *Mães vivas de uma geração morta* contribui para o entendimento ponderado do singular. O que, em conformidade com o pensamento de Revel (2010), atesta que “a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (REVEL, 2010, p. 438) e de compreensão da sociabilidade humana.

O relato de Brum (2008) aproxima o leitor da narrativa de *Mães vivas de uma geração morta* e rasga o tecido de formalidades que regulam os saberes jornalísticos tradicionais. Nesse sentido, é possível afirmar que o pressuposto da metodologia

microanalítica desvela a polifonia da vida das oito mães, inserindo-as em um espaço de compreensão problemático, ou seja, a repórter aprimora o olhar para observar as nuances e os sujeitos ao revés dos estereótipos – como indivíduos históricos, culturais e sociais.

Ao contrapesar as assimetrias observadas no *locus* das periferias e das favelas – Brum aproxima o leitor das problemáticas e complexidades emanadas da reportagem *Mães vivas de uma geração morta*. O percurso acolhe a um procedimento compreensivo – que no dizer de Jorge Larrosa (2002), tende a uma estrutura reflexiva, “sería algo así como un movimiento de ida (hacia el otro) y de vuelta (hacia uno mismo)” (LARROSA, 2002, p. 68). O autor de *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença* prossegue:

Toda comprensión es retorno, dice Gadamer siguiendo a Hegel: “Reconocer en lo extraño lo propio, y hacerlo familiar, ese es el movimiento fundamental del espíritu, cuyo ser no es sino el retorno a sí mismo desde el ser del otro”. Y Ricoeur, como en un eco: “Es el crecimiento de la propia comprensión de sí mismo (del intérprete) lo que éste persigue a través de su comprensión del otro. Toda hermenéutica es entonces, implícita o explícitamente, autocomprensión por medio de la comprensión de otros”. (LARROSA, 2002, p. 68)

A compreensão minuciosa sobre as mães dos mortos pelo tráfico possibilita o avizinhamento de suas histórias e de seus rostos. Ventura e Abib (2016) pontuam que o relato de Brum – distante dos postulados que configuram a prática jornalística hegemônica – corporifica a presença do outro como uma interpelação ao leitor – arregimentando as texturas e as vozes dissonantes. De forma que em *Mães vivas de uma geração morta*, o reconhecimento não emerge como mero enunciado, mas como expansão do “olhar que olha para ver” – numa aliança reflexiva de sensibilidades, diálogos, afetos e perplexidades.

De modo semelhante, Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019) destacam a necessidade de se discutir alternativas aos parâmetros da “objetividade jornalística”. A angulação focalizada pelas autoras é contraposta a uma epistemologia hegemônica e a uma racionalização dos “modos de produção do conhecimento validado (como o Jornalismo)” (MORAES; SILVA, 2019, p. 7).

Moraes e Silva (2019) compreendem que a adoção do jornalismo de subjetividade pode se configurar como uma opção para romper com as construções simbólicas dominantes e também para fragmentar os referenciais epistemológicos de

verdade – cujo *locus* enunciativo estabelece posições sociais dadas de antemão para raça e gênero.

O percurso analítico delineado pelas pesquisadoras aponta para uma “subversão dos modos de objetivação jornalística, capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico na qual também se baseia” (MORAES; SILVA, 2019, p. 13). Para Moraes e Silva (2019), a perspectiva não emerge como oposição excludente entre subjetivo e objetivo, mas possibilita o acréscimo das emoções, dos corpos e das impressões dos sujeitos-profissionais ao debate jornalístico:

(...) é preciso dizer que a subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo se situa em questões extremamente pertinentes e presentes no mundo sensível: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo, pelo machismo e pelo racismo); na procura de um olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na fissura de representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante. (MORAES; SILVA, 2019, p. 14)

Brum (2008) se afasta dos ditames hierárquicos de relacionamento com as fontes, sua postura busca trazer para o relato da reportagem as vivências, a oratura e o universo linguístico e simbólico das personagens. Para alcançar esse objetivo, a autora de *A vida que ninguém vê* opta por uma escuta atenta e rigorosa das entrevistadas.

Esse posicionamento pode ser verificado no desenho sobre a vida de Graça Mary Azevedo Carneiro, moradora da zona norte do Rio de Janeiro. Os três filhos foram mortos, só restaram os netos. Graça diz que vive em um país cindido – não há formalmente uma fronteira dividindo a favela do asfalto; contudo, ela permanece presa a uma redoma invisível de impossibilidades. Graça fala que não tem dinheiro para sair da favela e que se sente aprisionada. Aponta que para além dos limites da comunidade, ninguém percebe a guerra cotidiana a que todos estão sujeitos: “Eu sinto tanto medo, o tempo todo. Queria me esconder embaixo da terra. Embaixo da terra eu me sentiria segura” (BRUM, 2008, p. 210).

De modo semelhante, verifica-se com Josefa Inácio Farias e com Francisca Maria da Silva Porfírio a articulação sinuosa de uma estatística que se repete. O filho de Josefa foi morto supostamente pela polícia. Brum (2008) apresenta para o leitor o

depoimento completo da mãe. A finalidade é estabelecer uma proximidade social, afetiva e complexa com a realidade do outro:

“Os tiros começaram desse lado da favela logo cedo. Mandei minha filha procurar saber. Ela encontrou o irmão morto. Encurralaram ele. Levou um tiro na barriga que atravessou. Disseram: o único trabalho que vão ter com esse aqui agora é enterrar. Guardei a roupa encharcada de sangue do meu filho. Era um menino bom. Bateram nele. Tava todo roxo, o braço quebrado. Quando vi o rosto dele assim, no caixão, perdi coragem. Era eu que tinha de ir primeiro.” (BRUM, 2008, p. 225)

Ao mesmo tempo em que tece uma geografia da violência, o relato sobre as mães possibilita pensar o jornalismo próximo ao que é defendido por Sylvia Moretzsohn (2007) – como conhecimento específico associado à vida cotidiana e ao esclarecimento. Desse modo, busca-se “identificar as possibilidades e as limitações dessa prática profissional, confrontada com as condições de produção dominantes” (MORETZSOHN, 2007, p. 29).

Infere-se, por conseguinte, que a orientação para o esclarecimento “já pressupõe a necessidade de um recuo para a reflexão” (MORETZSOHN, 2007, p. 29). O olhar desacomodado observado na prática de Brum encaminha-se para o desvelamento de realidades costumeiramente naturalizadas. O relato verificado na reportagem *Mães vivas de uma geração morta* distancia-se, para os termos do presente estudo, da fixidez do discurso colonial apontado por Homi Bhabha (2013) na “construção ideológica da alteridade” (BHABHA, 2013, p. 117). Logicamente que o discurso do colonialismo é ambivalente e se expressa sob o signo de uma distinção cultural, racial e histórica. Desse modo, conforme Bhabha (2013), o discurso colonial encontra eco no que se define como estereótipo, ao configurar

(...) uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido... como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provados jamais no discurso. (BHABHA, 2013, p. 117)

Na reportagem *Mães vivas de uma geração morta* são observados os dois movimentos. O primeiro que se inter-relaciona ao pressuposto aventado por Moretzsohn (2007) – da necessidade de uma desnaturalização dos fatos. E o segundo que aponta para a ambivalência do discurso colonial – em diálogo com a leitura empreendida por

Bhabha (2013). Tomando de partida os dois arranjos, constata-se que a realidade das mães encaminha-se para a complexidade da vida social nas comunidades e nas favelas, de um lado; e também para o entendimento de uma resistência política e cognitiva, de outro.

Ao focalizar a investigação sobre a trajetória individual das mães – emergem realidades como a de Francisca Maria da Silva Porfírio. Sob o vértice das margens, a reportagem arquiteta contextos e referenciais comumente elididos dos espaços de debate, visibilidade e conhecimento.

Francisca trabalhou dos dez aos 48 anos em casa de família, no Rio de Janeiro. Sua carteira de trabalho nunca foi assinada. Uma vida inteira sem o mínimo de salário. Brum (2008) narra que quando sofreu um infarto – Francisca “não teve direito a pensão nem aposentadoria” (BRUM, 2008, p. 210). O filho, antes de ser assassinado, desempenhou atividades como açougueiro, gari, entregador de verduras e fez curso de segurança. Entretanto, depois de um ano sem emprego, virou traficante:

Durou um ano vivo. “Ele ganhava 1.500 reais por semana. Pagava meus remédios, passagem, prestação do guarda-roupa, gás, tudo”, diz Francisca. “Não era o que eu desejava para ele. Sonhava que fosse mecânico. Mas eu aceitava o dinheiro porque não tinha opção.”

Ao chegar do trabalho, o filho deixava o fuzil no portão. Como se fosse a caixa de ferramentas. “Meu filho, não quero esses brinquedos perigosos dentro de casa”, Francisca dizia. Como bom filho, ele obedecia. Enquanto ela tirava o almoço, ele tomava banho. Francisca lavava e consertava suas roupas, velava o sono. Só quando os fogos pipocavam na favela, avisando da entrada da polícia, a mãe era obrigada a lembrar que a empresa em que o filho trabalhava não era comum. Nem legal.

Em março, ele não voltou. “Desde que morreu, estou sem dinheiro para comprar todos os remédios, a prestação dos óculos venceu. Ficou tudo difícil.” Francisca começa a contar como o filho morreu e passa mal. Diz que é o coração. A filha corre, lhe dá remédio. “Quem mora no asfalto tem medo de nós, acha que gente da favela é bicho”, diz a garota. Falta o ar a Francisca. (BRUM, 2008, p. 210-211)

Recorrendo mais uma vez ao pensamento de Igor Sacramento (2014), constata-se que a vida de Francisca, assim como das outras mães, é tecida sob o ponto de vista de uma “biografia dialógica”. Nesse processo são acionados os movimentos individuais, relacionando-os a conjunturas sociais específicas.

Para Sacramento (2014), a trajetória individual é cruzada por algumas balizas. A primeira delas aponta que o processo de constituição do indivíduo é “sempre semialheio”, porque emerge de contextos “dialógicos de produção de sentidos”. Do mesmo modo, as ações de consumo, produção e circulação que caracterizam as

materialidades e linguagens de uma vida despontam como “prática discursiva dialógica”, isto é, atuam na definição social, cultural e histórica do sujeito. Em diálogo com Bourdieu, Sacramento enuncia mais um ponto: o fato de que a trajetória individual não deve ser percebida no âmbito de uma universalidade e totalidade, mas, pelo contrário, a partir das possibilidades, frestas e negociações. Sacramento explicita ainda que

4) a trajetória individual é um evento vivo, justamente porque se trata de um por em ação discursos, interesses e motivações que têm localizações sociais e históricas distintas que, nessa complexidade performática, forma um todo orgânico e múltiplo; e 5) as formas de sociabilidade e relações com outros indivíduos são mediadas pelas conjunturas e estruturas existentes e atuantes no interior de determinado campo e em dada situação (...). (SACRAMENTO, 2014, p. 166)

Observa-se que o percurso jornalístico delineado por Eliane Brum guia-se por uma proposta de tessitura de visibilidades que, *pari passu*, engendra algo próximo daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2010b) define como postulado de resistência epistemológica. Compreende-se que ao enunciar realidades e sujeitos sombreados por discursos hegemônicos, Brum (2008) evidencia distintos saberes culturais e históricos – permitindo a emergência singularizada de sensibilidades individuais e de grupos sociais.

Os arranjos microanalíticos observados na prática de Brum problematizam lugares e sujeitos cujas histórias são marcadas por rígidos parâmetros de opacidade. Ao atravessar os limiares que opõem “favela” e “asfalto” é possível estabelecer uma proximidade e se abrir para conhecer experiências obliteradas social, cultural, histórica e jornalisticamente. Esse movimento é observado em *Mães vivas de uma geração morta* quando o olhar da repórter considera respeitosa e detidamente as nuances do mundo habitado por Maria Fátima da Silva Souza, Enilda Rodrigues da Silva e Helena Silva Cruz.

Maria, de 48 anos, é ex-operária. O filho entrou para o tráfico aos doze anos como “avião”. Por conta da dependência, aos dezessete já não servia para o negócio. Maria relata que o filho morreu aos 25 anos, devido a um desentendimento com o traficante. Perdeu a vida por um real. Quando o filho ficou incontrolável e começou a destruir as coisas de casa, todos foram embora, Maria ficou.

Ela internou o garoto em clínica, bateu, gritou; contudo, não houve forma de afastá-lo das drogas. Maria fala que quando notou que não havia maneira de distanciá-lo do crack, arrumou “um lugar em casa só para ele usar a pedra sem que ninguém visse,

porque não tinha dinheiro pra tirar ele da cadeia” (BRUM, 2008, p. 212). Como forma de entender o universo problemático dos garotos envolvidos com o crime, Brum (2008) desnuda o relato de Maria, deixando-a falar e organizar os sentidos de seu sofrimento e de sua vida:

“Um dia eu não suportei. Só tinha eu e meu filho dentro de casa. Ele tinha catorze anos. E eu não sabia mais o que fazer. Decidi botar fogo em nós dois. Saí de casa pra comprar álcool. A dona da mercearia viu como eu estava e não quis me vender. Então fui bater na outra mercearia, mas estava fechada. Voltei para casa, me deitei na cama e não me lembro de mais nada. Os vizinhos disseram que eu comecei a gritar. Eu sabia que meu filho ia acabar morrendo. Era insuportável. Aconteceu anos depois. Foi assassinado pelo traficante. Eu juntei o corpo do meu filho do chão. Lembrei que o sonho dele era doar os órgãos. Só prestaram os rins e as córneas. O resto a pólvora estragou. Era daquelas balas que explodem por dentro.” (BRUM, 2008, p. 221)

De modo semelhante, Brum (2008) revela os detalhes da realidade da lavadeira Enilda Rodrigues da Silva, de 44 anos, da periferia de Fortaleza, no Ceará. Ao se deter na compreensão localizada e singular da personagem, a autora de *O olho da rua* possibilita ao leitor se aproximar e conhecer as bases do universo, os traços do cotidiano e as experiências dessa mãe.

Enilda começou a pagar o caixão do filho com o rapaz ainda vivo. Todos os meses ela pagava quinze reais pelo carnê. O valor correspondia a pouco mais da metade do que ela ganhava para lavar, engomar e passar. O filho morreu aos vinte anos, pouco antes do Natal. Brum (2008) relata que Enilda empenha-se agora no pagamento do caixão do filho de dezenove anos que, “ainda – está vivo”.

A partir da observação reduzida da realidade de Enilda, a autora de *A vida que ninguém vê* desvela ao leitor as marcas de uma geografia social caracterizada pelo apagamento, pela vulnerabilidade e por uma subalternização das histórias comuns, das pessoas simples, dos sujeitos colocados à margem.

A vida de Enilda, em específico, é caracterizada por Eliane Brum como um “conto de horror” – porque somente o horror pode simbolizar o desespero “de uma mãe que compra o caixão de filhos com saúde e menos de vinte anos de idade” (BRUM, 2008, p. 213). Nessa direção, Brum (2008) compreende que a compra do caixão representa para Enilda a possibilidade de conferir dignidade para os filhos – dignidade não alcançada em vida, mas, paradoxalmente, encontrada na morte:

Não encontrasse um sentido, Enilda não suportaria a insanidade contida no ato de pagar adiantado os sete palmos de chão de um filho após o outro. São perguntas simples que cruzam a cabeça nessa hora. Como ela esfrega, engoma e passa mais de setenta peças de roupa, na mão, e ao final ganha 25 reais? Como seu marido acorda às três da madrugada para fazer pão até a noite para receber oitenta reais por mês? Não seria essa a notícia? Que eles ignorem a exploração explícita do trabalho, a indignidade de suas condições de vida, e decidam que seu ato de resistência é ser honesto? (BRUM, 2008, p. 215)

Ventura e Abib (2015) apontam que a partir da escuta criteriosa, Brum reconstrói os detalhes, as ausências e os excessos vividos pelas mães. Conforme os autores, a prática de Eliane Brum permite evidenciar “todas as motivações que as faziam sobreviver nessa realidade” (VENTURA; ABIB, 2015, p. 145), materializando por meio de uma escrita das frestas, os interstícios e as problemáticas sociais. Ventura e Abib (2015) estabelecem uma relação com os pressupostos elencados por Cremilda Medina (2003). Para Medina (2003), o contato instituído entre entrevistado e entrevistador projeta um cenário de mudança, alterando os polos em interação:

(...) Brum permite que sua técnica de entrevista ultrapasse a intimidade entre o ‘Eu e o Tu’ (Buber, 1979) e que tanto um como o outro se modifiquem. Dialogando com o método de Medina, a repórter deixa-se envolver pelo afeto, “reconhecendo o mundo e lhe imprimindo o toque humano, desafiando o status tecnológico com a inventividade das pequenas histórias de vida” (Medina, 2003: 60), e conferindo uma postura dialógica e humanizada ao fazer jornalístico contemporâneo. (VENTURA; ABIB, 2015, p. 145)

A adoção da microanálise aprofunda a realidade das oito personagens presentes na reportagem *Mães vivas de uma geração morta* sob o vértice da apreensão da experiência social. Em conversa com o pensamento de Revel (2010), confirma-se que “reduzir o campo da análise significava (...) dar os meios de colocar em relação e (...) de integrar as diferentes dimensões dessa experiência social” (REVEL, 2010, p. 438). Em contiguidade com esse pensamento, Brum (2008) assevera que a reportagem possibilitou a aproximação dos diferentes brasis – das favelas e das periferias com o Brasil do “asfalto”:

O desafio era mostrar uma imagem inteira dessas mulheres – ou pelo menos uma que não ocultasse nenhuma parte essencial. E assim aproximá-las do leitor, de modo que não pudessem ser ignoradas, que se tornasse inescapável reconhecê-las nas ruas, no trabalho, em casa. Acredito que, num país tão desigual como o Brasil, é missão da

imprensa aproximar mundos. E só o encontro honesto, verdadeiro, permite reconhecimento e transformação. (BRUM, 2008, p. 243)

### **5.3. Exame narrativo e prática heurística: *O homem-estatística e Um país chamado Brasilândia***

A micro-história articula as chaves para a compreensão da realidade social, interroga o contexto das fronteiras socioculturais e, no dizer de Lima (2006), avalia a pertinência e as “consequências teóricas de explorar conscientemente as diferentes escalas de observação” (LIMA, 2006, p. 386).

Na mesma direção, a narrativa micro-histórica desempenha um papel reflexivo sobre a tessitura da investigação e suas lacunas, falhas e dificuldades analíticas. Desse modo, a formulação sobre a narrativa assume um duplo sentido: por um lado, interpreta os fenômenos sociais, suas dinâmicas e individualidades; por outro, desvela os elementos constitutivos da pesquisa, isto é, o caminho trilhado pelo estudioso/repórter, os obstáculos enfrentados durante a apuração e a necessidade de tornar inteligíveis os saberes, os sujeitos e as realidades.

Bernard Lepetit (2015) assinala que a metodologia micro-histórica não apresenta contiguidade com o enfoque monográfico. Por consequência, no momento em que a análise de caso assume uma posição próxima à história serial tradicional, “la presentación de los datos locales se reduce a un uso simbólico, a una suerte de convención cuya función es exhibir la validez de la investigación” (LEPETIT, 2015, p. 89). Na vertente micro-histórica, pelo contrário, são evidenciadas as qualidades heurísticas do historiador, o que redundará em um conhecimento centrado na racionalização e nas implicações históricas dos contextos investigados.

Colocado sob esse prisma, observa-se que a história tradicional processa uma leitura sobre o mundo marcada pelo comportamento de generalização e totalização. Lepetit (2015) diagnostica que a generalização acentua uma forma de indução. Por consequência, a conduta adotada direciona-se para a seleção dos termos comuns e pela perda da “singularidad, del detalle, de la diferencia concebida como secundaria” (LEPETIT, 2015, p. 89). Para o historiador francês,

(...) generalizar para poder dibujar un mapa significa sacrificar los detalles del trazado de un río o de una línea costera en función de la escala de la representación escogida, significa disminuir el número de las variaciones reconocidas como pertinentes. (LEPETIT, 2015, p. 89-90)

A prática jornalística aciona, de modo geral, percurso semelhante ao se voltar para a simplificação de espaços, indivíduos e temporalidades. Desse modo, grades de sentido inscritas nos termos centro/periferia e classes hegemônicas/sujeitos anônimos, por exemplo, dizem muito como ideias em contraste; contudo, não articulam de maneira problemática os interesses, os desejos e as visões de mundo postas em oposição e em movimento.

Mar de Fontcuberta (2006a) observa os efeitos do que denomina de “jornalismo mosaico”. Para a autora, a prática jornalística assinalada pela disjunção e redução, oferece ao público conteúdos fragmentados, sem uma complexa categorização – inviabilizando a compreensão articulada do conjunto e dos significados histórico-socio-culturais.

Montipó (2012) pontua, em conversa com a perspectiva de Fontcuberta (2006a), que ao se esboroar os contextos da informação, a “complexidade da vida humana passa a ser reduzida à instantaneidade informativa que nem sempre consegue captar elementos que auxiliem o público receptor na tarefa de conhecer (...) a realidade da qual integra” (MONTIPÓ, 2012, p. 52).

O *ethos* da profissão, assim, é confrontado pelo pressuposto de que o repórter não dispõe de tempo para pensar. Conforme Moretzsohn (2007), o postulado revela um ponto de vista auto-depreciativo, cujo sentido firma uma incoerência “aparentemente insolúvel entre reflexão e ação” (MORETZSOHN, 2007, p. 31). Para a autora, o acolhimento desse ponto de vista deixa patente duas opções:

(...) demonstrar que a “falta de tempo para pensar” revela um “pensar automatizado” expresso na orientação ideológica (naturalizadora, não questionadora) das reportagens; e que os conflitos internos ao campo jornalístico – ou, em outros termos, a luta por hegemonia – permitem vislumbrar a produção de reportagens à contra-corrente, que se insinuam pelas frestas do sistema: tal é o sentido de “pensar contra os fatos”, dotando-os de uma interpretação capaz de ajudar a promover um *novo* senso comum. (MORETZSOHN, 2007, p. 31, grifo da autora)

A narrativa micro-histórica desempenha uma função de desvelamento dos contextos histórico-sociais e também de reflexão heurística sobre a atividade historiográfica. Infere-se que a atividade de Eliane Brum pode ser aproximada aos parâmetros narrativos observados na prática de Levi, Grendi e Ginzburg.

No exercício jornalístico, as zonas de “desvelamento” e de “reflexão heurística”, são urdidas à luz dos “livros de repórter”. Marcia Veiga da Silva e Beatriz Marocco (2018) ressaltam que a reflexão crítica sobre a prática emerge como uma ruptura paradigmática e como visada epistemológica – de modo que o “livro de repórter” se abre como *locus* de resistência e subversão aos ditames de determinadas visões hegemônicas de mundo.

A prática estruturada no “livro de repórter” possibilita a emergência do comentário e, em igual medida, a abertura para o cumprimento de duas funções. A primeira é desempenhada pela rearticulação dos documentos que normatizam o jornalismo, presentes, como frisam Silva e Marocco (2018), tanto no arcabouço teórico, quanto nos manuais de redação. A segunda é marcada pela “compreensão da formação discursiva jornalística e do que estava articulado silenciosamente no texto primeiro (Marocco, 2011)” (SILVA; MAROCCO, 2018, p. 37).

Nesse seguimento, nota-se que as reportagens de Eliane Brum problematizam as balizas e o universo descontínuo existente entre jornalista e personagem. Disso redundando que a prática da repórter gaúcha emerge como exercício posicionado – de modo que o testemunho e a produção do relato não são obliterados pelo processo de mediação, mas expostos. Nesse caminho, as reportagens presentes em *O olho da rua* articulam três importantes movimentos.

O primeiro diz respeito ao desentranhamento dos espaços submersos nas dobras do contexto social e histórico. O segundo deslocamento aponta para a articulação com o microcosmo do cotidiano, isto é, das micro-narrativas tecidas nas esquinas das rotinas diárias. Por fim, a prática de Brum, convulsiona o *status quo* observado nas representações sociais hegemônicas – abrindo espaço para se pensar os indivíduos comuns, os excluídos, os subalternos – ou como explicita o sociólogo Jessé de Souza (2009), a “ralé brasileira”. Sob essa perspectiva, o presente tópico analisa as reportagens *O homem-estatística* e *Um país chamado Brasilândia*.

Além dos aspectos já discutidos, a narrativa de Eliane Brum coloca em relevo aquilo que Reges Schwaab e Angela Zamin (2015) enunciam como a “radical inter-relação entre os sujeitos”. Em diálogo com Peters (1999) e França (2010), Schwaab e Zamin (2015) salientam que o percurso sedimentado pelo jornalismo não deve eclipsar a alteridade. Nesse sentido, a interação e a compreensão do sujeito não se dão na vertical, mas na horizontal:

A situação de interação e a consciência da percepção do Outro “cria um novo coletivo – na relação com o outro já não se trata de um e de outro, mas dos dois tomados em conjunto” (FRANÇA, 2010, p. 46). Há, portanto, um elemento fundador inescapável: “a existência do olhar do outro, a imprevisibilidade da intervenção do outro e a possibilidade/necessidade dos sujeitos de se colocar no lugar do outro” (FRANÇA, 2010, p. 47). (SCHWAAB; ZAMIN, 2015, p. 205-206)

Nas reportagens *O homem-estatística* e *Um país chamado Brasilândia* ficam evidenciadas as correspondências entre a narrativa micro-histórica e o relato jornalístico de Brum. Logicamente que a proximidade epistemológica e analítica não sobrevém de forma plácida, lisa e sem nervuras.

Ao longo de *O olho da rua*, a repórter gaúcha procura entender os interstícios dos contextos sociais e, em igual medida, busca refletir sobre a prática jornalística. O movimento é executado a partir da observação dos sujeitos subalternos. Desse modo, o relato de Brum se coloca apartado das histórias dos *media* tradicionais – cujo paradigma se inscreve nas bases de uma generalização e totalização. A autora de *O olho da rua*, por outro lado, pretende evidenciar a complexidade dos indivíduos narrados.

Brum (2008) traz para o plano da reportagem o debate sobre a pobreza, sobre a violência, sobre a velhice e sobre o desemprego – afastando-se dos relatos comumente articulados a partir da superfície. Desse modo, a autora de *A vida que ninguém vê* distancia-se da noção que Achille Mbembe (2018), em um contexto distinto, define como “alterocídio”. O termo compreende o outro não como semelhante a si mesmo, “mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total” (MBEMBE, 2018, p. 27).

Em *O homem-estatística*, Brum (2008) aborda a questão do desemprego sob o ponto de vista de Hustene Alves Pereira. Morador de Osasco, em São Paulo, Hustene é conhecido pelos vizinhos como “Pankinha” – “porque um dia teve “panca”, pose” (BRUM, 2008, p. 137). Na reportagem, o personagem é narrado sob o vértice da perspectiva histórica e econômica, tendo-se a dinâmica social do desemprego como força motriz para a apreensão e problematização da pobreza, da vulnerabilidade e da exclusão.

Entende-se que o percurso desenhado pela autora de *O olho da rua* relaciona-se com os postulados contidos na narrativa micro-histórica e no exercício crítico das práticas jornalísticas manifesto no conceito de “livro de repórter”. Infere-se, a partir da fortuna crítica de Silva e Marocco (2018), que Brum desvela “a ação subjetiva e de

resistência de um “repórter-autor” (SILVA; MAROCCO, 2018, p. 37). Marocco (2018) explica que o “livro de repórter” articular dois caminhos de crítica ao jornalismo. O primeiro de hermenêutica jornalística; e o segundo de criação em relação ao jornalismo:

Ambos supõem uma autoralidade individual que se desvia da disciplina jornalística e emerge igualmente em certas reportagens produzidas nas mídias jornalísticas nas margens da produção coletiva, mas é somente quando atravessa o limiar da criação, que o repórter parece ser “plenamente autor”, por ter sua obra reconhecida por mídias de prestígio e pela academia, no caso, pelos cursos de jornalismo. (MAROCCO, 2018, p. 67)

Para as pesquisadoras, o sintagma “livro de repórter” assinala uma “autoria individual” apartada das dinâmicas profissionais e das estratégias enunciativas prescritas pelos demarcadores político-econômico-editorial e pelas práticas sociotécnicas. É necessário frisar que não há um apagamento do *ethos* profissional, mas um desvio do paradigma jornalístico:

Essa prática em novas bases espaço-temporais não rompe com o jornalismo, embora o(a) “repórter-autor(a)” construa com seu trabalho um lugar de criação dentro do jornalismo, voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente. Neste novo patamar epistemológico, o repórter aciona movimentos de investigação que projetam o acontecimento em sua complexidade, em um “poliedro de inteligibilidade”. (SILVA; MAROCCO, 2018, p. 37)

Na reportagem *O homem-estatística*, Brum (2008) direciona-se para entender quem era Hustene e quais sentidos emergiam da realidade experienciada pelo personagem. A repórter conta que foi incumbida de produzir uma matéria sobre a pobreza. Entretanto, a jornalista queria fugir dos parâmetros domesticados referidos sobre o tema – já amplamente abordado na literatura e no cinema.

A autora de *O olho da rua* diz que começou a pensar sobre o que ainda não havia sido falado sobre o assunto. Brum (2008) ordenou suas dúvidas em torno de uma pergunta básica e que exigia uma resposta clara – “quem são os pobres em 2002?”. Logicamente que a indagação implicava a mudança do olhar e do ângulo de observação.

A jornalista notou que a miséria estereotipada encarnada pelo sertanejo analfabeto ou pelo retirante em diáspora continuava persistindo. Porém, a mirada proposta por Brum buscava focalizar um outro tipo de pobreza – o da miséria assinalada pela violência nos grandes centros:

Esta era feita de pobres urbanos, que tinham entrado no mundo do consumo pela periferia, mas penetrado o suficiente para querer bem mais que feijão com arroz. A palavra “excluído” estava em todos os discursos. E para ser excluído era preciso, antes, ter estado dentro. Era essa a história que eu queria contar, esse novo retrato era a minha reportagem. Meu personagem não era retirante porque não tinha país para onde migrar. Era um encurralado. E ele havia perdido mais que seus pais e avós fugidos da seca, exatamente porque tinha o que perder. (BRUM, 2008, p. 149-150)

A reportagem de Eliane Brum (2008) coloca em ação as bases do “poliedro de inteligibilidade” explicitado por Marocco, Zamin e Boff (2012). Por consequência, a prática da jornalista gaúcha articula a composição, decomposição e recomposição dos acontecimentos – pondo em movimento tanto a produção quanto a sensibilidade compreensiva. Em diálogo com Foucault (1990), os autores complementam que

(...) a análise dessas tramas busca reconstituir as condições de aparição de uma singularidade, a partir de múltiplos elementos determinantes, considerando que não é na natureza das coisas que se poderia encontrar o sustento, o suporte dessa rede de relações inteligíveis, é a lógica própria de um jogo de interações com suas margens sempre variáveis e de não certeza (MAROCCO; ZAMIN; BOFF, 2012, p. 4)

Nessa direção, observa-se que na reportagem *O homem-estatística*, a atenção de Brum está voltada para o entendimento da pobreza urbana e não do imaginário que sacraliza um tipo específico de miséria social – centrado na figura, quase sempre, do sertanejo que emigra fugindo da seca.

A repórter pondera que o seu personagem deveria se situar no momento da queda. Disso resulta que o indivíduo a ser investigado se localizaria entre duas margens: não poderia ser uma pessoa que ficou desempregada recentemente e, portanto, plena de esperanças; e, tampouco, um personagem cuja confiança já se esvaiu por completo e “a espinha se esfarelou”. Brum frisa que “buscava o momento em que se iniciava a perda de padrão de vida, lugar na família e esperança. Esse é o momento que o homem está só no parapeito do mundo” (BRUM, 2008, p. 150).

A autora de *O olho da rua* chegou até Hustene por acaso. Depois de ter feito inúmeras entrevistas nas periferias de São Paulo sem achar o personagem que queria, Brum relata que estava próxima da casa do motorista, Ailton de Oliveira. A equipe parou para tomar um café. A mãe de Ailton recordou do vizinho e “lá veio Hustene

Alves Pereira, o Pankinha, um homem com febre nos olhos. Ainda vivo, portanto” (BRUM, 2008, p. 150).

Para Brum, o contato com “Pankinha” se deu por um duplo reconhecimento: a repórter buscava por um personagem e Hustene por alguém que contasse a sua história. Observa-se que a jornalista gaúcha ao mesmo tempo em que constrói o relato sobre a realidade de Hustene também executa um movimento de reflexão sobre a prática. Como já referenciado, tal perspectiva desnuda uma metodologia calcada sob as bases do “livro de repórter” e da narrativa micro-histórica.

Ao enunciar que toda “reportagem é um encontro”, Brum (2008) desloca-se dos modelos práticos, do sistema normativo de referência e dos repertórios cognitivos dos *media* tradicionais. Nesse sentido, ao adotar um relato a contrapelo, a prática de Brum cartografa os contextos sociais a partir de uma leitura das frestas. A finalidade é estremecer os sustentáculos dos discursos coloniais e a visão etnocêntrica de explicação do mundo.

A prática de Brum volta-se para o entendimento do outro. Essa postura reverbera na forma como a jornalista conduz suas entrevistas e apurações. A autora de *O olho da rua* não acredita em história arrancada. Brum aponta que quando indagada sobre a técnica de entrevista que utiliza, nunca sabe dizer. A repórter afirma não se interessar pelas técnicas de colegas que se “orgulham de “arrancar” respostas, confissões das pessoas” (BRUM, 2008, p. 151). Para ela, o jornalista deve ter o comprometimento em ouvir e em escutar com atenção – sem preconceitos.

Como consequência, elabora-se uma relação de reciprocidade e confiança entre jornalista e fonte. Brum (2008) destaca que sua prática é movida pelo privilégio de poder contar uma história – por isso que ao adentrar na intimidade do entrevistado e narrar os pormenores de sua vida – estabelece-se um pacto fiduciário não assinado – cujas regras são prescritas por meio do olhar respeitoso da repórter, pela escuta atenta e pelo relato compreensivo. O procedimento acompanha “toda a reportagem, até a publicação. E depois dela” (BRUM, 2008, p. 151).

Para identificar a singularidade de Hustene, Brum necessitava distanciá-lo da frieza crua dos números e das estatísticas de desemprego – que, geralmente, estão assentadas sobre os dados, esquecendo-se dos rostos e das histórias. Com essa finalidade, a repórter focalizou os signos sociais, culturais e econômicos que o referenciavam. Desse modo, a jornalista conseguiu organizar os sentidos advindos da pobreza particular de “Pankinha” – observada, de modo geral, nas bordas dos centros urbanos.

Há aqui uma mudança em comparação às narrativas produzidas sobre a pobreza. Durante muito tempo, o olhar dos jornalistas se deteve na articulação política, social, geográfica e cultural de um imaginário sobre a miséria – que abarcava a figura do retirante nordestino e de sua “esquálida” presença como repositório atávico da penúria. A mirada de Brum (2008) volta-se, porém, para o entendimento da pobreza urbana e metropolitana. Desse modo, depreende-se que “Pankinha” é configurado a partir das margens da cidade e dos símbolos de consumo:

(...) consumidor de marcas e valores, não chafurda no mangue de Josué de Castro nem peregrina pela terra calcinada de João Cabral de Melo Neto. Tropeça em ruas de asfalto que a literatura e o cinema recém começaram a pressentir, fascinados ainda pelo que há de clássico – e brutalmente imutável – no brasileiro miserável, nutrido de vermes e descalço de sapatos e letras do Nordeste sertanejo, das barrancas ribeirinhas da Amazônia e dos berços geográficos da fome como o Vale do Jequitinhonha. (BRUM, 2008, p. 136)

A miséria urbana e metropolitana não se define mais, unicamente, a partir das necessidades básicas (o arroz, o feijão, a carne) e nem se restringe ao modelo estandardizado do retirante sertanejo, como já dito. Entretanto, passa pela formulação de novos espaços de desejo – assinalados pelo que Zygmunt Bauman (2008) define como “rede peculiar de interações humanas conhecida (...) como “sociedade de consumidores” (BAUMAN, 2008, p. 19). Com a finalidade de apreender a realidade de Hustene Alves Pereira – a partir das lógicas culturais, simbólicas e discursivas – Brum (2008) o acompanhou durante uma semana:

(...) senti a dureza das portas que não se abriam, fiz as bolhas nos pés dos caminhos de quem não tem dinheiro para o ônibus, comi seu prato de arroz com ovo, vi Estela [esposa de Hustene] e seus filhos pelo filtro amoroso de seu olhar. Lembro de ter ficado muito surpresa porque eles não tinham como pagar as contas básicas, mas compravam fraldas descartáveis para a neta que criavam. Por que não usam de pano?, eu pensava. E quando conseguiam algum dinheiro compravam no mercado o feijão e o arroz, mas também Danoninho. (BRUM, 2008, p. 151)

Brum consegue entender seu personagem a partir da proximidade, da observação atenta, dos detalhes simbólicos e do deslocamento do “olhar para ver”. Ventura e Abib (2015) assinalam que a mirada de soslaio proposta pela autora de *A vida que ninguém vê* se abre para novas práticas e problemáticas sobre a realidade. Os autores ponderam que tal movimento só é possível porque “a jornalista se dispõe a esvaziar-se para assumir a vida do outro” (VENTURA; ABIB, 2015, p. 142).

Nessa direção, as chaves para entender a complexidade de “Pankinha” estão situadas “na sua necessidade de consumir supérfluos” (BRUM, 2008, p. 151). É, portanto, a partir da apreensão dos referenciais perdidos – emprego, poder de compra, consumo – que Eliane Brum (2008) vai organizar a tessitura da reportagem e conferir carne, ossos e fibras ao homem-estatística configurado na fisionomia de Hustene:

Hustene Alves Pereira ficou pobre quando descobriu que não poderia mais comprar Danoninho. Nem biscoito recheado, leite condensado, refrigerante, salsichas, margarina light. Entre ele e as promessas dos anúncios da televisão se instalaram um abismo. Os produtos que durante décadas aprendeu a desejar de repente retornaram à sua essência de fumaça. Hustene ficou pobre no dia em que perdeu os símbolos de sua vida.

Primeiro, foi a carteira de trabalho que já não servia para nada. Depois, a experiência profissional se esvaziou de significado nas filas de desemprego. Em seguida, teve o cartão de crédito cortado, o talão de cheques bloqueado, o plano de saúde encerrado. Hustene não alcançou mais as prateleiras das lojas e supermercados, cada vez mais distantes de suas mãos como num pesadelo recorrente. Quando Hustene percebeu, não tinha perdido só o Fusca 1970 para o agiota e trinta dos 32 dentes da boca. Havia lhe roubado a História. Tinha traído o pai e os filhos, pregado na cruz da exclusão da nova pobreza brasileira. (BRUM, 2008, p. 135-136)

O processo de desvelamento do personagem Hustene, analisado por Eliane Brum (2008), guarda contiguidade com dois pontos discutidos por Igor Sacramento (2014). O primeiro direciona-se para a assimilação da singularidade da trajetória individual. Parte-se aqui do entendimento de que o sujeito anônimo emerge como força articuladora de complexidades e conhecimentos, atuando na “produção de uma interpretação do passado” (SACRAMENTO, 2014, p. 166) e de uma inteligibilidade do presente.

O segundo aspecto centra-se no mapeamento das redes de sentidos sociais presentes na trajetória individual. Sacramento (2014) salienta que é necessário explicitar os mecanismos de produção, circulação, consumo e de significado dos aparatos sociais. Desse modo, os sentidos despertados a partir da configuração do percurso do sujeito deve ser “articulado entre textos e formas de significação com os modos de organização e relação de determinados grupos sociais numa rede específica de circulação dos enunciados” (SACRAMENTO, 2014, p. 168).

Os mapas de sentido e a singularidade de Hustene são atravessados pelos processos socioculturais do consumo. Nesse sentido, acompanhando o raciocínio de Néstor García Canclini (2010), observa-se que “Pankinha” desvela “a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 2010, p. 60) contidos na definição de consumo. Para o antropólogo argentino, o consumo é entendido especialmente pela sua “*racionalidade*

*econômica*”. O processo engloba, conforme Canclini (2010) uma série marcada pela produção e reprodução social:

(...) é o lugar em que se completa o processo iniciado com a geração de produtos, em que se realiza a expansão do capital e se reproduz a força de trabalho. Sob esse enfoque, não são as necessidades ou os gostos individuais que determinam o que, como e quem consome. O modo como se planifica a distribuição dos bens depende das grandes estruturas de administração do capital. Ao se organizar para prover alimento, habitação, transporte e diversão aos membros de uma sociedade, o sistema econômico “pensa” como reproduzir a força de trabalho e aumentar a lucratividade dos produtos. Podemos não estar de acordo com a estratégia, com a seleção de quem consumirá mais ou menos, mas é inegável que as ofertas de bens e a indução publicitária de sua compra não são atos arbitrários. (CANCLINI, 2010, p. 61)

Ancorando-se em Levi (1992), a narrativa de *O homem-estatística* aparece como um problema para pensar a comunicação com o leitor. O pesquisador milanês aponta que a prescrição da narrativa não deve ser observada simplesmente nos termos de uma preferência – ao se situar entre uma perspectiva qualitativa da história (individualizada) e outra quantitativa, centrada no conjunto de regras, “regularidade e comportamento coletivo formal” (LEVI, 1992, p. 152).

Como consequência, observa-se que o relato sobre a vida de Hustene não está estruturado sob as bases de um tecido regular, coeso e fixo; muito pelo contrário, as chaves de deciframento sobre a vida de “Pankinha” são cosidas por fios lacunares, assimétricos e irregulares. Desse modo, constata-se que o micro-historiador e, por extensão, para os termos do presente estudo, também o jornalista, não ocultam as regras do jogo, isto é, deixam patentes as escolhas tomadas, os percursos assumidos e as diferentes leituras possíveis sobre os contextos sociais. Nessa direção, Levi (2016) aponta que a micro-história é,

(...) antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu. Claro, não somente remontando aos documentos – isto faz parte da normal ética profissional. Porém, com a declaração aberta do processo por meio do qual a história foi construída: os caminhos certos e aqueles errados, a maneira pela qual as perguntas foram formuladas e as respostas procuradas. (LEVI, 2016, p. 22)

O relato acerca da vida de Hustene é urdido a partir do entendimento heurístico da narrativa. Nessa direção, despontam duas perspectivas: uma que se lança para a compreensão de “Pankinha” e outra que se encaminha para o desvelamento da prática

jornalística, isto é, para evidenciar as falhas, os acertos, as escolhas e as subjetividades – elementos, comumente, não discutidos no processo de escrita do repórter.

Brum (2008) promove em *O olho da rua* um movimento que pode ser descrito como ascensão e queda de Hustene. O entendimento sobre o personagem é contado a partir do desvelamento da genealogia da família. O pai e o avô migraram, na década de 1960, do Rio Grande do Norte para Osasco, na periferia de São Paulo. Hustene busca compor um retrato diferente do desenhado pelos membros da família, não quer um destino “em preto e branco, mas radicalmente colorido como as imagens da televisão” (BRUM, 2008, p. 136). Os acontecimentos decisivos da vida de “Pankinha” são vinculados a uma racionalidade econômica. Brum (2008) consegue captar esses momentos e apresentá-los ao leitor:

Marcado no calendário de sua vida pelo dia inesquecível em que ele, office boy, entrou nas Lojas Columbia com dinheiro para comprar uma TV colorida para a mãe. Consumidor – e, acreditava ele, sujeito de seu destino – sentou-se num bar e tomou uma cerveja para comemorar. Depois pegou um táxi e acedeu um cigarro. “Última geração”, disse o motorista. “Digital. Basta tocar os dedos e o canal aparece.”

Foi assim, na troca de uma Semp preto-e-branco por uma Sharp em cores, que o clã familiar abandonou as raízes clássicas e ingressou em outra sociologia, deixou o rastro de migrante nordestino e instalou-se definitivamente no anel metropolitano da maior cidade brasileira. (BRUM, 2008, p. 136-137)

Aos 42 anos, Hustene Alves Pereira não tem emprego. Os únicos signos que não perdeu são Nossa Senhora de Fátima e o amor ao Corinthians. O filho de catorze anos, Diego, é quem ajuda nas contas de casa. O garoto descarrega água dos caminhões e entrega de casa em casa. Pelo trabalho ganha quinze reais por semana. Com o dinheiro, Estela, sua mãe, compra feijão, arroz e ovos. Em casa, Hustene evita sair durante o dia, temendo que os vizinhos pensem que ele é “vagabundo”. Entretanto, à noite “Pankinha” aparece na sacada, “porque sabe que ninguém o verá”:

À noite ele assoma, como um vampiro, um boitatá, criatura deformada por maldição. A dele, a do desemprego. Está marcado como chefe de família decaído, que perde o lugar à luz do sol e na casa quando não consegue mais produzir.

Quando o primeiro ônibus carregado de trabalhadores passa na esquina, às quatro horas, Hustene vai dormir derrotado. Acorda com a campainha do telefone, que não faz ligações, só recebe, porque a conta foi cortada. A voz feminina do Itaú cobra a dívida do empréstimo e do cartão de crédito, numa rotina encerrada sempre com a mesma

resposta: “Sou brasileiro, minha pátria é caloteira, puxei à minha mãe. Pode botar no SPC.” (BRUM, 2008, p. 141)

Brum (2008) acompanha Hustene ao Centro de Solidariedade ao Trabalhador, em Osasco, na procura por emprego. No guichê, “Pankinha” descobre que há uma vaga para serviços gerais; contudo, existe o requisito do ensino fundamental completo. Hustene estudou até a sétima série. Amanda, de dezessete anos, passou a acompanhar o pai na busca por trabalho. Só que no caso dela o problema é outro: falta de experiência. Pai e filha refazem os dez quilômetros de volta para casa a pé. Em entrevista a Brum (2008), “Pankinha” relata sua angústia:

“O que mais me dói é que não consigo emprego por exigência de estudo. Aí não vou poder continuar dando estudo para os filhos. Vão ficar pai, filhos e netos trabalhando sem educação, no serviço que aparecer. Ficaremos todos sem escolha”, desespera-se. “Eu trabalhava em escritório, tinha datilografia e escrituração fiscal. Meus filhos iam comigo trabalhar e ficavam orgulhosos. Agora me tornei analfabeto, fiquei fora da informática. E meus filhos também, porque não têm computador. E eu não terei o dinheiro para mandá-los para a faculdade. Estaremos todos acabados.” (BRUM, 2008, p. 146-147)

Brum (2008) deixa patente o seu envolvimento com as fontes. A autora de *O olho da rua* relata que não é possível adentrar ao mundo do outro e sair impunemente. Na maioria das vezes, o contato entre repórter e personagem termina com o fim da matéria. Contudo, não é o que se deu entre Eliane Brum e Hustene:

Mas às vezes a reportagem termina e a história continua com o repórter nela. Foi o que aconteceu aqui. Para Pankinha e Estela era inconcebível eu ter feito parte da vida deles por semanas e depois simplesmente ir embora, tipo acabou, muito obrigada e tchau. Nada disso. Minha foto aterrissou debaixo da imagem de Nossa Senhora de Fátima, onde está até hoje, seis anos depois. (BRUM, 2008, p. 152)

Eliane pontua que mesmo após a conclusão da reportagem – “Pankinha” e Estela – continuavam a telefonar para tecer um diálogo sobre a rotina de seus dias. Para a autora de *A vida que ninguém vê* – o *locus* destinado ao personagem e à repórter foi deslocado. Brum (2008) comenta que ela e “Pankinha” ocupam novos lugares na vida um do outro. A jornalista aponta que atualmente quem escreve sobre ela é Hustene – “num diário para São Francisco, a quem encarregou de me proteger” (BRUM, 2008, p. 153). Conforme Zamin (2013), esse expediente está ligado a perspectivas teóricas

advindas dos “livros de repórter”, ao possibilitar discorrer sobre o exercício da prática e ao “oferecer uma exegese do jornalismo” (ZAMIN, 2013, p. 9).

Em consonância com a reportagem *O homem-estatística*, observa-se que Brum (2008) posiciona o olhar para entender como são estruturadas as relações afetivas, as sutilezas e as percepções sobre o outro no relato de *Um país chamado Brasilândia*.

Nessa direção, a autora de *O olho da rua* atravessa as fronteiras invisíveis contrapostas entre os arranjos periferia/favela e os espaços hegemônicos de discurso e poder. A finalidade é embaralhar os sentidos sobre os contextos, os sujeitos e construir novos diálogos e subjetividades. Para alcançar o objetivo, Brum permaneceu durante alguns dias morando na casa de Dona Eugênia, benzedeira e cartomante, de 76 anos, na vila da Brasilândia.

A jornalista foi pautada para morar na vila, principalmente, devido à repercussão que Brasilândia havia alcançado com o filme *Antônia*, de Tata Amaral; e da série homônima produzida pela TV Globo. A autora de *A vida que ninguém vê* evidencia que só poderia contar algo novo sobre o local se adotasse “um olhar estrangeiro”. Mas o que isso significava? Para Brum, significava observar. Ao se inserir na geografia da Brasilândia – a repórter assimilava as gramáticas e as sintaxes sociais – discernindo as experiências e as delicadezas a partir das lentes do cotidiano:

Meu desafio era continuar estrangeira para manter o olhar de espanto, necessário para ver uma camada além do óbvio. Mas sem me deixar contaminar pelo olhar de turista, aquele que enxerga a realidade filtrada pelos seus preconceitos ou pelas suas fantasias. Então só vê aquilo que esperava ver, aquilo que acredita ser a verdade daquela realidade – e para isso não é necessário sair de casa. (...) No caso da Brasilândia – e da periferia em geral -, o que o olhar de turista antecipa é violência e miséria. (BRUM, 2008, p. 302-303)

Fernanda Ribeiro de Salvo (2019) em consonância com o pensamento de Stuart Hall (2016) demonstra que a cultura reflete os mapas conceituais partilhados socialmente. Nessa direção, verifica-se em *Um país chamado Brasilândia* o resvalamento dos sentidos sociais construídos sobre a vila e também o devir dos códigos culturais – apontando que o espaço pode ser lido longe das lentes dos estereótipos, da violência e da miséria. O pressuposto baseia-se na constatação de que os sentidos e os conceitos não são fixos nem oferecidos como um *a priori*, mas produzidos “em práticas significantes no interior da cultura, e, precisamente por ser produto de convenções, o signo jamais poderá ser fixado” (SALVO, 2019, p. 59).

O relato sobre Brasilândia afasta-se das leituras precoces e organiza uma narrativa em que os interditos e as subjetividades estão presentes. Brum (2008) assinala que a reportagem baseava-se em uma busca que – inicialmente, não apresentava contornos definidos. A autora de *O olho da rua* queria entender como se organizava, na periferia de São Paulo, a delicadeza que torna a vida possível:

Fui descascando as camadas de concreto da Brasilândia para perceber que ali também a vida só era possível por causa da delicadeza. Para além da brutalidade do desemprego ou dos baixos salários, do crime e da contravenção, da falta de tanto e também de árvores, havia um mundo de sutilezas. Não fosse assim, ninguém suportaria, haveria suicídios coletivos em favelas e periferias. E não há. Era nisso que eu estava interessada, a vida apesar da violência. As subjetividades que mantinham as pessoas vivendo – e muitas vezes sorrindo e sonhando. (BRUM, 2008, p. 304)

Desse modo, o olhar posicionado de Brum circunavega por Brasilândia e elabora novos sentidos, não se atendo aos preceitos fixados sobre o lugar e sobre as pessoas. A narrativa proposta pela autora de *O olho da rua* não almeja simplesmente dar a ver – mas compreender. Por isso que Brum (2008) faz a diferenciação entre os termos “estrangeira” e “turista”.

Os dois movimentos implicam distintas maneiras de enxergar. O primeiro se abre para a escuta atenta e respeitosa da realidade e também do outro. O segundo reverbera uma perspectiva mutiladora. As paisagens e os sujeitos são observados sob injunções rígidas e imóveis – não havendo possibilidade para mudança – o olhar observa, mas não se aproxima o bastante para perceber. Configura, portanto, uma mirada desatenta, naturalizada. Nesse sentido, Brum ressalta que na reportagem *Um país chamado Brasilândia* não são evidenciados acontecimentos novos, entretanto revela “o que sempre esteve lá, encoberto pela violência” (BRUM, 2008, p. 286):

Porque esta é a tragédia da favela: os cadáveres são expostos, o que se oculta é a delicadeza. Como as pipas que os meninos teimam em libertar do emaranhado de fios para levá-las ao céu, a ternura é arrancada do concreto dia após dia para que a vida se torne possível. Ou ninguém suportaria. A pipa que se enrosca nos fios é o aprendizado do garoto pobre rumo ao futuro que virá. (BRUM, 2008, p. 286)

Ventura e Abib (2015) destacam que a prática jornalística adotada por Eliane Brum rompe com os hábitos e com o tom maquínico direcionado à apreensão dos contextos sociais, culturais e históricos. A repórter assume uma “postura

transformadora” direcionada à compreensão do cotidiano a partir da tessitura das singularidades, das experiências e do sujeito ordinário – longe dos parâmetros que “a miopia dos meios convencionais leva a crer” (VENTURA; ABIB, 2015, p.147).

Brum observa que são cada vez mais comuns as “incursões culturais à periferia”. Na Brasilândia – que já foi locação para filme e série de TV – ocorre movimento semelhante, com a ascensão da favela a ponto turístico. Entretanto, a autora de *A menina quebrada* acentua que no cenário posto como “cartão-postal para gringo ver”, são bastante evidentes as zonas abissais – entre os de cá e os de lá da linha.

Nesse ponto, a repórter destaca a antinomia presente entre a periferia urbana e o Brasil do centro – cujas geografias são traçadas assimetricamente. As defasagens de tempo, sujeitos e topografias sociais instituem uma percepção marcada pela diferença – tanto nos sentidos quanto nas representações. Nessa lógica, Brum assevera que a classe média articula uma imagem da favela assentada sob as bases do medo – como se o morador da periferia “fosse uma horda de bárbaros disposta a descer a ladeira. Nesse sentido, a Brasilândia é tão longe de São Paulo quanto a Amazônia” (BRUM, 2008, p. 286-287).

Na reportagem são desveladas as oposições estabelecidas entre centro e favela. O relato singularizado empreendido por Brum (2008) direciona-se para a compreensão da cidade sob o crivo das linhas abissais. Santos (2010b) esclarece que o termo pode ser interpretado de duas maneiras – tanto em um sentido literal quanto metafórico. O sociólogo explicita que,

No sentido literal, estas são as linhas que definem as fronteiras como vedações e campos de morte, dividindo as cidades em **zonas civilizadas** (*gated communities*, em número sempre crescente) e **zonas selvagens**, e prisões locais de detenção legal e locais de destruição brutal e sem lei da vida. (SANTOS, 2010b, p. 44, grifo nosso)

Ao viver como “estrangeira” na Brasilândia, Brum passeia pelas duas configurações – tanto das “zonas civilizadas” quanto das “zonas selvagens”. Desse modo, a repórter assimila ao mesmo tempo – os influxos provenientes da favela e os odores do luxo da Avenida Paulista. Brum (2008) ressalta que na vila vive imersa em uma ilusão de ótica: simultaneamente, próxima do centro financeiro do país; entretanto, paradoxalmente, afastada de tudo:

É uma sensação real de exílio que se expressa no modo como se referem a uma cidade inacessível, mas que ao menos nos mapas oficiais é a mesma. “A Paulista é a cidade do luxo. A Brasilândia é a cidade do povo brasileiro. Na Paulista, ninguém dá nada. Aqui a gente divide. Lá ninguém me vê. Aqui, todos me cumprimentam”, diz Ailton Barroso, referindo-se à avenida onde pulsa o coração de São Paulo. Ele é dono da laje que descortina uma das melhores vistas sobre a capital. Emprста seu camarote para o espetáculo dos fogos da Paulista na virada do ano. Seu olhar apalpa o contorno dos edifícios da avenida, mas Ailton carrega uma cidade partida dentro dele. (BRUM, 2008, p. 287)

Brum aponta que a constituição da vila da Brasilândia emerge marcada pelas contradições oriundas da “modernização” da capital paulista – em que os indesejados, os pobres – foram pouco a pouco deslocados do centro e se fixando às margens – nas periferias, nas favelas e nos bairros mais distantes. A repórter explicita que Brasilândia foi edificada sobre “velhos sítios e muita mata virgem”. Um desses povoados pertencia a Brasília Simões. A jornalista assinala que é por “esse fabricante de cachaça – e não pelo Brasil – que a vila leva o nome que lhe permite acolher todo um país” (BRUM, 2008, p. 287).

Percebe-se que o processo de formação do espaço urbano de São Paulo é resultado de distintas formas de segregação social. No decorrer do século XX, a capital paulista foi atravessada por profundas mudanças estruturais. Mayara Luma Assmar Correia Maia Lobato (2019) em diálogo com o estudo de Teresa Pires do Rio Caldeira (2003), aponta para três formas de estruturações.

A primeira organização do espaço urbano foi caracterizada pela diferenciação das moradias. O modelo perdurou do final do século XIX até 1940. Lobato (2019) destaca que o período é marcado pelo desenvolvimento desordenado da cidade e pelo processo de industrialização – havendo a necessidade de edificar abrigos para os operários. Nesse momento, conforme Lobato (2019), “a elite e os trabalhadores moravam relativamente próximos uns dos outros” (LOBATO, 2019, p. 30) e os demarcadores estavam estruturados nos tipos de habitação que cada um ocupava: a elite vivia nas mansões e nas casas nobres, ao passo que os pobres ocupavam os cortiços e as casas de cômodos. Entretanto, as classes mais pobres viviam em condições precárias, o que fez com que um conjunto de doenças se espalhasse rapidamente. Desse modo, a geografia da cidade foi redesenhada:

A elite, então, temendo as epidemias, gradativamente passa a se afastar da classe trabalhadora. Nesse contexto, surgem bairros como Higienópolis, Campos Elíseos e se desenvolve também a região da

Avenida Paulista, onde o saneamento e o controle social eram evidentes preocupações. Assim, estabelece-se um novo arranjo, em que “pobres e ricos viveriam separados: distância, crescimento econômico e repressão política permitiriam uma peculiar desatenção de um em relação ao outro” (CALDEIRA, 2003, p. 218). (LOBATO, 2019, p. 30)

Se a primeira forma de organização do espaço urbano era marcada pela diferenciação das moradias, o modelo seguinte estrutura-se em torno da divisão social e espacial. Instaura-se, pois, uma forma distinta de cartografia e ocupação dos espaços citadinos. De um lado, estão os privilegiados economicamente – vivendo nos bairros centrais e com acesso à educação, saúde e segurança de qualidade. Na outra ponta da linha estão os marginalizados, os pobres – “empurrados a viver em condições precárias, geralmente de forma ilegal, nas periferias” (LOBATO, 2019, p. 30).

As assimetrias não ficam restritas à segregação sócio-espacial, mas também podem ser verificadas na disponibilidade de investimentos direcionados para infraestrutura e transporte público. Lobato (2019), em conversa com o pensamento de Caldeira (2003), frisa que a realidade exposta por essa dinâmica social fez emergir na década de 1970, em São Paulo, uma radicalização entre as diferentes classes sociais – assinalada não apenas pela geografia ocupacional, mas pelos tipos de habitação e pela qualidade de vida experimentada por cada grupo social.

O terceiro demarcador do espaço urbano é caracterizado – conforme Lobato (2019) – como “enclave fortificado”. Observa-se que as definições entre centro e periferia foram complexificadas – muito, por conta, dos aspectos apontados por Lobato (2019), como a paralisação do “crescimento demográfico, desindustrialização, expansão das atividades terciárias, melhoria da periferia (o que não significou aumento de renda dos periféricos) e deslocamento de parcelas das classes mais privilegiadas para fora do centro” (LOBATO, 2019, p. 32).

A consolidação desse contexto, entretanto, desenhou uma realidade caracterizada pelo medo, em que “as pessoas não se mostram tolerantes em relação ao diferente nem demonstram interesse em resolver problemas urbanos que podem afetar diversos grupos sociais” (LOBATO, 2019, p. 32). Desse modo, os “enclaves sociais” são caracterizados pelo isolamento e pelo distanciamento social. Nessa direção, Lobato (2019) cita Caldeira (2003):

(...) os enclaves fortificados – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers – constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a

discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle. (CALDEIRA, 2003, p. 255 *apud* LOBATO, 2019, p. 32-33)

Na Brasilândia, os relatos sociais e os laços de solidariedade são tecidos sob o pano de fundo das reorganizações do espaço urbano. Nesse sentido, as características referentes aos tipos de moradia, às dinâmicas sócio-espaciais e aos enclaves fortificados conduzem a uma semântica de diferenças. Observa-se que os sentidos emanados da favela não são fixos, mas escorregadios. É a partir desses deslizamentos de sentido, da proximidade e da subjetividade que Eliane Brum (2008) traça o olhar sobre a vila da Brasilândia.

Na reportagem, Brum direciona-se para a complexidade e abrangência das narrativas sobre a contemporaneidade. Nessa direção, Montipó (2012) estabelece um diálogo com as discussões empreendidas por Cremilda Medina (2003) ao apontar para a necessidade de estabelecimento de um tipo de jornalismo que articule compreensão de mundo, sensibilidade, razão e exercício da criatividade.

Por esse ângulo, observa-se que a atividade jornalística alicerçada sob as bases da prática de Brum (2008) e do “livro de repórter” resgatam a subjetividade, a polifonia de vozes das fontes e uma reflexão sobre o paradigma jornalístico. Assim, os modos de objetivação, totalização e a herança positivista são denegados em detrimento de “uma epistemologia mais afeita à diferença” (SILVA; MAROCCO, 2018, p. 38) e à compreensão do outro.

Ao privilegiar o entendimento sobre os contextos sociais, os sujeitos e o procedimento de uma escuta retida, o “livro de repórter” possibilita a adoção da subjetividade e da alteridade como atitudes heurísticas para o desvelamento do relato social, cultural, político e histórico presente na configuração dos personagens e na prática da reportagem.

Conforma Silva e Marocco (2018), a medida permite ampliar o entendimento sobre as dinâmicas sociais – fazendo com que o jornalista compreenda os arranjos cognitivos distante do tom maniqueísta e binário definido pela racionalidade da prática – que se situa na aquiescência simplificadora da concepção de mundo entre as variáveis “bem e mal”, esquecendo-se que entre as duas margens, há infinitas gradações. O que implica que o relato sobre o outro assinalado nessa sentença,

via de regra transforma a diferença em desigualdades a partir dos padrões normalizadores da sociedade, e que servem como parâmetro

na leitura da realidade a partir dos valores objetivos-subjetivos do jornalismo e dos jornalistas. Indica a emergência de um sistema de pensamento e de práticas que preveem a complexidade, e não a simplificação e o reducionismo (...). (SILVA; MAROCCO, 2018, p. 38)

Desse modo, é a partir da problematização das margens que Eliane Brum (2008) consegue se aprofundar na geografia e nas zonas de sentido, afeto e narrativas da vila da Brasilândia. Para a tessitura da reportagem, Brum (2008) articula o relato sob a perspectiva de uma “estrangeira” em contraposição ao olhar de “turista” – como já referido.

Em concordância com esse ponto de vista, recorre-se mais uma vez à discussão proposta por Larrosa (2002) sobre a possibilidade de refletir sobre a relação com o outro. No ensaio *¿Para qué nos sirven los extranjeros?*, o autor pondera sobre o intrincado processo assinalado pela presença do “estrangeiro”. O pesquisador questiona a contingência posta por meio do contato, isto é, de que maneira o estrangeiro mantém sua potencialidade reflexiva? A pergunta permite o descentramento – aqui, no fato que atine à pesquisa - da figura da repórter Brum, distanciando-a da arrogância do discurso teleológico, da segurança do rito das práticas e da pretensa solidez da identidade. Desse modo, é possível uma aproximação entre antípodas:

En ese caso el enunciado hermenéutico rezaría así: sentir la extrañeza de lo propio y no poder sentirse más en casa, ese es el movimiento fundamental del espíritu, cuyo ser no es sino la salida de sí mismo (su permanente puesta en cuestión) en el encuentro con el otro; es el derrumbe de la autocomprensión y la quiebra de la identidad lo que se produce en el encuentro con el otro; toda hermenéutica es entonces cuestionamiento de uno mismo, fractura de la autocomprensión, pérdida de la certeza de sí. (LARROSA, 2002, p. 70)

Larrosa (2002) aponta que a compreensão se insinua na mediação entre o estranho e o familiar. Nesse lugar fronteiro são estabelecidas tensões entre o mesmo e o outro, entre o idêntico e o diferente e também entre o próprio e o alheio. Para o autor, “es en ese linde siempre inquieto en el que realizaría su función mediadora” (LARROSA, 2002, p. 77).

O relato de Brum está localizado, desse modo, nos limites das linhas abissais: de um lado, as “zonas civilizadas” e de outro, as “zonas selvagens”. As definições, logicamente, não se estabelecem sob os aportes de um claro-escuro, como polarização ou maniqueísmo; mas como espaços de inteligibilidade. Ao se inserir na dinâmica da Brasilândia, a autora de *O olho da rua* consegue ouvir os ruídos do cotidiano e

desencavar as diversas camadas de sentido que – durante muito tempo, ficaram soterradas sob a superfície dos estereótipos.

Ao viver por alguns dias na casa de Dona Eugênia, Brum observa um certo número de diferenças. A primeira delas diz respeito à sensação de segurança. Na casa de Dona Eugênia, dorme-se de portas semicerradas. Brum (2008) reflete que a situação é irônica, porque “numa cidade tão cheia de medo como São Paulo seja na periferia o lugar onde se pode atravessar a noite sem trancas e amanhecer vivo no dia seguinte” (BRUM, 2008, p. 288). Na periferia, as noções de público e privado também se imiscuem. A privacidade emerge como valor coletivo e compartilhado. Na “Brasa”, como Brasilândia é conhecida na intimidade, não existe uma diferenciação entre a casa e a rua:

As portas estão sempre abertas, não é falta de educação ir entrando sem bater. A vida de cada um só faz sentido se for compartilhada com a do vizinho. Numa cidade em que as pessoas temem se envolver com estranhos (e até com conhecidos), a periferia é um paradigma de solidariedade. (BRUM, 2008, p. 288)

A engenharia de Brasilândia segue a dinâmica dos cálculos familiares. À medida que os membros da família se casam, também sobem os pavimentos. Na arquitetura da periferia há escassez de casas e apartamentos, mas há uma profusão de lajes e escadarias. Na casa de Dona Eugênia moram a filha Tuca, o neto que vai casar e durante algum tempo um dos cômodos estava locado “para uma prostituta que namorava um homem do PCC” (BRUM, 2008, p. 289). Os ganhos extras conseguidos com o aluguel inserem Dona Eugênia – naquilo que se poderia nomear, como a “classe média da Brasa”.

Na Brasilândia o desemprego é confrontado de forma distinta por homens e mulheres. Brum (2008) relata que os homens se reúnem nos botecos e nas esquinas para beber. Ao passo que as mulheres assumem diversos trabalhos para liquidar as contas e alimentar os filhos. Tuca – ressalta a autora de *O olho da rua* – é uma dessas mulheres que faz de tudo:

Começa o dia com uma fezinha no bicho. Se sonha com o cunhado, joga no porco e no burro. Parece que o parente dá sorte, Tuca já ganhou a estante da casa com esse palpito. O comprovante do bicho é um primor, todo politicamente correto: “Diga não às drogas”. Tuca faz ovos de chocolate na Páscoa, ceias de Natal e Ano-Novo em dezembro, bolos para as mulheres, mães e filhas de presidiários adoçarem os dias de visita. Mede pressão, aplica injeções e cuida de

doentes. Vende perfumes franceses legítimos, repassados por amigas que trabalham em empresas de importação. Para desembolsar entre 150 e trezentos reais por um Chanel ou Dior, é necessário ganhar mais do que salário. Logo, a clientela de Tuca é selecionada entre a elite local: um clonador de cartões de banco e um gerente do tráfico. Para o último, ela reserva um lançamento da Givenchy. (BRUM, 2008, p. 290)

A postura apontada pelo relato de Brum (2008) leva em consideração a metodologia micro-histórica, as bases do “livro de repórter” e também o que Silva e Marocco definem como “dimensão ética”. Dessa forma, a prática da autora de *O olho da rua* conjura uma relação de alteridade e proximidade com os sujeitos situados à margem. Sob esse ponto de vista, constata-se em Tuca o desvelamento da dimensão interpretativa/compreensiva para o reconhecimento do outro em suas experiências, dinâmicas sociais e particularidades. Desse modo, a dimensão ética,

reconhece as visões de mundo dos sujeitos-profissionais imbricadas nos processos simbólicos do jornalismo, o que demanda uma permanente crítica e autocrítica a fim de evitar que, nesses processos, as diferenças sejam transformadas em desigualdade. A ética não é estanque, é movimento e processo dialético; é a reflexividade permanente sobre a prática, o que nos permite exercitar a empatia e a alteridade. (SILVA; MAROCCO, 2018, p. 44)

Quando Dona Eugênia e Tuca relatam que se orgulham de sua honestidade – a postura de Brum não se transveste de um julgamento prévio sobre as personagens; pelo contrário, busca compreendê-las e situá-las. A autora de *O olho da rua* ressalta que é mais complexo ser honesto na periferia do que nos bairros de classe média – justamente, porque nas “zonas selvagens”, o Estado é distante e corrupto.

Na mesma direção, Michel de Certeau (1994) comprova que o sujeito comum é capaz de conceber o cotidiano sob as insígnias dos fazeres, das astúcias e das táticas de resistência. O movimento possibilita a transformação dos objetos e dos códigos – rearticulando o espaço e as experiências sociais.

Em diálogo com a personagem Tuca, compreende-se que o cotidiano emerge como força catalisadora para práticas criativas e subversivas, possibilitando que os sujeitos comuns possam “viver do melhor modo possível a ordem social e a violência das coisas” (CERTEAU, 1994, p.164). Em consonância com Certeau (1994), Brum assinala que a busca pelo extraordinário das vidas ditas comuns serviu de baliza para a sua formação como repórter:

Para mim, as notícias habitam os detalhes, às vezes empoeirados, do cotidiano. A maior parte das histórias reais que conto vem dessa grandeza do pequeno, da delicadeza que anima cada vida humana, mesmo nas horas brutas (BRUM, 2014, p.105).

Na Brasilândia, a honestidade é alcançada atando-a a pequenos fios de sábia ignorância. Por exemplo: Tuca não inquirir suas fornecedoras sobre a origem dos perfumes franceses. As funcionárias de uma importadora afirmam tê-los recebido como brindes. De modo semelhante, os compradores dos perfumes fazem parte de uma pequena “aristocracia local”, composta por aqueles que vivem do crime ou da contravenção, que podem pagar quase um salário mínimo pelo frasco. Nessa direção, Brum ressalta que não perguntar aparece como uma estratégia para se manter honesto:

Tuca é honestíssima. E quando o criminoso quer saber a qual distrito pertence o carro de polícia ostensivamente parado na esquina? Ele quer saber se são policiais aos quais já pagara propina ou se é um novo grupo de extorsão. Qual é o limite? Como se mede a honestidade – ou a falta dela – num caso como esse? E como Tuca poderia dizer “não” ao cliente e vizinho poderoso? E por quê? Quem julga rápido demais – no jornalismo, no tribunal ou na vida – julga errado. (BRUM, 2008, p. 305)

Observa-se que a narrativa de Brum (2008) procura investigar situações e indivíduos sob o influxo dos contextos aos quais estão ligados. Nesse sentido, Dona Eugênia e Tuca podem ser analisadas a partir do que Giovanni Levi (2016) define como “complexa relação de escolhas livres e de vínculos que indivíduos e grupos realizam nos interstícios da pluralidade contraditória dos sistemas normativos que os governam” (LEVI, 2016, p. 23-24).

A “Brasa” possibilita, desse modo, a inteligibilidade das escolhas e das contradições como força catalisadora de mudança social. As personagens retratadas na reportagem não são observadas sob o prisma de um sentido único, mas como energia móvel e transformadora, “fruto de um contínuo conflito cujos efeitos o historiador só pode mensurar” (LEVI, 2016, p. 24). Assim, quando se analisa a reportagem *Um país chamado Brasilândia*, constata-se que o normal, o cotidiano e os sujeitos emergem como principais atores da história e as “situações singulares assumem a intensidade de pontos de vista pelas quais explicam os funcionamentos sociais globais” (LEVI, 2016, p. 24).

Nas reportagens *Um país chamado Brasilândia* e em *O homem-estatística*, os parâmetros narrativos oriundos da metodologia micro-histórica configuram uma prática

marcada pela ordem heurística. Revel (2015) frisa que o relato se estrutura sob duas formas. Inicialmente, o leitor é convidado a fazer parte no processo de construção do *corpus* a ser investigado e, num segundo momento, atua na elaboração de uma interpretação.

A prática historiográfica conta com uma série de instrumentos necessários para a apreensão dos contextos sociais, dentre eles podem ser citados o material conceitual, as técnicas de investigação e os métodos de medição. Durante muito tempo não estava no campo de visão dos historiadores um interesse mais aprofundado sobre as formas de enunciação, sobre o delineamento dos modelos argumentativos, sobre as formas de citação e também da utilização da metáfora para escrever os relatos históricos. Conforme Revel (2015), essas questões passavam ao largo – muito em conta também, porque a escrita da histórica era vista, instintivamente, “como el protocolo estricto de un trabajo científico” (REVEL, 2015, p. 40). O autor francês acrescenta que,

La masa de anexos – documentos y luego, cada vez más, un aparato en constante aumento de series, cuadros, gráficos, mapas – parecía garantizar la inasible objetividad del enunciado y dejaba suponer que era el único posible – o, en todo caso, el más cercano al enunciado perfecto –. Así, se llegaba a olvidar que incluso una serie de precios constituye una manera del relato – organiza el tiempo, induce una forma de representación – y que una noción tan compleja como la de “conyuntura”, tan destacada en la historiografía francesa de los *Annales*, une en ella un método de análisis, una hipótesis interpretativa y una manera de narrar, ligados indisolublemente. (REVEL, 2015, p. 40)

A narrativa histórica, durante muito tempo, foi constituída sob a influência de um autor-organizador – que se encarregava de estabelecer o conhecimento e o poder sobre os personagens. Desse modo, as intenções, os desejos e o destino dos indivíduos eram traçados tendo em vista uma teleologia – contudo, o desenho narrativo não levava em conta as discontinuidades, as falhas, o cotidiano, os silêncios.

Ginzburg (2007) aponta que a figura do “historiador-narrador onisciente” impunha-se de forma tácita, focada no exame minucioso dos “detalhes de um acontecimento ou as motivações recônditas que inspiram o comportamento dos indivíduos, dos grupos sociais ou dos Estados” (GINZBURG, 2007, p. 265). O historiador e, por extensão o jornalista, dispõem de um grande cabedal de possibilidades narrativas, principalmente, se se levar em consideração nomes como Marcel Proust, Virginia Woolf e Robert Musil, por exemplo.

Para a escrita de *O queijo e os vermes*, o historiador italiano refletiu durante longo tempo acerca das correspondências entre as hipóteses de pesquisa e as táticas narrativas. Desse modo, o estudo sobre o moleiro Menocchio buscava erigir o universo intelectual e moral “por meio da documentação produzida por aqueles que o tinham mandado para a fogueira” (GINZBURG, 2007, p. 265).

Infere-se que o percurso articulado por esse viés poderia resultar em um relato homogêneo e uniforme. Entretanto, o autor de *O queijo e os vermes* compreende que os empecilhos colocados diante da pesquisa emergem como elementos constitutivos da investigação. Assim, as lacunas, os silêncios e as hesitações devem fazer parte do relato histórico e, portanto, da narração – de modo que “a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta)” (GINZBURG, 2007, p. 265).

Cabe aqui uma aproximação reflexiva entre os postulados da micro-história – notadamente, do parâmetro narrativo – com as reportagens *O homem-estatística* e *Um país chamado Brasilândia*. Compreende-se que a prática de Brum volta-se para a tessitura do relato e para o entendimento sobre as incompletudes e os vazios – que assomam do ínfimo, do particular e das microrrelações. Lima (2006), em conversa com o pensamento de Ginzburg, salienta que a procura por uma decodificação articula um jogo interpretativo assinalado pelo ordenamento de “dados seguros e conjecturas” – equilibrando-se nas bases de “provas” e “possibilidades”.

Desse modo, a narrativa micro-histórica e, por extensão o relato jornalístico de Brum, não procura se guiar por uma universalidade ou totalidade – mas, pelo contrário, adiciona ao relato as nuances marcadas pelo “talvez”, pelo “muito provavelmente” e pela “possibilidade”. Lima (2006) explica que,

O uso de uma “linguagem de probabilidade” tentava, explicitamente, enfatizar a natureza distinta das “cartas” colocadas na mesa no jogo da análise. O resultado cognitivo desse processo – como nos lembra o próprio Ginzburg todo o tempo, ecoando uma outra lição de Marc Bloch – não era a verdade abstrata da “certeza” positivista, mas aquela da “probabilidade” da ciência pós-relativista. (LIMA, 2006, p. 359)

Revel (2015) ratifica que os micro-historiadores desempenham uma função central no processo enunciativo. Desse modo, a narrativa emerge como parte da experimentação histórica e, simultaneamente, desvela os procedimentos de investigação utilizados. Nas reportagens *O homem-estatística* e em *Um país chamado Brasilândia* ficam patentes os movimentos de exame narrativo e de prática heurística. Conforme

Revel (2015), os aspectos não são dissociáveis. Nesse sentido, o modo de exposição induz para efeitos de conhecimento e contribui para a produção de inteligibilidades – desse modo, “el lector participa en el trabajo del historiador, en la producción de su objeto de estudio” (REVEL, 2015, p. 41).

Em concordância com Levi (2016), compreende-se que o que deve ser generalizado são as perguntas – postas em contextos espaciais e temporais distintos – “deixando às situações singulares a sua especificidade não repetível” (LEVI, 2016, p. 25). Observa-se que a narrativa micro-histórica distancia-se das bases de uma fundamentação calcada sobre valores homogêneos e universais – voltando-se para interrogar criticamente o modo como os homens se organizam e conferem sentido ao mundo.

#### **5.4. Fios etnográficos: *A floresta das parteiras, A casa de velhos, O povo do meio e Coração de ouro***

A conversa estabelecida entre micro-história, antropologia e jornalismo – como já discutido – guarda forte ligação com os aportes teóricos encontrados em Fredrik Barth, Karl Polanyi e Clifford Geertz – seja por afinidade, seja por afastamento epistemológico. As ideias apresentadas por esses autores reverberam no pensamento de Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi.

Ancorado em Polanyi, Grendi argumenta que a aproximação entre antropologia e história permite uma reflexão distante dos parâmetros etnocêntricos – organizando os dados sociais e possibilitando a emergência de novos instrumentais analíticos – abarcando distintos sujeitos, saberes e experiências culturais.

Conforme Alban Bensa (2015), a micro-história direciona o olhar para a investigação de fatos circunscritos – permitindo o aprofundamento dos contextos sociais. O itinerário investigativo coloca em movimento “los medios documentales y metodológicos para vincular un hecho histórico singular con sistemas más abarcadores de datos y significados” (BENSA, 2015, p. 49).

Essas características podem ser observadas em *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg. Por meio da investigação das peças do processo do moleiro friulano, Domenico Scandella, popularmente conhecido como Menocchio, Ginzburg (2006) analisa ampla e detidamente a cultura campestre e oral na qual o moleiro está inserido.

Bensa (2015) frisa que Ginzburg procura compreender Scandella a partir do seu contexto cultural – levando em consideração suas reflexões sobre “el origen del mundo,

la verdadera naturaleza de Cristo o los defectos del clérigo” (BENSA, 2015, p. 50). Para Ginzburg, o “resgate” da história do moleiro se choca com a carência dos testemunhos, apreensão dos comportamentos e das “atitudes das classes subalternas do passado”:

A documentação dos dois processos abertos contra ele, distantes quinze anos um do outro, nos dá um quadro rico de suas ideias e sentimentos, fantasias e aspirações. Outros documentos nos fornecem indicações sobre suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos. Temos também algumas páginas escritas por ele mesmo e uma lista parcial de suas leituras (sabia ler e escrever). Gostaríamos, é claro, de saber muitas outras coisas sobre Menocchio. Mas o que temos em mãos já nos permite reconstruir um fragmento do que se costuma denominar “cultura das classes subalternas” ou ainda “cultura popular”. (GINZBURG, 2006, p. 11)

As ideias que povoam o universo cognitivo de Domenico Scandella podem ser compreendidas – conforme Beatriz Vieira (2014) – a partir das leituras e das hipóteses derivadas do espaço sócio-cultural do qual o moleiro friulano fazia parte. Nesse trajeto de pesquisa, Vieira (2014) se ancora nas perguntas elaboradas por Ginzburg para apreender as práticas e as problemáticas específicas presentes na época de Menocchio.

A vida de Scandella era marcada pela justaposição complexa das leituras eruditas que ele cultivava e também pelo acréscimo de elementos da cultura camponesa e da experiência cotidiana. A forma como o moleiro organizava suas ideias baseava-se numa crítica pública aos padres e na sua “original explicação cosmogônica da origem do universo a partir de um queijo podre, cujos vermes originaram anjos e demônios” (VIEIRA, 2014, p. 250).

Ginzburg (2006) frisa que a Reforma Protestante e a invenção da imprensa foram também essenciais para a propagação das opiniões contrárias e dissidentes elaboradas por Menocchio. Nessa direção, um terceiro ponto merece destaque. O estudo sobre o moleiro condenado à fogueira pela Inquisição possibilita uma análise a contrapelo, afastada, portanto, das teses edulcoradas sobre a cultura camponesa – que em algumas investigações, como a de Geneviève Bollème, eram observadas sob as lentes da passividade e da mera recepção acrítica.

Vieira (2014) aponta que a cultura subalterna, tal como proposto por Ginzburg (2006), podia ser compreendida a partir dos conceitos de polifonia e dialogismo empregado nos estudos de Bakhtin. Desse modo, Vieira (2014) conversa com o pensamento de Ginzburg, para apontar que a cultura camponesa é atravessada por,

(...) várias vozes em diálogo e confronto num determinado (con)texto, de modo que se configura um movimento de circularidade de elementos da cultura popular e da cultura erudita, que desse modo se influenciam reciprocamente. (VIEIRA, 2014, p. 251)

Em *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*, Carlo Ginzburg (2010) firma-se na análise dos camponeses acusados de feitiçaria, conhecidos como *benandanti*. Os aldeões de Udine, no Friuli, acreditavam combater as investidas de bruxas e feiticeiros sobre as colheitas de trigo e uva, com ramos de erva-doce. Bensa (2015) aponta que a manifestação dos *benandanti* e do moleiro Menocchio se inserem em uma base de referências culturais – caracterizada por imagens, argumentos e provas – “que a Inquisición estigmatizó bajo el estereotipo de “brujerías”” (BENSA, 2015, p. 50).

As crenças populares desvelavam – assevera Vieira (2014) - “rastros” dos “cultos de fertilidade de uma cultura oral pagã disseminada entre camponeses pobres e iletrados, e que não deixaram qualquer outro registro na história a não ser os processos da Inquisição” (VIEIRA, 2016, p. 249-250).

Bensa (2015) explicita que os embates entre *benandanti* e bruxas compõem um cenário de disputas irresoluto – assentado entre prosperidade e escassez. Desse modo, as batalhas noturnas travadas pelos andarilhos do bem contra as forças do mal – engendram contextos culturais nos quais as disputas apontam para sobrevivência material da comunidade:

Los *benandanti* se inspiran en las tradiciones campesinas europeas, pero las integran en nuevas prácticas que responden a los problemas específicos de su época. El análisis microsociológico, como vemos, permite captar los comportamientos “simbólicos”, en relación con retos sociales particulares y convertirse en uno de estos, sin referencias no solo a un cierre hipotético de los sistemas. (BENSA, 2015, p. 50-51)

O estudo sobre os *benandanti* e, por extensão, acerca do moleiro Menocchio, articula uma leitura de entendimento das religiosidades populares. Desse modo, Ginzburg localiza sua interpretação nos pressupostos dos acusados e não sob o ponto de vista dos operadores da Inquisição. O desvio analítico possibilita a racionalização de uma nova vertente de estudos sobre a heresia – em que as tradições populares despontam como problemática cultural, histórica e social.

Beatriz Vieira (2014) aponta que em *O queijo e os vermes* e em *Os andarilhos do bem*, os documentos históricos deixam entrever pelas frestas dos interrogatórios e

pela descrição da violência física sobre os corpos dos camponeses – um conjunto de elementos passíveis de leitura. Os acusadores, por exemplo, influenciavam as respostas dos acusados – a partir da projeção de seus “próprios esquemas mentais sobre o sabá, baseados em tratados eruditos de demonologia, e que os camponeses acabavam por assimilar” (VIEIRA, 2014, p. 250). Ginzburg (2006) destaca que as confissões do moleiro friulano constituem, sob certo aspecto, um caso análogo aos dos *benandanti*:

(...) a irredutibilidade de parte dos discursos de Menocchio a esquemas conhecidos aponta para um estrato ainda não examinado de crenças populares, de obscuras mitologias camponesas. Mas o que torna muito mais complicado o caso de Menocchio é o fato de esses obscuros elementos populares estarem enxertados num conjunto de ideias muito claras e consequentes, que vão do radicalismo religioso ao naturalismo tendencialmente científico, às aspirações utópicas de renovação social. A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro friulano e as de grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo repropõe com toda força o problema da circularidade da cultura formulado por Bakhtin. (GINZBURG, 2006, p. 19)

Em *O queijo e os vermes* e em *Os andarilhos do bem*, os aportes da micro-história estão direcionados para o entendimento e valorização do testemunho dos personagens subalternos. As “vozes” dos *benandanti* e de Menocchio distanciam-se das “concepções aristocráticas de cultura” (GINZBURG, 2006, p. 12) ao enunciar a multiplicidade dos contextos nos quais os personagens se localizam. Bensa (2015) ressalta que desse modo ficam evidenciadas “su legitimidad en la relación afirmada entre lo “micro” y su contexto” (BENSA, 2015, p. 51).

A análise se localiza na atenção conferida ao que os sujeitos dizem, opinam e ponderam em um momento específico – dando ênfase as escalas heurísticas dos fenômenos. É comum imaginar que a micro-história apresenta uma posição contrária à história geral – mas, conforme Bensa (2015), o que se constata é a inserção de diferentes níveis de interpretação nos contextos. Desse modo, os sujeitos mobilizam variadas experiências culturais, simbólicas e imagéticas para explicitar e justificar o apanhado de suas palavras e comportamentos. O antropólogo francês acentua que as condições históricas de existência dos indivíduos se afasta de “toda comprensión unívoca y delimitan estratos de significados que (...) conservan cierta autonomía estructural” (BENSA, 2015, p. 51).

Por meio do diálogo estabelecido entre as obras *O queijo e os vermes* e *Os andarilhos do bem* é possível cotejar as bases da metodologia micro-histórica com os

esforços teóricos da antropologia. Compreende-se que as discussões elaboradas nessa direção permitem um exame detido sobre a prática micro-jornalística, tal como é percebida na atividade de Eliane Brum. Para compreender como se processam os arranjos aproximativos entre micro-história, antropologia e jornalismo - recorre-se ao estudo das reportagens *A floresta das parteiras*, *A casa de velhos*, *O povo do meio* e *Coração de ouro* – presentes no livro *O olho da rua*.

Bensa (2015) frisa que a experiência de campo não é análoga ao que se observa nos arquivos; entretanto, o destaque conferido às expressões da vida dos sujeitos comuns guarda semelhanças analíticas aos procedimentos micro-históricos e etnográficos. O antropólogo francês pondera, contudo, que entre os dois percursos se instala uma diferença. Os estudos etnográficos, durante muito tempo, vinham atravessados pelo “ideal de inventario exhaustivo” (BENSA, 2015, p. 51) – que propunha “colocar todas las observaciones en el mismo plano” (BENSA, 2015, p. 51). O ato de escutar e ouvir entretece, segundo esse raciocínio, uma espécie de linearidade universal do conjunto da sociedade estudada.

A micro-história, em contrapartida, distancia-se do arrimo de uma interpretação global. Para autores como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, as investigações devem apontar para situações sociais específicas. Nessa direção, Bensa (2015) argumenta que,

El detalle equivale a los trozos de realidad que revela por el peso de las circunstancias y de las consideraciones que sostiene, por la comprensión de los contextos que introduce. En cambio, cuando la antropología postula la homegeneidad de lo social bajo la mera yuxtaposición de sus observaciones organizadas en capítulos, aplasta los hechos, los despoja de su profundidad, de sua naturaleza contradictoria y, por esa vía, de toda su dinámica. (BENSA, 2015, p. 52)

José Jorge de Carvalho (2001) discute o olhar etnográfico sob três perspectivas. A primeira mirada leva em consideração os postulados da teoria antropológica centrada na obra de Franz Boas e nas ressonâncias encontradas nos estudos de campo desenvolvidos no Brasil por seu discípulo, Melville Herskovits.

Boas e Herskovits sedimentam suas investigações em apurados métodos e técnicas de pesquisa de campo – entretanto, segundo Carvalho (2001), a visada firma-se em uma modalidade objetivada, de modo que “o olhar não pressupõe que o nativo esteja implicado na reprodução do horizonte de vida do próprio etnógrafo” (CARVALHO, 2001, p. 113).

O segundo modo de olhar baseia-se nos demarcadores advindos da obra de Claude Lévi-Strauss – que, conforme Carvalho (2001), aciona uma perspectiva científica frente “às instituições culturais em seu estado quase puro (...) sem sujeito transcendental” (CARVALHO, 2001, p. 113). Em *Tristes trópicos* são incorporados fragmentos que remetem a “momentos de nostalgia e subjetividade”. Nessa direção, Carvalho (2001) discute a pequena passagem referida a Lévi-Strauss:

“Nossos índios estão desaparecendo”, dito por Lévi-Strauss, passa a ser uma diglossia, no sentido bakhtiniano, quando o lemos: somos nós, enquanto brasileiros, que falamos também junto com ele; ou de certo modo é ele, em sua mítica lucidez de autor, que resolve falar por nós, neófitos no jogo antropológico surgido no Ocidente. (CARVALHO, 2001, p. 113)

Um terceiro desvio do olhar pode ser constatado na “crítica à construção da autoridade etnográfica”, praticado, principalmente, pela antropologia estadunidense. A perspectiva leva em consideração um repensar das bases consolidadas e dos alicerces dos ritos de “verdade”. Carvalho (2001) aponta que a modalidade do olhar etnográfico inscrita sob os fundamentos da “crise do lugar seguro do autor” está localizada mais “no exercício da introdução da subjetividade, do que na discussão epistemológica da reflexividade” (CARVALHO, 2001, p. 114). Nessa direção, Carvalho (2001) avalia que,

(...) aquilo que foi basicamente um questionamento radical da autoridade tida como inconteste do etnógrafo, transformou-se numa discussão sobre como incorporar a saga biográfica do autor no texto etnográfico e na sua interpretação. As discussões se deslocaram em parte dos critérios empíricos de verdade – os quais incidiriam diretamente na avaliação do rendimento alcançado pelos modelos interpretativos propostos – para critérios éticos de envolvimento pessoal, simpatia, empatia, etc, temas em geral enfocados com muito entusiasmo e criatividade. (...) E o que se incorporou foi muito mais uma espécie de empatia com o nativo, os etnógrafos se colocando subjetivamente na sua pesquisa de campo, mas sempre aspirando preservar para si o lugar de autor seguro e inconteste. (CARVALHO, 2001, p. 114)

Os estudos dos teóricos pós-coloniais apontam para um distanciamento do lugar centrado e hegemônico – configurado pelo “olhar masculino, branco, europeu, construído nas colônias como olhar universal” (CARVALHO, 2001, p. 116). Carvalho (2001) estabelece conversa com o pensamento de Stuart Hall e Walter D. Mignolo – entendendo que reconstrução e avaliação do exercício etnográfico implica uma

“posicionalidade” e a “definição da situação do autor no jogo geopolítico”. Em consonância com tais pressupostos, infere-se que Eliane Brum processa nas reportagens *A floresta das parteiras*, *A casa de velhos*, *O povo do meio* e *Coração de ouro* um afastamento do lugar centrado – articulando tanto um posicionamento quanto uma definição geopolítica a partir das margens.

A ótica dos teóricos pós-coloniais direciona-se para uma perspectiva de descolonização. Segundo Carvalho (2001) esse ponto de vista era denegado em favor de uma postura da antropologia estadunidense e europeia, assinalada pela “absorção do olhar universalizante”. Em contrapartida, a mirada pós-colonial defendida por Mignolo propõe o deslocamento do *locus* de enunciação – do norte para o sul das coisas:

O interesse é de relocação. Não se trata apenas de devolver o olhar – o que é um pouco a alternativa colocada pela crítica da reflexividade nas etnografias – mas de tentar mudar a origem do olhar, exercitando assim o que ele chama de uma hermenêutica pluritópica. (CARVALHO, 2001, p. 119)

Adelia Miglievich-Ribeiro (2014) ressalta que a hermenêutica pluritópica de Mignolo guarda contiguidade com a proposta diatópica de Boaventura de Sousa Santos. O percurso diatópico alicerça-se na perspectiva de uma equidade cultural e na conversa entre distintas esferas culturais – contrapondo-se à primazia “ocidental-nortecêntrica”.

A hermenêutica pluritópica inscreve-se sob o ponto de vista de uma subalternidade e de uma ordem social – pactuando “saberes, práticas e valores chamados de seus e os que derivam da ação colonial” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 77). A noção pluritópica registra um traço ambivalente. Na medida em que atesta a colonização epistêmica também reforça sua descolonização.

Tanto Mignolo quanto Santos não compartilham das noções de percursos únicos e saídas teleológicas, ratificando a “importância das experiências singulares, da tradução e da articulação em diferenciados e renovados projetos capazes de, na expansão do presente – terminologia de Boaventura Santos – serem postos em prática” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 77).

Em *A floresta das parteiras*, *A casa de velhos*, *O povo do meio* e *Coração de ouro* é possível verificar o desvio do *locus* enunciativo de uma visão hegemônica para uma perspectiva subalterna de estudo dos contextos sociais e culturais. Compreende-se que a prática jornalística de Brum direciona-se para mudar os parâmetros de observação e de remissão aos sujeitos comuns e aos lugares.

Na reportagem *A floresta das parteiras*, Eliane Brum viaja ao Amapá – que no momento da escrita do texto, em 2000 – era o estado brasileiro recordista em partos normais. Ao focalizar o espaço circunscrito em que as parteiras interagem e compartilham experiências – Brum pretende entender como se estabelecem as relações sociais, históricas, afetivas e culturais entre os moradores e as “pegadoras de menino”.

No Amapá, em áreas comumente desprovidas de saneamento básico, escolas e hospitais; as parteiras se encarregam de trazer os bebês ao mundo. O relato é tecido pelo desenho da vida das personagens Maria dos Santos Maciel, a Dorica; Jovelina Costa dos Santos; Rossilda Joaquina da Silva; Tereza Bordalo; Cecília Forte; Delfina dos Santos; Maria Labonté; Maria Rosalina dos Santos; Nazira Narciso e Juliana Magave de Souza.

Constata-se na reportagem uma mudança epistemológica no tratamento conferido às fontes. Brum rompe com o espaço destinado, exclusivamente, aos sujeitos hegemônicos – trazendo para a zona de discussão as narrativas dos indivíduos comuns. A autora de *O olho da rua* aproxima a reportagem daquilo que Mar de Fontcuberta (2006b) define como jornalismo sistema, ao dotar de sentido e complexidade os conteúdos relatados. É sob o prisma dos aportes da micro-história, da antropologia e do jornalismo que Brum (2008) estabelece contato com a realidade, com os fatos e com as experiências das entrevistadas.

O relato de Brum é mediado pela adoção de uma prática a partir das margens. É importante frisar que não se trata de manter eternamente separado o hegemônico do subalterno como simples antinomias – pois, nesse caso, o pesquisador se veria afundado em uma semântica teleológica de extremos – entre uma visão transcendente de universalidade subalterna ou hegemônica. Cabe aqui se avizinhar da noção de “circularidade cultural” de Ginzburg e do postulado discutido por Homi K. Bhabha (2013) de “temporalidade da negociação ou tradução”. Tais racionalizações podem ser inferidas das obras *O queijo e os vermes* e de *Os andarilhos do bem* já referenciadas no transcurso desse estudo.

Por meio da imersão na realidade das parteiras, Brum (2008) coloca em movimento alguns critérios que perpassam a sua atividade jornalística, como a intensiva observação dos contextos sociais, a escuta atenta e o desvelamento das histórias singulares. Em *A floresta das parteiras* podem ser constatados todos esses elementos e, acrescentado, mais um – a mediação complexa do relato.

Brum (2008) explica que o *deadline* para a execução da pauta sobre as parteiras foi bastante exíguo. Ela e a fotógrafa Denise Adams tinham apenas quatro dias

disponíveis para fazer a matéria. Do Amapá, Brum iria para São Luiz, capital do Maranhão, para entrevistar a então governadora, Roseana Sarney.

A autora de *O olho da rua* frisa que quatro dias na região Amazônica não constitui tempo suficiente para desanuviar os olhos. A jornalista explica que muito por conta disso – sua reportagem apresentou-se atravessada por uma cesura larga e profunda. A pressa não permitiu que a jornalista atentasse mais detidamente para o tempo das entrevistadas e da reportagem (que “nasceu por cesariana”):

Toda reportagem tem seu tempo, a hora de acontecer. Às vezes, não dá jeito. Se um avião cai, a gente faz o que o prazo permite, e a revista desembarca na banca com a melhor reportagem possível sobre o assunto da semana. Mas numa reportagem sobre parteiras é preciso respeitar o tempo do parto. É a realidade que impõe o andamento da reportagem – e não o contrário. E compreender o momento, esperar o tempo, é também a diferença entre ser bom repórter ou não. (BRUM, 2008, p. 37)

Brum (2008) entende que apesar de a reportagem *A floresta das parteiras* ter sido arquitetada “por cesariana”, mesmo assim, se trata de “um filho bonito”. A compreensão da repórter ancora-se na constatação de que a linguagem das entrevistadas foi respeitada. Desse modo, a mediação entre as experiências e as práticas cotidianas das parteiras ressoa por meio do que elas falam, pela seleção de suas palavras, por meio dos seus modos de dizer, pelo ritmo que conferem ao que é dito e também pelos seus silêncios. Na prática de Brum (2008), a arte de escutar emerge como o fundamento mais importante do relato – porque “escutar abarca a apreensão do ritmo, do tom, da espessura das palavras – e do silêncio” (BRUM, 2008, p. 37).

O *ethos* jornalístico de Brum é marcado – conforme Abib (2017), pelo “despojamento”. Desse modo, a realidade das entrevistadas é alcançada por meio do esvaziamento de si – o que implica no entendimento e na consideração dos sentidos para a tessitura da vida do outro:

Ao assumir tal procedimento, Brum reconhece que, mesmo como repórter, carrega uma história, inscreve-se em uma cultura, e que suas subjetividades precisam ceder lugar ao conteúdo significativo do outro. Apurar e entrevistar, sob o esforço de renunciar às certezas, é também compreender que cada narrativa de vida tem seu ritmo e que, ao invés de alterá-lo, o jornalismo deve buscar adentrá-lo; assim contribuindo para um trabalho noticioso mais honesto e ético. (ABIB, 2017, p. 35)

A autora de *A menina quebrada* aponta que há no Amapá setecentas parteiras. São mulheres que se encarregam do nascimento de crianças nos lugares em que o atendimento médico e o acompanhamento pré-natal não existe. Maria dos Santos Maciel, conhecida como Dorica, é uma das mulheres que desempenha com paciência a arte de partejar.

Dorica tem 96 anos e é a parteira mais antiga do Amapá. Por suas mãos pequenas “mais de 2 mil índios desembarcaram no mundo”. Apesar de ter feito tantos partos, Dorica afirma que não gostaria de ter o dom – “O dom é assim, nasce com a gente. E não se pode dizer não (...). Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo” (BRUM, 2008, p. 20). O fragmento extraído do vocabulário de Dorica exemplifica o cerne da reportagem para Eliane Brum – marcado pela “riqueza da linguagem das parteiras”. O entendimento parte da observação retida das palavras, dos gestos e da cultura das personagens. A apreensão das semânticas sociais e das práticas culturais correlaciona-se com os postulados micro-históricos e jornalísticos deduzidos a partir do contexto das parteiras.

Brum (2008) demonstra que o discurso das “apanhadoras de menino” surge como “literatura da vida real”. A autora de *A vida que ninguém vê* aponta que a forma como as mulheres falam é “tão bonito, com uma variedade e uma fundura tão impressionantes, que (...) bastava escutar e anotar cada suspiro para não perder nada” (BRUM, 2008, p. 38). A repórter destaca que a linguagem das parteiras apresenta uma riqueza particular – difícil de ser traduzida, mesmo na ficção – “(...) nesta reportagem, meu trabalho de repórter foi apenas escutar, prestar atenção em cada gesto, ênfase, trejeito e passar isso tudo para o papel. Foi quase uma psicografia de gente viva” (BRUM, 2008, p. 38).

Aqui é possível fazer algumas inferências a partir da leitura que Lino (2017) estabelece com os postulados de Giovanni Levi. Depreende-se que as investigações ancoradas na micro-história e na antropologia podem fortalecer relatos jornalísticos que se localizem no exame circunscrito de sujeitos, comunidades e realidades – de modo que “a partir da observação da vida cotidiana, das relações interpessoais” (LINO, 2017, p. 33) possam ser problematizadas as histórias dos indivíduos subalternos.

Conforme Levi (2016), os aportes da micro-história salientam os desequilíbrios do real e a “parcialidade do conhecimento”. Esse desvio investigativo possibilita ao micro-historiador e, por extensão, ao jornalista, o reexame dos contextos sociais e a abertura para novas inteligibilidades:

A observação no microscópio de um fato permite fazer novas perguntas que ampliem a nossa compreensão da realidade e que aumente nossos procedimentos cognitivos. Não é uma recusa das grandes narrações, mas tem o mérito de corrigir as suas simplificações e modificar as suas perspectivas e conceptualizações. Além disso, pela consciência que deve ser declarada e elaborada como parte fundamental do trabalho do historiador, segundo a qual a história escrita nos documentos é sempre parcial e lacunar, além de ser, de muitos modos, falsa. (LEVI, 2016, p. 28)

Lino (2017) sublinha que o trabalho de Levi opta – como já investigado no corrente estudo – por uma observação intensiva dos comportamentos individuais e de grupos. O historiador italiano estabelece forte diálogo com as pesquisas do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Os dois autores apresentavam uma crítica ao paradigma funcionalista, propondo “redimensionar o olhar em seus estudos a fim de dar voz a complexidade social” (LINO, 2017, p. 34).

Em *A floresta das parteiras* as forças sociais são tecidas em diálogo com o ritmo da vida. Para acompanhar o parto, Dorica abandona a roça de mandioca. Durante oito dias fica encarregada de “lavar, cozinhar, puxar o útero toda manhã e toda tarde para que a mulher fique sã” (BRUM, 2008, p. 21). Além disso, Dorica também vai pentear o “seio com pente fino e água de uma cuia branca para que o leite jorre entre os lábios do menino” (BRUM, 2008, p. 21). Brum prossegue:

É sabedoria aspirar o nariz do bebê com a boca até ouvir o choro. Ao final desse tempo, Dorica entrega a mulher ao marido: “O que eu podia fazer pela sua mulher eu já fiz. Agora você tem de cuidar da família”. O marido agradece. “Se eu puder lhe dar alguma coisa, lhe dô”, afirma. E Dorica responde: “Deus dá o pago”. E o diálogo se encerra. É tudo. E é assim há bem mais de quinhentos anos. (BRUM, 2008, p. 23)

Compreende-se que a aproximação de Brum com as entrevistadas não vem contaminada por um olhar colonizador; muito pelo contrário, a repórter busca se avizinhar das parteiras e entendê-las a partir do universo social e cultural de seu mundo. Essa postura, segundo Ventura e Abib (2015), desvela o cuidado da repórter com as palavras das entrevistadas – ao captar os ritmos, pausas e sensibilidades.

Brum coloca em evidência as bases de seu fazer – marcado pelo olhar respeitoso e pela escuta atenta. A apuração conduzida dessa forma demonstra o empenho em trazer para o primeiro plano os significados dos sujeitos retratados e o esforço para revelar “os grandes feitos dos despercebidos” (VENTURA; ABIB, 2015, p. 146).

O percurso aponta para uma poética dos sentidos – tendo como marca a proximidade com o outro e com o contexto das experiências sociais e culturais. Colocado dessa maneira, conforme Brum (2008), a reportagem deve adotar uma postura respeitosa, empática e clara com o entrevistado:

A reportagem sempre fica melhor quando somos surpreendidos, quando ouvimos algo que não planejávamos. Escutar é esperar o tempo que cada um tem de falar – e de silenciar. Como repórter – e como gente -, eu sempre achei que mais importante do que perguntar é saber escutar a resposta. (...) Porque só tem graça ser repórter quando nos entregamos à reportagem e deixamos que ela nos transforme. Se um dia eu voltar a mesma de uma viagem para o Amapá ou para a periferia de São Paulo, abandono a profissão. Ser repórter é renascer e se recriar a cada reportagem. (BRUM, 2008, p. 38-39)

É por meio desse olhar de soslaio que se tem acesso à história de Jovelina Costa dos Santos, 77 anos, parteira de Ponta Grossa do Piriri, distante cem quilômetros de Macapá. Brum capta a filosofia de Jovelina – “Filho é riqueza, minha irmã, coisa linda de se ver (...). No meio deste fundão de morte, ou a gente vai enchendo o mundo de filhos ou desaparece” (BRUM, 2008, p. 25).

Veloso e Pavan (2014) apontam que Brum devota uma atenção delicada e singular para as personagens – ampliando a escuta e o olhar ao máximo “na tentativa de desconstruir discursos naturalizados” (VELOSO; PAVAN, 2014, p. 235). Desse modo, observa-se que a prática de Brum (2008) possibilita o desvelamento de uma realidade complexa e heterogênea. Tal perspectiva pode ser observada no relato sobre a inserção de Jovelina no trabalho de “apanhadora de menino”:

A parteira estreou no ofício ainda menina, uma armadilha que Deus armou para botá-la no rumo do seu destino. Ela contando junta gente, valia bem pagar ingresso: “O primeiro foi com Isabel, mulher do compadre Sevério, que tava lá para a Volta das Cobras. Deixa, compadre, disse mamãe, que a Isabel fica com nós. De noite Isabel teve a febre, sentiu tremor de frio, não falou um ai. De manhã mamãe foi pra roça, fiquei eu mais Isabel. Jovita, Jovita, bota água prum banho. (Interrompe, em outro tom, para explicar que Jovita era ela mesma.) Tá aqui, Isabel, disse eu. Sabe que de madrugada me deu um grande tremor de frio?, disse ela. Foi, Isabel?, disse eu. Foi, Jovita. Tava penteando o cabelo quando se deu o despejo. Jovita, minha mana, me acode. A Isabel entrou para debaixo do mosquitoireiro e eu peguei o menino. Tava frio, tava morto. Quando mamãe chegou, perguntou: Que tal, Jovita? Tá bom, mamãe. Aí, ela disse: bem, minha filha, a partir de agora você vai no meu lugar. E eu fui”. (BRUM, 2008, p. 25)

Estabelece-se aqui uma aproximação com a perspectiva lacunar da narrativa micro-histórica. Nessa direção, os hiatos não constituem ausências, mas possibilidades. De modo que os sentidos, os sintomas e os detalhes ajudam na configuração dos relatos jornalísticos. Em consonância com os postulados defendidos por Abib (2017), constata-se que as formas de aproximação com os contextos sociais são permeadas pelas tramas de sentido, pela apreensão das possibilidades cotidianas e pelo confronto com visões de mundo estandardizadas. Desse modo, aponta-se que o exercício jornalístico de Brum (2008) adota como chaves de inteligibilidade do “real” a “configuração de registros que rompem com o reducionismo das rotinas que comandam a mídia tradicional, que resistam aos modelos estanques das técnicas convencionais” (ABIB, 2017, p. 46).

Nas reportagens *O povo do meio* e *Coração de ouro* observa-se também uma aproximação com a antropologia – conduzida, principalmente, pela atenção à complexidade da realidade. Nesse sentido, são problematizados contextos nos quais se situam a população extrativista, garimpeiros, grileiros e prostitutas. Em conversa com as ideias de Grendi, Lino (2017) frisa que as relações interpessoais não são sobrepostas. Os sentidos são estabelecidos a partir dos indivíduos, da cultura, dos interesses e dos favores pessoais.

Na reportagem *Coração de ouro*, o relato de Brum (2008) volta-se para a compreensão do contexto do garimpo do Eldorado do Juma, na cidade de Apuí, no sul do Amazonas. A narrativa firma-se nas relações estabelecidas entre comerciantes, prostitutas, grileiros, pistoleiros, políticos, garimpeiros e a igreja. O objetivo é entender quem são os sujeitos que emergem das corrutelas e que histórias carregam.

Para a repórter de *O olho da rua*, presumir é perigoso na vida e, principalmente, no texto jornalístico. Nesse sentido, Brum explica que para a tessitura de *Coração de ouro* foi necessário um exercício de deslocamento do olhar – com a finalidade de enxergar os contextos para além dos estereótipos, com destaque para as histórias:

Muito jornalista experiente escorrega porque presume demais. E presume a partir de seus preconceitos, de sua visão de mundo, de sua vida cotidiana numa realidade muito diferente. Garimpeiro é uma figura controversa na história contemporânea do Brasil. Em geral ele é o vilão, associado às grandes mazelas do meio ambiente: destruição da floresta, transmissão de doenças aos índios, contaminação dos rios, violência. Essa visão é legítima, mas parcial. É preciso complicar um pouco esse olhar. Sempre que aumentamos a complexidade de um personagem todo mundo ganha, especialmente o leitor. (BRUM, 2008, p. 274)

Os peões Agenor, Neguinho, Paulo e Tibúrcio foram os primeiros a encontrar o ouro. Foram tirando aos poucos. No final de 2006, um dos trabalhadores, entretanto “encharcou a língua de cachaça num bar de Apuí e a fofoca, como se chama a notícia e também o paradeiro do ouro, se espalhou. “Tou montado no ouro”, teria dito” (BRUM, 2008, p. 252).

Com a notícia, os amigos Mariano e Zé da Balsa foram à cata do ouro. Mariano encontrou uma fonte em que poderia tirar trezentos, quatrocentos gramas por dia. Por excesso de trabalho, Mariano adoeceu da coluna. Quando o amigo Zé da Balsa ficou só, apareceram homens armados com “revólveres, rifles e espingardas” e o obrigaram a mostrar “a grota rica”:

Zé da Balsa, carente de dentes na boca, ainda é capaz de rir com fartura. “A gente é acostumado com pouco, a gente se conforma”, diz. Mas Mariano parece um homem que só não se extinguiu porque a raiva lhe acerta o prumo do corpo. “Procuro uma grota dessas desde os meus dezoito anos. Foi só entrar e perder. Sinto como se tivesse uma rosca apertando o meu coração” (BRUM, 2008, p. 252-253)

As terras em que Mariano e Zé da Balsa encontraram o ouro pertencem a José Ferreira da Silva Filho, conhecido como Zé Capeta. Conforme o Incra, a escritura de posse que Zé Capeta ostenta – vale tanto quanto “uma cartela de bingo”. José Ferreira tem um “contrato” lavrado em “5 de junho de 2004, numa folha de caderno e à caneta azul” (BRUM, 2008, p. 254). No documento consta que Sebastião Matias de Carvalho, vulgo Santos, vendeu a José Ferreira da Silva Filho, Zé Capeta, “uma área de terra medindo 6.200 de frente, na margem esquerda do rio Juma”, tendo como pagamento uma moto “no valor de 2 mil reais”:

Como “patrão” do garimpo, ele passou a exigir o pagamento de 8% sobre todo ouro encontrado nos baixões até que a cooperativa determine outro modo de funcionar. A hierarquia do garimpo e sua rede de obrigações parecem inspiradas no feudalismo, com suseranos, vassalos e servos. Quem chegou primeiro – ou teve um número maior de homens armados para tomar de quem entrou na frente – marcou um pedaço grande da grota para trabalhar. São esses “cabeças” que vão fazer o acerto com Zé Capeta. (BRUM, 2008, p. 254)

Nessa hierarquia de suseranos, vassalos e servos – os “cabeças” se encarregam de administrar, fiscalizar e garantir a segurança do garimpo, tendo à disposição “algumas dezenas de homens para revirar seu pedaço” (BRUM, 2008, p. 254). No

garimpo, algumas parcelas de terra também podem ser arrendadas ou exploradas no sistema de meia-praça – 50% para cada homem.

Na geografia do lugar podem ser observados também os diaristas (que recebem dois gramas de ouro por dia, equivalente a oitenta reais). Na ponta mais pobre, encontram-se os requeiros, indivíduos que “circulam pelo garimpo, bateia na mão, pedindo licença para tentar a sorte no cascalho já revirado pelos “legítimos” donos” (BRUM, 2008, p. 256).

Danilo da Silva, o “Ainda Tem”, é um dos cabeças do garimpo do Eldorado do Juma. O cognome advém do carrinho que empurrava para vender pães, salgados e doces pela cidade de Apuí. Conforme Brum (2008), o trabalho lhe rendeu o batismo: “Ainda tem. Tem o quê? Tem pão doce, tem cuca, pão caseiro, pão de forma e pão de sal” (BRUM, 2008, p. 260). A vida de “Ainda Tem” muda – segundo ele, por meio de “um sonho de Deus”:

Na noite de 17 de dezembro de 2006, Ainda Tem era um dos viventes mais estropiados do Apuí – e olha que a competição é grande. Tinha vendido o carrinho e os poucos pertences para rastrear tratamento em Porto Velho.

Nessa madrugada, afirma ter tido um sonho de Deus. Se viu numa grotta de garimpo. Ainda Tem sentou-se na cama e avisou dona Milca que havia mudado de rumo. Rasgou mato até se encarapitar sobre um barranco que se revelou bamburrado. Nas primeiras duas semanas de janeiro, Ainda Tem virou, pela primeira vez, Danilo da Silva. (BRUM, 2008, p. 260)

Para o prefeito de Apuí, Antônio Roque Longo, e para o frei Itacir Fontana – a descoberta do ouro não representou bom negócio. Longo comenta que os garimpeiros estão “vivendo em condições subumanas. Logo vamos ter de lidar com um problema social” (BRUM, 2008, p. 263). Na mesma direção, frei Itacir Fontana comenta que os fiéis estão em pecado.

O comerciante Francisco Soares Neto, em contrapartida, não está contrariado com o Eldorado do Juma. Todos os utensílios de que dispunha foram vendidos rapidamente. Por conta disso, necessitou fazer uma viagem de Apuí à rua 25 de Março, em São Paulo, “para se abastecer de chuteiras, calções tactel e outras preferências garimpeiras. “Estou vendendo o triplo”, refestela-se” (BRUM, 2008, p. 265). Outro tipo de comércio que surge no Eldorado do Juma é a prostituição. Brum (2008) aponta que antes de ser iniciada a corrida do ouro, a empresária Andréia Gobbi administrava com o esposo o maior supermercado de Apuí:

“Então tive a ideia. Fui visitar o garimpo e percebi a carência de diversão”, conta a empresária. “Pensei: aqui dá para ganhar um dinheirinho.” Para ficar tudo em família, propôs o negócio para o irmão, Marcos Rafael Bom, de vinte anos, que trancou a faculdade de Veterinária, no Paraná, e mudou-se com a namorada, Vanessa, de 23, para Apuí.

E assim surgiu o Andressa’s Night Club: uma fusão do nome das duas jovens empreendedoras. Bem em frente à vila do garimpo, claro, mas do outro lado do rio para escapar do toque de recolher da polícia, que encerra a noite às 22 horas. Seleccionadas em Manaus, 25 moças vão abrilhantar a inauguração. No programa, música e strip-tease. E vinte quartos a quatro gramas (160 reais) cada, pagos pela jovem que desfrutá-lo. “Vamos inaugurar com um leilão entre as dez mais bonitas”, anuncia Marcos. “E vamos ganhar muito ouro.” (BRUM, 2008, p. 266)

Muniz Sodré (2009) postula que o acontecimento jornalístico deve adicionar ao arquivo simbólico – o “registro afetivo do mundo”. Desse modo, a arena argumentativa é atravessada pelo sensível – ao reverberar junto aos sujeitos as marcas intuitivas e os hiatos – apartando-se de um pressuposto de mera racionalização dos contextos social, cultural e econômico:

Assim, em vez de mera transmissão de um conteúdo factual, se trata da conformação socialmente estética de uma atitude. Por um lado, se pode sugerir que a vida acontece também, para além da dimensão discursiva, na movimentação dos corpos, nos embates coletivos e em signos indiciais, em que mais vigora a potência afetiva dos grupos do que a razão esclarecedora dos argumentos (SODRÉ, 2009, p. 68).

Sob essa ótica, Brum (2008) relata as histórias das personagens Doraci dos Santos Silva, a Dora; e Elisângela Pereira da Costa. Diferente das moças do Andressa’s Night Club, Dora e Elisângela não participam de leilão. Preferem agir por conta própria – sem os influxos da cafetina ou do cafetão. Dora declara que deixa os quatro filhos com a mãe. Percorre corrutela por corrutela e “vai juntando dinheiro para montar uma lanchonete” (BRUM, 2008, p. 268). Elisângela segue caminho semelhante:

Putas de garimpo que tem cabeça se faz respeitar, tem status, anda de cabeça erguida. As relações comerciais não são nem de longe parecidas com os programas de cidade. São poucas mulheres para muitos homens carentes. Debaixo da lona preta ou do céu estrelado, o sexo é dengoso, ganha aspirações de romance. Quando elas despontam na beira do rio, batom na boca, um cheiro no cabelo, procuram primeiro um contrato de cozinheira. Ganham trinta gramas de ouro (1200 reais) por mês para fazer comida para a peãozada. (BRUM, 2008, p. 268-269)

Dora e Elisângela também fazem programas avulsos na corrutela – cobrando entre 160 e duzentos reais – que se soma ao dinheiro que ganham como cozinheiras de garimpo. Conforme Brum (2008) – as prostitutas também estabelecem “matrimônios temporários” com os homens mais habilidosos em encontrar ouro e que não possuem vícios em jogos ou com bebida – “passam a ser a puta de um homem só, que sustenta a elas e aos filhos que ficaram na cidade. Elas ficam com o salário de cozinheira só para o pé de meia, limpo de despesas” (BRUM, 2008, p. 269).

O relato de Brum (2008) se avizinha do caminho analítico enredado por Ginzburg (2007) em *O fio e os rastros*. O historiador italiano discorre sobre as estratégias narrativas utilizadas em *O queijo e os vermes*, para explicitar que o estudo busca reconstruir “o mundo intelectual, moral e fantástico do moleiro Menocchio” (GINZBURG, 2007, p. 265). De modo análogo, infere-se que o relato de Brum (2008) articula em *Coração de ouro* um percurso em que os personagens são traduzidos a partir das lacunas, hesitações e dos silêncios de suas histórias. Observa-se que as fases marcadas pela apuração, observação e entrevista aparecem na narrativa de Brum como elementos construídos e não como um dado *a priori*. Recorrendo a Ginzburg (2007) é possível apreender que,

(...) a identificação do objeto e da sua relevância; a elaboração das categorias pelas quais ele é analisado; os critérios de evidência; os modelos estilísticos e narrativos por meio dos quais os resultados são transmitidos ao leitor. Mas essa acentuação do momento construtivo inerente à pesquisa se unia a uma rejeição explícita das implicações céticas (pós-modernas, se quiserem) tão largamente presentes na historiografia europeia e americana dos anos 80 e do início dos 90. A meu ver, a especificidade da micro-história italiana deve ser buscada nessa aposta cognoscitiva. (GINZBURG, 2007, p. 275-276)

Em *O povo do meio*, Brum (2008) promove uma discussão sobre os aspectos ambientais, políticos e culturais envolvendo os moradores da região conhecida como Terra do Meio. Na reportagem, a autora de *O olho da rua* descreve a resistência dos povos tradicionais às investidas dos grileiros. A Terra do Meio fica no estado do Pará, entre os rios Xingu e Iriri. É ladeada pelo território indígena e florestas nacionais. A repórter revela que a região é assediada há décadas por grileiros, por empresários do agronegócio e por madeireiros:

Nos anos noventa, o assalto dos grileiros a suas fronteiras recrudescceu com a operação da máfia do mogno. Nos últimos meses, a notícia do asfaltamento da Transamazônica e da Cuiabá – Santarém multiplicou

a pressão. A sudeste, em torno de São Félix do Xingu, a região se transformou num faroeste. É lá que acontece a maioria dos flagrantes de trabalho escravo, extração ilegal de madeira e mortes por conflitos de terra que alimentam o noticiário nacional. Na fronteira nordeste, cuja porta é Altamira, a invasão avança em ritmo apressado. É a noroeste, à beira de um igarapé chamado Riozinho do Anfrísio, que vive a população de Raimundos – cada casa a horas, até dias, de canoa de distância uma da outra. (BRUM, 2008, p. 163-164)

Raimundo Belmiro é uma das lideranças da Terra do Meio. Acochado pelas investidas do empreiteiro Cecílio do Rego Almeida – que busca conseguir na justiça a titularidade de 7 milhões de hectares de terra. Raimundo, pai de nove filhos, comenta que só sai da região “com uma arma na cabeça”:

“Um dia eu voltei do mato e os homens de fora estavam na minha casa. Depois vieram outros e não pararam mais de chegar. Me ofereceram 10 mil reais pela minha terra. Eu disse não. Eles então começaram a cercar meu lugar por todos os lados. Passam no rio em rabetas cheias de pistoleiros armados. São armas garantidas, de repetição, não como a minha espingarda de caça que tem 23 anos. Querem me botar medo. E conseguem. Sou um homem jurado de morte”. (BRUM, 2008, p. 161)

Raimundo frisa que mesmo marcado para morrer, não sai da Terra do Meio. Na floresta, ele e sua família encontram tudo de que necessitam. Brum (2008) explica que os membros da comunidade da Terra do Meio descendem dos soldados da borracha, conduzidos para a região durante a Segunda Guerra Mundial. Formado, principalmente, por coletores e caçadores, “comem o que a floresta lhes dá. E ela lhes dá muito. Castanha no inverno, caça, pesca e óleo das árvores de copaíba e andiroba o ano todo” (BRUM, 2008, p. 160).

Em *O povo do meio*, o relato de Brum busca compreender as antinomias que atravessam os interesses dos grileiros e das comunidades tradicionais. Desse modo, em diálogo com Ginzburg (2007), observa-se que toda configuração social é resultado da interação de diversificadas estratégias individuais – “que somente a observação próxima possibilita reconstituir” (GINZBURG, 2007, p. 277). Na mesma direção, Forde e Pinto (2013) acentuam que a mudança do vértice de observação – permite analisar os fenômenos históricos a partir de suas singularidades:

(...) a micro-história (...) preocupa-se com aquilo que seria marginal e desprezado pela "macrohistória". Daí a proliferação de estudos que aproximam a história dos estudos antropológicos. Assim, o corte deixa de ser diacrônico e passa a ser sincrônico. Dessa maneira, que os aportes teórico-metodológicos da micro-história apresentam boa

potencialidade no desenvolvimento de estudos e pesquisas com foco nas minorias políticas e pequenos eventos que envolvem o cotidiano dos indivíduos (...). (FORDE; PINTO, 2013, p. 101)

A reportagem *A casa de velhos* compartilha com variáveis semelhantes às observadas em *A floresta das parteiras*, *O povo do meio* e *Coração de ouro*. Discute-se as grades de sentido estruturadas a partir dos vértices da micro-história, do jornalismo e da antropologia. Em *A casa de velhos*, Brum (2008) descreve o cotidiano e as histórias de vida dos habitantes do asilo Casa São Luiz para Velhice, localizada no Rio de Janeiro. O espaço é habitado por 257 velhos. A estrutura do asilo é organizada entre os que habitam as suítes particulares e os que vivem nas camas gratuitas dos dormitórios coletivos. O texto discute questões como abandono, obsessão pela juventude e solidão na velhice.

Para fazer a reportagem, Eliane Brum (2008) ficou internada durante sete dias no asilo. No espaço, a repórter teve contato com as histórias de Paulo, Fermelinda, Rosa, Santinha, Vicente, Rossi, Laurentina, Aurea, Joaquim, Sandra, Guilherme, Maria, Rosa Bela, Robert, Mariluz, Fernando, Adyr, Gabriela, Manoel, Sebastiana, Amália, Lourdinha e Noêmia.

No pós-escrito de *A casa de velhos*, a repórter delinea o percurso trilhado até encontrar o asilo. Por mais que tenha procurado - nenhum dos locais visitados em São Paulo chamou sua atenção. A jornalista conta que os colegas do Rio de Janeiro fizeram a indicação da Casa São Luiz. A autora de *A vida que ninguém vê* salienta que a sua “busca acabava naquele portão de ferro que descobriria tão trágico” (BRUM, 2008, p. 125). A Casa reunia todas as hierarquias sociais – os que podiam pagar apartamentos individuais e os que viviam nos dormitórios coletivos. O espaço era, desse modo, marcado por tensões e conflitos.

Brum pontua na reportagem essas questões, focaliza a tessitura das histórias singulares – mas também reflete sobre seus acertos e erros durante a escrita do texto. A jornalista executa um duplo movimento. O primeiro voltado para a compreensão e inteligibilidade dos sujeitos narrados. O segundo direcionado para reflexão sobre a prática. A repórter revela que em *A casa de velhos* há uma de suas frases prediletas como jornalista – “A vida inteira espremida numa mala de mão”. Entretanto, Brum frisa que o fragmento também sintetiza um pedido de desculpas:

Explico tudo isso para que seja possível compreender o que aconteceu com essa reportagem. Meu texto tinha de levar o leitor para dentro de uma casa em que a maioria prefere não entrar nem de visita. Todas as

vozes precisavam soar, mas não uma de cada vez. Precisavam entrar como instrumentos mesmo de uma orquestra, na desordem de uma rotina só na aparência sob controle. As pequenas insurreições tinham de aparecer como na vida, imiscuindo-se no cotidiano da Casa. E eu precisava mostrar o que era estar ali, a tristeza e a graça de estar ali, com a quantidade real de drama e de comédia.

Sem pena, sem pieguices, sem reduções. E, principalmente, sem romper com a minha reportagem o equilíbrio precário da vida ali. Não era fácil para eles se olhar no espelho. Não é fácil para ninguém, muito menos para um velho num asilo. E minha reportagem seria esse espelho. E eu a dona do espelho. (BRUM, 2008, p. 129)

O erro a que Brum (2008) se refere em *A casa de velhos* foi o de não ter deixado explícito para os entrevistados que as histórias apuradas seriam expostas para milhões de pessoas e que o relato sobre suas vidas viraria documento impresso. A autora de *O olho da rua* frisa que as pessoas têm compreensão de que o texto será publicado, contudo não apreendem inteiramente o que isso significa. Para a jornalista é “nossa obrigação dar a elas a dimensão exata do que a matéria pode causar na sua vida no momento em que a revista estiver na banca” (BRUM, 2008, p. 129).

Brum (2008) não se refere às reportagens que colocam vidas em risco – o que, conforme a repórter, não deixa dúvida sobre a atitude a ser tomada. Sua reflexão direciona-se para o comum da vida – para entender de que maneira uma entrevista, na aparência simples, pode se converter em incômodo e constrangimento para os amigos, vizinhos e parentes dos entrevistados.

A jornalista salienta que é necessário ter um “cuidado fundamental com o outro”. Na mesma medida – Brum revela – que por mais que ela tenha dedicado atenção às falas, aos detalhes e às histórias – sua reportagem deslizou para o erro:

Eles sabiam exatamente que eu era jornalista, que suas entrevistas e fotos seriam publicadas na *Época*. Mas saber às vezes não é saber. E eu deveria ter lembrado disso. O gravador estava diante deles e cada palavra foi reproduzida como foi dita – e no seu contexto. Mas não foi o suficiente.

Eu era um grande ouvido, rompendo uma rotina que a maioria achava tediosa, disposta a escutá-los por horas num momento de suas vidas em que ninguém quer ouvi-los.

Eu era a encarnação de um desejo: alguém disposto a ouvir a vida deles, a escutar sobre uma vida considerada tão descartável que foi confinada num asilo. Diante de mim – e do que eu representava naquele momento –, cada um deles cometeu muitas inconfiências consigo mesmo. E eu não os poupei. Não os protegi. Falhei.

A composição dessa reportagem foi delicada, escrevi e reescrevi várias vezes. Sofri. E quando todo o processo acabou eu estava dilacerada. Mas acredito que alguns deles estavam bem mais do que eu. Eu levei sua voz ao mundo de fora, mas os expus. Eu os tratei como personagens de ficção, não como gente real. Eles se ouviram

falando de sonhos eróticos, de ardores noturnos, de confinamentos. E tiveram que viver com isso. (BRUM, 2008, p. 130)

Na reportagem, os sujeitos são concebidos a partir de suas problemáticas sociais, da miudeza de suas histórias e pelo interdito de suas vozes. Trata-se, portanto, de realidades complexas – marcadas por diálogos socioculturais e experiências. O texto – ao mesmo tempo em que discute a representação sobre a velhice – coloca a questão sob os termos de uma problemática – ao trazer para a superfície o debate sobre o que é envelhecer e ao questionar os estereótipos processados social e culturalmente.

No relato de Eliane Brum, a velhice tem nome, sobrenome, memória. As matrizes microanalíticas podem ser constatadas na valorização das pequenas histórias, na análise singularizada das personagens, nos indícios suscitados pelas falas e no olhar aproximado – que, em conjunto, engendram a possibilidade para o deciframento de novos mundos, contextos e realidades.

Por essa ótica, podem ser observadas histórias como a de Sandra Carvalho e do marido. O esposo morreu há oito meses, Sandra ficou com a memória, com os espólios da casa alugada, com as fotografias dos netos, com a cadeira de braço, com a mesa e com os bibelôs. A moradora, de oitenta anos, tem três filhos, seis netos e dois bisnetos. Ocupa um apartamento privativo. O filho do meio que a trouxe para Casa São Luiz para Velhice – contudo, Sandra queria ficar com ele nos Estados Unidos. Brum (2008) frisa que a inquilina se convence de que não seria possível acompanhar o filho. A autora de *O olho da rua* detém-se no relato íntimo, debulha a vida e os sonhos de Sandra – “Querida ser cantora, fui costureira. Minha vida foi sempre tão cheia de controvérsias” (BRUM, 2008, p. 87). A partir de Sandra, Brum reflete sobre o espaço destinado aos velhos na sociedade:

Sandra, como todos, é vítima de uma esquina do tempo. Os velhos perderam afeto, amizade e calor, ganharam anos. Vivem mais que seus pais e avós. Mas vivem mais sós. A morte social chega antes da derradeira batida do coração. Os passos lentos demais para a velocidade de um mundo que não perdoa quedas. Tornaram-se provas inoportunas de que a sociedade que os deixou no portão pisa em terreno pantanoso, de que nem à custa do melhor cirurgião plástico se pode espichar a juventude para sempre. Encarquilhados, vacilantes, são a lembrança incômoda não do passado, mas do futuro de todos. (BRUM, 2008, p. 87-88)

Na *Casa de velhos* as histórias se misturam em distintas gradações. Há o arrependimento de Guilherme Coelho que lamenta “a carne com que se lambuzou na mocidade” (BRUM, 2008, p. 89). Noutra medida, aparece a comerciante portuguesa

Fermelinda Paes Campos, de 74 anos, cuja rebeldia é adorna-se “para festa todos os dias”. Há também Rosa Bela Ohanian que é ex-funcionária diplomática. Para sair da tristeza fia uma “canção de amor em dinamarquês”. Já outros – como Noêmia Atela – tecem os dias firmando-se na esperança de que vão embora. Para Brum, Noêmia sempre desembainha o mesmo segredo – “Não conta para ninguém. Na semana que vem eu vou embora. Já pedi para minha filha trazer a mala” (BRUM, 2008, p. 90).

Na Casa fica evidenciado algo que não se encerra com a velhice – as diferenças sociais. Os operários, os empregados do comércio, as costureiras, as lavadeiras e as domésticas ocupam uma das quarenta camas gratuitas do dormitório coletivo. Brum pontua que como fora dos portões da *Casa de velhos* – “entre os pobres e os ricos há uma longa escadaria. E as camas que abrigam sono e sobressaltos são diferentes” (BRUM, 2008, p. 87). Essas assimetrias podem ser notadas durante as refeições. Cada classe ocupa um lugar específico:

Comem nos quartos, se moram sozinhos, nas varandas dos dormitórios, se dividem o espaço. Já houve um refeitório para todos, mas logo se descobriu que nem na velhice os ricos querem se misturar com os pobres. Cedo os pagantes se irritaram com a falta de etiqueta dos gratuitos, com a sua pressa, aquela ânsia de quem sabe que a comida pode mesmo fugir do prato.

O refeitório foi fechado, e as refeições passaram a ser servidas nos nichos que cabem a cada classe para que a fome alheia não ofendesse os olhos de ninguém. Por própria conta os moradores que não estavam ali por caridade decidiram reeditar o que há de pior no mundo que deixaram. Passaram a dividir a casa em Zona Sul e Zona Norte, os de lá não se misturando com os de cá. (BRUM, 2008, p. 95)

Na *Casa de velhos* a aritmética dos sexos também é desigual. Há três mulheres para cada homem. Contudo, namorar na velhice é difícil – muito por conta da postura dos velhos. Guilherme, por exemplo, afirma que “é ridículo namorar nesta idade”. Paulo – outro morador, diz não gostar de “papadas, nem de múmias”. Em contrapartida, prefere fantasias sexuais do passado – com fotos e vídeos de Cyd Charisse.

Brum relata que na Casa há amores que vingam. A repórter cita o romance de Adyr Galvão Bueno e Gabriela Svozil. A intimidade do casal é tecida de delicadezas, olhares e sussurros. Adyr e Gabriela têm gestos comedidos. Temerosos de ofender o olhar alheio evitam a exposição:

Jamais compartilharão uma cama, falta-lhes o dinheiro para pagar uma suíte particular. Ao entardecer, quando toda a população da cidade de velhos se recolhe para a segurança das paredes, Adyr e Gabriela vivem os momentos mais íntimos do romance. Vão dormir

afogeados, temerosos de ser expulsos, como crianças de colégio interno experimentando brincadeiras proibidas no recreio. Da varanda do dormitório masculino, aos 68 anos, Adyr sacode uma toalha para que os olhos cansados de Gabriela o adivinhem na derradeira despedida. (BRUM, 2008, p. 106)

Na Casa há amores tardios, mas também juventudes roubadas. Para mulheres como Laurentina Francisca de Jesus, o asilo sempre foi o refúgio esperado. Ela não teve pai nem mãe. Trabalhou a vida inteira em casa de família sem receber salário. Laurentina conta que teve a ideia de se matar uma vez, mas rezou para Nossa Senhora e desistiu. Ela experimentou tudo tardiamente. Por isso, conforme Brum (2008), Laurentina frequenta todos os passeios, todas as festas e todos os programas oferecidos pela Casa – “tudo conheceu depois de velha, do sossego às areias da praia” (BRUM, 2008, p. 115).

De maneira análoga, a vida de Amália Bernardina Gomes, de 91 anos, foi inteiramente dedicada a cuidar da casa, dos filhos e dos netos do patrão. Amália conta que todo o dinheiro que acumulava entregava para o chefe colocar na poupança – “quando já tinha um lucrinho gordo, ele me botou no carro e me deixou aqui. Meu sonho era vir para o asilo, não tenho ninguém por mim. Nem visita tenho, meu único parente é Deus” (BRUM, 2008, p. 117). Amália acomoda sobre a cama suas bonecas. Os brinquedos metaforizam o lúdico e o filho que a mulher nunca teve:

Passa os dias, Amália (...) a tomar conta de Denise, a boneca desbotada que alguém lhe deu. “Oi, minha filha, mamãe tá aqui!”, cumprimenta, toda ela desvelo e desprendimento, mulher que já nasceu surda-muda de queixas. “Graças a Deus não tenho o que dizer. Minha vida foi muito boa. Nasci para morrer.” (BRUM, 2008, p. 117)

*A casa de velhos* pode ser lida a partir do diálogo que Lino (2017) estabelece com o pensamento de Ginzburg – centrando-se, principalmente, nos referenciais oriundos da antropologia. Dessa forma, a metodologia micro-histórica se aproxima da antropologia visando compreender como se processa a cultura – notadamente, numa dinâmica de circularidade cultural – “levando em consideração a capacidade de autonomia das pessoas para criarem e transmitirem suas próprias formas de pensamento e visão de mundo, que muitas vezes chegam até nós por meios indiretos” (LINO, 2017, p. 51). As chaves cognitivas elaboradas por Ginzburg se contrapõem aos pressupostos de uma homogeneidade cultural – focalizando uma diversidade de contextos e grupos sociais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aciona novas perspectivas para pensar a complexidade dos sujeitos subalternos no relato jornalístico. O processo delineado por Eliane Brum (2008), em *O olho da rua*, consolida uma mirada marcada pela desnaturalização e problematização dos contextos sociais. Para o entendimento da atividade jornalística, social e histórica – fez-se necessário a adoção de um aparato teórico-metodológico interdisciplinar para a análise das reportagens. Desse modo, a recorrência aos estudos jornalísticos, históricos, sociológicos e antropológicos possibilitaram o desvelamento de diferentes realidades, sujeitos e relatos.

Em diálogo com os pressupostos discutidos por Ginzburg e Levi foi possível estabelecer uma aproximação com as técnicas narrativas, subjetivas e de exercício da prática delineados pela atividade de Eliane Brum. Os processos remetem, em primeiro lugar, ao afastamento aos códigos dominantes utilizados para relatar a alteridade. Brum opta por uma escuta atenta, pelo esvaziamento de si e pela adoção de um olhar sublevado. O relato da repórter é preenchido pela proximidade, pelo ouvir respeitoso e pelo caráter “extraordinário” das experiências comuns.

A prática de Eliane Brum desvia-se da forma tradicional de contar histórias ao problematizar os referenciais inscritos nos pressupostos de “verdade” e de “realidade”. Desse modo, o exercício da atividade jornalística empreendida pela autora de *A vida que ninguém vê* direciona-se para a compreensão da narrativa em processo, como diálogo, enfatizando as possibilidades de união do relato sobre o outro.

Por esse ângulo, um segundo ponto a ser destacado é a inscrição das experiências, diálogos e particularidades da vida dos sujeitos subalternos na configuração social e cultural na trama do cotidiano. Desse modo, a experiência é pensada longe de uma dimensão meramente empírica e reducionista, sendo compreendida como o desvelar de novas possibilidades de entendimento e decifração sobre o mundo, sobre os sujeitos sociais e também acerca da prática jornalística.

Um terceiro aspecto emerge da narrativa de Eliane Brum. As reportagens da autora de *O olho da rua* são arquitetadas a contrapelo das concepções generalizantes. Ao articular os pressupostos do paradigma jornalístico, os fundamentos da metodologia micro-histórica e a reflexão sobre o exercício da prática, Eliane Brum explora um percurso balizado pela disposição de um *locus* de linguagem, assinalado pelas práticas sociais e assentado sob o compósito de relatos das fontes subalternas.

O “livro de repórter” *O olho da rua* esquadrinha os fragmentos de vida e as narrativas como forma de transpor para o tecido das reportagens o cotidiano, as experiências e a biografia dos sujeitos apartados das zonas de visibilidade da história e do relato jornalístico, como as merendeiras, os homens e as mulheres da favela, os garimpeiros e os indígenas – por exemplo.

Nessa direção, a pesquisa aproxima o paradigma jornalístico da metodologia micro-histórica para compreender como Eliane Brum reordena os processos de produção, articula as injunções da cultura jornalística e resiste às pressões internas e externas para engendrar uma prática configurada a partir das margens – entendida, no estudo, como exercício micro-jornalístico.

O jornalismo praticado por Eliane Brum em *O olho da rua* assume um conjunto de estratégias que assinalam um movimento de esvaziamento de si, de reflexão crítica sobre a prática, de escuta delicada e de ruptura com as fontes profissionais, deslocando o olhar em direção aos sujeitos comuns. Desse modo, o diálogo que se estabelece com a micro-história possibilita compreender os contextos sociais de forma mais complexa, levando em consideração a prática individual, a transformação social, o cotidiano, a variação de escalas, os indícios, a narrativa como processo de produção e a descrição etnográfica.

A conjunção de diferentes teorias e metodologias analíticas se justifica pela necessidade de se refletir novas formas de representação e inteligibilidade para as histórias invisibilizadas e também por entender que os sujeitos comuns devem ser lidos ao revés das construções hegemônicas – apontando para uma inversão epistemológica sobre o subalterno.

O paradigma jornalístico engendra óticas de homogeneização – que obstam o processamento de novas formas de visibilidade. Em sentido contrário, observa-se em Brum a manifestação da realidade como múltipla e culturalmente polissêmica. Desse modo, quando se analisa as reportagens presentes em *O olho da rua*, verifica-se que a narrativa jornalística se estrutura como espaço privilegiado para analisar as dinâmicas sociais e culturais que se estabelecem em contextos econômicos e históricos específicos.

A confluência entre os parâmetros micro-históricos e jornalísticos articulam de forma problematizadora os contextos social, cultural e da prática da reportagem. Nesse aspecto, a microanálise se caracteriza como um processo relacional. Os procedimentos da “corrente” italiana podem ser utilizados para a sondagem de espaços sociais e culturais – possibilitando refletir sobre a realidade das classes subalternas.

Os nexos analíticos são cartografados por meio da redução da escala de observação, da microanálise e da atenção às trajetórias anônimas, que abrangem a diversidade das transformações sociais. A micro-história reflete uma perspectiva epistemológica que cogita a prática jornalística distante dos parâmetros etnocêntricos, afastando-se do caráter homogeneizador da realidade social, histórica e jornalística. Nas reportagens de *O olho da rua*, constata-se uma mudança no tratamento que é conferido às fontes – porque rompe com o espaço sacralizado das personalidades hegemônicas – trazendo para a zona de discussão os relatos dos sujeitos anônimos.

A narrativa de Brum, à semelhança da perspectiva micro-histórica, desvia seu olhar dos preceitos sociais dominantes para uma abordagem em que o sujeito subalterno apareça como o articulador da realidade. Rompe-se com o tom homogeneizador da teia social (que privilegia a história vista de cima), deslocando-se para a ambiência dos processos individuais das classes subalternas - como forma de entender e articular contextos sociais, políticos e culturais.

Pensar a narrativa jornalística de Eliane Brum a partir do arcabouço teórico da micro-história italiana constitui um trabalho de reflexão necessário – porque permite trazer para o primeiro plano as discussões sobre os anônimos e a constituição microanalítica, indiciária e narrativa dos contextos sociais e culturais. Desse modo, os referenciais metodológicos discutidos durante o estudo podem servir como aportes para novas pesquisas – tendo, a vida cotidiana, os sujeitos subalternos e as dimensões socio-culturais como espaços de discussão, reflexão e de construção de novos olhares, relatos e saberes.

Nas reportagens estudadas ficam evidenciadas os percursos teórico-metodológicos da micro-história. A vida dos personagens retratados em *O olho da rua* problematizam os silêncios e abrem a possibilidade para refletir sobre a emergência de novos parâmetros de leitura sobre o cotidiano e sobre os sujeitos.

O sistema normativo de referência e os repertórios cognitivos da prática jornalística podem desvelar outros saberes para reportar à realidade. Disso resulta que a existência dos sujeitos subalternos interpela a configuração do relato hegemônico ao possibilitar uma reflexão interpretativa sobre as unidades apensas e sobre as histórias comuns.

O trinômio esvaziamento, escuta e olhar determinam uma forma de apuração balizada pelo apagamento das abordagens reducionistas dos contextos sócio-culturais – possibilitando que Eliane Brum apareça como articuladora da experiência narrativa – ao

subverter a ordem dos manuais de redação e da técnica jornalística. Das bordas da prática observa-se o aparecimento da crítica, do “livro de repórter” e da figura autoral.

Infere-se, nessa direção, que cabe tanto ao historiador quanto ao jornalista direcionar o olhar para os interditos dos documentos, para os vestígios da história e para as miríades de vozes que povoam o constructo social. Essas observações permitem a descoberta de novas experiências e a arquitetura de narrativas afastadas do ordenamento discursivo hegemônico. Tal aspecto só tende a enriquecer o trabalho da história e do jornalismo.

Ao se problematizar as questões referentes à narrativa jornalística, apreende-se que os sujeitos subalternos na maioria das vezes são representados de forma estereotipada e vinculados a uma ritualização de subordinação. Sob essa perspectiva, a cultura emerge como um problema sobre o qual micro-historiadores e jornalistas se inclinam com a finalidade de interpretar, dentro do possível, os posicionamentos dos sujeitos e os seus projetos, hegemônicos ou não.

Opera-se, assim, uma rede de identidades sociais, de concorrências, de solidariedades e alianças. A figura do pesquisador inclina-se sobre um conjunto irizado de contextos e sujeitos com a finalidade de compreender e problematizar os fenômenos que medeiam os espaços histórico-sociais e culturais. Desse modo, a “verdade” da prática jornalística não está em revelar a existência real de sujeitos sociais e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das perguntas em jogo em um contexto social, histórico e cultural dado.

Apreende-se, que o jornalismo de Eliane Brum pode ampliar as competências narrativas, os referenciais de realidade e os processos de sentido por meio da adoção da metodologia micro-histórica. Os pressupostos discutidos por Levi e Ginzburg possibilitam refletir sobre os interditos da prática jornalística – na medida em que a lógica da classe dominante é confrontada com a existência de saberes subjacentes.

A escala reduzida, os indícios e o relato são observados aqui como elementos problematizadores dos contextos sociais. Ao se afastar dos domínios da escala dominante, o jornalismo pode empreender um caminho frente a outras lógicas, assinalando uma perspectiva cotidiana que se contraponha aos parâmetros da realidade hegemônica.

## REFERÊNCIAS

ABIB, Tayane Aidar. **O jornalismo de desacontecimentos e o novo percurso narrativo de Eliane Brum**: diálogos e transformações. 2017. 220f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, 2017.

AGOSTINI, A. “**L’inchiesta giornalistica e i suoi lettori**”. *Problemi dell’informazione*, ano X, n. 3, jul/set, 1985.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2012.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVES, Daniel Vecchio. Da história-problema à narrativa micro-histórica. **Revista Literatura, História e Memória**, n. 21, v. 13, 2017. ISSN 1983-1498. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/16831>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

AMARAL, Luiz. Assessoria de comunicação nos Estados Unidos. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando. **Jornalismo de bordas**: a transgressão no processo produtivo e criativo do jornalista João Antônio. 201f. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio dos Sinos, 2013.

BARBOSA, Alexandre. O jornalismo e a construção da contra-hegemonia: análise da revista do MST a partir dos conceitos gramscianos de jornalismo. **Revista Latinoamericana de Ciencia de la Comunicación**. n. 17, v. 9, jul-dez. 2012. ISSN 1807 3026. Disponível em: < <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/457/262>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BARROS, José D’Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **Revista Opsi**, n. 9, v. 7, jul.-dez. 2007. ISSN 2177-5648. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/9336#.WvuW1q6nHIU>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BENSA, Alban. De la microhistoria hacia una antropología crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). **Juegos de escalas**: experiencias de microanálisis. San Martín: Universidad Nacional de General San Martín, 2015.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petropolis: Vozes, 2012.

BEVERLEY, John. **Políticas de la teoria**: ensayos sobre subalternidad y hegemonia. Traducción: Marlene Beiza Latorre y Sergio Villalobos-Ruminott. Caracas: CELARG, 2011. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4739925/Pol%C3%ADticas\\_de\\_la\\_teor%C3%ADa-John\\_Beverley-Introducci%C3%B3n\\_y\\_traducci%C3%B3n\\_Sergio\\_Villalobos-Ruminott](https://www.academia.edu/4739925/Pol%C3%ADticas_de_la_teor%C3%ADa-John_Beverley-Introducci%C3%B3n_y_traducci%C3%B3n_Sergio_Villalobos-Ruminott)>. Acesso em: 10 Jul. 2017.

BORRAT, Héctor. Necesidad y riesgo de las fuentes. In: BORRAT, Héctor; FONTCUBERTA, Mar de (Orgs). **Periódicos**: sistemas complejos, narradores em interacción. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

BRUM, Eliane. **A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. Eu sou uma escutadeira. In: MAROCCO, Beatriz. **O jornalista e a prática** – entrevistas. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

\_\_\_\_\_. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. O filho possível. **Revista Época**, São Paulo, 9 abr. 2010. Disponível em: < <http://elianebrum.com/reportagens/o-filho-possivel/> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Eliane Brum e a arte da escuta. **Revista em Questão**, n. 1 , v. 17, jan.-dez. 2011. ISSN 1808-5245. Entrevista concedida à Agnes Francine de Carvalho Mariano. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/15047>>. Acesso 20 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Meus desacontencimentos**: a história da minha vida com as palavras. São Paulo: LeYa, 2014.

\_\_\_\_\_. **A menina quebrada e outras histórias de Eliane Brum**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Tradução Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARDOSO, Ercio do Carmo Sena. Disposições sobre anônimos. In: **XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, 07 a 10 de junho de 2016. Disponível em: < [http://www.compos.org.br/biblioteca/pdfformatsite\\_3331.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/pdfformatsite_3331.pdf)>. Acesso em: 9 mai. 2017.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, jul. 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-114, jul. 1994. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1973/74393>>. Acesso em: 24 Mai. 2019.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Algés, Portugal: DIFEL, 2002.

DE FLEUR, Melvin. **Teorias de comunicação de massa**: imprensa, cinema, rádio e televisão. Tradução de Marcelo A. Corção. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DIAS, Robson. Meritocracia na midiocracia: reflexões sobre Prêmios em Jornalismo na cultura profissional jornalística. **Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia**, v. 21, n. 2, maio/ago. 2014. ISSN 1980-3729. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/17236>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DOMHOFF, G. W.; BALLARD, H. B. **Wright Mills and the power elite**. Boston: Beacon Press, 1968.

EDITORIAL. Efeitos da demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol. **Estadão**, São Paulo, 17 fev. 2015. Disponível em: <<https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,efeitos-da-demarcacao-imp-,1635514>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. Mutações nos discursos jornalísticos: da 'construção da realidade' à 'realidade da construção'. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de A; PICCININ, Fabiana. **Edição em jornalismo**: ensino, teoria e prática. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. **Social cognition**. Reading: Addison-Wesley, 1984.

FONTCUBERTA, Mar de. El periódico en una sociedad compleja. In: BORRAT, Héctor; FONTCUBERTA, Mar de (Orgs). **Periódicos**: sistemas complejos, narradores em interacción. Buenos Aires: La Crujía, 2006a.

\_\_\_\_\_. Simplificación periodística: la realidad como mosaico. **Cuadernos.Info**, n. 19, 2006b. Disponível em: <<https://repositorio.uc.cl/handle/11534/4247>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo; PINTO, Luiz Antonio Gomes. Usos da micro-história na historiografia dos momentos sociais na/da educação brasileira. **Revista Àgora**, n. 18, 2013. ISSN 1980-0096. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/7095/5200>>. Acesso em: 20 out. 2018.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GANS, Herbert. **Deciding What's News: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time.** New York: Pantheon Books, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios.** Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** Tradução de Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto; SEBOK, Thomas A. **O signo de três.** Tradução de Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII.** Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOBBI, Maria Cristina; KONDLATSCH, Rafael. A relação do jornalista com as fontes de informação na era digital. **Revista Estudos de Jornalismo**, n. 7, dez. 2017. ISSN 2182-7044. Disponível em: < [http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20180201-ej7\\_2017.pdf](http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20180201-ej7_2017.pdf)>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo: cómo se forma el presente.** Barcelona: Paidós, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os interessados produzem e fornecem os fatos.** Tradução de Camille Reis. Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, v. 1, n. 1, p.102-116, 2004.

GONÇALVES, Jurandira Fonseca. Quem fala no jornalismo? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (Orgs.). **Para entender o jornalismo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

GONDRA, José Gonçalves. Telescópio, microscópio, incertezas: Jacques Revel na história e na história da educação. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de (Orgs.). **Pensadores Sociais e História da Educação**, volume 2, Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 2.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere** – Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 6.

GROSSI, G. **Professionalità e 'casi eccezionali**. Problemi dell'Informazione, ano VI, n. 1, 1981.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Instituto de estudios sociales y culturales Pensar, Universidad Javeriana, Instituto de Estudios Peruanos, Universidad Andina Simón Bolívar sede Ecuador: Enviñon Editores, 2010. Disponível em: < [http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/stuart\\_hall\\_-\\_sin\\_garantias.pdf](http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/stuart_hall_-_sin_garantias.pdf)>. Acesso em: 2 de nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Codificação/Decodificação. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identificações e Mediações Culturais**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2003.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira Ines *et al.* (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Disponível em: < <http://oikoseditora.com.br/files/Micro-Hist%C3%B3ria%20-%20E-BOOK.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KÜNSCH, Dimas Antônio. **Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística**. São Paulo: Annablume, 2000.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LARROSA, Jorge. Para qué nos sirven los extranjeros?, In: **Educación e Sociedade: revista quadrimestral de ciência da educação**. Dossiê; Diferenças. Nº 79. Ano XXIII. Agosto de 2002.

LEPETIT, Bernard. De la escala en historia. In: REVEL, Jacques (Org.). **Juegos de escalas: experiencias de microanálisis**. San Martín: Universidad Nacional de General San Martín, 2015.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra Ines *et al.* (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Disponível em: < <http://oikoseditora.com.br/files/Micro-Hist%C3%B3ria%20-%20E-BOOK.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. Un problema de escala. Relaciones. **Estudios de historia y sociedad**. n. 95, v. 34, 2003. ISSN 0185-3929. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/137/13709510.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2016.

\_\_\_\_\_. Prefácio. Tradução de Ângela Brandão. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manole, 2009.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINO, Raphael Cesar. **Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990**. 148f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

LOBATO, Mayara Luma Assmar Correia. **O consumo de memória dos invisíveis: representações e histórias de vida dos excluídos em iniciativas alternativas de comunicação**. 2019. 273f. Tese (Doutorado). Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, 2019.

LUHMANN, Nicklas. A construção da realidade. In: **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

\_\_\_\_\_. A realidade da construção. In: **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MANUAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA FUNAI. Organizado pela Comissão Especial de Elaboração do Manual – Portaria nº. 540/2015/ Pres-Funai. – Brasília: Funai, 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: a língua como bárbarie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Ângela; BOFF, Felipe. Os “grandes acontecimentos” e o reconhecimento do presente. **Revista Verso e Reverso**, n. 62, v. 26, mai.-ago. 2012. ISSN 1806-6925. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2012.26.62.04/1018>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MAROCCO, Beatriz. **Ações de resistência no jornalismo**: “Livro de repórter”. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. **O jornalista e a prática** – entrevistas. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

\_\_\_\_\_. Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 33, 2010, Caxias do Sul. Anais. Caxias do Sul: Intercom, UCS, 2010.

MARTINEZ, Monica; ROVIDA, Mara. Diálogos transformadores – aproximações entre as narrativas etnográficas, psicológicas e jornalísticas. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas epistemológicas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

MATHIEU, David. **Approche cognitive de la compétence journalistique**. Études de communication publique, n. 17, 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCNAIR, Brian. **The sociology of journalism**. Oxford: University Press, 1998.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 66-80, abr. 2014. ISSN 1984-7289. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181/10959>>. Acesso em: 25 out. 2019.

MILLS, C. Wright. **The power elite**. New York: Oxford University Press, 1956.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. **Accidental news**: the great oil spill as local occurrence and national event. *American Journal of Sociology*, vol. 83, n. 3, 1975.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia**: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, n. 1, v. 4, jan.-jun. 2010. ISSN 1982-5269.

Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Anais do 28º Encontro Anual da Compós**. Rio Grande do Sul: Compós, 2019. Disponível em: < [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXWYXOMDTM6JSBQB\\_BT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXWYXOMDTM6JSBQB_BT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2019.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PONTES, Felipe Simão. **Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos**. 2009. 251f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

REVEL, Jacques. Microanálisis y construcción de lo social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Juegos de escalas: experiencias de microanálisis**. San Martín: Universidad Nacional de General San Martín, 2015.

\_\_\_\_\_. **Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>>. Acessado em: 20 jan. 2018.

RESENDE, Fernando. Narrativas e conflito afro-muçulmano no Brasil: cultura e luta por desejos e poderes. **Revista Matrizes**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014. ISSN 1982-8160. Disponível em: < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/311/pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história: modo de uso**. Tradução Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2012.

ROVIDA, Maria Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Líbero**, v. 18, n. 35, jan-jun. 2015. Disponível em: < <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Mara-Rovida.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

SACRAMENTO, Igor. A biografia do ponto de vista comunicacional. **Revista Matrizes**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2014. ISSN 1982-8160. Disponível em: < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/422/pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SALVO, Fernanda Ribeiro de. Cultura contemporânea e narrativas jornalísticas: a construção da diferença nas reportagens de Nana Queiroz e Fabiana Moraes. **Revista Intexto**, n. 45, mai. / ago., 2019. E-ISSN 1807-8583. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/82176>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes; Siglo Veintiuno Editores, 2010a.

\_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, Andréa Cristiana. A Contribuição da Micro-história para o campo da Comunicação: uma abordagem historiográfica a partir da trajetória de homens comuns. In: **38º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5 de setembro de 2014. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2443-1.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SCHLESINGER, Philip. **Repenser la sociologie du journalisme: les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme**. Réseaux, Paris, v.10, n. 51, p. 75-98, 1992.

SCHLESINGER, Philip; TUMBER, H. **Reporting crime: the media politics of criminal justice**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O jornalista e o Outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita. **Brazilian Journalism Research**, n. 1, v. 11, 2015. ISSN 1981-9854. Disponível em: < <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/680/626>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SHIMANOFF, Susan B. **Communication rules: theory and research**. Beverly Hills: Sage, 1980.

SIGAL, Leon V. **Reporters and officials: the organization and politics of Newsmaking**. Lexington, D.C.: Heath and Co, 1973.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. **Machado de Assis, criticando a imprensa: o jornal entre palmas e piparotes**. 2005. 152f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

\_\_\_\_\_. **Trajетórias de vida e práticas jornalísticas afeitas à alteridade: a inclusão da subjetividade na subversão dos modos de objetivação do jornalismo**. In: 16ª Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, FIAM-FAAM/Anhembi Morumbi, novembro de 2018. Disponível em: < <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1344/900>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

SILVA, Marcia Veiga da; MAROCCO, Beatriz. O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: < [https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1029/pdf\\_1](https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1029/pdf_1)>. Acesso em: 3 set. 2019.

SILVA, Leonardo Santana da. Carlo Ginzburg: o conceito de circularidade cultural e sua aplicação nos estudos sobre a música popular brasileira. **Revista Augustus**, 22, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/revistaaugustus/article/view/19811896.2017v22n43p72>>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.

\_\_\_\_\_. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. **La producción de la noticia**: um estudo sobre a construcción de la realidade. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado; PAVAN, Maria Angela. Jornalismo como tessitura do cotidiano na obra de Eliane Brum. In: FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças Pinto (Orgs.). **Jornalismo, cultura e sociedade**: visões do Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2014.

VENTURA, Mauro de Souza; ABIB, Tayane Aidar. Sensibilidade, dialogia e afetos no jornalismo: articulações para a ampliação do horizonte de compreensão do Outro. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 2\_93, abril / jun. 2016. ISSN 1605 4806. Disponível em: <<https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/21>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. A notícia como desacontecimento: possibilidades de inovação a partir das narrativas de Eliane Brum. **Revista Comunicação Midiática** (Online), Bauru/SP, v. 10, n. 3, set. / dez. 2015. ISSN 2236 8000. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/130>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

VIEIRA, Beatriz. Carlo Ginzburg (1939-). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-RIO, 2014.

ZAMIN, Angela. Apresentação. In: MAROCCO, Beatriz. **Ações de resistência no jornalismo**: “Livro de repórter”. Florianópolis: Insular, 2016.

\_\_\_\_\_. **Livros de repórter, saberes de entremeio:** relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos. Estudos em Jornalismo e Mídia, n. 2, v. 8, jul.-dez 2011. ISSN 1984-6924. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2011v8n2p389>>. Acesso em: 13 de jan. 2017.

ZORZAL, Gabriela. Paradigma indiciário e o campo do jornalismo: possíveis aproximações. **Revista Sinais**, n. 15, jun. 2014. ISSN 1981-3988. Disponível em: <  
<http://periodicos.ufes.br/?journal=sinais&page=article&op=view&path%5B%5D=8598>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.